

WILLIAM MORENO BOENAVIDES

Modernização à brasileira nas *Balas de estalo*

**PORTO ALEGRE
2018**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDOS DE LITERATURA
ESPECIALIDADE: LITERATURA BRASILEIRA
LINHA DE PESQUISA: LITERATURA, IMAGINÁRIO E HISTÓRIA

Modernização à brasileira nas *Balas de estalo*

WILLIAM MORENO BOENAVIDES

ORIENTADOR: PROF. DR. ANTÔNIO MARCOS VIEIRA SANSEVERINO

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PORTO ALEGRE

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Boenavides, William Moreno
Modernização à brasileira nas Balas de estalo /
William Moreno Boenavides. -- 2018.
220 f.
Orientador: Antônio Marcos Vieira Sanseverino.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de
Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Crônica. 2. Modernização. 3. Balas de estalo. 4.
Gazeta de notícias. 5. Escravidão. I. Sanseverino,
Antônio Marcos Vieira, orient. II. Título.

William Moreno Boenavides

MODERNIZAÇÃO À BRASILEIRA NAS BALAS DE ESTALO

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 20 de dezembro de 2018.

Resultado: aprovado.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Antônio Marcos Vieira Sanseverino
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Edu Teruki Otsuka
Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada
Universidade de São Paulo (USP)

Juremir Machado da Silva
Departamento de Jornalismo
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Homero Vizeu Araújo
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Dedico este trabalho aos meus pais, que não tiveram a chance de estudar e me proporcionaram a maior riqueza de todas.

À Mel e à Malu, com o amor que só um coração de pai sabe sentir.

À Débora, minha companheira de vida, pelo amor total.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço a meu orientador, Antônio Sanseverino, que desde a graduação vem dedicando sua paciência e atenção à minha formação. Desde a iniciação científica até aqui são cerca de doze anos de orientação e amizade. É impossível mensurar o aprendizado advindo dessa convivência. O Antônio acompanhou toda minha formação. Me viu recém-saído da escola estadual, aluno ansioso e inseguro na graduação, bolsista de iniciação científica; acompanhou meu início e minha trajetória como professor e meu ingresso na pós-graduação. Me viu virar pai e marido. Também me viu, embora fizesse de conta que não, ganhar uns trinta quilos nesse processo... Brincadeiras à parte, agradeço não só pela imensa capacidade e seriedade intelectual e profissional, mas também pelo exemplo de humanidade e humildade.

Ao longo da elaboração deste trabalho, o projeto passou por banca de qualificação com a professora Regina Zilberman. Já nesse último período, o presente trabalho passou por uma banca de qualificação formada pelos professores Ênio Passiani e Homero Vizeu Araújo. Agradeço imensamente pelas contribuições que ambas situações me proporcionaram. A análise criteriosa da professora Regina auxiliou muito na percepção de alguns pontos cegos que eu ainda tinha naquela oportunidade. A interdisciplinaridade, em função da presença do professor Ênio, da área da sociologia, trouxe pontos de vista que iluminam o trabalho e seus problemas sem a qual eu jamais perceberia. Ao professor Homero, um agradecimento especial por estar presente em praticamente todas minhas bancas, desde a Monografia, passando pela dissertação e agora pela qualificação e defesa da tese. Minha percepção sobre imensa superioridade (isso mesmo, sem meias palavras) do método materialista de abordagem literária deve muito a essa convivência intelectual. E agora, somando-se a eles, os professores Edu Teruki Otsuka e Juremir Machado da Silva, referências intelectuais através de seus estudos, pelo aceite em participar da banca de defesa de tese. Sincero obrigado pelo aceite em data tão avançada do ano. Da mesma forma, agradeço a todos os professores da UFRGS dos quais terei o prazer de sempre ser aluno.

Agradeço a todos os amigos e colegas com os quais convivi durante a graduação e a pós-graduação, mesmo que, na maioria dos casos, os compromissos ou outras coisas da vida nos tenham afastado. Também aos colegas e amigos feitos ao longo da jornada no mundo das letras, que foram muitos, mas no mais recente período da minha vida merece destaque Marcelo Spalding e sua família, aos quais agradeço pela amizade e convivência.

Não poderia deixar de falar dos meus próprios alunos. Do cursinho à escola, passando pelas vezes em que lecionei no ensino superior, até chegar a meu atual trabalho no IFSUL. Sempre me contagio com a energia e a alegria de vocês. Agradeço também ao IFSUL e à possibilidade de, através da participação em um edital de afastamento, poder me dedicar exclusivamente a esta tese nestes últimos meses. Ao SINASEFE, sindicato do qual sou representante no campus Sapucaia do Sul, um agradecimento pela compreensão em relação aos compromissos que não pude assumir nessa reta final do trabalho. Temos imensas tarefas pela frente. Na mesma linha, agradeço aos companheiros e companheiras da Resistência e a outras poucas e pequenas organizações políticas que me permitem um mínimo de esperança quanto ao futuro da esquerda brasileira.

Agradeço muito aos servidores e bolsistas da UFRGS – das bibliotecas e dos órgãos administrativos em geral – por possibilitarem o andamento logístico das atividades que realizei. Além do ótimo e simpático atendimento, me socorreram algumas vezes quando precisei de algum material em processo de restauração (e não foram poucos, sobretudo em função de um alagamento pelo qual a biblioteca do IFCH passou). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – código de financiamento 001. Agradeço, portanto, à CAPES e espero que os órgãos de fomento à pesquisa resistam aos diversos retrocessos e cortes de verba que vêm se abatendo sobre eles há alguns anos.

De modo muito especial, agradeço à minha família. Aos meus sogros, Paulo e Brígida e aos cunhados, Henrique, Rafa e Mari, também à Vanessa e ao afilhado Luquinhas. A meu pai Paulo, a minha mãe Rosaura e a meus irmãos Gislene, João Paulo, Dionathas e Igor, com muito amor. Ao Júnior e à Dani, respectivamente marido e esposa de minha irmã e de meu irmão mais velho. Aos meus sobrinhos Ricardo e Pedrinho. A todos, obrigado pelo carinho e amor

incondicional. E o necessário pedido de desculpas pelas ausências que o trabalho e os estudos exigem. A eles este trabalho é dedicado, assim como à Débora, à Mel e à Malu, que me completam muito mais do um dia imaginei. À minha companheira Débora, que me apoia em todas as minhas loucuras, que me conhece mais do qualquer pessoa. Te amo.

E como acredito que nunca devemos usar clichês, até que seja inevitável, é impossível não escrever que nenhuma palavra é de fato capaz de apontar o carinho que tenho por todos que foram aqui referidos. Muito obrigado.

*Eis o malandro na praça outra vez
Caminhando na ponta dos pés
Como quem pisa nos corações
Que rolaram nos cabarés*

*Entre deusas e bofetões
Entre dados e coronéis
Entre parangolés e patrões
O malandro anda assim de viés*

*Deixa balançar a maré
E a poeira assentar no chão
Deixa a praça virar um salão
Que o malandro é o barão da ralé
(Chico Buarque, A volta do malandro)*

Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são os que chamamos de bens culturais. Todos os bens materiais que o materialista histórico vê têm uma origem que ele não pode contemplar sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corveia anônima de seus contemporâneos. Nunca houve um monumento de cultura que também não fosse um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo.

&

*Antes, pois, de perguntar como uma obra literária se situa no tocante às relações de produção da época, gostaria de perguntar: como ela se situa dentro dessas relações? Essa pergunta visa imediatamente à função exercida pela obra no interior das relações literárias de produção de uma época. Em outras palavras, ela visa de modo imediato à técnica literária das obras.
(Walter Benjamin,
Teses sobre filosofia da história e O autor como produtor)*

RESUMO

Esta tese de doutorado analisa a presença, ora implícita ora explícita, dos comentários sobre a modernização brasileira nas crônicas escritas no primeiro ano de publicação da série *Balas de Estalo* (1883-1886) no jornal *Gazeta de Notícias*. Junto a isso, por uma tentativa de movimento dialético, procura-se entender a constituição do próprio gênero crônica relacionada a essa modernização à brasileira. Pelas características materiais de sua circulação na imprensa, pelas características de seu público leitor, pelo vínculo imediato com a temática do cotidiano, a crônica mostra-se um gênero propício a sedimentar em seus procedimentos formais traços da realidade brasileira. Nesta série, os autores revezavam-se nas produções, sendo que todos usavam pseudônimos. No início, os pseudônimos e os autores (designados entre parênteses) eram os seguintes: Lulu Sênior (Ferreira de Araújo), Zig-Zag e João Tesourinha (ambos assinados por Henrique Chaves), Décio e Publicola (assinados por Demerval da Fonseca), Lélío (Machado de Assis), Mercutio e Blick (assinados por Capistrano de Abreu) e José do Egito (Valentim Magalhães). Mais tarde, ingressaram Confúcio, Ly e Carolus, que ainda não foram identificados. A política, a religião, produções artísticas e literárias, a ciência, a economia eram assuntos abordados pelos autores por meio de seus pseudônimos que enfatizavam a forma como cada um desses setores realizava-se no Brasil. Importante observar que a publicação de toda a série, com os textos de todos os pseudônimos, ainda não foi realizada. Com exceção da participação machadiana, que é conhecida desde 1958, com a publicação das Crônicas de Lélío por Raimundo Magalhães Júnior, trata-se de material inédito. O acesso ao conjunto, no entanto, foi assegurado pela digitalização das edições do jornal *Gazeta de Notícias* realizada pela Biblioteca Nacional e disponibilizada no sítio da Hemeroteca Digital Brasileira. Por fim, analisa-se a presença das referências à violência no primeiro ano de publicação da série *Balas de estalo* (1883-1886), vista como uma forma de denunciar as contradições da pretensa modernização do país e seus traços mais arcaicos. Num momento de acentuação das tentativas de ampliação do alcance da imprensa, em especial do jornal *Gazeta de Notícias*, onde as *Balas* eram publicadas, além do destaque que recebia a tecnologia, dos telégrafos e bondes, por exemplo, as marcas dos arcaísmos brasileiros eram destacadas na referida série. O principal desses arcaísmos era a escravidão, cuja manifestação mais degradada se dá na prática sistemática da violência física. Não era possível escamotear esse horror, e a violência indispensável para o manutenção da escravidão também é colocada como nexos básicos de outras relações sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Crônica. Modernização. Balas de estalo. *Gazeta de Notícias*. Escravidão.

RESUMEN

Esta tesis de doctorado analiza la presencia a veces implícita a veces explícita de los comentarios sobre la modernización brasileña en las crónicas escritas en el primer año de publicación de la serie *Balas de Estalo* (1883-1886) en el diario *Gazeta de Notícias*. Junto a eso, por un intento de movimiento dialéctico, se procura entender la constitución del propio género crónica relacionado a esa modernización brasileña. Por las características materiales de su circulación en la prensa, por las características de su público lector, por el vínculo inmediato con la temática de lo cotidiano, la crónica se muestra un género propicio a sedimentar en sus procedimientos formales rasgos de la realidad brasileña. En esta serie, los autores se turnaban en las producciones, siendo que todos usaban seudónimo. En el inicio, los seudónimos y los autores (designados entre paréntesis) eran los siguientes: Lulu Senior (Ferreira de Araújo), Zig-Zag y João Tesourinha (ambos firmados por Henrique Chaves), Décio y Publicola (firmados por Demerval da Fonseca), Lélío (Machado de Assis), Mercurio e Blick (firmados por Capistrano de Abreu) e José do Egito (Valentim Magalhães). Más tarde, ingresaron Confucio, Ly y Carolus, que aún no han sido identificados. La política, la religión, producciones artísticas y literarias, la ciencia, la economía eran asuntos abordados por los autores por medio de sus alias que enfatizaban la forma en que cada uno de esos sectores se realizaba en Brasil. Es importante observar que la publicación de toda la serie, con los textos de todos los seudónimos, aún no se ha realizado. Con excepción de la participación machadiana, que es conocida desde 1958, con la publicación de las *Crónicas de Lélío* por Raimundo Magalhães Júnior, se trata de material inédito. El acceso al conjunto, sin embargo, fue asegurado por la digitalización de las ediciones del diario *Gazeta de Notícias* realizada por la Biblioteca Nacional y puesta a disposición en el sitio de la Hemeroteca Digital Brasileña. Por fin, en este trabajo, es analizada la presencia de las referencias a la violencia en el primer año de publicación de la serie *Balas de estalo* (1883-1886). Eso es estudiado como una manera de denuncia de las contradicciones de la supuesta modernización del país y de sus características más arcaicas. En un momento de acentuación de las tentativas de ampliación del alcance de la prensa, en especial del periódico *Gazeta de Notícias*, donde las *Balas* eran publicadas, además del destaque que recibía la tecnología, de los telégrafos y bondes, por ejemplo, los trazos de los arcaísmos brasileños eran destacadas en la serie referida. El principal de estos arcaísmos era la esclavitud, cuya manifestación más degradada ocurre en la práctica sistemática de la violencia física. No era posible ocultar este horror y la violencia indispensable para el mantenimiento de la esclavitud, también es colocada como nexo básico de otras relaciones sociales.

PALABRAS CLAVE: Crónica. Modernización. Balas de estalo. Gazeta de Notícias. Esclavitud.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Primeiro artigo das respostas de Sílvio Romero a Valentim Magalhães.	51
Figura 2: Homenagens à Gazeta de Notícias por ocasião do seu 13º aniversário.	76
Figura 3: Primeira página da edição especial do jornal <i>Gazeta de Notícias</i> , do dia 25/03/1884, em função da abolição da escravidão no Ceará.	85
Figura 4: Excertos da página 3 do jornal <i>Gazeta de Notícias</i> com anúncios do dia 13 de junho de 1888. Destaque para o anúncio de aluguel de uma ama de leite.	89
Figura 5: Primeira página da edição de 03/04/1883 da <i>Gazeta de Notícias</i>	152
Figura 7: Destaque do texto “Ferimento e morte”,	153
Figura 6: “Destaque do texto “Occurrencias das ruas”, sexta coluna.	153
Figura 8: Foto de senhor de escravos rodeado por seus escravizados em 1870. ...	177
Figura 9: Segunda página da <i>Gazeta de Notícias</i> do dia 30 de janeiro de 1881. ...	191

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	13
1 LENDO A CRÔNICA DE 11/04/1883 – LULU SÊNIOR: TENSÃO E IRONIA NA MODERNIZAÇÃO PERIFÉRICA.....	23
1.1 COMENTÁRIOS INTRODUTÓRIOS.....	24
1.1.1 2 Balas de estalo: a série e a representação da modernização brasileira ..	27
1.1.2 Gazeta de Notícias: geração e modernização.....	36
1.2 AS NOVAS GERAÇÕES E A GAZETA DE NOTÍCIAS.....	44
1.2.1 Geração de 70 e modernização.....	56
1.3 UMA TRAJETÓRIA EXEMPLAR E EXCEPCIONAL DESSA GERAÇÃO: JOAQUIM NABUCO.....	61
1.3.1 O Abolicionismo: análise de Joaquim Nabuco.....	63
1.3.2 Geração de 1870 e Nova Geração: constelação e modernização.....	71
1.4 O JORNAL E O BONDE: PRINCÍPIO DE CRÍTICA À MODERNIZAÇÃO À BRASILEIRA.....	73
2. LENDO A CRÔNICA DE 31/12/1883 – ZIG-ZAG: TRABALHO LIVRE, UM OXÍMORO.....	92
2.1 COMENTÁRIOS INTRODUTÓRIOS.....	93
2.2 SITUANDO O PROBLEMA E VERIFICANDO DESDOBRAMENTOS.....	94
2.3 FORMA LITERÁRIA E PROCESSO SOCIAL: UMA TRAJETÓRIA ATÉ A CRÔNICA.....	96
2.4 A CRÔNICA: ALGUMAS TENTATIVAS DE DEFINIÇÃO.....	112
2.4.1 Crônica: trajetória e materialidade.....	120
2.4.2 Balas de estalo: pressupostos e características da crônica.....	123
2.4.3 Crônica e vida social brasileira.....	124
2.5 RELAÇÕES DE TRABALHO NAS BALAS DE ESTALO E A CRÔNICA COMO MERCADORIA.....	138

3 LENDO A CRÔNICA DE 05/04/1883 – DÉCIO: O SABRE DO URBANO E A VIOLÊNCIA FUNDANTE	145
3.1 COMENTÁRIOS INTRODUTÓRIOS.....	148
3.2 VIOLÊNCIA NA <i>GAZETA DE NOTÍCIAS</i> E NAS PRÁTICAS COTIDIANAS: A SOCIALIZAÇÃO ÀS AVESSAS	150
3.2.1. Violência e escravidão	169
3.3. ALEGORIA E ESCRAVIDÃO	174
3.4 O ESTILO DAS <i>BALAS</i> : HUMOR, IRONIA E IMPASSE TRÁGICO.....	180
3.4.1 O punhal de Lucrecia e o sabre do urbano: a propósito do “destino” do preto Luiz ou uma tentativa de síntese	197
Considerações finais	204
REFERÊNCIAS.....	210
ANEXO – CD-ROM Com parte das crônicas da série balas de estalo publicadas em 1883	220

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O período entre 2011 e 2018 foi sem dúvida um dos politicamente mais turbulentos que minha geração enfrentou (até agora). Os motivos de tal turbulência encontram diversificadas interpretações, algumas completamente divergentes entre si. O certo é que os fatos com os quais se depara quem existe como sujeito político pela primeira vez no início do século XXI tornam incontornável a reflexão sobre seu papel social.

Do *occupy wall street* (de 2011) ao golpe parlamentar no Brasil, passando pelas jornadas de junho de 2013, os universitários (não necessariamente a Universidade) imergiram num processo de autorreflexão que até então eu, ao menos, não tinha visto. Alguns momentos permitiram maiores trocas sobre as angústias de cada um (e essa foi uma das palavras mais empregadas pelos pós-graduandos ao pensar sobre sua própria situação no atual cenário). Emblemático nesse sentido foi o período de ocupação de diversos cursos de universidades espalhadas pelo país. Além das atividades especificamente pensadas para a ocupação, algumas reuniões de grupos de pesquisa aqui da Letras/UFRGS aconteceram nesse ambiente, talvez o mais propício para se expor tais angústias. Mais que isso, em outro ambiente talvez elas jamais teriam sido expostas coletivamente.

Era e é praticamente unânime o sentimento de dúvida sobre o papel da Universidade em meio a isso tudo e, por extensão, o papel de cada um, na academia e na sala de aula (já que nosso curso é majoritariamente formado por estudantes de licenciatura). Inevitável foi o surgimento do questionamento dos próprios trabalhos em desenvolvimento. As dissertações e teses, cada vez mais, e infelizmente, tornadas privilégios; para que servirão?

Obviamente não escapei ao sentimento de angústia e às dúvidas. Estudar crônicas de jornais velhos, com mais de 130 anos desde suas publicações originais? Mesmo que no escopo estivesse um dos autores que mais nos ajudaram a entender o país até hoje, a ideia agora na tese era justamente

estudar a série *Balas de estalo* para além de Machado de Assis. Suas crônicas, enfaticamente políticas, eu as havia estudado na dissertação¹. E agora?

Ajuda um pouco lembrar que as *Balas de estalo* são dotadas de potencial crítico inegável e de relativa força de intervenção nos debates da época, alguns aspectos do que a pesquisa em curso detalhou ao relacionar ideologicamente os autores da série à Geração de 1870 brasileira. Essa nomenclatura designa um vasto conjunto de grupos dotados de visão crítica sobre o *status quo* saquarema, isto é, sobre os grupos políticos conservadores do Segundo Reinado. Os membros da Geração de 1870 em geral não faziam parte da elite imperial, mesmo que compusessem parte das privilegiadas camadas letradas do Segundo Reinado. Era um movimento intelectual heterogêneo – formado por filhos de profissionais liberais, de pequenos comerciantes, de burocratas (como inspetores e magistrados), de oficiais do exército; além dos representantes rurais, como filhos de lavradores e até de estancieiros (ALONSO, 2002, p. 160). A despeito disso,

politicamente estavam em idêntica situação: marginalizados em relação ao núcleo saquarema de poder. Foi esta experiência de marginalização política que unificou grupos tão desiguais. Todos amargaram a mesma insatisfação com um regime fechado, que não se modernizava, com a falta ou de perspectivas de carreira ou de espaço para empreender projetos econômicos próprios. Foi o veto ao mundo político do Império que pôs do mesmo lado membros de grupos sociais ascendentes e decadentes, cafeicultores de São Paulo, estancieiros gaúchos e mesmo a nova geração de uma das alas da elite imperial. Sua unidade era política: antisaquaremas (ALONSO, 2002, p. 161).

Afinando um pouco a análise, Ângela Alonso (2002, p. 162, grifo da autora), referência das mais importantes para os primeiros passos deste trabalho, definiu a Geração de 1870 com um “movimento *político-intelectual* de contestação”.

A série *Balas de estalo*, veiculada no jornal *Gazeta de Notícias* entre os anos de 1883 e 1886, foi escrita por colaboradores que vivenciaram a emergência da ação da Geração de 70, tendo repercutido aquela postura até

¹ Cf. BOENAVIDES, William Moreno. *As formas da intervenção: política nas Balas de estalo* de Machado de Assis. 176 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

meados da década seguinte. Os autores das *Balas de estalo* (1883) se revezavam nas produções, usando pseudônimos. De acordo com Flávia Cernic Ramos (2005, p. 117), os autores e os respectivos pseudônimos eram os seguintes: Lulu Sênior (Ferreira de Araújo), Zig-Zag e João Tesourinha (assinados, o primeiro com certeza e o segundo provavelmente, por Henrique Chaves), Décio e Publicola (assinados por Demerval da Fonseca), Lélío (Machado de Assis), Mercurio e Blick (assinados por Capistrano de Abreu) e José do Egito (Valentim Magalhães). Mais tarde, ingressaram Confúcio, Ly e Carolus, que, assim como alguns pseudônimos de aparecimento raro, ainda não foram identificados².

Detendo-nos naqueles autores os quais se tem certeza da participação extensiva e decisiva para a consolidação da série, abaixo há uma descrição biográfica sumária de cada um deles. Para termos uma dimensão de sua composição etária, Machado de Assis³ era o mais velho de todos, com 43 anos quando teve início a publicação da série (03/4/1883):

* Ferreira Araújo (1848-1900) modernizou a imprensa brasileira através da *Gazeta de Notícias*, apresentando uma forma gráfica inovadora, um corpo de colaboradores de peso e uma linguagem mais ágil.

² Há algumas divergências sobre os autores empíricos da série. Janaína Tatim (2014, p. 27, nota 36), comparou algumas fontes: “As fontes cotejadas na indicação que segue de possíveis nomes são: (1) a bala de estalo de Décio de 01/01/1884, p. 2., em que há uma retrospectiva dos principais sucessos da série em 1883, comentados em relação ao que fez cada pseudônimo, dando pistas do autor empírico; (2) uma suposta carta de Lulu Sênior publicada na seção “Memorandum” do Corsário, em 25/09/1883, revelando os nomes por trás dos pseudônimos; (3) o dossiê da Autores e Livros sobre Ferreira de Araújo (Cf. nota 14 [refere-se a: LEÃO, Múcio. Ferreira de Araújo. *Autores e livros*. V. XI, n. 12, p. 113-4, dez 1950);] (4) a orelha e prefácio das Crônicas de Lélío, organizadas por R. Magalhães Jr; (5) a introdução a Balas de Estalo de Machado de Assis, de Paiva de Luca; (6) a monografia de Cernic Ramos [2002?]. Sabemos com certeza sobre alguns nomes, para os quais há consenso em todas as fontes: Lulu Sênior era Ferreira de Araújo, Mercurio e Blick eram Capistrano de Abreu, Zig-Zag era Henrique Chaves, Lélío era Machado de Assis, José do Egito era Valentim Magalhães. Publicola e Décio seriam Demerval da Fonseca para as fontes 2, 4, 5 e 6; porém a fonte 5 faz a ressalva de que Décio poderia ser Affonso Montauray. As fontes 2, 4 e 5 mencionam Francisco Ramos Paz como sendo João Tesourinha, porém a fonte 6 considera que Henrique Chaves pudesse ser o autor desse pseudônimo bem como de João Bigode. Apenas a fonte 3 refere um autor para Ly, que seria Manuel da Rocha. A fonte 4 refere ainda a participação na série de Ramiz Galvão, porém sem mencionar um possível pseudônimo, assim como Carlos de Laet, sugerido como Carolus. Confúcio e Farina permanecem sem autoria atribuída, além de outros, que apareceram apenas uma ou duas vezes”.

³ Excluiu-se Machado de Assis da breve apresentação que segue por se tratar de figura muito conhecida para que seja útil ao leitor uma síntese biográfica de dimensão modesta como esta.

* Henrique Chaves (1849-1910), português de Lisboa, atuou principalmente como jornalista, mas também foi tradutor e teatrólogo.

* Valentim Magalhaes (1859-1903) foi um escritor atuante, cuja intervenção na imprensa fluminense era destacada e polêmica, mas não chegou a escrever nenhuma obra cujo peso fosse significativo.

* Demerval da Fonseca (1850-1914), médico e homem de teatro, foi jornalista atuante junto com José do Patrocínio e depois mergulharia na política e chegaria a Senador.

* Capistrano de Abreu (1853-1927), cearense, amigo de Machado desde sua chegada ao Rio de Janeiro em 1875, atuou como jornalista, mas teria maior destaque como historiador, cuja obra fundamental é *Capítulos de história colonial*⁴.

Chama atenção que os integrantes já reconhecidos das *Balas de estalo* não configuram no seu todo um ou outro grupo nesse contexto intelectual e de ação política. Antes, eles mesmos são um microcosmo dessa diversidade. Afinados com a dimensão política da Geração de 70, é possível falar da “construção de um sentido político” para a série, que era

(...) bastante comprometida com a crítica feita à instituição monárquica e a tudo que ela representava naquele final de século. Os cronistas durante todo o ano de 1883 se encarregaram de condenar as práticas políticas do império (como o uso de capangas na Câmara de Vereadores e a fraude no sistema eleitoral), o mau uso do dinheiro público, o poder pessoal do imperador e os rituais políticos vazios e sem significados para o povo, tais como a Fala do Trono e a festa da independência (RAMOS, 2005, p. 161).

Ganha destaque o caráter político e crítico que o objeto de estudo aqui em foco pode ter. De certa forma, reside aí um dos aspectos de importância do gênero crônica destacado no presente estudo. Seu tema privilegiado é o cotidiano, o dia a dia. Colada à vida ao rés-do-chão (CANDIDO, 1992), à existência material, ela é também um gênero moderno, que surge no século XIX – um período de “sucessão cada vez mais acelerada dos fatos” e de um mundo cada vez mais complexo que traz imposições mais exigentes ao entendimento

⁴ Conferir: Ubiratan Machado (2006) e Antônio Sanseverino (2008).

humano, fazendo com que se espere do cronista uma espécie de “intervenção” no cotidiano, orientando o leitor na compreensão desse mundo (CHALHOUB, et alii, 2005, p.11-15).

O jornal que veiculou a série, a *Gazeta de Notícias*, é marcadamente um periódico que apostou na sua ampla difusão, buscando facilitar o acesso a ela. Obviamente há limites para isso, em função do pequeno número de alfabetizados e do menor ainda número de leitores efetivos. Contudo, a *Gazeta* vai atingir uma tiragem de 24 mil exemplares diários, maior que os demais grandes jornais da sua época⁵. Contribui para isso também seu modo humorístico e irônico de tratar os assuntos, bem como sua forma de distribuição, já que, para recebê-la, não era preciso ser assinante, pois era vendida avulsa em lugares variados, como estações de bonde, além de ser vendida de mão em mão por garotos-jornaleiros (RAMOS, 2010, p. 40-41).

Jornal de ampla distribuição (dentro dos limites), gênero (a crônica) com tendência à intervenção, série (*Balas de estalo*) com incontornável sentido político, além de contexto imediato e ideológico dos autores provocativamente disposto. Com isso, alguma coisa dizia, que o tema escolhido, a modernização brasileira na série *Balas de estalo*, renderia algo satisfatório, em algum sentido político também, para além do acadêmico.

O tema da modernização surgiu pela leitura das crônicas. Tanto pelo exame da participação de Machado, como Lélío, estudada na dissertação, quanto pela leitura dos demais pseudônimos⁶. O processo truncado e os limites das mudanças ocorridas por aqui se tornavam paulatinamente evidenciados à medida em que a leitura avançava. Será exposto nessa tese o impasse dessa modernização, conforme é representado pelas *Balas de estalo* em seu primeiro

⁵ Outros jornais que têm importância nesse momento são *Gazeta da Tarde* (1880), *O País* (1884), *A Notícia* (1884), o *Diário de Notícias* (1885) e a *Cidade do Rio* (1888). (SODRÉ, 1999, p.222-249).

⁶ Observe-se que a publicação de toda a série, com os textos de todos os pseudônimos, ainda não foi realizada. Com exceção da participação machadiana, que é conhecida desde 1958, com a publicação das *Crônicas de Lélío* por Raimundo Magalhães Júnior, trata-se de material inédito. O acesso ao conjunto, no entanto, é assegurado em função de sua disponibilização na Hemeroteca Digital Brasileira (www.memoria.bn.br). Essa sempre foi uma grande dificuldade para o estudo da série. Nos últimos meses, tive a condição de pagar pela digitação das crônicas que compõem o primeiro ano de publicação da série (um primeiro passo no caminho que está sendo iniciado no sentido de publicar uma edição anotada das *Balas de estalo*). Os textos digitalizados estão disponíveis como anexo (em CD-ROM) ao presente trabalho.

ano de funcionamento (1883). Como procure mostrar, as diversas características dos variados narradores e o próprio projeto que engendrou a série representam tensões sociais próprias do Segundo Reinado em um momento específico em que ao mesmo tempo as instituições precisavam ser mantidas e necessariamente alteradas. Esse jogo duplo ganhou representatividade no debate político e social no Segundo Reinado, em que as ideias eram usadas de forma concreta nas disputas que se colocavam entre os diversos grupos de interesse. As *Balas de estalo* se revelaram uma expressão não institucional desse processo, marcando a posição da Geração de 70.

Nota-se que os estudos sobre a crônica no Brasil vêm crescendo nas duas últimas décadas. Diversas formas de abordagem podem ser observadas. Há forte presença da organização de séries anotadas (John Gledson (1996; 2008), Lúcia Granja (2008), Jeferson Cano (2004), João Roberto Faria (In.: ASSIS, 2009)). Essas abordagens se detêm na organização de séries de crônicas de autores brasileiros já consagrados e que prestam serviço fundamental ao buscarem estabelecer os textos de forma fidedigna em relação às fontes jornalísticas onde os materiais foram publicados pela primeira vez. Associado a isso, há um crescimento considerável de dissertações e teses sendo desenvolvidas sobre os cronistas e, conseqüentemente, uma crescente produção de artigos, chamadas para publicação e eventos dedicados ao tema. Sobre a série *Balas de estalo*, destaca-se a presença de trabalhos, como a dissertação e a tese de Flávia Cernic Ramos, que, assim como outros comentadores (Chalhoub, Leonardo Afonso, Jefferson Cano, por exemplo), vem do campo da história.

As formas de exposição dos resultados são variáveis e dizem respeito ao próprio método adotado por cada comentador. Há estudos que buscam a relação entre a crônica e outros gêneros produzidos pelo autor, como Sônia Brayner (1982). Também, pode-se ver o estudo de séries inteiras tomadas em conjunto, como John Gledson (1996 e 2008), John Gledson e Lúcia Granja (2008), Lúcia Granja e Jeferson Cano (2008) e João Roberto Faria (2009). Varia-se o método de abordagem a tal ponto que se pode encontrar também estudos centrados em uma única crônica, como em Schwarz (2012). No caso dessa tese, realiza-se um modelo híbrido, pois a ênfase recai na análise detalhada de uma crônica por

capítulo, porém com expansão por meio de comparação e contraste com outras crônicas. Também a forma de lidar com o arcabouço teórico precisar ser comentado de antemão. Optei por não concentrar as formulações teóricas em um capítulo destacado da análise. Contudo, não senti a segurança necessária para integrar plenamente as considerações de ordem teórica a essas análises. A saída que encontrei foi intermediária, inserindo os comentários de ordem teórica em subcapítulos pertencentes aos capítulos analíticos. Apesar de ainda não conseguir elaborar na escrita a integração entre teoria e prática que almejo, tento, com o procedimento acima indicado, construir um trabalho que não sucumba à divisão artificial entre teoria e prática. Além disso, a intenção de tal escolha é também revelar na organização do próprio texto, de forma mais fiel, como os problemas de pesquisa aqui levantados foram pensados ao longo do tempo. Como conjunto, esta tese busca a reconstrução da materialidade do seu objeto, no sentido de descrever com minúcia as condições gerais nas quais foram gestados os protocolos de escrita que orientaram a produção das *Balas de estalo*. Assim como busca a compreensão materialista desse objeto, isto é, desvelar as relações estruturais que contribuem para sua constituição enquanto produção cultural do Brasil dos últimos anos do escravismo oficial. Em síntese: é preciso entender a crônica como fruto da relação dialética entre forma literária e processo social.

No presente trabalho, o estudo se direciona à compreensão da série *Balas de estalo*, a partir da leitura horizontal de todas as crônicas do seu primeiro ano de funcionamento. Em função da natureza compartilhada desses escritos, a especificidade da forma de construção de cada pseudônimo ganha relevo, justamente por expressar a tensão entre diferentes perspectivas da modernização brasileira, cuja expressão complexa caracteriza o processo modernizador por aqui. A presente tese tem como tema, portanto, a discussão, ora implícita ora explícita, sobre a modernização brasileira nas crônicas escritas na série *Balas de estalo* no jornal *Gazeta de Notícias* no ano de 1883. Essa relação e suas nuances são apresentadas no primeiro capítulo. Procuro mapear os aspectos da modernização brasileira comentados pelos cronistas e estabelecer suas visões sobre ela, localizando seus posicionamentos no contexto imediato de circulação das crônicas e investigando, ao mesmo tempo,

o que se pode entrever, a partir disso, dos processos históricos que constituíram o país e sua maneira de se modernizar.

Já no segundo capítulo, por uma tentativa de movimento dialético, procuro entender a constituição do próprio gênero crônica relacionada a essa *modernização à brasileira*. Pelas características materiais de sua circulação (o jornal e a função que deveria desempenhar nesse espaço), pela configuração de seu público leitor, pelo vínculo imediato com a temática do cotidiano, a crônica mostra-se um gênero propício a sedimentar em seus procedimentos formais traços da realidade que a circunda. Tais traços podem encontrar uma tentativa de entendimento na série *Balas de estalo*, que, ao mesmo tempo, abordava de maneira singular as mudanças ocorridas no cotidiano brasileiro da década de 1880 e participava, ela mesma, dessa modernização. Ainda nesse segundo capítulo, procuro avançar num tópico cujo início se deu durante a escrita de minha dissertação. Trata-se da aproximação entre a cordialidade, conhecida tese de Sérgio Buarque de Holanda (2000) e a crônica. Essa relação ainda parece bastante válida. Naquela oportunidade, no entanto, sucumbi à perspectiva culturalista de Sérgio Buarque ao tratar do tema. Ela acabou por suplantar o materialismo que tal análise requer. Agora tento superar tal limitação⁷.

Por fim, no terceiro capítulo, analisarei o traço mais profundamente arcaico que a modernização brasileira revelou, conforme observada pelos cronistas das *Balas de estalo*, que foi a violência. Uma violência que não consiste necessariamente no choque conflituoso de contrários, o que levaria a uma síntese. A violência sem conflito dessa modernização à brasileira é dotada da capacidade de imobilizar, ou da incapacidade de fazer avançar. Ela será analisada aqui com destaque para a feição irônica e trágica como foi representada nas crônicas estudadas, sempre no limite do humor e do sério, e pelo caráter alegórico que guardou em algumas de suas manifestações. A relação da violência com a modernização permitiu a aproximação ao tema da

⁷ A visão sobre os limites do conceito conforme estabelecido por Sérgio Buarque deve-se imensamente ao artigo “Jeitinho e jeitão: uma tentativa de interpretação do caráter brasileiro”, de Francisco de Oliveira, publicado em: *Revista Piauí*, nº 73, out. 2012. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/jeitinho-e-jeitao/>. Acesso: 05 de dezembro de 2012. Persegui o assunto pouco depois, mas ainda sem superar a visão que tinha do conceito de cordialidade durante a dissertação (BOENAVIDES, 2013).

escravidão, crucial para qualquer estudo sobre o período, e das relações de trabalho em geral, já que de certa forma se vivia a transição para o “trabalho livre”. Ainda no terceiro capítulo, se empreenderá uma síntese entre as posições referentes à modernização no Brasil e o lugar periférico ocupado pelo país no capitalismo mundial, a partir da aproximação dos casos estudados com a análise schwarziana da crônica “O punhal de Martinha” (SCHWARZ, 2012).

O conceito de modernização que baliza o presente trabalho é o de “modernização conservadora”, cujos mecanismos principais estão desenvolvidos em *A revolução burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes (2002). Tal escolha se deve ao fato da análise de Florestan permitir englobar outras formas de entendimento do mesmo problema. Sempre que procurei outra fonte para explicar a especificidade do processo de modernização brasileira, acabei por perceber que o entendimento apresentado nesses estudos podia ser alcançado se eu me voltasse novamente para Florestan. Assim, por exemplo, Ângela Alonso (2002), muito importante sobretudo para o primeiro capítulo deste trabalho, enfatizando os limites das reformas realizadas na segunda metade do séc. XIX, justifica o alcance reduzido destas pelo fato de terem sido levadas a cabo pelas velhas instituições imperiais. Demarcando, conforme sua caracterização e denominação, uma experiência “frustrada” de “modernização incompleta”, maneira da elite política imperial “modernizar o país sob tutela estamental” (ALONSO, 2002, p. 78). Descrevendo minuciosamente o contexto, a socióloga permitiu olhar em detalhe o período aqui estudado e como o fenômeno observado por Florestan Fernandes (2002) se manifestava ali, mesmo que ela não se valesse exatamente dos mesmos termos. Aos estudar como os mecanismos de dominação colonial subsistiram e se interiorizaram no Brasil Imperial, Florestan Fernandes (2002, p. 1.522-1523) percebeu um processo que se impregnou à matéria histórica brasileira e por isso tem validade até hoje:

as elites nativas não se erguiam contra a estrutura da sociedade colonial. Mas, contra as implicações econômicas, sociais e políticas do estatuto colonial, pois este neutralizava sua capacidade de dominação em todos os níveis da ordem social. (...) Aquelas elites se empenharam na consecução de dois fins políticos interdependentes: a internalização definitiva dos centros de poder e nativização dos círculos sociais que podiam controlar esses centros de poder. Assim, sem negar a ordem social imperante na sociedade colonial e reforçando-a, ao

contrário, as referidas elites atuaram revolucionariamente ao nível das estruturas do poder político, que foram consciente e deliberadamente adaptadas às condições internas de integração e funcionamento daquela ordem social.

Dessa perspectiva, a Independência pressupunha, lado a lado, um elemento puramente revolucionário e outro elemento especificamente conservador. (...) O estatuto colonial foi condenado e superado como estatuto jurídico-político. O mesmo não sucedeu com seu substrato material, social e moral, que iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade social.

Assim, o presente trabalho investiga a forma como os autores da série *Balas de estalo* incorporaram, no primeiro ano de funcionamento da série (1883), a referida modernização conservadora, um traço da matéria histórica brasileira. Tendo um modelo de modernização capaz de promover um jeito sempre novo de permanecer igual, ou melhor, um jeito sempre novo de manter as diretrizes das mudanças sob a tutela do velho, impede-se o desencadeamento de qualquer mudança estrutural.

Talvez se acalme um pouco aquela angústia comentada no início desta introdução. Esse sentimento é potencializado em tempos sombrios, que na verdade são a regra no regime econômico e social no qual vivemos, mas que saltam aos olhos em momentos como estes que temos nas primeiras décadas do séc. XXI. Talvez se acalme porque o problema em análise, essa modernização conservadora, sendo de fato constitutiva de matéria histórica que singulariza o Brasil, tem validade para além dos limites de seu objeto específico de estudo. O manutenção do antigo, que parece retornar sem nunca ter sido superado de fato, reverbera até na fala do indigesto Michel Temer, ao comentar a famigerada MP do ensino médio, “É interessante no Brasil que as coisas se renovam para voltar ao passado”⁸. E o que veio depois, constitui mais um ato desta tragédia anunciada e se apresenta como algo que vai “mudar (sic) tudo que tá aí, tá ok?”. Não, não está ok.

⁸ “Mesmo após rejeição, Temer defende reforma”, publicado no Diário online, e 30 de setembro de 2016. Disponível em: <http://m.diarioonline.com.br/noticias/brasil/noticia-381603-mesmo-apos-rejeicao-temer-defende-reforma.html#!>. Acesso: 1º de outubro de 2016.

1 LENDO A CRÔNICA DE 11/04/1883 – LULU SÊNIOR: TENSÃO E IRONIA NA MODERNIZAÇÃO PERIFÉRICA

O governo imperial mandou dar cinco contos e quatrocentos mil réis para consertar a igreja de S. Sebastião dos barbadinhos. Há anos agita-se a questão da influência que sobre a salubridade pública possa exercer o arrasamento do morro do Castelo: o governo resolve-a, dando dinheiro aos padres para consertos da igreja.

Como medida profilática da febre amarela, é esta uma das melhores descobertas que têm feito nestes últimos tempos as instituições que felizmente nos regem; descoberta que pelo menos tem um lado prático: já que se não dá cabo da moléstia que nos manda o bento corpinho desta para melhor, ao menos tratemos de pôr-nos bem com os padres para que eles peçam a Deus que nos ponha a alma à sua mão direita. *Amen.*

O ministério da marinha mandou declarar ao Sr. comandante da corveta Trajano, que foi recebida com satisfação a comunicação de não ter havido aplicação de chibateação à tripulação durante a viagem e regresso a esta corte.

O ministério da marinha anda a divertir-se com a gente. Um dia manda fazer um regulamento em que se marca – assim à modo de dieta de hospital, mas com maior fartura – quantas chibatadas deve levar o marinheiro que fuma, quantas competem de direito aos que tomam rapé, e quantas devem ganhar os que mascam. A comissão incumbida desse servicinho amável, ao contrário do que ordinariamente fazem as comissões, dá conta do seu trabalho distribuindo chibatadas sem conta.

O Sr. ministro aprova o trabalho da comissão, e agradece-lhe: agora, manda dizer ao digno comandante da Trajano que está muito satisfeito por saber que essa corveta não faz concorrência ao eito.

Sejamos razoáveis, Sr. ministro. Ou a chibata presta, ou não presta: se não presta, acabe com ela; se presta, não diga que fica satisfeito ao saber que se não faz uso dessa salutar diversão.

Quer o leitor saber como nós somos conhecidos na Europa? Veja o que diz o Voltaire, excelente jornal de Paris:

“O ideal da reportagem!

Um dos redatores de um jornal brasileiro entendeu dever insinuar que o vinho vendido por um tal Monteiro tinha de tudo, menos uva. Monteiro esperou o jornalista à porta do escritório, e chamou-o de mentiroso. Troca de testemunhas, e no dia seguinte duelo à pistola.

Pif! Paf! Os dois adversários ficaram feridos; o médico declarou que Monteiro reestabelecer-se-ia ao fim de um mês, mas que o repórter só tinha cinco minutos de vida.

Em vez de pedir um padre (vê-se que o Voltaire não se refere a um redator do Apóstolo), o jornalista pede uma pena e manda ao seu jornal o seguinte telegrama:

'Houve um duelo entre os Srs. Arner e Monteiro, a propósito de uma discussão fútil. O Sr. Arner recebeu uma bala no peito e morreu daí a cinco minutos. Façam uma pensão à viúva'

E deixando a pena, expirou”.

Veja o leitor como se escreve em Paris a história... do Brasil.

Aqui, até segunda ordem, a regra, nestes casos, em vez do duelo à pistola, é o belo tabefe, prisão em flagrante, fiança e publicação a pedido.

Se não fosse manifestamente uma fantasia, o artigo do Voltaire seria caso para se mandar pedir ao público parisiense que suspendesse o seu juízo.

—
Temos um presente para o Sr. diretor geral dos correios.

É o envelope de uma carta que foi expedida aqui do Rio de Janeiro – onde florescem a febre amarela e a Ilma. câmara municipal – no dia 27 de fevereiro de 1882, com destino a S. Sebastião dos Aflitos, na província de Minas.

A carta chegou ao seu destino no dia 2 de abril do ano corrente, isto é, cerca de quatorze meses depois da expedição.

Muito tem caminhado o mundo: mas é justiça reconhecer que o Brasil vai na frente, como baliza. O vapor, o balão, o telefone são histórias da carochinha: grande, o enorme invento da humanidade é o correio brasileiro, que chega quase a ser tão bom como o telégrafo do Sr. Capanunes.

E quando nós vemos casos como este, de uma carta que leva quatorze meses para ir daqui a Minas, ainda temos esperanças de que nos venham parar às mãos dois telegramas que nos foram expedidos de Montevideú, em dezembro do ano passado, e que a esta hora talvez já estejam no Rio Grande do Sul⁹.

1.1 COMENTÁRIOS INTRODUTÓRIOS

Já na primeira frase da crônica, fica indicada a existência de um poder autoritário que manda e que decide o destino dos outros, destina a verba para quem ele quer. Há uma cisão entre a necessidade que se arrasta (a salubridade pública) e as decisões do poder. O tempo é descompassado, já que a necessidade vem de anos e a decisão (torta) se realiza assim que o poder (o

⁹ Os títulos de periódicos e de seções, bem como os textos transcritos, terão a ortografia atualizada neste trabalho. Casos em que o procedimento seja diferente, serão indicados oportunamente. Ao longo do trabalho, três crônicas serão transcritas, uma em cada abertura de capítulo. Nelas, os parênteses com reticências “(…)” indicam ilegibilidade no periódico.

governo imperial) decide executar. Entre a ordem e a execução nenhum contratempo interfere. O desmando da autoridade tem passe livre.

A ironia insinuada no final do primeiro parágrafo (“o governo resolve-a, dando dinheiro aos padres para concertos da igreja”) aparece com força no segundo, em que é dito que as “instituições que felizmente nos regem”, já que não conseguem eliminar o problema de saúde, ao menos arranjam um bom tratamento pós-morte. A ironia incide aqui justamente na distância que já havia no primeiro parágrafo, entre o problema e a solução. Ela, a ironia, aparece como uma ponte falsa entre esses dois extremos. É aqui também que outros extremos se encontram: a linguagem culta e até sacra e a coloquial: “medida profilática”, “*amen*” (com a grafia latina) convivem com “dá cabo” e “corpinho”.

A próxima parte da crônica repete parcialmente a primeira: em tom sério relata a ordem de uma autoridade (no caso, o ministério da marinha) a um subordinado (o Sr. comandante da corveta Trajano) de que não deveriam ser aplicadas chibatadas na tripulação. A ação é desencadeada pela frase de abertura contendo o verbo “mandou”. O parágrafo seguinte também se destaca pela ironia. Ele começa assim: “O ministério da marinha anda a divertir-se com a gente”. E passa a relatar que antes da ordem anterior haviam sido explicadas com detalhe as regras de um comando oposto: quantas chibatadas deveriam ser dadas para cada “transgressão”. Em vez de um comentário sério sobre o trágico conteúdo de tais regras, o narrador-cronista destaca que, ao contrário do que é comum às comissões, os incumbidos desse “servicinho amável” (dar chibatadas) “dá conta do seu trabalho”. Se é para prejudicar, o trabalho é feito. Novamente a cisão (no caso entre a tragicidade das regras e a comicidade do comentário) é preenchida pela ironia que realiza pelo avesso o estilo sério destinado à escrita de regras.

O final do trecho, dois parágrafos adiante, depois de dar o informe de satisfação do ministro pela não aplicação das chibatadas, é feito em tom sério, até dissertativo: “Ou a chibata presta, ou não presta: se não presta, acabe com ela; se presta, não diga que fica satisfeito ao saber que se não faz uso dessa salutar diversão”. O narrador-cronista, que se coloca como a parte fraca, obediente às regras, cobra o fim da incongruência, como se com isso não fosse

necessário cobrar o fim das chibatadas. Teria fim, ao menos, o comportamento pendular do ministro.

Na terceira parte, o narrador-cronista inicia um diálogo direto com o leitor, em que ambos – que antes se identificavam por serem regidos – agora compõem o mesmo grupo de “brasileiros”, em oposição à Europa. O conflito entre um redator de jornal e um vendedor de vinho acaba com a morte do primeiro. O comentário lançado pelo narrador-cronista, no entanto, se dedica a destacar que é assim que se escreve a história do Brasil em Paris (cidade de cujo jornal a notícia foi extraída). Com isso ele corresponde às expectativas criadas no início do assunto quando perguntou ao leitor se ele sabia como somos conhecidos na Europa. O narrador-cronista usa aqui uma metonímia na qual Paris representa a Europa. Para coibir a violência – e não para incentivar – é que devem existir as regras, sugere o narrador-cronista (se compararmos com o trecho anterior da crônica que tratou das chibatadas nos marinheiros).

Na quarta e última parte da crônica, o peso da ironia recai sobre a ineficiência dos correios brasileiros, mas é estendida a outros problemas do Rio de Janeiro, “onde florescem a febre amarela e a Ilma. Câmara municipal”. Uma carta enviada do Rio demorou quatorze meses para chegar a Minas Gerais. Esse é o mote para a crônica – no seu impiedoso penúltimo parágrafo – ironizar o atraso nacional em comparação com as conquistas do Ocidente. Ou, em termos que o narrador-cronista não trata, ironiza a modernização do capitalismo da periferia em comparação com a do centro do capitalismo.

Num curto texto ficam assinaladas várias tensões, como cisão entre as necessidades sociais e as iniciativas para solucioná-las; a violência por ordem militar; essa mesma violência, mas na sociedade civil, como meio de “solucionar” polêmicas da cultura letrada; um certo servilismo na aceitação da visão francesa (metonímia da Europa como um todo) sobre o Brasil e a estagnação da situação local. Todos esses traços foram captados no cotidiano brasileiro e transpostos para a crônica com o humor e a ironia. De certo modo, na terceira parte, pelo deslocamento para o olhar estrangeiro, há indicação de que assim se escreve a história brasileira, a partir de acontecimentos menores que revelam o descompasso do país em relação a uma certa modernidade europeia. Dois dos pontos destacados pelo narrador-cronista vão se desdobrar, no período de maior

modernização urbana da virada do séc. XIX para o XX, em revoltas, a da chibata e a da vacina.

1.1. 2 *Balas de estalo*: a série e a representação da modernização brasileira

Na estreia da série *Balas de estalo* (*Gazeta de Notícias*, 03/04/1883), Mercúcio (um dos pseudônimos de Capistrano de Abreu e que faz referência ao personagem de Shakespeare, primo do protagonista na peça *Romeu e Julieta*) lança um comentário entre melancólico e irônico sobre as novas práticas que mudaram os costumes do Rio de Janeiro (*GN*, 04/04/1883). Ele assinala que as transformações que levaram a troca da devoção religiosa pela política, pela imprensa e outros elementos de modernização, são acompanhadas de práticas que contrariam essa modernização, como a busca por curandeiros em detrimento da medicina. A leitura da crônica sugere que no Brasil convivem a incorporação da novidade com os traços arcaicos. Mercúcio refere aspectos dessa modernização, os bondes e a imprensa de um lado; o positivismo de outro. Com isso, tem-se dois modos desse processo estabelecer-se: ou é inevitável, como no caso dos bondes e da imprensa, ou não corresponde a nenhuma necessidade autêntica das condições sociais, como o positivismo. Em nenhum caso a modernização se instaura de modo efetivo, e acaba por não anular as práticas anteriores e contrárias a ela, acretando a convivência dos elementos agora considerados modernos com os já existentes, marcados como arcaicos. Isso acaba por mudar a aparência, o aspecto geral da corte, mas não a transforma efetivamente. A situação se torna incongruente e a problemática é dupla, pois o fator que torna incompleta a modernização é justamente o oposto dela, a permanência da dinâmica tradicional, que, além de não ser anulada pelos aspectos incorporados da modernidade, podem ser potencializados por eles. Gera-se um paradoxo que atinge níveis diversos da sociedade brasileira, aos quais as próprias *Balas de estalo* podem ser uma resposta ou explicitação irônica. Pela incompletude do processo, não há uniformização, homogeneidade, mas dualidade e incongruência.

Comentando o lançamento do programa da série *Balas de estalo*, Flávia Cernici Ramos (2010, p. 58-59) diz o seguinte:

Ao inaugurar a série no dia 3 de abril de 1883, Mercúcio apresentava o programa temático das balas para o seu leitor, apontando aquela que seria uma das principais discussões dos cronistas: as mudanças vividas pela cidade do Rio de Janeiro e mesmo pelo Brasil nas duas últimas décadas do século XIX. Pseudônimo do prestigiado historiador Capistrano de Abreu, Mercúcio discutia as mudanças no movimento político, no surgimento da imprensa jornalística, no acréscimo da população, no uso do vapor, no trato frequente e rápido com a Europa e na instalação dos bondes, a imensa e maior força de transformação que já havia incidido sobre aquela cidade, fazendo dessas transformações contraponto a antigas práticas políticas, econômicas e sociais do império. Sua crônica trazia para o leitor, segundo ele, aquilo que já não era mais possível ignorar: as discussões sobre um novo futuro para o país. Para o cronista, juntamente com a transformação, pouco a pouco ia esboroando-se a velha organização, sentimentos, ideias, ações, pontos de vista e intuítos iam se alterando, derrubando velhas instituições, criando novas religiões e indagações sobre aquele momento histórico.

Blick, outro pseudônimo de Capistrano de Abreu, estreará em julho. Melancolicamente vai expor (*GN*, 07/07/1883) que considera o Segundo Reinado pior até mesmo que o Primeiro e que a Regência. Chega a afirmar que “o jornal matou o livro”, lamentando a falta de estadistas no presente capazes de comporem estudos de fôlego.

No segundo dia de existência das *Balas de estalo* (*GN*, 04/04/1883), Décio (Demerval da Fonseca), em sua estreia, ironiza a expressão “para exemplo” utilizada para justificar o motivo da violência com que uma rebelião em função do aumento de um imposto foi contida na província do Paraná. A frase entrará para a história da “administração d’este país”, como outras referidas pelo narrador-cronista: “o poder é o poder” e “nasce de cima a corrupção dos povos”. Com referências diretas à Paranaguá (presidente do Conselho de ministros na época) e à violência que impede a liberdade de expressão, sempre de modo irônico, Décio credita os males do país ao Estado. A “espada do coronel” exemplifica as posturas arcaicas de autoritarismo e violência.

Em sua estreia (*GN*, 14/04/1883), Publicola (outro pseudônimo atribuído a Demerval da Fonseca) faz uma espécie de resenha crítica da edição do último domingo do jornal *Apóstolo*. Os ataques vão da maçonaria à Igreja. O cronista comenta uma portaria reproduzida no referido jornal católico que trazia “alguma coisa mais obscura e impentrável do que a gramática de que fez uso o sr. Bispo

do Rio de Janeiro” (na oportunidade, Pedro Maria Lacerda). Referia-se à declaração na mesma matéria de que foi conseguida uma licença para usar, só agora licitamente, os “óleos santos” há muito distribuídos pela Igreja. Além disso, estava liberado também o uso dos ditos óleos que haviam sobrado do ano anterior. Em outubro, estreará Confúcio (GN, 17/10/1883), que, embora sem autoria definida, pode ser outro pseudônimo de Demerval da Fonseca. Aqui ele irá comparar os truques dos ilusionistas aos discursos do parlamento, sempre iguais, aparentando serem diferentes.

Zig-Zag, depois de uma crônica de estreia (GN, 07/04/1883) relativamente banal, em que trata de uma encenação teatral e do empresário da mesma, o qual ele critica, comenta a presença de capangas na câmara municipal para “resolver” divergências políticas a favor de seu contratante (GN, 15/04/1883): “O capanga é, pois, uma instituição tão legítima, tão reconhecidamente salutar, como todas as que existem na constituição”. Zig-Zag era pseudônimo de Henrique Chaves. Também dele serão os pseudônimos João Bigode e, possivelmente, João Tesourinha. Ambos novos pseudônimos estrearão apenas em 1885, quando falarão do tema político¹⁰.

Veja-se a crônica de estreia de dois dos autores que tiveram grande destaque na série: Ferreira de Araújo e Machado de Assis. Este, sob o pseudônimo de Lélío, estreará apenas em julho de 1883. No caso de Lélío, o pseudônimo pode ter sido inspirado num personagem da peça *L'Étourdi*, de Molière, ou numa figura comumente representada na *commedia dell'arte* do teatro italiano entre os séculos XVI e XVII:

Machado de Assis adotou o pseudônimo “Lélío”, respeitando uma norma seguida por todos os outros colaboradores. Para R. Magalhães Jr. (in ASSIS, [198-], p. 13), o nome foi retirado de

¹⁰Apesar da dificuldade de se ler no jornal a assinatura do pseudônimo, é possível discernir, mesmo que precariamente, que a “bala” de 07/01/1885 é assinada por João Bigode. No mês seguinte, 08/02/1885 estreará João Tesourinha. Nesse período, o tema político torna-se bastante recorrente em função das eleições realizadas por ocasião da dissolução da Câmara dos deputados. João Tesourinha comentará a eleição que se aproximava. João Bigode afirmava não ser eleitor, mas que se fosse não votaria no candidato abolicionista na eleição do “segundo distrito”. Refere-se ironicamente às fraudes eleitorais, diante das quais votar não tem muito sentido. O tema político em geral era tratado por Lélío, pseudônimo referido por João Bigode nessa crônica quando pede licença a ele para tratar de tal tema. Interessante o comentário de João Bigode, de que não era eleitor, pois as eleições que estavam acontecendo se dariam sob as regras da reforma eleitoral de 1881, a primeira a instituir o título eleitoral e, o que importa aqui, a proibir o voto de analfabetos.

uma personagem da peça *L'étourdi*, de Molière, escrita entre 1653 e 1655: filho de Pandolfe, Lélie é apaixonado pela bela escrava Célie. Estouvado, impulsivo e atrapalhado, ele estraga os dez planos preparados por seu valete Mascarille para ajudá-lo em sua conquista. É preciso considerar, entretanto, a existência de uma personagem da commedia dell'arte, cujo nome é Lélío. Presente no teatro italiano escrito entre os séculos XVI e XVII, o aventureiro romanesco surgirá em 1620 em Lelio bandito, de Andreini, e será retomado em 1750 por Goldoni em uma peça cujo título em francês é *Le menteur*. Na França, Lélío será personagem de duas peças de Marivaux: *La surprise de l'amour*, de 1722, e *Le prince travesti*, de 1724 (CALLIPO, 2008, v. 10, n. 2, p. 20).

Lélie, portanto, uma das possíveis referências para o pseudônimo, será apaixonado por uma escrava. Como veremos adiante, um dos traços que caracterizava o grupo das *Balas de estalo* e a linha editorial da *GN* como um todo em fins da década de 1870 e início da de 1880 era justamente sua relação com o abolicionismo. As demais referências para o pseudônimo relacionam-se à dimensão do humor e da trapaça, podendo ser vinculadas ao estilo adotado na escrita das crônicas das *Balas* por Machado. Embora o tema mais recorrente de Lélío tenha sido a política, sua crônica de estreia na série aborda uma questão que envolve a ciência e a medicina (*GN*, 02/07/1883). Ele ironiza a recente criação na Sociedade Portuguesa Beneficência da enfermaria dedicada à medicina dosimétrica, que defende que os remédios dados em doses exatas curam melhor ou mais rápido... A ironia está justamente no absurdo do contrário, que faz supor que nas outras enfermarias os remédios são dados em doses erradas¹¹.

Já Ferreira de Araújo, um dos proprietários da *Gazeta de Notícias*, seu redator-chefe e responsável pelas diretrizes das *Balas de estalo*, escrevendo sob o pseudônimo de Lulu Sênior (o qual utilizava desde sua atividade anterior, no

¹¹ Machado gozará de grande prestígio em sua longa participação na *GN*. Estreia no periódico com o poema "Naquele Eterno Azul", em 23 de dezembro de 1877, mas sua colabração regular teria início de fato com a publicação do conto "Teoria do Medalhão", (posteriormente recolhido no livro *Papéis avulsos*, de 1882) em 18 de dezembro de 1881. Conforme analisa Crestani (2014, p. 107-109), os contos de Machado saíam sempre aos domingos, dia em que a tiragem do jornal era maior, mostrando sua importância para o periódico. Inicialmente esses eram publicados no rodapé da primeira página, mas passam, com a publicação do conto "A Igreja do Diabo" (que fará parte da coletânea *Histórias sem data*, em 1884) a ocupar o topo dessa mesma página. Mudança de posição essa que se deu em 17 de fevereiro de 1883. Em julho deste ano, Machado iniciaria sua participação nas *Balas de estalo*.

jornal *O mosquito*), inaugura sua participação nos primeiros dias de existência da série (GN, 06/04/1883). Ele comenta a missa encomendada pelo bispo da cidade em homenagem a São Benedito. A missa pedia perdão pelos insultos cometidos durante o carnaval e a intercessão do santo para cessar a epidemia de febre amarela. A ironia estava no santo escolhido: São Benedito, negro, teria que interceder pela cura de uma doença que poupava as pessoas de sua raça. O santo, segundo a fina ironia do cronista, deveria salvar aqueles que além da febre amarela detinham outra moléstia: o preconceito de cor. Lulu Sênior, então, aproveita para ironizar o papel da Igreja nessa sociedade invocando em seus argumentos a medicina e a escravidão.

No âmbito da higienização, o Segundo Reinado foi marcado, como não surpreende, por conflitos raciais muito fortes. Chalhoub (1996) mostra como as doenças que acometiam mais a população negra eram combatidas de forma diferente das que atacavam mais a população branca. Os casos de epidemias que afetavam mais os brancos, como a febre amarela referida na crônica, eram tratados como prioridade, tanto pelo protecionismo aos habitantes brancos quanto para impedir que a doença afastasse os imigrantes europeus. O Santo Benedito entra nessa história em função de um episódio de 1849-1850. Por ser um santo negro, ele deixou de ser levado numa procissão de Quarta-feira de cinzas, pois nenhum dos preconceituosos fiéis queria levar um negro nas costas, mesmo que fosse santo. No verão seguinte, a febre amarela devastou a cidade. O que foi considerado pelos beatos e beatas uma forma de vingança do santo que, claro, recuperou seu posto na procissão seguinte (CHALHOUB, 1996, p. 137-8). O contrário também se dava, isto é, casos de doença que afetavam mais a população negra, em geral doenças que estavam relacionadas às condições precárias de existência, de condições insalubres. É o caso do cólera. A alta mortalidade dos habitantes negros causado por essa enfermidade fazia com que eles desconfiassem que os médicos brancos os tivessem deixando morrer de propósito. Por medo da revolta popular, as autoridades permitiam aos curandeiros negros tratar os pacientes até mesmo no Hospital da Marinha (CHALHOUB, 1996, p. 135-6).

Note-se aqui a relação entre o cronista e o historiador. No caso do segundo, Chalhoub, há algo que lembra a metodologia da micro-história, a busca

pelos pequenos acontecimentos (residuais, descartados até então) para recompor a história do período distante. Depois, o historiador narra a articulação entre o grande episódio (surto de febre amarela) e o cotidiano, de tal modo que mostra como numa procissão a tensão social gerada pela escravidão fica evidente. Na perspectiva do cronista, na intervenção no presente e na incerteza quanto ao futuro, a febre amarela, a religião e o Estado ganham outro tratamento, ganham caráter de denúncia.

Em maio de 1883, por sua vez, estreará José do Egito (Valentim Magalhães). Ele comentará a atividade até então das *Balas de estalo* por meio de metáforas que se relacionam à dimensão bélica e “confeiteira”, por assim dizer, que aparecem reunidas no título da série: “Descubramos um projétil que participe, a um tempo, do amargo da guerra e da guerra aos amargos. Que fira, mas docemente. Que estale, que bata, que fira, mas que passando o *estrago*, se dissolva em doçuras no paladar da vítima”. Sugere ainda que a série faça uso da “quadrinha impressa em papelitos de cor”, como ele mesmo dá o exemplo:

*Sob a pressão dos micróbios
A cidade chora e geme...
Doem-lhe todas as juntas,
Inclusive as de higiene (GN, 08/05/1883).*

Note-se que a referência de Valentim Magalhães à quadra popular pode remeter a um antigo sentido da expressão “Bala de estalo”, que, na primeira metade do séc. XIX, era uma bala cujo invólucro era formado por um papel com versos impressos e que passou a ser a designação de quadrinhas rimadas e humorísticas. Conforme Janaína Tatim (2014, p. 23), a partir do estudo de anúncios comerciais veiculados nos periódicos da época, a expressão “balas de estalo” transformou-se ao longo do século XIX. Inicialmente eram guloseimas, depois passaram a seções de jornal, mormente escritas em verso e sempre relacionados ao humor, “ao riso e à comicidade”.

Em meio a essas estreias, alguns pseudônimos que não mais aparecerão são usados ao longo de 1883. Biondelo (referência ao personagem de *A megera domada*, de Shakespeare) falará sobre a vacância do cargo de diretor do observatório (GN, 20/01/1883). Lafayette, pseudônimo que se refere ao ministro inúmeras vezes citado nas *Balas* por sua postura política extremamente maleável, é o pseudônimo que aparece uma única vez em junho, dando

conselhos ao imperador (*GN*, 29/06/1883). No final do ano, Flamarion Júnior (referência a um espírita francês) ironiza informações do observatório astronômico divulgadas no *Jornal do Comércio* (*GN*, 02/11/1883). Por fim, o pseudônimo de Aluízio Azevedo (*GN*, 10/12/1883), dirigindo-se a Lulu Sênior, comenta a figura de Filomena Borges, como parte de alguns falsos casos que foram criados na *Gazeta* e que influenciaram na produção do romance homônimo de Aluízio de Azevedo. Romance esse que passaria a ser publicado na *Gazeta* na semana seguinte¹².

É possível afirmar que em 1883 o grupo estava formado, ninguém mais entraria. Mesmo que novos pseudônimos viessem a surgir, eles seriam escritos por autores empíricos que já faziam parte da série. Contudo, é importante fazer a ressalva de que os pseudônimos, mesmo quando de um mesmo autor, têm estilo e temática próprios, criando formas diversas de falar. É o caso, por exemplo, de Mercúcio e Blick que, embora tenham sido criados por Capistrano de Abreu, possuem autonomia: “Mercúcio é um pouco mais brincalhão, seu texto é mais leve e acessível. Blick já é mais sisudo, persistindo sempre nos mesmos assuntos – política nacional, sua história e evolução” (RAMOS, 2005, p. 42).

Construindo um panorama desse primeiro ano de série na primeira crônica do ano seguinte, Décio faz um balanço do funcionamento das *Balas de estalo* até então (*GN*, 01/01/1884). Brinca com Zig-zag que havia reclamado por ter tido que fazer a última crônica do ano anterior. Décio diz que a missão era fácil, bastaria “ter feito ontem o índice de todas as balas do ano, e teria conseguido um efeito magnífico”. E é exatamente o que se põe a fazer. Agradece “ao público leitor amante da fina literatura humorística o grande apreço que tem dado a estas balas”. No inventário dos pseudônimos, diz que sustentaram “esta sessão com os seguintes colaboradores: Lulu Sênior, Zig-Zag, Mercúcio, Blick, Confúcio, Publicola, Lélío, José do Egito e este seu criado Décio”. Então segue:

Mercúcio abriu caminho. Trouxe um artigo contra a prática do Centro Positivista e as religiões mambembes e jucas rosas (...). Mais tarde, intrigado por não ter assunto nem disposição para o gênero, entrou a assinar Blick e a escrever (...) a propósito de vários assuntos políticos. Bem, este Mercúcio e este Blick eram aquele mesmo professor de história, míope de profissão (...).

¹² No segundo capítulo deste trabalho retomaremos os comentários sobre esse episódio.

Depois veio Zig-Zag; a princípio discutia as longas sessões da câmara (...). Entretanto, como lhe desse a falta de assunto para escrever cartas a S. M. o imperador sobre várias questões de atualidade – as cartas a que S. Majestade jamais dignou-se a responder – adotou Zig-Zag o nome de João Tesourinha – só para disfarçar. (...) Pois bem; Zig-Zag e João Tesourinha eram aquele conhecido rapaz corpulento, de boa cara, a arrancar constantemente e vertiginosamente os fios do bigode, que taquígrafa na câmara dos deputados, instituiu o Dizia-se Ontem e traduz dramas para o teatro.

Seguiu-se Lulu, que jamais tomou assinatura diversa. Médico retirado, patrão capaz de todos os sacrifícios – até de elevar-nos os ordenados de 500% ou dar-nos de festas 6 meses de ordenados -, discutidor da questão do gás, das Cousas Políticas e dos relativos à junta da higiene – destas últimas quanto não tem assunto (...).

Lélio é aquele literato chefe, poeta, dramaturgo e romancista, que depôs um dia a sua coroa de burocracia da agricultura e a sua filosofia brás cúbica para fazer em balas de estalo uma boa reclame (sic) à Camisaria Especial. Quando cabe-me o dia em sábado, ele faz por mim as balas (...).

José do Egito faz hoje as suas notas à margem. Escreveu balas sobre interpelações, sobre touradas, e, de uma feita, despediu-se do regimento dos confeitores, assinando por nós todos... sem para isso ter procuração, como devia ter pedido antecipadamente, desde que é advogado. Confúcio respondeu ao poeta Rozendo republicano o triolet do Raimundo. – Larga essa lira cachetiça (sic); descobriu a minha secretaria do império do Brasil. Publicola pôs em pratos limpos os preços dos barões, a saber o da terra 750\$ e do estrangeiro 2:000\$; ambos são um e o mesmo indivíduo. Depende da ocasião. (...)

O funcionamento da série, escrita por escala, fica marcado aqui. Como analisa Ana Flávia Cernic Ramos (2005, p. 36), nessa crônica, ao falar da constituição do grupo, Décio “delimita para o leitor algumas das características de cada um dos participantes da série”. Note-se que os principais e mais recorrentes pseudônimos são referidos, proporcionando uma boa síntese desse primeiro ano e da proposta da série *Balas de estalo* como um todo. As funções e assuntos dos membros são indicados, mostrando que a série e o grupo de autores já haviam conquistado alguma familiaridade com o leitor, a quem era exposto marcas que poderiam permitir identificar os autores empíricos de vários dos pseudônimos, saber que tinham um “patrão” e brincar com o valor dos ordenados.

De maneiras variadas, percebe-se que a modernização brasileira é vista pelo viés da precariedade nas *Balas de estalo*, em cujas crônicas esse tema é

central e tratado de forma bastante variada. Os cronistas enfocam assuntos como:

- a) a precariedade do cotidiano, manifestada de formas diversas;
- b) problemas de saúde pública;
- c) religiões, oficiais e populares;
- d) autoritarismo das instituições;
- e) cisão entre instituições e as necessidades sociais;
- f) violência e repressão;
- g) coexistência de elementos considerados pertencentes a épocas divergentes;
- h) relação entre Brasil e Europa, esta se apresentando como o parâmetro para se pensar e avaliar aquele.

Os textos apontam um conjunto de deficiências em setores fundamentais. Carência de prestação de serviços básicos, como saúde e comunicação, acompanhadas da violência e da repressão. Associada a isso, vemos constantemente a referência ao olhar europeu sobre o Brasil. Essas precariedades são ironizadas à luz de elementos de modernização.

A incorporação do cotidiano como tema é característica do gênero crônica. Nesse inventário inicial, percebe-se que as *Balas de estalo*, ao representar o cotidiano, voltam-se predominantemente às condições materiais locais, com ênfase nas precariedades. A referência comparativa entre Brasil e Europa não pode ser menosprezada, tampouco hipervalorizada. O dado local é ironizado pelo estabelecimento de um padrão que parece ser externo, afinal, não há indícios de “bons exemplos” locais a serem seguidos. Conforme Faoro (1992, p. 17-18), “modernização” é sempre um processo incompleto, pois dependente de um modelo externo que jamais poderia ser atingido. Ela se dá “entre saltos, espasmos e surtos”, deixando na cauda, um cortejo de espectros e malogros”. Os autores das *Balas de estalo*, ao enfatizarem justamente os malogros dessa modernização brasileira, põem esse cortejo a desfilar nas páginas da *Gazeta de Notícias*.

1.1.3 *Gazeta de Notícias*: geração e modernização

A *Gazeta de Notícias*, jornal que veiculou a série *Balas de estalo* (1883-1886), contou com enorme prestígio e reconhecimento. Em sua fundação em 02 de agosto de 1875 tinha como editores Elísio Mendes e Manuel Carneiro, bem como os redatores Henrique Chaves e Lino Assunção. O perfil da *Gazeta* será marcado por Ferreira de Araújo, um dos proprietários do jornal e que foi seu editor-chefe até sua morte em 1900, quando será substituído na função por Henrique Chaves.

Além da participação na série *Balas de estalo* desde seu início em 1883, Ferreira de Araújo escreveu no jornal outra série ao longo desse mesmo ano. Chamava-se *Cousas políticas*. Esta série era semanal e no ano seguinte ganhou uma edição em livro, feita pela própria Typographia da *Gazeta de Notícias* (ARAÚJO, 1884). Um monumento em memória de Ferreira de Araújo será erguido em 1905. Ocasão na qual Olavo Bilac, que passara a escrever para a *Gazeta* desde 1897, renderá homenagem a ele. O poeta e cronista diz que se deve muito a Ferreira de Araújo pelo fato de terem naquele momento um público que embora fosse pequeno era inteligente. Entre as ações do editor-chefe do jornal, destaca ter reduzido o custo dos exemplares e difundido mais sua leitura, tornando-o popular. Destaca ainda que ele amparava e divulgava artistas em geral. No caso dos colaboradores, Bilac aponta que Araújo proporcionou aos jovens escritores que compartilhassem o mesmo espaço de autores já consagrados, “foi ele quem chamou ao jornal a gente moça, que se ensaiava nas letras” (BILAC, 1996, p. 188).

Sodré (1999, p. 288-289) anota a impressão deixada em um correspondente de um jornal parisiense que veio ao Brasil acompanhar os primeiros eventos após a proclamação da República. Comparando os “dois maiores jornais brasileiros” (*Jornal do Comércio* e a *Gazeta de Notícias*), Max Leclerc observa a superioridade deste último. Enquanto o *Jornal do Comércio* (JC) tinha apenas “um bom repertório de fatos, um conjunto útil de documentos”, a *Gazeta* era tratada pelo correspondente de maneira diversa, sendo bastante elogiada. O mérito dessa superioridade é atribuído a Ferreira de Araújo:

A *Gazeta de Notícias* é muito diferente; sua impassibilidade não consiste em registrar passivamente os acontecimentos; tem como redator-chefe o dr. Ferreira de Araújo e nisso está a sua força. O dr. Araújo é um excelente jornalista; julga homens e coisas com condescendente ironia; escreve com precisão, elegância e sobriedade raras; coloco-o nessa elite de brasileiros muito superiores a seus concidadãos. Tem ele temperamento, caráter, espírito elevado, inteligência aberta. (...) Talvez seja o único, em seu jornal e no seu país, a ter uma ideia justa da verdadeira missão do jornalista, mas sozinho não conseguirá levar a cabo a tarefa (LECLERC *apud* SODRÉ, 1999, p. 289).

Araújo aparece como a figura que se ergue acima da média, superior a seus concidadãos e voz solitária na sua compreensão sobre o papel da imprensa. Esse reconhecimento e destaque dado a Araújo e à *GN*, observado no Brasil e enviado para fora do país, como no caso do correspondente francês, também acontecia diretamente fora do Brasil. Crestani (2014, p. 74; 78-80) destaca o reconhecimento que Eça de Queirós, que passou a dirigir um suplemento literário na *Gazeta* no início da década de 1890, dedica ao periódico, apontado pelo escritor português como um dos mais importantes do país. Além disso, um artigo publicado na imprensa portuguesa em *Perfis Contemporâneos* dedicou cinco páginas a Araújo, nas quais aparecia um retrato seu, além de comentário elogiosos:

(...) Imaginação viva, algo poética, bom senso inalterável, inteligência de fino quilate, maleável talento para se adaptar a qualquer assunto, conjunto de qualidades estas que o fazem o tipo perfeito do jornalista moderno, de quem, no combate, são tanto para temer as aceradas e mordentes ironias, como o desfechar certo e implacável de argumentos irrespondíveis (*Perfis Contemporâneos*, 1891, p. 149-150 *apud* CRESTANI, 2014, p. 78).

Novamente (como nos comentários de Max Leclerc) Ferreira de Araújo é caracterizado como irônico, além de ser aqui exemplo de perfil moderno. Como se vê, as qualidades do redator-chefe e da *GN* são amplamente atestadas. Do periódico se destacava também a qualidade dos seus colaboradores: “Seria fazer um rol dos mais ilustres dos homens de letras do Brasil nomear os colaboradores da *Gazeta de Notícias*” (*Perfis Contemporâneos*, 1891, p. 150 *apud* CRESTANI, 2014, p. 79). Junto com o sucesso de vendas do jornal, comentários dessa ordem demarcam o enorme prestígio da *Gazeta* e de Araújo.

Ainda no final do Império, em 1889, o Brasil participou da Exposição Universal, ocorrida em Paris. Como resultado da atuação brasileira no evento foi publicado no mesmo ano o livro *Le Brésil en 1889: avec une carte de l'empire en chromolithographie, des tableaux statistiques, des graphiques et des cartes*, organizada pelo jornalista brasileiro residente na França, Frederico José de Santa Anna Nery. O livro é formado por tópicos referentes à organização e às instituições brasileiras, tais como hidrologia, climatologia, mineralogia, história, população (livre e escravizada), agricultura, finanças, ferrovias, imigração, arte, comércio, literatura e imprensa. Justamente sobre esse último tópico, o convidado para escrever foi Ferreira de Araújo. A breve biografia de Araújo nessa publicação refere-o como “um dos mais destacados jornalistas do Brasil”, “coproprietário e editor-chefe da Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro” (ARAÚJO, 1889, posição Kindle 10955, tradução livre nossa¹³). Ferreira de Araújo inicia seu comentário sobre a imprensa no Brasil diferenciando o jornalismo das províncias do da capital. Para ele, a imprensa na província era, “política acima de tudo”, no sentido de atender aos interesses políticos imediatos dos mandantes locais; já a imprensa da cidade do Rio de Janeiro era principalmente “neutra”, no sentido de atuar “na política geral do país” (ARAÚJO, 1889, posição Kindle 10939-10948, tradução livre nossa¹⁴). Depois dessa peculiar definição de neutralidade, ele passa a justificar o comportamento da imprensa da capital pelo dos partidos, que não fazem jus a seus nomes, sendo que o liberal pode se comportar como conservador e vice-versa¹⁵.

¹³ No original: *l'un des journalistes les plus remarquables du Brésil, est co-proprétaire et rédacteur en chef de la Gazeta de Noticias, de Rio-de-Janeiro.*

¹⁴ No original: *dans les provinces, la presse est politique avant tout ; dans la capitale, elle est principalement neutre. (...) il agit sur la politique générale du pays.*

¹⁵ Diz ele, detalhando o comportamento dos partidos: “Assim, em 1884, um Ministério liberal reivindicou a emancipação dos escravos sobre a idade de 60; em 1885, outro Ministério, também liberal, propôs uma lei que teria prolongado a escravidão até o final do século XIX. Em 1888, um Ministério conservador sucedeu um outro Ministério conservador abertamente partidário do status quo, mas que rapidamente promoveu a abolição imediata e incondicional! Os liberais, por sua vez, tendo que reformar o Sistema eleitoral, restringiram o direito de votar” (ARAÚJO, 1889, posição Kindle 10948-10955, tradução livre nossa).

No original: *Ainsi, en 1884, un ministère libéral réclamait l'affranchissement des esclaves âgés de plus de soixante ans ; en 1885, un autre ministère, également libéral, proposait une loi qui aurait prolongé l'esclavage jusqu'à la fin du xix e siècle. En 1888, un ministère conservateur succède à un autre ministère conservateur ouvertement partisan du statu quo, et sans perdre un instant il fait l'abolition immédiate et inconditionnelle ! Les libéraux, à leur tour, ayant à réformer le système électoral, restreignirent le droit de vote.*

Sobre essa imprensa neutra, ele afirma que ela está mais interessada nas causas do que no partido ou no político que a levou adiante, já que a posição destes seria sempre contraditória mesmo. Diz ainda que ela exerce influência em todo o Império. Refere que em 1888 apareceram mesmo na capital jornais mais francamente políticos, liberais, conservadores, republicanos e abolicionistas. Mesmo assim, em comparação com as províncias, isso foi muito pouco, já que havia casos de províncias com 16 mil habitantes com seis jornais políticos (ARAÚJO, 1889, posição Kindle 11088-11094).

Araújo considera que há diferentes maneiras de exercer a referida neutralidade. Dá como exemplo o *Jornal do Comércio*, o “mais antigo e credenciado” representante desse tipo de imprensa, já que estava em seu sexagésimo sétimo ano de existência. O *JC*, afirma com ironia Araújo, teria como modo de neutralidade apoiar qualquer um que fosse representante do poder, fazendo do seu programa o “respeito à autoridade”, sendo conservador de qualquer governo no poder, mesmo quando este era liberal (ARAÚJO, 1889, posição Kindle 10990-10998, tradução livre nossa¹⁶). Ao comentar a sua própria *Gazeta de Notícias*, Ferreira de Araújo a considera um contraponto ao *JC*. Visto que a *GN* era nova e tinha o método contrário ao do outro periódico:

A *Gazeta de Notícias*, que alcançou seu décimo quarto ano, foi o primeiro jornal neutro que apareceu para fazer o oposto do que o *Jornal do Comercio* estava fazendo. Sua atitude sistemática é a oposição a todos os governos. De forma muito democrática, ela tomou o posto do *Jornal* [do *Comércio*]. Primeiro, ela começou a alcançar as bolsas mais modestas e abriu suas colunas para todas as queixas e reclamações do povo. Quando ela se casava com uma causa, ela a defendia em todo o terreno e em todos os tons. Uma pergunta feita em um artigo de fundo não recebia uma solução, imediatamente ela era discutida em verso, colocada em contos, reduzida a anedotas e ao mesmo tempo figurava em três ou quatro rubricas [seções] do jornal, insistentemente, às vezes rindo, às vezes esbravejando, um pouco “diabólico” (ARAÚJO, 1899, posição Kindle 11005, tradução livre nossa¹⁷).

¹⁶ No original: *le plus ancien et le plus accrédité (...) le respect de l'autorité.*

¹⁷ No original: *La Gazeta de Noticias, parvenue à sa quatorzième année, fut le premier journal neutre qui parut pour faire le contraire de ce que faisait le Jornal do Commercio. Son attitude systématique c'est l'opposition à tous les gouvernements. Très démocratique d'allures, elle a pris le contre-pied du Jornal. Tout d'abord, elle se mit à la portée des bourses les plus modestes et ouvrit ses colonnes à toutes les plaintes et à toutes les réclamations du peuple. Lorsqu'elle épousait une cause, elle la défendait sur tous les terrains et sur tous les tons. Une question posée dans un article de fond ne recevait-elle pas de solution, aussitôt elle la discutait en vers, la délayait*

Depois, Araújo faz uma digressão comentando a seção dos jornais chamada “a pedidos”, em que os leitores, mediante pagamento pelo espaço, enviam seus textos que são no geral denúncias e reclamações. Refere as condições materiais do jornal, focando no caso da *GN*, que tinha que importar inclusive o papel, necessitando de anúncios para pagar os custos, fala da venda avulsa da *Gazeta*, da inexistência de associações dos jornalistas do Rio de Janeiro e finaliza comentando o centenário da Revolução Francesa, em foco na Exposição Universal de 1889.

Araújo localiza a posição dos periódicos em função de sua relação com a política. Define o lugar da *Gazeta* pelo contraste com o *JC*, mostra qual a agenda da *GN* e qual o modo de colocá-la em prática. A *GN*, pela definição de Ferreira de Araújo, faz oposição sistemática como contraponto ao apoio sistemático ao poder dado pelo jornal mais antigo, trazia para sua pauta os assuntos incômodos (não respondidos) por meio de uma diversidade de formas (verso, conto, anedota etc.) espalhadas nas seções do jornal. O que dá uma grande pista para se repensar a produção literária veiculada na *GN*. Ele não deixa também de colocar o contraste entre os jornais em uma perspectiva geracional, sessenta e sete anos tinha o *JC* naquele momento, quatorze a *GN*.

Essas considerações permitem que se tenha como hipótese que o *JC*, e as ideias que representava, possa ser o interlocutor implícito de outro texto de Araújo, uma espécie de programa¹⁸ de abertura da *GN* publicado no primeiro número do jornal, em 02 de agosto de 1875, artigo assinado por ele já como Lulu Sênior.

Um jornal nasce com a idade do espírito de seus redatores! (...) A *Gazeta de Notícias* tem vinte e... tantos anos. Quer isso dizer que ainda tem coração para falar de amor às moças, ainda sabe rir com os rapazes, e apesar de recém-nascida sabe talvez, já ter juízo como os velhos, mas a seu modo.

en contes, la réduisait en anecdotes, et la faisait figurer en même temps sous trois ou quatre rubriques du journal, avec insistance, tantôt en riant, tantôt en tonnante, un peu « à la diable ».

¹⁸ A questão dos programas da *GN* é curiosa. Ela teve dois – este do primeiro número que será detalhado na sequência – e outro que circulou em uma página avulsa antes da veiculação da *GN*, uma espécie de prospecto do periódico no qual um pseudônimo chamado “Bob” justifica porque não teriam programa, ao mesmo tempo em que destaca posições céticas em relação à política e crítica em relação a outros modelos de jornalismo, ou seja, já indicava a linha do futuro jornal (Cf. DIAS, 2015, p. 18-21 e *GN*, s.d., p. 1).

(...) [O que é dito aqui] refere-se a um corpo coletivo, e a soma dos sentimentos, da alegria e do juízo de todos há de dar cousa digna de se ver.

Suponhamos que o mais ajuizado de nós quer impedir que outro erga um altar à memória da vítima honrada de uma grande infâmia, porque os algozes que ficaram vivos são fregueses e deixam mais lucro que o pobre diabo que já não dá mais lucro a ninguém.

Revolta-se o entusiasmo do poeta que quis entoar hōsanas; um argumenta com o sentimento, o outro argumenta com a caixa, mas como apesar de ter já algum juízo, tem ainda também um pouco de coração, cede, com restrições; por exemplo, elege-se a um acordo e diz-se que a tal miserável infâmia que fez cair uma vítima foi um... negócio infeliz.

Talvez nem todos pensem que a *Gazeta* é sempre imparcial, quando se trata de decidir questões em que estejam empenhados o sentimento e a razão; os velhos talvez digam que apesar de nossas pretensões a homens, nós somos ainda um tanto rapazes e que a balança pesa sempre sensivelmente para este lado.

Pois Deus queira que os velhos tenham razão!

A mim, confesso-o, só uma coisa seria capaz de entristecer-me deveras: chegar à convicção de que dia virá em que hei de deixar de ser moço. Deixar de olhar o mundo pelo seu lado bom; pôr de parte a santa boa-fé para entrincheirar-me atrás da cautela; não estender francamente a mão ao oprimido para dar atenções ao opressor; deixar de rir porque neste mundo, disse-o já não sei que espírito doentio, após o riso, vem sempre o pranto, seria viver morto!

(...) Sempre depois de uma lágrima, faz Deus nascer um sorriso? Isto ao menos consola! (...)

Tu que tens sessenta anos de vida, e que viveste talvez dias que valem anos, que tens o espírito dez, cem vezes mais velho que o corpo (...). Olha que a tua experiência que talvez possa alguma vez por te ao abrigo dos laços de outrem, não te abriga de ti, sisudo velho! (...)

Pois guarda no peito a saudade dos que morreram e espera, que ainda serás com eles, esquece a mentira, despreza a infâmia, perdoa o ingrato, ama o berço do pobre, o canto da terra em que nasceste; abençoa a miséria passada se foi honesta, abre tua alma aos sentimentos bons, família, pátria, humanidade, Deus (...).

A *Gazeta de Notícias* apresenta-se assim. Não é isto um programa, é um retrato. Não diz o folhetim o que nós pretendemos fazer, diz o que somos.

De onde viemos? Da mocidade! Quem somos? A mocidade! O que queremos? Viver, mas viver moços, rindo, amando, crendo no que é bom e justo, respeitando o que merece respeito, desprezando o que deve ser desprezado, erguendo altares a quem for digno deles, abatendo as estátuas dos falsos ídolos, tendo em uma mão o incenso para o talento e a virtude, na outra um chicote para os vendilhões do templo.

Não temos com isto a pretensão, nem de encorajar os inteligentes e virtuosos, porque não precisam disso, nem de

corrigir os maus, porque não somos a palmatória do mundo. A nossa pretensão é simples: dizer o que sentimos, ser o que somos (*GN*, 02/08/1875, p. 1).

É feito com muita ênfase, nesse texto de Araújo assinado como Lulu Sênior, o comentário sobre a mocidade da *GN* e, por extensão, a de seus colaboradores. A tônica geral é a de defender fusão dos colaboradores com o que é o periódico (“Não diz o folhetim o que nós pretendemos fazer, diz o que somos”), comentário justificado pela referência às decisões e ao trabalho coletivos. Harmonia da decisão coletiva relativamente idealizada pelo autor, sobretudo porque o exemplo trazido diz respeito ao aspecto financeiro do negócio. De todo modo, o interlocutor implícito, este “velho sisudo” (*Jornal do Comércio?*) está voltado para o passado (olha para os mortos), a *GN* estaria, portanto, voltada para o futuro. É a mocidade.

Se no texto de 1889 (publicado no *Le Brésil*, referido anteriormente) Araújo falará em neutralidade, aqui ele fala em imparcialidade, mas destaca que não seria problemático se o jornal abandonasse a imparcialidade para defender a juventude, ao contrário, isso é motivo de orgulho. O que entristeceria o autor seria deixar de ser moço, ficando ao lado do opressor em detrimento do oprimido. A relação com o poder costuma ser complexa, no caso da *Gazeta* não é diferente. Ela apoiará o início da República, chegando a defender inclusive a repressão à Revolta da Armada. Contudo, fará oposição a Floriano Peixoto por ele não ter convocado as eleições no prazo de dois anos, conforme previsto pela constituição de 1891. Sobre isso, o próprio Ferreira de Araújo escreveu na sua seção *Cousas políticas*, manifestando-se em favor das eleições livres. Assim como a *Gazeta* protestará no início do século XX contra os métodos empregados para implementar a obrigatoriedade da vacina. Nessas duas oportunidades, transcorridas respectivamente em 1893 e 1904, a *GN* será temporariamente fechada (SODRÉ, 1999, p. 373).

Como afirmado no programa, a *GN* tem incenso e altar de um lado e chicote de outro, sintetizando as contradições dessa mocidade, que no seu programa reverencia religião, família, pátria e práticas violentas, demonstrando a naturalização desses traços arcaicos e conservadores. Percebe-se nesse programa a religiosidade e a violência misturadas aos aspectos considerados modernos, como a publicidade e a própria jovialidade do periódico. A *GN*,

contudo, diz ter a solução para estes impasses, que seria a síntese entre o juízo e a juventude, destacando-se esta última.

Ao final afirma o autor que mesmo com tudo isso ainda não são capazes de intervir de fato na vida pública, não são “a palmatória do mundo”; finalizando, portanto, com mais um símbolo de violência e autoritarismo associado ao poder já naturalizado na linguagem, pois veiculado por meio de um ditado popular.

Ao longo do programa da *GN*, o riso e humor aparecem como associados à juventude. Como destaca Crestani (2014, p. 82), “A opção por um estilo jovial, descontraído, por vezes irreverente e propenso ao humorismo, pode ser identificada já na maneira espontânea e folgazã com que é construído o discurso de apresentação”, pois, dessa forma, rompe “com a convencional formalidade dos programas e editoriais de abertura”. Nas *Balas de estalo* o humor será central para tratar dos temas políticos (RAMOS, 2005). Veremos (no terceiro capítulo do presente estudo) que esse humor se afastava do meramente cômico, aproximando-se da ironia e da tragicidade (embora sem uniformidade entre os pseudônimos) para ampliar seu potencial crítico. Percebe-se também que essa será a estratégia adotada pelo jornal para representar um de seus impasses: já que não tem possibilidade de intervir efetivamente no cotidiano, o humor ajudará a lhes dar visibilidade e a ironia o caráter corrosivo.

As qualidades do redator-chefe Ferreira de Araújo eram defendidas inclusive em outros órgãos da imprensa carioca, mesmo quando dirigidos por aqueles que tinham deixado de colaborar com a *GN*. É o caso de José do Patrocínio, que escreveu na *GN* de 1877 ao início da década de 1880, quando fundou o periódico *Gazeta da Tarde*, por meio da qual foi um dos pioneiros na luta abolicionista. Em 1887 fundou o *Cidade do Rio* e intensificou sua crítica à escravidão (BARBOSA, 2010, p. 111-116). Em 02 de agosto de 1881, por ocasião do sétimo ano de existência da *GN*, a *Gazeta da Tarde* publica uma homenagem ao periódico de Araújo. O texto não é assinado e foi reproduzido no dia seguinte na *GN*. Nele se destaca o preço baixo do jornal e retoma-se a comparação com o *Jornal do Comércio*, que a despeito de já ter quase sessenta anos de circulação, tinha naquele momento a metade da tiragem da *GN*, que rodava de vinte dois a vinte quatro mil exemplares diários (*GN*, 03/08/1881).

Mais tarde, José do Patrocínio renderia outra homenagem à *GN*, enfatizando novamente a importância do periódico na transformação da imprensa no Rio de Janeiro:

José do Patrocínio, em 1905, em artigo publicado no jornal *A Notícia*, afirmava ter sido exatamente o preço, o bom humor e a “leveza” daquele jornal que o haviam tornado uma “iguaria” sem a qual a população não poderia ficar. Para ele a consagração da “imprensa barata” e “fácil de fazer” havia ocorrido a partir da iniciativa da *Gazeta de Notícias* e só com ela havia dado tão certo (RAMOS, 2005, p. 5-6).

Destacado e defendido o perfil da *GN* por diversos espectros da cultura letrada do país, as constantes dos comentários sobre seus aspectos modernos e joviais são notórias. Cumpre agora mostrar em que medida esses traços se cruzam com um debate surgido no transcurso da existência do periódico, embora tenha iniciado fora dela. Trata-se de entender a *GN* como uma espécie de plataforma de uma das facetas da “Nova Geração”, conforme expressão cunhada por Machado de Assis, mas que, como veremos, assumiu outras feições dependendo dos agentes que a disputavam.

1.2 AS NOVAS GERAÇÕES E A GAZETA DE NOTÍCIAS

Como sabido, Machado escreveu o artigo “A nova geração” na *Revista Brasileira* (RJ) em 1/ 12/1879. Nesse estudo, o autor comenta que a expressão da nova geração ainda estava “incompleta”, difusa, transitiva” e que representava “alguma coisa que, se ainda não é o futuro, não é já o passado” (ASSIS, 2008, v.3, p. 1258). Machado tenta, na sequência, encontrar a “teoria e o ideal da poesia nova”. Comenta que, entre os integrantes da nova geração, “Não falta quem conjugue o ideal poético e o ideal político, e faça de ambos um só intuito, a saber, a nova musa terá de cantar o Estado republicano. Não é isso, porém, uma definição, nem implica um corpo de doutrina literária” (ASSIS, 2008, v.3, p.1260). Falando estritamente dos novos poetas, Machado quer delinear algumas linhas desse movimento, mesmo que ainda não tivesse nenhuma “feição assaz característica e definitiva” (ASSIS, 2008, v.3, p. 1.262). Trata-se da

poesia no Brasil que deixava de ser romântica, embora carregasse alguns traços desse período, e procurava ser outra coisa ainda indefinida. Machado refuta a denominação de “Realista” atribuída a essa nova geração. “A realidade é boa, o Realismo é que não presta para nada” (ASSIS, 2008, v.3, p. 1279) vai dizer Machado aqui, ecoando outro conhecido estudo seu em que criticou Eça de Queirós e o Realismo, “Literatura Realista”, publicado no jornal *O Cruzeiro*, sob o pseudônimo de Eleazar um ano e meio antes de “A nova geração” (ASSIS, 2008, v.3, p. 1232-1242).

A mudança observada por Machado foi um processo de “transição desigualmente expresso” (ASSIS, 2008, v.3, p. 1264) no qual incidu “o desenvolvimento das ciências modernas, que despovoaram o céu dos rapazes, que lhe deram diferente noção das coisas, e um sentimento que de nenhuma maneira podia ser o da geração que os precedeu” (ASSIS, 2008, v.3, p. 1259). Machado nota otimismo e vontade de derrubar o passado nessa geração. Entre os mais recentes poetas dessa nova geração referida por Machado está Valentim Magalhães, seu futuro colega nas *Balas de estalo*, que escreverá sob o pseudônimo de José do Egito e que acabara de lançar seu primeiro livro, *Cantos e lutas*. Na avaliação do autor de *Iaiá Garcia* (1878), última obra que Machado havia publicado até aquele momento, o otimismo de Valentim Magalhães se manifestava em suas poesias por sua “aspiração ao reinado da justiça”, a qual Machado localiza também em autores como Teófilo Dias, Guerra Junqueiro e Teixeira Bastos. Machado de Assis vê nisso “uma simples transcrição de Proudhon”, em referência, claro, ao anarquista francês (ASSIS, 2008, v.3, p.1260-1261). Tal julgamento se justifica também pelo fato de o autor estar procurando nessa nova geração sua “doutrina literária”, que embora relacionada às doutrinas políticas, é independente delas. Ele deixa claro que “entre uma aspiração social e um conceito estético vai diferença; o que se precisa é uma definição estética” (ASSIS, 2008, v.3, p. 1261). Ao comentar que, apesar disso, “o influxo externo é que determina a direção do movimento” (ASSIS, 2008, v.3, p. 1262), o autor destacará a poesia que naquele momento no país representava um “reflexo mui direto de V. Hugo e Baudelaire” (ASSIS, 2008, v.3, p. 1262). Esses poetas eram referidos como membros da escola “hugoísta”, mas também foram chamados por Capistrano de Abreu, “um dos

nossos bons talentos modernos”, de “escola condoreira” (ASSIS, 2008, v.3, p. 1262). Como sabemos, Capistrano também seria colega de Machado nas *Balas de estalo*, usando os pseudônimos Mercúcio e Blick.

Pode-se dizer que a Geração de 70, delineada detalhadamente no tópico seguinte deste trabalho, a partir da grande pesquisa de Ângela Alonso (2002), constitui o contexto de disputa política e intelectual no qual a Nova Geração machadiana estava sendo gestada. São vários os poetas comentados no estudo em que Machado busca, no final da década de 1870, construir uma linha de interpretação dessa nova geração que, de fato, era mais nova que ele. Aqui irei enfatizar os comentários que Machado fará sobre Valentim Magalhães e Sílvio Romero, que mais tarde, entre 1883 e 1884, irão desenvolver polêmica entre si (DIAS, 2016, p. 40-44), na qual ecoam os posicionamentos levantados por Machado em seu famoso estudo.

Já tendo se referido a Valentim Magalhães no começo de seu texto, Machado de Assis retoma a avaliação feita sobre o poeta e sua posição na Nova Geração: “sabemos já que na opinião dele, a ideia nova é o céu deserto, a oficina e a escola cantando alegres, o mal sepultado, Deus na consciência, o bem no coração, e próximas à liberdade e à justiça”. Machado cita alguns poemas e diz que “é sempre a mesma ideia, diferentemente redigida, com igual vocabulário” (ASSIS, 2008, v.3, p. 1272). Para além das ideias, interessa a Machado avaliar a forma com que os jovens analisados escrevem. “Há pequenos quadros” em que Magalhães escreve sobre situações de miséria e tristeza, os quais Machado diz não serem de todo ruins, destacando inclusive uma parte que considera “excelente”. Contudo, desagrade Machado a forma encontrada pelo poeta para expressar essas imagens: “o que aí me agrada menos é a execução. O Sr. Valentim Magalhães deve atentar um pouco mais para a maneira de representar os objetos e de exprimir as sensações; há uma certa unidade e equilíbrio de estilo, que por vezes lhe falta” (ASSIS, 2008, v.3, p. 1273). De forma contundente, o futuro colega de *Balas* arrebatava:

Tem o Sr. Valentim Magalhães o verso fácil e flexível; o estilo mostra por vezes certo vigor, mas carece ainda de uma correção, que o poeta acabará por lhe dar. Creio que cede, em excesso, a admirações exclusivas. Não é propriamente um livro este dos *Cantos e Lutas*. As ideias dele são geralmente de empréstimo; e o poeta não as realça por um modo de ver próprio

e novo. Crítica severa, mas necessária, porque o Sr. Valentim Magalhães é dos que têm direito e obrigação de a exigir (ASSIS, 2008, v.3, p. 1274).

Machado tinha pouco mais de quarenta anos quando escreveu este estudo, jovem para os padrões de hoje, nem tanto para os da época. Nota-se o tom de “guia” dessa geração empregado pelo autor. Pretende que suas críticas ecoem como conselhos de alguém dotado de sabedoria e que recairão sobre aqueles que as merecerem. Pela análise da poesia de Valentim Magalhães, Machado anuncia que, além de transitoriedade, anteriormente assinalada por ele, o momento histórico-cultural é marcado por contradições:

Ao mesmo tempo, quando o poeta nos diz que fala do futuro e não do passado, ouvimo-lo definir o herói medieval, contraposto e sobreposto ao herói moderno, que é um rapaz pálido, "com horror à arma branca". Nessa contradição, que o poeta busca dissimular e explicar, há um vestígio da incerteza que, a espaços, encontramos na geração nova, — alguma coisa que parece remota da consciência e nitidez de um sentimento exclusivo. É a feição desta quadra transitória (ASSIS, 2008, v.3, p. 1273).

O autor observa as contradições advindas da coexistência do interesse no futuro com as marcas do passado. Destacando pontos positivos de um lado, negativos de outro, ele seguirá sua análise, agora enfocando aquele que mais tarde fará críticas severas à sua obra, quando Machado de Assis já for considerado o principal autor brasileiro. Sílvio Romero, membro da Escola de Recife, incluída na classificação de Ângela Alonso (2002) entre os “positivistas abolicionistas”, publicará, em 1897, a obra *Machado de Assis: estudo comparativo de literatura brasileira*, na qual constam até hoje as páginas mais agressivas à obra do autor¹⁹. Aqui, contudo, quase duas décadas antes, é Machado quem analisa o novo poeta e crítico literário. Destaca inicialmente as qualidades de

¹⁹ O assunto é longo e contou com a indiferença de Machado, já consagrado na época, mas com outros saindo em sua defesa. Como não é o foco do presente estudo, segue apenas um dos trechos mais conhecidos da polêmica, em que Sílvio Romero (1992, p. 122) considera “gago” o estilo de Machado de Assis, fazendo maliciosa referência à doença do autor. As palavras escolhidas por Sílvio Romero, inclusive, ecoam as usadas por Machado para criticá-lo no final da década de 1870: “O estilo de Machado de Assis, sem ter grande originalidade, sem ser notado por um forte cunho pessoal, é a fotografia exata do seu espírito, de sua índole psicológica indecisa. (...) Vê-se que ele apalpa e tropeça, que sofre de uma perturbação qualquer nos órgãos da palavra. Sente-se o esforço, a luta. (...) De fato, Machado de Assis repisa, repete, torce, retorce, tanto suas ideias e as palavras que as vestem, que deixa-nos a impressão dum perpétuo tartamudear”.

Sílvio Romero como estudioso da poesia popular brasileira, além de avaliar também de forma relativamente positiva a crítica parlamentar escrita por ele. De forma semelhante ao que criticou em Valentim Magalhães, Machado aponta que a Sílvio Romero falta “estilo”: “não me refiro às flores de ornamentação, à ginástica de palavras; refiro-me ao estilo, condição indispensável do escritor, indispensável à própria ciência”. Ao lado da crítica, no entanto, Machado coloca o incentivo: “Não obstante essa lacuna, que o Sr. Romero preencherá com o tempo, não obstante outros pontos acessíveis à crítica, os trabalhos citados são documentos louváveis de estudo e aplicação” (ASSIS, 2008, v.3, p. 1.277). As palavras amenas que o autor destina à produção crítica de Sílvio Romero não são, contudo, utilizadas para sua poesia:

Os *Cantos do fim do século* podem ser também documento de aplicação, mas não dão a conhecer um poeta; e para tudo dizer numa só palavra, o Sr. Romero não possui a forma poética. (...) Falo de uma forma poética, em seu genuíno sentido. Um homem pode ter as mais elevadas ideias, as comoções mais fortes, e realçá-las todas por uma imaginação viva; (...) O que é indispensável é que possua a forma em que se exprimir. Que o Sr. Romero tenha algumas ideias de poeta não lho negará a crítica; mas logo que a expressão não traduz as ideias, tanto importa não as ter absolutamente. (...) No livro do Sr. Romero achamos essa luta entre pensamento que busca romper do cérebro, e a forma que não lhe acode ou só lhe acode reversa e obscura: o que dá a impressão de um estrangeiro que apenas balbucia a língua nacional (ASSIS, 2008, v.3, p. 1277).

O movimento chamado por alguns de “escola hugoísta”, que Machado diz duvidar tratar-se de fato de uma “escola”, é, mesmo que com ressalvas, elogiado pelo autor: “movimento poético, em que aliás houve bons versos e agitadores entusiastas” (ASSIS, 2008, v.3, p. 1.278). No entanto, Machado não vê vínculo de Sílvio Romero com a referida “escola”, a qual, segundo ele, Sílvio Romero pertenceu “antes pela pessoa do que pelo estilo” (ASSIS, 2008, v.3, p. 1278). Machado também refuta a tentativa de síntese do período empreendida por Sílvio Romero no prefácio ao seu livro *Cantos do fim do século* (ASSIS, 2008, v.3, p.1.261).

Como exposto, a rixa entre Sílvio Romero e Machado se estenderá, e o crítico sergipano insistirá nela por muitos anos. Além disso, Romero travará, logo no início da década de 1880, outra polêmica, agora com Valentim Magalhães

(também incluído e criticado na Nova Geração machadiana, como vimos). Tal polêmica percorreu diretamente as páginas do jornal, até ganhar edição pouco divulgada em livro²⁰. Rodrigo César Dias (2016, p. 40-51) reconstituiu tal polêmica. Ela se estendeu de 22 de dezembro de 1883 a 05 de fevereiro de 1884, sendo que foi referida e parodiada nas *Balas de estalo* entre 30 de janeiro e 17 de fevereiro de 1884, pelos pseudônimos Lulu Sênior e Zig-Zag.

Valentim Magalhães assinava a série *Balas de estalo* com o pseudônimo de José do Egito desde 08 de maio de 1883. Em 13 de novembro deste mesmo ano, cerca de seis meses, portanto, depois de seu ingresso na série coletiva, ele passa a compor uma seção individual na *GN* intitulada “Notas à Margem”. Seu pequeno programa de abertura é muito amplo, dizia ser “Notas a margem dos fatos, dos livros e dos acontecimentos que, dia por dia, vão aparecendo e desaparecendo” (*GN*, 13/11/1883 *apud* DIAS, 2016, p. 41). E por este meio, e não pelas *Balas de estalo*, ele travará sua polêmica com Sílvio Romero. A seção “Notas à margem” foi publicada quase diariamente. Só será interrompida quando Valentim Magalhães parar de colaborar com a *GN*, em 1885, motivado por um desentendimento com a redação do periódico pela não publicação de uma resposta sua a outra polêmica, dessa vez com Charles Morel, colaborador do jornal *O Paiz*²¹. Destaque-se o veio polemista de Magalhães, que já na sua crônica de estreia, referida no início deste trabalho, anunciava a dimensão simultaneamente bélica e confeitadeira das *Balas de estalo* (*GN*, 08/05/1883).

Nas “Notas à Margem”, na própria *GN*, portanto, Valentim Magalhães veiculou os textos de polêmica com Sílvio Romero; este, por sua vez, contra-atacou por intermédio do jornal *Folha Nova*, numa série de textos que intitulou: “Polêmica literária: coças em Valentim Magalhães”. O objeto inicial da disputa foi

²⁰ O achado de tal polêmica, que ajudou imensamente nesta parte do trabalho, foi de Rodrigo Dias, meu colega de pesquisa. Ela está exposta no trabalho *Beletrismo belicoso: uma polêmica literária no espelho paródico das “Balas de estalo”*. Porto Alegre, 2016. Monografia de conclusão de curso (Graduação em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. O qual recomendo fortemente a leitura.

²¹ Rodrigo Dias (2016, p. 41) detalha a explicação: “O autor teria saído da *Gazeta* em razão de o periódico não ter publicado uma resposta sua dirigida a Charles Morel, colaborador d’*O Paiz* que teria tomado sua ideia de realizar uma homenagem póstuma a Victor Hugo. A *Gazeta*, por sua vez, respondeu que o texto de Valentim não fora ao prelo por uma questão de polidez, visto que a esposa de Morel falecera às vésperas da publicação da edição em que a resposta seria veiculada.”

o livro de poesias *Últimos arpejos*, de Sílvio Romero, o qual Magalhães criticou impiedosamente. A crítica de Valentim é

composta basicamente por citações descontextualizadas do texto de Romero acompanhadas de comentários jocosos e ofensivos – por exemplo: “Pag. 5: ‘Quando eu era mais crente, ou quando era mais tolo...’ Não apoiado! Nisso, como no mais, S. S. tem progredido sempre” (*GN*, 22/12/1883 *apud* DIAS, 2016, p. 42).

Na sequência, Magalhães fará referência direta à Nova Geração, dizendo que precisará ler seus autores para se livrar das impurezas provenientes da leitura de Sílvio Romero. Além disso, diz ainda que esses jovens poetas da Nova Geração eram constantemente atacados por Sílvio Romero (DIAS, 2016, p. 43). Note-se o tom irônico e agressivo com o qual critica não só a poesia, mas também a crítica literária de Sílvio Romero. Ao contrário da avaliação que faz sobre o sergipano, a “nova geração”, a qual, nessa altura, pela avaliação de Magalhães, Romero já não pertenceria, é vista por Valentim como dotada de talento. Essencialmente interessa aqui o que a polêmica expôs sobre o que se entendia por “Nova Geração” naquele momento. A primeira resposta de Sílvio Romero é a que vai tratar de forma mais direta do assunto, tendo por isso destaque no presente trabalho. Ela tem como subtítulo justamente “Valentim e a Nova Geração” e estende-se do final da segunda até a terceira página do jornal, ocupando cerca de duas colunas inteiras (*Folha Nova*, 29/01/1884, p. 2 e 3). O início do texto apresenta leitura bastante prejudicada, assim como o final da primeira coluna da página 3, como pode ser visto na imagem abaixo:

Fonte: *Folha Nova*, 29/01/1884, p. 2 e 3.

Mesmo com esses trechos mal-conservados, quase todo o conteúdo do escrito pode ser lido. Sívio Romero procura desmentir que havia criticado todos os autores referidos por Valentim em seu primeiro ataque, “apontando que não escrevera sobre Raimundo Correia e Alberto de Oliveira e que, no caso de Teófilo Dias e de Assis Brasil, apenas os elogiara na imprensa”. Assim, contudo, pela omissão, Sívio Romero acaba não desmentindo “a crítica a Luiz Murat, Filinto de Almeida e Silvestre de Lima”, que eram, justamente, “amigos próximos de Magalhães” (DIAS, 2016, p. 43). Pelos comentários de Sívio Romero na sequência, pertencer a essa Nova Geração era, na avaliação de Valentim Magalhães, garantia de alguma segurança, a qual este costumava recorrer:

O Sr. Valentim vive a sonhar, a engendrar malevolamente umas brigas, com as turras existentes entre mim e o que ele chama pantagruélica, magalhânica, enfaticamente a *Nova Geração*... Vejam, vai com todas as letras, é a *Nova Geração*, o Sr. Valentim vai atrás, vai no coice da folia, agitando os guizos... Há alguma coisa pior do que o pranto pelo pranto: é o riso pelo riso: é sinal irrecusável de idiota, e Timtim vive a rir-se eternamente...

Acompanhemos as sinusiodades do [ilegível]²² literário através de três artiguítos em que retratou-se, qual uma besta que é, a primeira bobagem sua, que é preciso achamurrar-lhe nas ventas, é a ideia mesma que ele forma dos predicados, dos direitos, dos privilégios do que intitula palhaçadamente de *Nova Geração* (*Folha Nova*, 29/01/1884, p. 2, itálicos do autor).

Observe-se que o autor critica o estilo humorístico que é característico da própria *GN* e das *Balas de estalo*, como visto anteriormente. Sívio Romero critica, então, um dos elementos considerados modernos e populares na série e no periódico dos quais Valentim Magalhães fazia parte. O crítico coloca-se ao lado da postura sisuda que era combatida pela *GN* e em seguida questiona o que é essa Nova Geração:

Quando nasceu esta senhora? que idade tem hoje? É ela um enorme pólipó, um ser coletivo que se divide por cissiparidade; e quais são então os indivíduos que a compõem? Qual é o *mot d'ordre* da campanha? Quem outorgou ao desintérico *escrivailleur* dos *Ladros e Roncos* o direito de dar passes ou fazer exclusões nos encantados jardins da deusa? Quem o armou em *guarda portão* d'aqueles recintos, se nem para isto serve ele? (*Folha Nova*, 29/01/1884, p. 2, itálicos do autor).

²² Talvez seja "lacro". Hoje grafado "lacrau", que é o mesmo que escorpião. De acordo com o verbete "lacro", no Dicionário online Priberam, 2018. Disponível em: <https://www.priberam.pt/dlpo/lacrau>. Acesso: 17 de julho de 2018.

Percebe-se, pela pergunta-crítica sobre quem tem autoridade de elencar os membros de tal geração que o texto se dirige também a Machado de Assis, nessa altura já gozando de grande reconhecimento. Tal hipótese parece confirmar-se, pois, depois de criticar a prática do autoelogio, Sílvio Romero critica o próprio método de análise que divide os escritores em gerações, já que “para os espíritos compreensivos não há, não existem velhas e novas gerações; porque a história não tem muros militares” (*Folha Nova*, 29/01/1884, p. 2).

Tom agressivo e irônico são a tônica do texto. Romero chama o grupo no qual Valentim se inclui de *Nova Logração* e compõe:

Valentim-tim-tim
Valentim, meu bem,
Quem tiver inveja,
Faça assim também (*Folha Nova*, 29/01/1884, p. 2).

Romero diz, em nota ao final do texto, que esses versos são “uma quadra popular” (*Folha Nova*, 29/01/1884, p. 2). A referência aos versos e às quadras populares pode indicar por parte de Sílvio Romero, que já criticara a jovialidade e o humor da *GN* e da série *Balas de estalo*, uma crítica ainda mais de fundo às *Balas*, que embora não fossem o meio pelo qual Valentim publicasse suas críticas a ele, estavam plenamente identificadas com a atuação do autor, além de ser espaço de atuação, assim como a *GN* como um todo, de vários autores jovens, sendo o mais velho de todos, no caso das *Balas de estalo*, o próprio Machado de Assis, que também estava na mira de Sílvio Romero. A relação entre as *Balas de estalo* com confeito e quadras populares foi pesquisada por Janaína Tatim (2014), como apontado no início deste estudo. Lembremos também que a crônica de estreia de Valentim Magalhães na série *Balas de estalo* fazia referência direta a esse possível significado de “bala de estalo”, assim como trazia quadras populares para tratar do assunto a que se propunha, no caso a febre amarela e inépcia da junta de higiene para tratá-la²³.

A analogia de Sílvio Romero indica um entrelaçamento forte entre a *GN* e a Nova Geração com a qual ele associa Valentim Magalhães, identificada à

²³ Como já citado: “Sob a pressão dos micróbios/ A cidade chora e geme.../ Doem-lhe todas as juntas,/ Inclusive as de higiene” (*GN*, 08/05/1883).

jovialidade, ao humor e à modernidade. Contudo, quem são os representantes dessa Nova Geração ou qual a melhor Nova Geração também estava em disputa neste momento. Sílvio Romero diz que “O que anda aí a admirar-se não é uma geração séria e verdadeiramente meritória. É insensata em qualquer grau” (*Folha Nova*, 29/01/1884, p. 2). Ou seja, estes, considerados como integrantes da Nova Geração são, em verdade, os membros da “Nova Logração”, “Nova Mangação”, “Nova Goração” (*Folha Nova*, 29/01/1884, p. 2), conforme chamados pelos trocadilhos de Sílvio Romero nesse texto. Eles têm o prestígio, mas não o correspondem em talento. Sílvio Romero elege então a “sua” Nova Geração, essa sim efetivamente talentosa, “aquela que é realmente meritória”. “Eu digo ao Sr. Valentim”, continua o crítico, “qual é a nova geração que deve ser acatada, porque o merece” (*Folha Nova*, 29/01/1884, p. 2). Para Sílvio Romero, Valentim Magalhães não sabe quem são os integrantes dessa verdadeira Nova Geração “porque não estuda; porque não sabe o que vai pelas províncias” (*Folha Nova*, 29/01/1884, p. 2). Então a apresenta a ele:

Esse grupo de trabalhadores austeros, que, de 1870 para cá, têm aberto novas perspectivas à inteligência pátria. Entre eles alguns já contavam mais de 25 anos, mas ostentam juvenil entusiasta o pensamento. Alguns já morreram, porém só depois de rasgar largas brechas de luz em nosso horizonte intelectual (*Folha Nova*, 29/01/1884, p. 2).

Na sequência irá citar vinte e sete nomes que comporiam esse grupo²⁴, entre linguistas, folcloristas, antropólogos, fisiologistas, darwinistas, químicos, patologistas, médicos, romanistas, críticos literários, filólogos, escritores, estudiosos das penitenciárias, pedagogos, políticos, filósofos e intelectuais em geral. Faz o elogio geral aos citados, com alguma ênfase para seu colega de Escola de Recife, Tobias Barreto. Depois volta sua crítica mordaz a Valentim Magalhães. No artigo de Magalhães, sua “Nova Geração” era composta por Raimundo Correia, Alberto de Oliveira, Teófilo Dias, Luiz Murat, Silvestre de

²⁴ Por certo a análise minuciosa dos citados por Sílvio Romero daria um trabalho independente, segue a lista a título de informação (em ordem alfabética): Assis Brasil, Batista Caetano, Batista de Lacerda, Celso de Magalhães, Clóvis Beviláqua, Domingos Freire, Franklin Távora, Guimarães Júnior, Herculano Bandeira, Inglês de Souza, José Verissimo, Júlio de Moura, Júlio Ribeiro, Lopes Trovão, Macedo Soares, Martins Júnior, Mathias Carvalho, Mello Moraes Filho, Moncorvo de Figueiredo, Pacheco Júnior, Pereira Barreto, Rocha Lima, Rodrigues Peixoto, Rui Barbosa, Teixeira de Souza, Teixeira Mendes, Tobias Barreto (*Folha Nova*, 29/01/1884, p. 2).

Lima, Filinto de Almeida e Assis Brasil, além de alguém referido como Mário, mas sem sobrenome. Este grupo, como lembra Rodrigo Dias (2015, p. 14), “não coincide com o panorama traçado em 1879 por Machado de Assis no ensaio “A nova geração”, à exceção de Teófilo Dias e do próprio Valentim Magalhães”. Temos, portanto, três novas gerações diferentes, levantadas respectivamente na *Revista Ilustração Brasileira* e nos jornais *Gazeta de Notícias* e *Folha Nova*. Pode-se dizer que entre a Nova Geração machadiana e a de Magalhães há alguma afinidade, dada a aproximação entre os autores desde a publicação do estudo de Machado de Assis e pelo fato de restringirem suas escolhas a poetas. O levantamento de Sílvio Romero se distancia, não há nenhum nome que coincida com qualquer um dos outros dois. Para além disso, há mais integrantes de áreas científicas do que literárias. Se recordarmos que a Nova Geração machadiana era formada exclusivamente por poetas (que, claro, poderiam exercer outras funções, mas estavam sendo avaliados por suas produções poéticas), há uma grande virada na visão de Sílvio Romero sobre não só quem compõe, mas qual o centro de atuação da Nova Geração.

Há uma mudança entre o observado em fins da década de 1870 e o início da de 1880. Pela análise de Sílvio Romero, a literatura está relativamente secundarizada. Outras esferas serviam para a legitimação e algumas das condições assinaladas por Ângela Alonso estão se modificando: “o entrelaçamento entre vida política e intelectual era tão forte, que era quase impossível ascender ao parlamento sem ter escrito antes uns poemas” (ALONSO, 2002, p. 113). Machado mesmo, funcionário público e ativo colaborador da imprensa carioca, pode ser considerado parte dessa mudança, se posto em contraste com representantes da geração que o precedeu: “Não foi, pois, por acidente que as figuras de maior destaque nas letras nacionais do período, Gonçalves de Magalhães e Alencar, tenham também exercido a deputação e chegado ao conselho” (ALONSO, 2002, p. 58). Contudo, como sintetiza Ângela Alonso (2002), as ideias em circulação são instrumentos de disputas concretas. O mais provável, portanto, é que as próprias posições de Machado, Valentim Magalhães e Sílvio Romero estejam em disputa, mais do que os nomes referidos por eles.

Na polêmica entre Magalhães e Romero, avaliados que tinham sido no estudo “A Nova Geração” (1879), de Machado, eles passam a avaliadores. Percebe-se certa mobilidade dentro das possibilidades limitadas de atuação. Alonso (2002) vale-se do conceito de “estrutura de oportunidades políticas” para se referir às possibilidades de mobilidade que os agentes, que não participam diretamente das estruturas políticas de poder, encontram para defender suas demandas. Pode-se dizer que na trajetória dos três envolvidos na disputa sobre a Nova Geração essa mobilidade se manifesta, haja vista poderem inclusive disputar os sentidos dessa “nova geração”. Contudo, a limitação dessa mobilidade também é perceptível, já que para disputarem esse sentido e se colocarem na posição de avaliadores submeteram-se a novos julgamentos, agora de forma mútua e agressiva.

1.2.1 Geração de 70 e modernização

Interessa nesse momento discriminar algumas posições existentes sobre o que estava incluído no projeto de *modernização* dos diferentes setores de intelectuais letrados do Brasil no período estudado, que circunda e inclui a chamada Nova Geração. Com isso, será possível balizar os comentários sobre o tema promovidos nas *Balas de estalo*. Ângela Alonso (2002) elenca cinco desses grupos cujas obras são estudadas pela autora em sua com o intuito de organizar a orientação intelectual e política de seus membros. Os grupos são, pela terminologia da socióloga: “liberais republicanos”, “novos liberais”, “positivistas abolicionistas” (no qual estaria incluída a “Escola de Recife”, cujo caráter unitário, que a faria ser considerada uma “escola” ou mesmo “grupo”, é questionado pela autora), “federalistas científicos”, subdivididos em seus representantes gaúchos e paulistas.

Os liberais republicanos foram um grupo formado por jornalistas profissionais, responsáveis por traduções, escrita de romances e de peças de teatro. Não compuseram tratados doutrinários, antes, publicaram panfletos sobre

assuntos imediatos²⁵. Destacam-se como representantes desse grupo, pela análise de Ângela, Salvador Mendonça e Quintino Bocaiúva. Suas posições são muito parecidas com as dos liberais do império. Recuperam ideias dos liberais do Primeiro Reinado, derrotados com a Lei de Interpretação de 1841, que barrou propostas como o fim da vitaliciedade do Senado, do Conselho de Estado e do Poder Moderador e autonomia às assembleias provinciais. Para os Liberais republicanos, o cerne dos problemas pelos quais o país passava (e que resultaria no fim do Império) é político, uma questão de governo. Sobretudo Quintino Bocaiúva destacava o socialismo como um dos perigos que se abririam diante da situação de crise do império. Nesse sentido, diante de uma mudança inevitável de regime, que viesse a República, vista assim como um antídoto para o socialismo. As transformações inevitáveis desse processo deveriam ser realizadas com o intuito, não de avançar, mas de conter uma possível subversão da ordem. Modernizar o Brasil aqui tem o sentido de promover reformas que conterão mudanças profundas, ou seja, consiste em realizar contrarreformas. Viam o perigo para a manutenção da ordem que no transcurso do século XIX rebeliões escravas e revoluções proletárias tivessem se dado. Pode-se dizer que nesse novo contexto, Bocaiúva cumpriu o papel que Rio Branco havia cumprido no início e em meados da década de 1870: defende reformas paulatinas e controladas como a melhor maneira de conter alguma centelha revolucionária.

Outro grupo que emerge nessa geração são os novos liberais que, assim como os liberais republicanos, correspondem a uma dissidência dos liberais formados ao longo do império. Além disso, esses dois grupos assemelham-se por terem tido como campo de atuação privilegiada a imprensa. Os novos liberais, no entanto, elaboraram mais peças memorialísticas do que panfletos, embora também tenham tido produção considerável deste último tipo²⁶. André

²⁵ A autora alicerça sua análise nos textos: *Trabalhadores asiáticos* (1881), de Salvador Mendonça, *A crise da lavoura* (1868), de Quintino Bocaiúva e, principalmente, nas séries de artigos de jornal *A questão social* (1879) e *Colonização asiática* (1870).

²⁶ Dessa vez, as produções que embasam os comentários de Alonso (2002) são: os artigos de André Rebouças “Abolição da miséria” (1888), “Charles Darwin e a escravidão no Brasil” (1881), que seria a introdução de um livro de memórias que estava sendo produzido; do mesmo autor ela analisa ainda dois estudos mais de fôlego: *Agricultura nacional – estudos econômicos (Propaganda abolicionista e democrática)* (1883), que é uma compilação de artigos de Rebouças para o *Jornal do Comércio* publicados entre 1874-1875, e *Garantia de juro* (1874). De Rui Barbosa, analisa discursos, um projeto de reforma do ensino e as seguintes séries de artigos: “Questão militar” (1887), “Abolicionismo” (1885) e “Queda do Império” (1889). A produção de

Rebouças, Rui Barbosa e Joaquim Nabuco são os expoentes aqui. Nabuco destaca que é ter como força de trabalho a escravidão que assinala a defasagem nacional com a “civilização”. Como “ponte” entre o Brasil e a civilização, isto é, uma das bases do mecanismo interpretativo de Nabuco é a geração de 1870 portuguesa. Ângela Alonso (2002, p. 192) destaca que o livro *O Brasil e as colônias portuguesas* (1880), de Joaquim Pedro de Oliveira Martins, é um dos pilares interpretativos de Nabuco em *O abolicionismo* (1883). O livro português vê na escravidão, instrumento da colonização e que se estendeu ao longo de todo império, o centro da crise que levará à suplantação desse regime. Nabuco, ao privilegiar também a dimensão socioeconômica, considera que os problemas do país não são diretamente políticos. Daí a maior diferença dos *novos* liberais e dos liberais *republicanos*: para os últimos, como seu nome atesta, a mudança de regime era necessária para solucionar a crise; já para os primeiros seria possível seguir como uma monarquia, desde que se acabasse com a escravidão, resultado da ambição de se angariar o maior lucro possível com o menor trabalho próprio.

Os positivistas abolicionistas mantiveram uma produção constante de circulares anuais e de variados panfletos políticos, além de alguns livros, que por vezes eram reuniões de textos curtos previamente publicados²⁷. Defendiam a secularização do Estado, a naturalização dos estrangeiros, a reforma do ensino, a liberdade de imprensa e, claro, a abolição (ALONSO, 2002). Miguel Lemos e Aníbal Falcão foram seus dois principais representantes. Os referenciais do grupo eram contraditórios, iam desde uma perspectiva radical (como a defesa da revolta escrava no Haiti) até pontos de vista bastante reacionários (como a referência a propostas de precursores positivistas no Brasil que defendiam a transformação dos escravos em servos, ao estilo medieval). Depois de alguns ajustes e rupturas do grupo, pode-se dizer que o centro de sua pauta de reformas está na abolição. Opunham-se abertamente ao pagamento de qualquer

Joaquim Nabuco também é analisada por esse viés, com destaque para *O abolicionismo* (1883), mas considerando também seus artigos, discursos, polêmicas e conferências. Além disso, dele são analisadas algumas séries de panfletos: *O erro do imperador*, *Eleições liberais e eleições conservadoras* e *O eclipse do abolicionismo*.

²⁷ Ângela Alonso alicerça sua síntese do pensamento dos Positivistas abolicionistas nas obras *A fórmula da civilização brasileira* (1883), de Aníbal Falcão e *O positivismo e a escravidão moderna* (1884), seleção de textos editados por Miguel Lemos.

indenização aos ex-proprietários de escravos, em caso de abolição. Modernidade e nacionalidade são elementos fundamentais para os positivistas abolicionistas. Abolir seria um gesto moderno, uma forma de se livrar de marcas arcaicas da colonização e seguir o caminho ocidental. Valendo-se da terminologia socialista, entendem que a produção do capital é social e que o Estado deveria agir de modo a planificar a economia. Ao mesmo tempo, ao entenderem que o Brasil, país recente e colonizado, estava em um estágio de desenvolvimento anterior aos países europeus, acreditavam que caberia, no momento, promover uma espécie de transição, análoga à passagem do feudalismo para o capitalismo ocorrida na Europa. Para isso era fundamental acabar com a escravidão (ALONSO, 2002, p. 213). Diferenciam-se dos novos liberais, pois não tomam a América inglesa como modelo de colonização. Têm uma visão mais nacionalista a esse respeito. Consideram que, pela influência do catolicismo ibérico, embora já decadente à época da colonização, desenvolveu-se aqui um senso de comunidade. Ângela Alonso vê nessa perspectiva decadentista uma semelhança com a geração de 1870 portuguesa. Na definição de nação dos positivistas abolicionistas, existe uma dimensão de Brasil como união de três raças, portugueses (não europeus genericamente), índios e negros. Existe aí uma noção até indianista, refutada por novos liberais e por federalistas científicos (comentados adiante). A miscigenação é vista positivamente, teria criado um bom povo, mas isso não resultou num bom governo.

Federalistas científicos, gaúchos e paulistas, entre todos os grupos aqui estudados, são os que mais produziram obras: tratados científicos e compêndios escolares eram escritos ao mesmo tempo em que artigos de jornal eram publicados massivamente pelo grupo. Paulistas marcavam posição em defesa da federação e do desmembramento do país; já os gaúchos enfatizavam o regionalismo. Pereira Barreto, Alberto Sales, Ramiro Barcelos e Assis Brasil são as figuras que ganham destaque²⁸. A recuperação de personagens históricos esteve na agenda tanto de gaúchos quanto de paulistas. Entendiam a sociedade

²⁸ Como a produção é vasta, a análise de Ângela Alonso abarca uma quantidade maior de títulos. Centralmente, contudo, estão *A República Federal* (1881), de Assis Brasil e *Catecismo republicano* (1885), de Alberto Sales.

moderna como dividida em classes. O papel do Estado moderno seria o de manter a ordem tradicional e a unidade social. Ou seja, não queriam enfatizar os conflitos entre as classes, mas contê-los. A república francesa é considerada o “ponto inaugural da história moderna” (ALONSO, 2002, p. 226) e no seu bojo todos os governos republicanos são elogiados, da antiguidade aos seus contemporâneos do século XIX. A formação das instituições políticas é o foco de análise dos federalistas científicos. Apontavam uma disjunção entre a constituição da população e o sistema político. A monarquia seria o máximo dessa disjunção. A Geração de 70 portuguesa seria importante por mediar os “esquemas europeus” e sua aplicação no Brasil (ALONSO, 2002, p. 229)²⁹. O ponto de partida, diferentemente de novos liberais e positivistas abolicionistas, não era o processo de colonização, mas a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, em que se principiaria a constituição do Estado nacional, com suas instituições sobrepondo-se à população. Comparando o Brasil com a América Ibérica, condenavam os efeitos da centralização econômica, que afetaria desde a infraestrutura (como telégrafo e rede ferroviária) até políticas sociais. Em todas essas situações, argumentavam, a república vencia o império; incluindo-se os casos americanos e europeus. Sintetizando suas críticas, apontavam como principais “defeitos constitutivos sistema político brasileiro” (ALONSO, 2002, p. 235): a desigualdade de representação entre províncias, entendiam que o critério populacional para a constituição do eleitorado produziria a supremacia de pouquíssimas províncias sobre outras; o sistema eleitoral indireto e censitário, que restringia o eleitorado; a organização dos partidos não ocorrer em torno de programas, mas de interesses. Tanto para a centralização econômica quanto para a política, o federalismo aparecia como solução. A igualdade entre as religiões e o fim da escravidão apareciam como necessários do ponto de vista da *moderna* ciência política. Avaliavam a escravidão como erro econômico, mas hierarquizavam os problemas nacionais pelas instituições políticas.

O detalhamento do estudo de Ângela Alonso (2002) é louvável e permite a construção de um cenário extremamente produtivo para a compreensão da

²⁹ A principal figura nesse processo foi Théophile Braga (1843-1924), cujas obras de maior impacto sobre a geração de 1870 brasileira foram *Traços Gerais da filosofia positiva* (1877), *Sistema de sociologia* (1884) e *Soluções positivas da política portuguesa* (1880) (FERRÃO, 1935 *apud* ALONSO, 2002, p. 229).

produção cultural do período. Diferentemente das escolhas da socióloga, no entanto, destacaremos alguns dos expoentes desse período. Por meio da hierarquização pontual dos membros da geração de 1870 e da aproximação com outros que não fizeram parte do levantamento da estudiosa, buscaremos, pelo mergulho nessas particularidades, iluminar o conjunto com o intuito de complementar ao trabalho da socióloga e, ao mesmo tempo, buscar um enfoque produtivo para a análise da série *Balas de estalo*.

1.3 UMA TRAJETÓRIA EXEMPLAR E EXCEPCIONAL DESSA GERAÇÃO: JOAQUIM NABUCO

É difícil medir o alcance de ideias³⁰. Mesmo assim, neste trecho do trabalho busco expressar o alcance das ideias da Geração de 1870 e da Nova Geração pela análise da trajetória de Joaquim Nabuco que, a despeito das diferenças biográficas em relação ao grupo que formou as *Balas de estalo* (por exemplo pela longa vivência na Europa e nos Estados Unidos, onde inclusive morreu) pode ter sido aquele que exemplificou no campo da política a visão progressista, bem como seus limites, dessa geração.

Tendo vivido de 1849 a 1910, Joaquim Nabuco atravessou as décadas de 70 e 80 do século XIX formando sua carreira política. Foi eleito deputado pela primeira vez em 1878 e sua maior obra, *O Abolicionismo*, tratava do tema que foi a maior causa de sua atividade política. Sua publicação se deu em abril de 1883, mesmo mês e ano do início da série *Balas de estalo*.

Uma das características mais marcantes de Nabuco é seu eurocentrismo. Ele se declara, quando escreve o *Minha formação* (1900), “cada vez mais servo da gleba brasileira” (NABUCO, 2012, p. 69), mas são inegáveis as marcas que a “atração do mundo” (NABUCO, 2012, p. 65) deixou nele, a ponto de perceber-se nitidamente que em seu pensamento se forma uma dicotomia que associa a Europa ao humano e civilizado e o Brasil à natureza; natureza essa com traços inclusive edênicos (NABUCO, 2012, p. 70-72). Politicamente isso se manifestou

³⁰ Veja o debate, de corte teórico, sobre isso no item 1.3.2 deste trabalho.

por sua preferência pelo regime monárquico inglês. Suas viagens à Europa e aos Estados Unidos reforçaram sua preferência pela monarquia, dada a superioridade que via na Inglaterra se comparada ao país norte-americano. Nabuco faz questão de lembrar que a monarquia aboliu a escravidão, chega a chamar o regime de “monarquia libertadora” (NABUCO 2012, p. 74). Sua primeira viagem à Europa foi em 1873. Segundo sua autoavaliação, a França exerceu sobre ele maior influência literária do que política (NABUCO, 2012, p. 85), seu contato com Ernest Renan é exemplar nesse sentido. Essa experiência teve para Nabuco outras significações que não podemos detalhar aqui. Destaque-se apenas que o brasileiro registrou na sua autobiografia: “Renan me dera o conselho, que transmito à nova geração de literato, de entregar-me a estudos históricos”, pois “não há em regra nada mais ingrato, mais fútil, do que a produção que o indivíduo tira toda de si, e é o que acontece quando o talento não tem uma profissão literária séria” (NABUCO, 2012, p. 97)³¹. Por mais de dois anos, iniciando em 1875, focou-se na escrita de um drama em língua francesa, *L’option*, que tratava do conflito em torno da região de Alsácia-Lorena (NABUCO, 2012, p. 102).

Desse período literário, ele passará ao diplomático, que iniciou em 1876 e culminou com sua eleição à Câmara em 1878. Ele deixa claro que sua eleição se deu em função do renome de seu pai e que contou com a exclusão da lista de candidatos de outros que deveriam estar na sua frente, ou seja, foi fruto do favor: um acordo entre seu pai e o barão de Vila Bela, chefe político de Pernambuco, província da qual Joaquim Nabuco tornou-se deputado (NABUCO, 2012, p. 180-181). Houve protestos pela eleição de Nabuco. Ele justifica moral e politicamente o modo como entrou na carreira política pelo fato de ter lutado por todo o tempo pela abolição. Não conseguiu se reeleger em 1881. Como estava sem ocupação definida, foi convidado pelo *Jornal do Comércio*, jornal tradicional e conservador do Rio de Janeiro, para ser correspondente em Londres, onde ficará de 1882 a 1884, quando redige *O Abolicionismo* (1883). Quando retornar

³¹ Sobre as leituras de Renan (e também de Camões) empreendidas por Nabuco, veja-se SANTIAGO, Maria Luísa Taborda. *Joaquim Nabuco: leitor de Camões e Renan*. Porto Alegre, 2015. Monografia de conclusão de curso (Graduação em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000992536&loc=2016&l=f54547d3897db7e6>. Acesso em 20 de março de 2016.

será reeleito deputado em 1885 e 1887 e novamente em 1889, esta última eleição, porém, será suspensa pela proclamação da República³².

1.3.1 O Abolicionismo: análise de Joaquim Nabuco

A causa abolicionista é o que enraíza Nabuco ao Brasil, a tal ponto de fazer de suas recordações de infância (no conhecido capítulo “Massangana³³”, do *Minha formação*) um elemento político, visto que foi no engenho que dá nome ao capítulo que terá início a formação de sua visão sobre a escravidão (NABUCO, 2012, p.195-196). A escravidão é o traço nacional que faz contraponto para Nabuco à sua já referida “atração do mundo” (NABUCO, 2012, p. 65). O autor revela que trocou “a vida diplomática pela advocacia dos escravos” (NABUCO, 2012, p. 120). Os “Nabucos” queriam que a Lei do Ventre livre tivesse o nome do seu pai, José Tomás, em função das defesas e da agitação que fazia em torno da libertação das “gerações futuras” (NABUCO, 2012, p. 173) desde 1866.

A obra mais conhecida de Joaquim Nabuco, *O abolicionismo* (1883), não se justifica por ser uma história do abolicionismo apenas, mas um instrumento para a própria abolição, uma forma de intervenção, tanto que é escrito e publicado durante as lutas abolicionistas, não depois delas. Nessa obra, Nabuco define com precisão o que o movimento abolicionista, “antes de tudo um movimento *político*” (NABUCO, 2002, p. 32, grifo do autor), defendia: supressão da escravidão, com emancipação dos escravos em massa e resgate dos ingênuos (filhos “livres” de mulher escrava) da servidão da lei de 28 de setembro de 1871” (NABUCO, 2002, p. 24).

Para termos uma ideia da importância de tal movimento, lembre-se que, dentro dos espectros ideológicos do final no Império, era possível a existência

³² Além das fontes primárias, especialmente *Minha formação*, o site da Fundação Joaquim Nabuco é rico em dados organizados sobre a vida de Nabuco. http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=460&Itemid=866. Acesso em 03 de janeiro de 2018.

³³ O referido capítulo foi inicialmente redigido em francês por Nabuco, em 1893, e mais tarde traduzido por ele para compor o *Minha formação*, cuja primeira edição é de 1900.

da defesa de todas as formas de governo com o manutenção da escravidão, como chegou a ser o caso de republicanos que não eram abolicionistas. (NABUCO, 2002, p. 28). Para Nabuco, o surgimento do movimento abolicionista “coincidiu com a eleição direta, e sobretudo com a aparição” da opinião pública, que estaria “se solidificando em torno da imprensa” (NABUCO, 2002, p. 30). Ele nutria grandes expectativas em relação ao movimento abolicionista. Para o autor, o poder do abolicionismo era “o poder tão-somente das forças que começam a rebelar-se contra semelhante monopólio – o da terra, do capital e do trabalho – que faz da Escravidão um estado no Estado, cem vezes mais forte do que a própria nação” (NABUCO, 2002, p. 30).

O Abolicionismo (1883) lido ou relido nos dias de hoje causa um certo espanto pela amplitude e profundidade do enquadramento do problema da escravidão. Aqui teremos que focar nos aspectos mais relevantes para o andamento do trabalho que, nessa passagem, busca compreender Joaquim Nabuco no contexto dos debates da Geração de 1870 e da Nova Geração.

Nabuco elabora um refinado comentário do aspecto econômico da escravidão partindo do seguinte fato: “um escravo não acha um capital suficiente para libertar-se mediante a locação dos seus serviços, para mostrar o que é a escravidão como sistema social e econômico” (NABUCO, 2002, p. 40). Em nota de rodapé, desenvolve a análise, provando que “a escravidão é a usura da pior espécie”, pois “desde que o escravo pode, em qualquer tempo que tenha o seu preço em dinheiro, depositá-lo e requerer a sua liberdade, cada escravo representa uma dívida para com o senhor, que ele não pode pagar e à qual serve de penhor” (NABUCO, 2002, p. 40). A título de demonstração, afirma o seguinte:

O escravo de um ano, quando passou a lei (1871), podia ser resgatado pela mãe por um preço insignificante; como ela, porém, não tinha esse dinheiro, a cria não foi libertada e é hoje um moleque (o triste vocabulário da escravidão usado em nossa época, e que é a vergonha da nossa língua, há de reduzir de muito no futuro as pretensões liberais da atual sociedade brasileira), de treze anos, valendo muito mais; em pouco tempo será um preto de dobrado valor. Quer isso dizer que a dívida do escravo para com o senhor quadruplicou e mais ainda, porque ele não teve meios de pagá-la quanto era menino (NABUCO, 2002, p. 41).

Expandindo o raciocínio, Nabuco segue as especulações considerando outras situações, com diferentes prazos, e a conclusão é a de que “os altos juros

cobrados sobre essa caução, que é o próprio devedor, fazem dessa especulação o mais vantajoso de todos os empregos de capital” (NABUCO, 2002, p. 41). Por, além de não terem “nada e ninguém no mundo que se possa chamar *seu*”, serem “de outrem”, os escravizados estão abaixo da condição do proletariado moderno (NABUCO, 2002, p. 44, grifo do autor). Uma posição conservadora do período, o deputado Andrade Figueira, fez analogia contrária: “O escravo é entre nós um verdadeiro fidalgo proletário” (*apud* SILVA, 2018, p. 175).

Enquanto foi do interesse dos agricultores, o tráfico continuou. Estes, no entanto, foram endividando-se com os traficantes de escravizados, muitos passaram a ter suas propriedades entregues a traficantes para pagarem as dívidas de escravizados que iam sendo comprados a prazo (NABUCO, 2002, p. 72-73). Era hora dos proprietários rurais cederem à abolição.

Sem dúvida, Nabuco, se comparado a outros intelectuais de sua época e condição social, tem uma posição bastante progressista. Algo que não se pode deixar de lado ao fazer essa avaliação é o estado das coisas no Brasil da época quando o assunto é escravidão. A ilegalidade da escravidão e a proibição do tráfico haviam sido definidas no papel muito antes de passarem a ser de fato cumpridas ou, ao menos, realizadas com algum constrangimento por serem ilegais. Em *O abolicionismo* (1883), Joaquim Nabuco (2002, p. 72; 75) detalha a “ilegalidade da escravidão” (título, inclusive, de um dos capítulos do livro):

Algumas datas bastam para prova. Pela Convenção de 1826, o comércio de africanos devia, no fim de três anos, ser equiparado à pirataria, e a lei que os equiparou tem a data de 4 de setembro de 1850. A liberdade imediata dos africanos legalmente capturados foi garantida pela mesma convenção, quando ratificou a de 1817 entre Portugal e a Grã-Bretanha, e o decreto que emancipou os africanos livres foi de 24 setembro de 1864. Por último, a lei de 7 de novembro de 1831 está até hoje sem execução, e os mesmos que ela declarou livres acham-se ainda em cativeiro. Nessa questão do tráfico bebemos as fezes todas do cálice. (...) A maior parte dos escravos entre nós são homens livres criminosamente escravizados. (...)

Com efeito, a grande maioria desses homens, sobretudo no Sul, ou são africanos, importados depois de 1831, ou descendentes destes. Ora, em 1831 a lei de 7 de novembro declarou no seu artigo 1º: “Todos os escravos que entrarem no território ou portos do Brasil vindos de fora ficam livres.” Como se sabe, essa lei nunca foi posta em execução, porque o governo brasileiro não podia lutar contra os traficantes; mas nem

por isso deixa ela de ser a carta de liberdade de todos os importados depois da sua data.

No transcurso desses mandos e desmandos, Nabuco avalia o procedimento das gerações. À “geração de 1850”, “educada na tolerância do tráfico”, com a vigência de um “pensamento político predominante” de legitimação da “propriedade sobre os africanos introduzidos depois de 1831”, “sucedeu outra [geração]” que considera o tráfico de escravizados “o maior de todos os crimes” (NABUCO, 2002, p. 78-79).

No começo de 1888, o autor foi ao Vaticano pedir diretamente ao papa Leão XIII a condenação oficial da escravidão no Brasil pela Igreja. O papa atende ao pedido de Nabuco e escreve a referida condenação, contudo, ela somente será divulgada (por manobras do “ministério conservador” do Vaticano) depois de abolida a escravidão no Brasil (NABUCO, 2012, p. 225-240). No começo da década de 1880, enquanto redigia *O abolicionismo* (1883), contudo, a posição de Nabuco é mais agressiva em relação à Igreja, ao menos à Igreja brasileira (NABUCO, 2002, p. 31, grifo do autor):

Entre nós, o movimento abolicionista nada deve, infelizmente, à Igreja do Estado; pelo contrário, a posse de homens e mulheres pelos conventos e por todo o clero secular desmoralizou inteiramente o sentimento religioso de senhores e escravos. (...) Nenhum padre tentou, nunca, impedir um leilão de escravos, nem condenou o regime religioso das senzalas. A Igreja Católica, apesar de seu imenso poderio em um país ainda em grande parte fanatizado por ela, *nunca* elevou no Brasil a voz em favor da emancipação.

Também há de se minimizar a importância comumente dada à Inglaterra para a abolição, o que é feito, geralmente, desconsiderando os interesses daquele país. Como é sabido, o Bill Aberdeen foi uma lei criada na Inglaterra em 1845 para impedir o tráfico de escravos africanos para as Américas. Nabuco (2002, p. 70) critica o fato de essa lei ter servido, na verdade, para pressionar apenas as nações “fracas”. Ele relata o caso de uma carregação de escravizados para o Brasil, por volta de 1852, em que os traficantes hastearam, em vez da bandeira do Brasil, a bandeira dos EUA ao navio negreiro. Passaram assim sem ser incomodados pelos cruzadores ingleses que fiscalizavam o tráfico. Além disso, o autor (NABUCO, 2002, p. 146-147) refere a proposta de os EUA de

transformar toda a América em um cativo por meio de uma aliança comercial com o Brasil.

Joaquim Nabuco, no final do século XIX, ao recordar o período de formação do movimento abolicionista, relata o andamento de suas relações durante a constituição desse movimento:

Dentre aqueles com quem mais intimamente lidei em 1879 e 1880 e que formavam comigo um grupo homogêneo, a nossa pequena igreja, as principais figuras eram André Rebouças, Gusmão Lobo e Joaquim Serra... A igreja fronteira era a de José do Patrocínio, Ferreira de Meneses, Vicente de Sousa, Nicolau Moreira, depois João Clapp com a Confederação Abolicionista. Se eu estivesse escrevendo neste momento um esboço do movimento abolicionista de 1879-1888, já teria citado Jerônimo Sodré, que foi quem pronunciou o *fiat*, e passaria a citar os meus companheiros de Câmara Manuel Pedro, Correia Rabelo, S. de Barros Pimentel, e outros, porque o movimento começou na Câmara em 1879, e não, como se tem dito, na *Gazeta da Tarde* de Ferreira de Meneses, que é de 1880, nem na *Gazeta de Notícias*, onde então José do Patrocínio, escrevendo a "Semana Política", não fazia senão nos apoiar e ainda não adivinhava a sua missão. Decerto pelos escravos já vinham trabalhando Luís Gama e outros, mesmo *antes* da lei de 1871, como trabalharam todos os colaboradores dessa lei; mas o movimento abolicionista de 1879 a 1888 é um movimento que tem o seu eixo próprio, sua formação distinta (...) (NABUCO, 2012, p. 199-200).

Nesse trecho dos seus escritos, o autor tem a intenção clara de ordenar cronologicamente os ingressantes no movimento abolicionista especificamente, que teria iniciado, portanto, com Jerônimo Sodré, a quem seguiu com seu apoio o próprio Joaquim Nabuco. Logo em seguida, mas posteriormente, um vasto grupo incorporou-se ao movimento. Estão aí “[André] Rebouças, [José do] Patrocínio, Gusmão Lobo, [Ferreira de] Meneses, Joaquim Serra...” (NABUCO, 2012, p. 200). José do Patrocínio, segundo Joaquim Nabuco (2012, p. 211), foi o “representante” do espírito revolucionário” no abolicionismo. Para o autor, tal “espírito”, juntamente com o “espírito liberal e o espírito de governo fez a abolição”. O “espírito de governo (...) foi mais forte do que eles, e acabou por os absorver e dominar”.

Por certo há limitações nos posicionamentos e ações de Joaquim Nabuco, que não é um dos representantes do “espírito revolucionário” que foi parte do processo que levou à abolição. Vindo da elite nacional, chegou a ter um escravizado quando criança, mas extraiu dessas experiências seus primeiros

impulsos de luta pela abolição, com todas as contradições morais que, na sua condição, tal luta importava (NABUCO, 2012, p. 187-196). Dedicou muitos anos da vida ao abolicionismo, não só nos planos apontados até aqui, mas também na curta carreira jurídica. O caso de destaque é o de quando advogou em favor de um escravizado que matou com um tiro o responsável pelo seu açoitamento e mais outra pessoa na fuga. Nabuco conseguiu que o escravizado não fosse morto, embora fosse condenado à prisão perpétua (IGLÉSIAS, 2002, p. 9). As contradições aparecem, por exemplo, quando lembramos que ele relata no *Minha formação* (2012, p. 190) sentir uma “singular nostalgia”, que é a “saudade do escravo”, justifica tal sentimento injustificável pela generosidade dos escravizados que contraporia o egoísmo dos senhores. Ou seja, manifesta uma visão paternalista dos escravizados. Visão essa só possível do ponto de vista do senhor, mas não do escravizado. Tal visão é recorrente na produção letrada brasileira e pode ser vista em obras como *Casa-grande e senzala* (1936) e *Menino de engenho* (1932).

O assunto é longo, mas aqui procura-se focar no período de gestação do abolicionismo que, pela cronologia já apresentada por Joaquim Nabuco, inicia no final da década de 1870. A importância do movimento pode ser atestada por um dos grandes pesquisadores sobre os negros brasileiros: Clóvis Moura (2004, p. 15-16), no verbete “Abolicionismo”, do seu *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*, define:

Movimento que, segundo Joaquim Nabuco (V.), foi iniciado, no seu sentido amplo, em 1879-1880. Movimento surgido na classe média liberal não satisfeita com apenas extinguir o tráfico ou reivindicar medidas que melhorassem a sorte do cativo, mas que pretendia ver extinta a escravidão. Apesar da participação nacional com grupos e homens organizados em quase todos os estados (províncias), ele se corporificou definitivamente com a formação da Confederação Abolicionista (V.). O abolicionismo apresentou conotações regionais, pois no Ceará, no Rio Grande do Sul e no Amazonas conseguiu antecipar a data da abolição. Por outro lado, tinha divisões internas: a ala radical lutava pela extinção do trabalho escravo imediatamente e sem indenização aos senhores, enquanto a outra ala, a moderada, achava que o fim do trabalho escravo no Brasil seria conseguido com medidas graduais, preservando-se o direito de propriedade dos senhores, mediante indenização do preço dos escravos.

Já no verbete “Movimento abolicionista”, Clóvis Moura (2004, p. 279-282) detalha mais o assunto. Coloca Nabuco como líder da ala moderada dentro do movimento, ala essa que se caracterizava por ter como público-alvo da propaganda abolicionista a classe dominante e suas elites, mostrando a elas os prejuízos da escravidão, tanto do ponto de vista econômico quanto moral. Já a ala radical, teve como principal representante o ex-escravizado Luís Gama e caracterizava-se por fazer dos escravizados o centro de sua atividade política, apoiando as sublevações e considerando os escravizados como agentes dinâmicos do processo. A posição de Nabuco (2002, p. 144) é, em certos momentos, utilitarista (talvez como estratégia para convencimento dos escravocratas, talvez por vício elitista), pois argumenta em *O Abolicionismo*, como boa parte da intelectualidade liberal da época, que “a abolição será benéfica para a propriedade privada e para os proprietários de terra”. Mesmo feitas essas ressalvas, não encontrei em nenhuma fonte alguém que secundarizasse o papel de Nabuco – o próprio Clóvis Moura (2004, p. 280) o considera uma das figuras mais “ativas e respeitáveis” do movimento abolicionista. O que importa aqui é esse papel de porta-voz da abolição para as camadas médias e da elite. Para cumprir esse papel de difusor e defensor das causas progressistas do período, Nabuco valeu-se fortemente da imprensa.

Como destaque Miceli (1977, p. 72), durante as atividades da “geração de 70”, a imprensa passa a ser fonte de renda cada vez mais importante para alguns literatos. Os jornais e revistas foram para Joaquim Nabuco, que não dependia financeiramente deles, o que também foi para muitos letrados de sua geração, um espaço para expressão e debate. O caso mais famoso, por certo, é a polêmica que travou com José de Alencar no jornal *O Globo*, entre os meses de setembro a novembro de 1875. Aos quinze anos Nabuco “mandou imprimir um folheto com uma ode heroica, *O gigante da Polônia*, mencionado por Machado de Assis em crônica³⁴. No ano seguinte, diante do Imperador, lerá o poema

³⁴ O comentário referido saiu no *Diário do Rio de Janeiro*, em 31 de janeiro de 1865, quando Machado escrevia a série de crônicas *Ao acaso*: “Já que falo em poetas escreverei aqui o nome de um jovem estrepante da poesia, a quem não falta vocação, nem espontaneidade, mas que deve curar de aperfeiçoar-se pelo estudo. É o Sr. Joaquim Nabuco. Tem 15 anos apenas. Os seus versos não são de certo perfeitos: o jovem poeta balbucia apenas; falta-lhe compulsar os modelos, estudar a língua, ultimar a arte; mas se lhe faltam os requisitos que só o estudo pode dar, nem por isso se lhe desconhece desde já uma tendência pronunciada e uma imaginação vívida. Tem o direito de contar com o futuro” (ASSIS, 2008, v.4, p. 248).

“Uruguaiana” (IGLÉSIAS, 2002, p. 7). O próprio *Minha formação* (1900) será publicado inicialmente a partir de artigos em 1896 no *Comércio de São Paulo*, até que o periódico tenha problemas financeiros e o restante dos capítulos passe a ser publicado na *Revista Brasileira* (NABUCO, 2012, p. 37), mesmo periódico no qual dezesseis anos antes Machado de Assis havia publicado o estudo sobre a nova geração e o livro *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. O movimento abolicionista como um todo vale-se da imprensa para debate e propaganda de suas ideias:

Na década de 80, José do Patrocínio funda a *Gazeta da Tarde*. Data de novembro de 1880 o primeiro número do jornal *Abolicionista*, publicado pela Sociedade Brasileira contra a Escravidão, instalada na própria casa de Nabuco, no bairro Flamengo. Dirige-o Nabuco por um ano. Outros jornais acolhem matéria favorável à tese abolicionista, ainda que não se dediquem exclusivamente a ela. Há que citar outras entidades, como a Confederação Abolicionista Nabuco e, no Ceará, a Sociedade Cearense Libertadora. (...) Muitas das associações, sobretudo as de solidariedade, vêm de antes; as de agora fazem propaganda contra o sistema (IGLÉSIAS, 2002, p. 12).

Procurou-se até aqui redesenhar o contexto de produção do primeiro ano de circulação da série *Balas de estalo* por intermédio do entrelaçamento explícito com a chamada Geração de 1870 e da Nova Geração. Percebeu-se dois tipos importantes, Joaquim Nabuco e Ferreira de Araújo. Curiosamente dois amigos de Machado de Assis. O Araújo, autor de um dos pseudônimos das *Balas de estalo*, redator-chefe e proprietário da *Gazeta de Notícias*. “Quincas, o belo”, apelido de Joaquim Nabuco para os mais próximos, era filho da elite provincial, dândi cosmopolita, eleito por favor e proteção paterna, analista inteligente da escravidão brasileira, abolicionista internacional (reconhecido por ingleses) e retórico... enfim, dois tipos que permitem pensar múltiplos lados dessa geração. Cumpre agora realizar uma breve apreciação teórica que possibilite a observação desse período que abarca esforços díspares em torno da modernização.

1.3.2 Geração de 1870 e Nova Geração: constelação e modernização

Na reconstrução que propusemos até aqui, a presença de extremos se revelou como traço da modernização brasileira transcorrida no período. Para Machado de Assis (2008, v.3, p. 1264-1267), por exemplo, Carvalho Júnior e Teófilo Dias são vistos como opostos e representantes da Nova Geração. No debate entre Sílvio Romero e Valentim Magalhães, o primeiro chegou a questionar o que era, de onde surgiu e quem integrava essa Nova Geração (*Folha Nova*, 29/01/1884, p. 2), enquanto o segundo dava essa caracterização como pacífica, afinal, ele estava incluído nela. Movimento difuso e em disputa, por meio do qual do qual Ferreira de Araújo e Joaquim Nabuco podem ser vistos como extremos. Note-se a ausência dos radicais, Luís Gama e José do Patrocínio, da Nova Geração, tanto a elencada por Machado quanto a elencada na polêmica Valentim Magalhães e Sílvio Romero. Nisso se assemelham os polemistas entre si e com Machado. O poeta abolicionista ex-escravizado e o ativista político não cabem oficialmente na Nova Geração, mas não deixam de pertencer ao contexto da Geração de 70. No conjunto, temos a configuração dessa constelação em sua diversidade por meio de esforços bastante díspares pela modernização brasileira do período. Os moderados intervêm menos no cotidiano e encontram nas polêmicas letradas uma forma de encenar um tipo de participação do qual estão distantes. Por esse viés, entenda-se também suas polêmicas impressas.

Para Walter Benjamin (2011, p. 29-30), as classificações abstratas (como Renascimento, Humanismo, Barroco...) são ideias genéricas que são transmissíveis por conceitos. Sendo que nessas ideias “não é o homogêneo que coincide, mas o extremo que alcança uma síntese”. Ou seja, as classificações, ou “etiquetas”, como o autor chega a referir, não são uma boa e lúcida visão sobre os fenômenos observados. Esta só pode ser alcançada pela explicitação da diversidade desses fenômenos, que Benjamin irá analisar sob a forma de fragmentos, bem como de seus limites. “Teremos, aliás”, analisa Benjamin (2011, p. 33), “de falar sempre de pormenores quando a observação mergulha na obra e na forma da arte para avaliar seu conteúdo substancial (*Gehalt*)”.

Nas formulações benjaminianas, as ideias só são apreensíveis por meio de conceitos, já que “não são suscetíveis de representação direta” (MERQUIOR, 1969, p. 116). Numa passagem conhecida, Benjamin (2011, p. 22) afirma que “as ideias relacionam-se com as coisas como as constelações com as estrelas”, e continua:

[As ideias] Não servem para o conhecimento dos fenômenos, e estes, de nenhum modo podem servir de critério para a existência das ideias. Pelo contrário, o significado dos fenômenos para as ideias esgota-se nos seus elementos conceituais. (...) As ideias são constelações eternas, e se os elementos se podem conceber como pontos em tais constelações, os fenômenos estão nelas simultaneamente dispersos e salvos. E aqueles elementos, que os conceitos têm por tarefa destacar dos fenômenos, são mais claramente visíveis nos extremos da constelação (BENJAMIN, 2011, p. 22-23).

A posição teórica aqui defendida para o estabelecimento do quadro histórico e cultural no qual se produziu a série *Balas de estalo* busca mergulhar na particularidade histórica dos fenômenos analisados e, simultaneamente, entender o que neles está preservado para o entendimento do presente. Conforme Benjamin, (2011, p. 35):

A ideia absorve uma série de formas históricas, não para construir a partir dela uma unidade, menos ainda para delas derivar algo de comum. Não há qualquer analogia entre a relação do fenômeno singular com a ideia ou com o conceito: neste último contexto, o singular é subsumido no conceito e permanece o que era – singularidade; no primeiro, está na ideia e torna-se naquilo que não era – totalidade.

Em si, ideias “não são nem os conceitos nem as leis das coisas” (BENJAMIN, 2011, p. 22), somente por meio de sua reordenação em relação ao que foram enquanto matéria viva, isto é, histórica, elas possuem significado para o crítico e seu tempo. Esta reordenação coordenada de elementos reais a partir de conceitos forma a constelação benjaminiana (MERQUIOR, 1969, p. 116-117). Por seu intermédio se alcança a reconfiguração das ideias que aparecem então como uma totalidade, “não como explicação do todo”, o que é impossível e sempre falso, mas como “classe aberta de diferenças”. Isso porque, deste modo, atinge-se “o horizonte móvel a que cada objeto é referido, quando a crítica que o descreve ilumina dialeticamente a sua especificidade como *relação*: a verdade

de cada objeto *nas suas fronteiras com o outro*" (MERQUIOR, 1969, p. 116, grifos do autor). Assim apreende-se os fenômenos culturais em sua dialética histórica própria num processo que leva a cabo uma tentativa de síntese entre o particular e o geral.

1.4 O JORNAL E O BONDE: PRINCÍPIO DE CRÍTICA À MODERNIZAÇÃO À BRASILEIRA

No jornal *Cidade do Rio*, em agosto de 1888, por ocasião do aniversário de treze anos da *GN*, José do Patrocínio escreve o seguinte (tendo sido o texto reproduzido posteriormente na própria *GN*):

Há no caráter do Dr. Ferreira de Araújo essas duas portas: numa está o amor; na outra a fera. (...)

Chefe da imprensa moderna, o Dr. Ferreira de Araújo preside à emancipação do jornalismo brasileiro do cativo da convenção.

Já se pode ser moço na Imprensa; já se pode dizer pela pena o que se diz conversando ou falando. A velha capa e a espada da encenação antiga estão a empoeirar para um canto da contrarregra, e, quando algum dos antigos jornalistas vem a público exhibir a fraseologia do dramalhão, a gente não se ri somente porque deve respeito à velhice.

Depois do eclipse do *Correio Mercantil*, a imprensa só aprendeu a ser alegre com a alegria do Dr. Ferreira de Araújo. O seu estilo foi uma janela aberta para o oriente do jornalismo moderno e por ela entrou esse dia claro sonoro e primaveril, que vai se entornando também na alma do nosso povo (*GN*, 03/08/1888).

Mais uma vez, mocidade e modernidade associados a Araújo e à *GN*, agora relacionada com o *Correio Mercantil*, não como contraposição, como Araújo faria em 1889 em relação ao *Jornal do Comércio*, mas como um traço de continuidade.

O *Correio Mercantil* circulou entre os anos de 1848 e 1868. Antes disso, desde 1844, tinha o nome de *O Mercantil* (JAROUCHE, 2001, p. XII). Na sua origem, era um órgão do partido liberal e foi criado junto com outros periódicos para de certa forma responder à deposição sofrida pelo gabinete liberal. No poder desde 1844, os liberais foram derrubados por D. Pedro II em 1848, o imperador estava àquela altura preocupado com as revoluções que transcorriam

na Europa (e com algumas tentativas revolucionárias no Brasil, como a “Praieira”, em Pernambuco). Fez ele, então, uso do Poder Moderador e convocou um gabinete formado apenas por conservadores. Segundo Jarouche (2006, p. 17-18):

De todos os jornais aliados ao Partido Liberal – *O Grito Nacional*, *A Nação*, *O Repúblico*, entre outros –, o *Correio Mercantil* era de longe o melhor e mais bem estruturado, junto com o *Jornal do Comércio* (financiado pelo governo) e o *Diário do Rio de Janeiro* (discretamente pró-liberal), a tríade dos grandes jornais da época.

Em 1851, o *Correio Mercantil* deu início a uma publicação dominical denominada “Pacotilha”, humorístico e agressivo contra os conservadores (e aos portugueses, considerados aliados dos conservadores ao proporem a recolonização do Brasil num movimento chamado de “regressismo”). A criação dessa publicação teve início depois de o *Correio Mercantil* ter perdido a verba referente às publicações oficiais do governo, que foram transferidas para o *Jornal do Comércio* (JAROUCHE, 2001, p. XXIII-XXIV). No ano seguinte (1852), por ocasião das eleições para a Câmara, a “Pacotilha”, assim como todo o *Correio Mercantil*, participou abertamente da campanha dos liberais. Contudo, não elegeram um deputado sequer. Nesse contexto e nesse espaço, na “Pacotilha” do *Correio Mercantil*, foi publicado de junho de 1852 a julho de 1853, a primeira versão do romance *Memórias de um sargento de milícias*³⁵.

Na sequência do texto de José do Patrocínio, temos outra homenagem pelo aniversário da *GN*, mas agora escrito pela redação do jornal *Cidade do Rio*. Este trecho faz uma comparação entre a *GN* e os bondes como elemento de modernização em sentido bastante positivo, pois, assim como o bonde, o periódico contribuiu para congregar diferentes classes sociais: “foi ele quem reuniu em um mesmo veículo as classes mais diversas da sociedade” (*GN*, 03/08/1888). Nesse sentido, a *GN* teria “acabado com o doutrinário profético dos homens, que davam sentenças irrevogáveis e sagradas sobre os destinos da pátria, popularizou as *coisas públicas*, que tinham até então o mistério profundo das liturgias egípcias” (*GN*, 03/08/1888, p. 1, grifo do autor). Em tom

³⁵ No item 3.4 do presente trabalho, retomaremos esse contexto e os traços humorísticos da “Pacotilha” para traçar um paralelo e diferenciá-la do estilo empregado nas *Balas de estalo*.

eufórico, o texto diz que “a imprensa já derruba ministérios e fala a voz do povo, quando o parlamento traz a mordaca dos interesses pessoais de cada deputado” e compara, sem ressalvas, Rio de Janeiro e Paris, ambas vistas como “cérebro[s] de um povo” (*GN*, 03/08/1888, p. 1). Tom eufórico este que se justifica pela recente abolição, causa social principal de José do Patrocínio e do seu *Cidade do Rio*. Destaque-se que por ocasião desse aniversário, a Sociedade Abolicionista e Luís Gama enviaram seus parabéns à *GN*, embora nenhum tenha sido tão efusivo e longo quanto os da *Cidade do Rio*.

Figura 2: Homenagens à Gazeta de Notícias por ocasião do seu 13º aniversário

GAZETA DE NOTÍCIAS

Completando hontem o seu 13º anniversario, a *Gazeta de Notícias*, com justo desvanecimento o confessamos, teve a mais significativa prova da sympathia da estima com que a distingue a população d'esta capital, representada por distintos collegas nossos, que nos condecoraram as mais amiações palavras, e, por illustres cavalheiros, que nos saudaram pessoalmente, ou por meio do cartão.

Dando conta ao publico d'essa manifestação, que tanto nos honra, o fazemos como uma prova do nosso reconhecimento.

—

A *Cidade do Rio*, com uma gratidão inextinguivel, dedicou a primeira pagina do seu numero de hontem ao redactor chefe d'esta folha.

No alto da 1ª columna li-se o seguinte:

A Mr. de Dr. Ferreira de Araujo

Ja todos

Estão Loucos.

... e eu ...

Comigo Netto.

... ego quocunq...

PIERRE MALLET.

... pour toujours ...

PATROCÍNIO.

As primeiras columnas da distincta collega são occupadas por este brilhante artigo, que sobre o redactor-chefe d'esta folha escreveu o valente e illustre publicista José do Patrocínio:

FERREIRA DE ARAUJO

« Quando o vi a primeira vez, fiquei a pensar: n'esse. Estereotypo-se-me na memoria aquella parte de Hercules adolecente, aquella musculatura a, que se esportava n'uma toilette elegante, aquella physionomia, que vis atreves de um *pano-net* de crystal, sem ar, muito cuidado e sob um fino lenço negro, malicioso e petulante. Tinha um andar pesadamente leve, de um elephantezinho tirgem, e um olhar direito, em frente, como o de quem vai para muito além do horizonte.

Quem é? pergunto a minha curiosidade, feita de inveja, porque daquella rapaz ressumbroua um tom estar infinito na expansibilidade do sorriso, do gesto, da palavra, quando eu, si de mim, estava condemnado a lavar garrafas de óleo de ricino, a pregar costenas de rotulos do formulario da Misericordia, um diluvio de casimento branco e do *misaparrilha*.

— É o Ferreira de Araujo, interno da quinta de medicina. Dizem que sabe mais que os collegas e é muito festejado pelas irmas de caridade.

Melico! pensei eu. Como é que elle ha de familiarizar-se com essa profissão, que se accorvelha dia e dia com a *dir* e com a morte, com a desillusão e com a miseria! Infeliz, estou a ver-lhe no coração alguma coisa como um ninho, onde um casal de galinheiros permuta a embriaguez da primavera, trocando nos bicos o salto de mel dos tarantais por onde voltaram deudas de desejos e trantos de perfume. O que ha de ser d'elle quando tiver de fazer calar a musica

rei, que punia os seus subditos do modo o mais singular.

O tribunal era um circo, sobre o qual d'avam duas portas. De uma d'ellas sahia uma mulher lindissima, de outra uma fera estimada.

O criminoso tinha a liberdade de escolher a porta, que devia abrir. O mais era a sorte que decidia. Ora encontrava-se com o amor e a caricia, ora com a morte.

Ha no caracter do Dr. Ferreira de Araujo essas duas portas: n'uma está o amor; na outra a fera.

O nome do grande jornalista está hoje ligado á historia de nosso país e todos sabem que todas as grandes causas têm na sua penha um defensor. Se o temperamento o tem salvado da popularidade ruidosa. Pelo que elle tem feito mereço do povo diariamente mais vixas do que exemplares tem o seu jornal.

Basta-lhe, porém, essa aclamação, que, por intermedio da tiragem da *Gazeta de Notícias*, o povo faz todos os dias, silenciosamente, ao seu movimento.

Chefe da imprensa moderna, o Dr. Ferreira de Araujo preside á emancipação do jornalismo brasileiro do captivo da convenção.

Á se pôde ser moço na imprensa; já se pôde dizer pela pena o que se diz conversando ou falando. A velha cota e repuja da encenação antiga estão a empoeirar para um canto da contraregra, e, quando algum dos antigos jornalistas vem a publico exhibir a phrasologia de dramalhão, a gente não se ri somente porque deve respeito á velhice.

Depois do colapso do *Covello Mercantil*, a imprensa só aprendeu a ser alegre com a alegria do Dr. Ferreira de Araujo. O seu estylo foi uma janella aberta para o oriente do jornalismo moderno e por ella entrou esse claro dia sonoro e primaveril, que vai se entorçando tambem na alma do nosso povo.

No dia do anniversario da *Gazeta de Notícias*, a *dir* do nosso jornalismo, seja permittido ao discipulo beijar publicamente as duas faces do mestre, fio grande pelo talento como pelo coração.

José do PATROCÍNIO. »

—

Segue-se ainda o seguinte artigo da redacção:

« Para nós outros, que trabalhamos na imprensa, a nota dominante do dia de hoje não pôde ser senão o anniversario da *Gazeta de Notícias*.

É, bem como na historia do jornalismo francez o nome do Girardin representa a grande revolução democratica popularizando o jornal e levando-o ás baixas esquadras sociais—raio de luz nas trevas da ignorancia, assim tambem na historia da nossa imprensa Ferreira de Araujo ha de ser o symbolo da mesma transformação mas de transformação muito mais difficil, porque tere de effectuar-se em um meio diverso do parizense, aqui onde multidão de gente não sabe ler, onde os bons pais de familia do velho tempo costumam não mandar ensinar as filhas a ler e a escrever, para que não leiam e para que não escrevam as cartas de namoro.

No actual momento historico do Brazil, momento de transição, periodo que para o organismo patrio pôde ser considerado equivalente ao dos 21 annos, ao da emancipação

[arte] acoltar os parabens dos abalizados assignados:

— Luiz Murat — parabens. Olavo Bilac — emboras Alberto de Oliveira — comprimenta. Guimarães Passos — multos annos de vida e saude.

Oscar Ross — profalga. Alberto Silva — quem porfia mata caça. Vira a *Gazeta*!

Oseiro Duque-Estrada — sauda a primeira filha da America do Sul!

Mário Alencar — hip! hip! hip! hurrah!

Max Fleiss — felicitações.

Rodrigo Otavio — flores, olivas e mais flores.

Um anonymo muito conhecido — toda a lyra á *Gazeta*!

Os leitores da *Cidade do Rio* — parabens a Ferreira de Araujo.

A Aluete e da casa — Salve!

Os typos surmados — persegvera, persegvera!

Os outros typos — Avante.

Os typos — Vira o *Times* brasileiro... (tiragem, etc., etc...)

O retrato do Luiz Gama — Gloria aos abolicionistas!

Uma coria do José do Patrocínio — en estou quasi pulando para a cabeça do Talha. Vira o Talha!

« Estante — Um abraço aos rapazes da *Gazeta*!

O Coquetin (photographia) — Salut!

O Victor Hugo (idem) — Alice enlha de la Patrie!

A Sarah Bernhardt (idem) — toute la joie de mon cour.

O Clapp (idem) — Viva! Etc., etc... Vivas a tres por duas.

E viva! viva! viva! a *Gazeta de Notícias*! »

Ainda uma vez, penhoradissimos por tanta gentileza, agradecemos á *Cidade do Rio* todas essas bellas vixas, que acabamos de transcrever.

—

O *Novidades*, illustre collega, que tem á sua frente um jornalista de fina tempera, nos deu-lhe as seguintes linhas:

« Chegou hoje ao seu 13º anno de existencia esse nosso collega de manhã, cujo trocinio jornalístico tem sido brilhantissimo sob todos os pontos de vista.

Quem vê um dos seus primeiros numeroes, popenpa, mas bem feitos, vacillantes, mas prometteedores e a contempnia hoje altiva, pujante, quozida e respeitada, tem o direito de culpar na tenacidade dos estorpos diarios e na perseverança da lula sem trepua.

O jornal brasileiro, que chega a completar treze annos de vida, tem toda a razão de requerer um lugar entre as empresas consolidadas da terra.

Inconscienteiramente entrará para o numero dos macrobios a *Gazeta de Notícias*, e é isso o que de todo o coração lhe desejamos. »

—

Pomos complementados pelos seguintes cavalheiros:

Comendador Luiz Augusto da Silva Canedo, G. Fogliani e Alceste Cruz, pela redacção da *Jornal*; B. J. R. Sobregy, Leonardo José da Fonseca Lima, O. de Niemeyer, Dr. Heitor Augusto, Dr. Curly Arno-Gierth, Cunha Vasco, comendador Jello Pinkas, Diogo Linhares Dias, Antonio Furquim Werneck de Almeida, J. La-Grange, Miguel Leite Alves

Ferreira, collaboradora do *Bibliothecari*, D. Ernestina Diniz e D. Syria Ribeiro. Em bons versos e em prosa humoristica fomos tambem saudados pelos Srs. Elmano Azevedo, Grilo Mogol, Um laluz, Aristophanes e outros.

De Petropolis, Pruborgo, Parahyba do Sul e Juiz de Fora recebemos telegrammas felicitando-nos, expedidos pelos Srs. José Antonio de Oliveira Costa, Dr. Theodoro Gomes, Bandeira Junior e redacção do *Pharos*.

O Sr. comendador Luiz Augusto da Silva Canedo offereceu ao redactor-chefe d'esta folha um elegante bronze, representando o busto de um *pierrat*, trabalho artistico de grande valor.

Acompanhado de um delicado cartão, no qual se li esta phrase — *Mes felicitaciones* — offereceu tambem o Sr. Dr. Meneses Vieira ao redactor-chefe d'esta folha um mimoso porta-flores de biscuit, que é verdadeiramente precioso.

A todos esses cavalheiros e aos nossos collegas da imprensa ainda uma vez agradecemos.

Fonte: *Gazeta de Notícias*, 03/08/1888.

Cinco anos depois, por ocasião dos dezoito annos da *Gazeta*, Machado de Assis escreverá sua homenagem. O autor, collaborador de diversos jornais ao

longo da carreira, teve na *Gazeta* seu principal foco de produção. Como quantifica John Gledson (2008, p. 15), no tocante às crônicas de Machado, em torno de três quartos – o que corresponde a cerca de 475 crônicas – da produção do autor foram publicadas nesse jornal. A homenagem pelos dezoito anos do periódico será publicada na série de crônicas mais longa da carreira de Machado, *A semana* (1892-1896), também publicada na *GN*:

A *Gazeta* completou os seus dezoito anos. Ao sair da festa de família com que ela celebrou o seu aniversário, fui pensando no que me disse um conviva, excelente membro da casa, a saber, que os dois maiores acontecimentos dos últimos trinta anos nesta cidade foram a *Gazeta* e o bonde. Tens razão, Capistrano. (...). Antigamente as folhas eram só assinadas; poucos números avulsos se vendiam, e, ainda sim, era preciso ir compra-las ao balcão, e caro. Quem não podia assinar o *Jornal do Comércio*, mandava pedi-lo emprestado, como se faz ainda hoje com os livros – (...). As outras folhas – não tinham o domínio da notícia e do anúncio, da publicação solicitada, da parte comercial e oficial; demais, serviam a partidos políticos. (...). Quando a *Gazeta* apareceu, o bonde começava. (...) O bonde foi posto em ação, e a *Gazeta* veio no encalço.

Tudo mudou. Os meninos, com a *Gazeta* debaixo do braço e o pregão na boca, espalhavam-se por essas ruas, berrando a notícia, o anúncio, a pilhéria, a crítica, a vida, em suma, tudo por dois vinténs escassos. A folha era pequena; a mocidade do texto é que era infinita. A gente grave, que quando não é excessivamente grave, dá apreço à nota alegre, gostou daquele modo de dizer as coisas sem retesar os colarinhos. A leitura impôs-se, a folha cresceu, barbou-se, fez-se homem, pôs casa: toda a imprensa mudou de jeito e aspecto (ASSIS, 2008, V4, 1004-1005).

A mocidade e os traços modernos do jornal são destacados pelo seu zeloso e mais ilustre colaborador, que novamente destaca o modo da escrita, “a mocidade do texto”. Machado recorda o diálogo que teve na festa de aniversário da *Gazeta* com o historiador Capistrano, responsável pelos pseudônimos Blick e Mercúcio na série *Balas de Estalo*. Os efeitos do aparecimento da *Gazeta* são comparados à implantação dos bondes na cidade do Rio de Janeiro, em 1868. Assim como o meio de transporte democratizou o acesso à cidade, a *GN* democratizou o acesso à informação, pelo barateamento do exemplar e pela diversificação nas modalidades de compra e de distribuição. Como lembra Flávia Cernic Ramos (2005, p. 5), na segunda crônica de Machado na série *Balas de estalo*, sob o pseudônimo de Lélío, o autor já havia se referido aos

bondes como um meio de locomoção democrático (GN, 04/7/1883). Ao contrário da crônica de *A Semana* (GN, 06/08/1893), no entanto, a “bala” de estalo de dez anos antes (GN, 04/7/1883) é extremamente irônica. Nela, Lúlio compõe regras para o uso dos bondes, “meio de locomoção” que – reforça-se – ironicamente trata como “essencialmente democrático”. A criação das regras serve justamente para contrapor essa pretensa democracia. São ao todo dez artigos que incluem instruções que vão desde como se portar quando se estiver encatarrado até como proceder quando algum conhecido não estiver com disposição de pagar a passagem: “Os encatarrados podem entrar nos bondes, com a condição de não tossirem mais de três vezes dentro de uma hora, e no caso do pigarro, quatro”. Passando por comentários sobre as pessoas malcheirosas, as chatas, sobre como conversar discretamente, como ler jornais... Lúlio ironiza o processo de modernização, apontando que a existência do bonde não traz necessariamente a existência das condições adequadas para seu uso. O excesso de regras e de categorizações surge ainda como uma falsa solução para o problema, sendo antes mais um exemplo de atraso, pois esse excesso é calcado no autoritarismo, já que, conforme percebe-se pela leitura da crônica, é uma imposição, algo artificial, pois não deriva de modificações dos costumes.

O assunto dos bondes será retomado por Machado em outra crônica da série *A Semana* (GN, 16/10/1892). Nela, o autor comenta o surgimento dos bondes elétricos no Rio. Diz que não havia presenciado a inauguração dos tais bondes, nem sequer andado em um deles, mas encontrou um, por acaso, enquanto andava em um bonde “comum”. Diz que o que o impressionou mais ainda do que a eletricidade foi o “gesto do cocheiro”:

Os olhos do homem passavam por cima da gente que ia no meu bond, com um grande ar de superioridade. Posto não fosse feio, não eram as prendas físicas que lhe davam aquele aspecto. Sentia-se nele a convicção de que inventara, não só o bond elétrico, mas a própria eletricidade (GN, 16/10/1892).

Na sequência, ele simula a conversa entre os dois burros que puxavam o bonde no qual ele viajava. A expectativa de um dos bois é a de que com a disseminação dos bondes elétricos eles não precisem mais puxar os bondes, estarão libertos. Isso não acontece, pois o chicote segue batendo em suas costas: “Sentiste o golpe? Perguntou o animal da direita. Fica sabendo que,

quando os bonds entraram nesta cidade, vieram com a regra de se não empregar chicote” (GN, 16/10/1892). Não é preciso muito esforço para perceber a analogia com o trabalho escravo e o uso da violência nessa crônica que é posterior à abolição.

Referida no início deste trabalho, a primeira crônica da série *Balas de estalo* (1883-1886) lança algumas das bases daquilo que estaria no escopo de abordagem da série. Mercúcio, autor dessa primeira crônica já fazia a analogia entre a imprensa e o bonde:

Depois os tempos mudaram. Veio o movimento político, que deslocou a atenção. Veio a imprensa jornalística e sua polêmica acerba, a mofina, o folhetim, o a pedido, o romance. Veio o teatro, a mágica, o acréscimo de população. Veio o vapor, o trato frequente e rápido com a Europa, colocar os dois continentes na situação de vasos de líquidos comunicantes que por fim se nivelam. Veio o bonde, a imensa, a maior força de transformação que já incidiu sobre esta cidade (GN, 03/08/1883).

O inventário de elogios a Ferreira de Araújo e à *Gazeta*, bem como aos processos de modernização com o qual eles colaboravam e dos quais faziam parte, foram recorrentemente vistos de forma positiva, sem que suas contradições fossem apontadas. De fato, o papel cumprido por esses agentes no período, considerando o conservadorismo predominante, merece destaque. Até mesmo os radicais se colocavam entre os apoiadores do periódico e de sua linha editorial no tocante às principais reformas em curso no país, com ênfase, claro, para a principal delas que foi a abolição. Em função do primeiro aniversário da *Gazeta* depois da abolição, na já citada edição de 03 de agosto de 1888, José do Patrocínio escreveu sobre Araújo que “as grandes causas têm na sua pena um defensor” (GN, 03/08/1888, p. 1). Patrocínio foi representante do “espírito revolucionário no abolicionismo” na afirmação de Joaquim Nabuco (2012, p. 211) endossada por Clóvis Moura (2004). Enquanto ainda escrevia na *Gazeta*, José do Patrocínio chegou a usar o pseudônimo de “Prodhome” (CRESTANI, 2014, p. 76-77). Luís Gama, por sua vez, considerava a GN “Glória dos abolicionistas” (GN, 03/08/1888, p. 1).

Contudo, as marcas particulares dessa modernização, que englobam os agentes envolvidos no processo, tendem a escapar das análises. Nas

considerações sobre a jovialidade, a modernidade e a defesa do reformismo empreendida pela *Gazeta*, as contradições do processo ficaram, no mais das vezes, de lado. Os pareceres sobre o periódico, sob um viés não-problematizador, realçados no próprio período estudado aqui (transição entre as décadas de 1870 e 1880) se estenderam para o futuro, de modo que a posteridade também renderia suas homenagens a Ferreira de Araújo e à *Gazeta*:

Nelson Werneck de Sodré, em a sua História de Imprensa no Brasil, (...) afirma que o “grande acontecimento jornalístico de 1875” foi o aparecimento da *Gazeta de Notícias*, e que Ferreira de Araújo, foi o ícone dessas mudanças, “reformou a imprensa de seu tempo”, dando espaço   literatura em suas páginas, bem como às “grandes preocupa es da cidade” e “desprezando as misérias e mesquinhas da política”. Para Sodré, a importância da *Gazeta* na renova o do jornalismo foi tão importante, que ele chega a afirmar que o “fim do século era triste” porque morria Eça de Queiroz e desaparecia Ferreira de Araújo, que segundo o autor havia sido o grande responsável pelo que ele chama de “melhor jornal” da época (RAMOS, 2005, p. 5-6).

Pode-se afirmar que tais traços e tais modos de analisar a *Gazeta de Notícias* delimitaram o lugar que o periódico ocuparia na história da imprensa brasileira. Interessa agora tensionar essa caracteriza o e com ela a própria moderniza o levada a cabo no peri do.

Se tomarmos aspectos da materialidade da publica o do periódico para análise, perceberemos contradi es em seus processos técnicos. Acompanhando a descri o de Crestani (2014, p. 85-88), a diagrama o da *Gazeta de Notícias* em seu surgimento em 1875 não trazia nenhum aspecto inovador e poderia ser considerado bastante comum nesse critério, até mesmo para a época. Era composto por quatro páginas por número, podendo chegar a seis ou oito com o aumento do número de anúncios ou no caso de edi es específicas, como na primeira e última do ano ou as dominicais, por exemplo³⁶. Cada página era dividida em oito colunas, com fontes pequenas e entrelinhas com espaço simples. A diagrama o “caracterizava-se por uma expressiva simplicidade, carecendo de ornamentos gráficos, entre outros recursos

³⁶ Conforme consulta às inúmeras edi es do periódico disponíveis na Hemeroteca Digital. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso: 26 de julho de 2018.

decorativos comumente empregados para emoldurar as matérias publicadas” (CRESTANI, 2014, p. 85, grifo do autor).

Se inicialmente tal singeleza pode ser justificada por questões econômicas, nos anos seguintes tal restrição não se verifica. Conforme informações publicadas no jornal português *Correio da Manhã* em dezanove de fevereiro de 1891, a *Gazeta* nessa época já tinha passado de um investimento de trinta contos em sua fundação para um “capital de dois mil contos de réis”, tendo lucro anual superior a duzentos contos de réis e produzindo uma tiragem de 35 mil exemplares diários (CRESTANI, 2014, p. 80).

Contrastando com esse antiquado padrão de diagramação, a *Gazeta* contava com excelente trabalho de revisão de seus textos (HOUAISS, 1975, p. 26-27 *apud* CRESTANI, 2014, p.86) e foi ainda o primeiro periódico da América do Sul a utilizar as rotativas Mariani, com mais cilindros do que as demais, tornando o processo de impressão dos jornais muito mais rápido (CRESTANI, 2014, p. 86). Mesmo com a modernização do seu maquinário e com seu êxito comercial, a diagramação e o aspecto visual da *GN* mantinham o aspecto inicial, o que só foi alterado na virada para o século XX:

Coincidentemente, foi só apenas em meados de 1904, em consonância com o ápice da modernização urbanística promovida pelo então prefeito do Rio, Pereira Passos, que o periódico mais célebre da Capital Federal começou a ganhar aspecto mais moderno: passou a estampar manchete em caixa alta, a usar ostensivamente fotos e ilustrações, além de sua formatação passar a apresentar-se de forma mais clara e organizada, com maior número de páginas (ASPERTI, 2007, p. 80 *apud* CRESTANI, 2014, p. 85).

Acrescente-se o fato de que em 1907 a *GN* será o primeiro jornal brasileiro a valer-se impressões a cores (BARBOSA, 2010, p. 127). O processo de aperfeiçoamento da diagramação não se dá por grandes saltos, algumas modificações vão sendo implementadas ao longo da década de 1880 até chegar-se a esse ponto. Um pouco mais de espaço entre os diferentes textos, pequenos desenhos acompanhando o título de algumas seções, especialmente na primeira página, nitidez maior nas impressões são algumas das mudanças tipográficas observadas, por exemplo, já no início dessa década. Contudo, não parece que os fatos elencados sejam coincidência. Antes, a *GN* mostra-se como um

periódico integrado às dinâmicas modernizadoras do seu contexto, ora destacando-se, ora sucumbindo a elas, num movimento pendular, cujas oscilações, descontinuidades, contradições e complexidade são em si traços do caráter dessa mesma modernização.

Sob esse viés, veja-se o processo de distribuição do jornal, uma das características mais amplamente destacadas como modernas e populares da GN³⁷ ao lado do preço comparativamente baixo de sua assinatura, que tinha como valor médio³⁸ 1\$000 (um mil-réis) mensais, em oposição a jornais como o *Jornal do Comércio*, por exemplo, cujo custo mensal de uma assinatura era de mais de 2\$500 (dois mil-réis e quinhentos). A *Gazeta* pôs fim à obrigatoriedade das assinaturas para a aquisição do jornal, no que foi seguido mais tarde por outros periódicos, incluindo o próprio *Jornal do Comércio* (DIAS, 2016, p. 24). Podia-se comprar exemplares avulsos, que eram vendidos em vários estabelecimentos, como estações de bonde – meio de transporte, como visto acima, que também caracterizava os novos aspectos dessa modernização – ou nos vários lugares percorridos pelos garotos-jornaleiros (RAMOS, 2010, p. 40-41). Tais medidas apresentaram-se como extremamente adequadas às características locais, sobretudo considerando a escassez de postos de trabalho, ainda mais antes da abolição – já que as atividades que não exigiam elevado nível educacional eram exercidas majoritariamente pelos escravizados. As medidas arroladas acima adequavam-se também aos níveis salariais extremamente baixos e que, ainda, variavam de acordo com a presença da imigração, sendo que quanto maior a imigração para o país, menor o salário pago para trabalhos não especializados. Conforme Alencastro (1988, p. 43-44; 55), a variação do salário de um servente de pedreiro em meados da década de 1870 (entre 1875-1878) em função dessa variante é decrescente, pois as novas leis facilitavam a imigração. Os referidos salários caíram de pouco mais de 2\$000

³⁷ Conferir Sodré (1969), Barbosa (2010), Ramos (2005 e 2010) e Crestani (2014), além das diversas referências a esse traço do periódico divulgadas contemporaneamente à sua publicação já citadas neste trabalho.

³⁸ Até 1877 a GN aceitava assinaturas mensais. Posteriormente, aceitará apenas trimestrais, passando mais tarde a aceitá-las somente semestrais e anuais. As informações sobre as modalidades de assinatura e os respectivos custos vinham no topo da primeira página do jornal e, assim como muitos jornais impressos de hoje, com valor diferenciado para a capital e as províncias. No mesmo local do periódico vinha o custo da edição avulsa. Até onde consegui pesquisar essa modalidade avulsa só era vendida no Rio de Janeiro.

(dois mil-réis) para creca de 1\$500 (mil-réis e quinhentos). Ou seja, nem no “ápice” de sua trajetória salarial na década de 1870 essa categoria conseguiria sequer bancar a assinatura do *Jornal do Comércio* e precisaria destinar entorno de 50% da sua renda para assinar a própria *Gazeta de Notícias*, o mais barato periódico comercial do período. Além de escassos, os trabalhos disponíveis, em sua maioria, não contavam com nenhuma estabilidade, sendo, em geral, temporários³⁹. As vendas avulsas nesse contexto fizeram sucesso, considerando a baixa e imprevisível renda dos habitantes.

Destaque-se, contudo, o modo utilizado pela *Gazeta de Notícias* para levar adiante sua prática, considerada moderna, de distribuição dos jornais avulsos. Parte das dezenas de milhares de exemplares diários vendidos dessa forma pela *GN* era empreendida por crianças. Ou seja, a distribuição abundante (contribuindo para a geração do lucro também abundante) era permitida pela exploração do trabalho infantil. Em geral esse traço é referido nos estudos sobre o periódico como acessório, quando não “alegre” – vários “moleques” difundindo a leitura pelas ruas do Rio de Janeiro... Como o próprio Ferreira de Araújo comenta:

Os jornais são vendidos na estrada pública por crianças, os italianos *J3our* (sic) a maioria, que anunciam em voz alta o título do jornal e os artigos principais do dia. Eles também são vendidos em quiosques, mercearias, estações ferroviárias *R tabaco* (sic), *Outlets*, etc. (ARAÚJO, 1889, posição Kindle 11121, tradução livre nossa)⁴⁰.

A informação de Araújo, destacando a nacionalidade predominante das crianças vendedoras da *Gazeta de Notícias*, corrobora o estudo de Alencastro (1998), que assinalou o impacto da imigração na constituição da força de trabalho no Brasil, mesmo antes da abolição. Juntamente com eles, “a venda avulsa de periódicos, como a *Gazeta de Notícias*, a partir de 1875, se faz com o grito estridente dos filhos de escravos que apregoam pelas ruas do Rio de Janeiro o novo jornal” (BARBOSA, 2010, p. 80). Claro que a infância também

³⁹ Conforme conhecido estudo de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1976), o nomadismo caracterizava as populações pobres na “ordem escravocrata”.

⁴⁰ No original (os problemas gráficos estão assim na edição kindle consultada por mim): *Les journaux sont vendus sur la voie publique par des enfants, Italiens j3our (sic) la plupart, qui annoncent à haute voix le titre du journal et les principaux articles du jour. On les vend également dans les kiosques, dans les épiceries, les gares de chemins de fer r les (sic) débits de tabac, etc.*

tem sua historicidade própria e não podemos analisar o fato com os valores de hoje. Contudo, a ideia de separação das faixas etárias era bem nítida no Brasil já no século XVIII:

A “puerícia” [como era referida a infância em manuais de medicina que circularam no Brasil entre os séculos XVI e XVIII] (...) durava do nascimento até os 14 anos. A segunda idade, chamada de adolescência (...) perdurava dos 14 aos 25 anos. (...) [A puerícia] dividia-se em três momentos que variavam de acordo com a condição social de pais e filhos. O primeiro até o final da amamentação, ou seja, findava por volta dos três ou quatro anos. No segundo, que ia até os sete anos, crianças cresciam à sombra dos pais, acompanhando-os nas tarefas do dia a dia. Daí em diante, as crianças iam trabalhar, desenvolvendo pequenas atividades, ou estudavam a domicílio, com preceptores ou na rede pública, por meio das escolas régias, criadas na segunda metade do século XVIII, ou ainda, aprendiam algum ofício, tornando-se aprendizes (PRIORI, 2015, p. 84-85).

Apesar da diferença de contexto, pode-se dizer que a *GN* participou da “longa história de exploração da mão de obra infantil” brasileira (RIZZINI, 2015, p. 377). Mais do que isso, teve nesse uso uma das bases para levar a cabo seu principal método de difusão, amplamente elogiado como traço modernizante. É certo que, pelo exposto acima, o trabalho fazia parte do cotidiano da criança, mas desde que fosse pobre, ou seja, sabia-se que isso não era o mais adequado para ela, mas se impunha como uma obrigatoriedade dependendo das condições sociais de sua família. A falta de estrutura familiar só passou a preocupar o Estado brasileiro (que levou a iniciativas mais amplas na área da educação e da saúde) na virada do séc. XIX para o XX, não em função do bem-estar infantil, mas pela difusão da ideia de que tal situação gestava “criminosos comuns e ativistas políticos, também considerados criminosos” (PASSETTI, 2015, p. 348).

A principal contradição da divulgada modernidade da *Gazeta de Notícias*, contudo, está na sua relação com o movimento abolicionista. O periódico foi parte desse processo, inclusive tendo sido erroneamente considerada por alguns como iniciadora desse movimento. Não iniciadora, mas colaboradora, como afirma Nabuco (2012, p. 199-200), referindo-se principalmente a José do Patrocínio que, ao escrever a sua coluna “Semana Política”, apoiava os abolicionistas sem ter propriamente ideia de que se tratava de um movimento,

algo compreensível, pois o Abolicionismo, a partir da criação da Confederação Abolicionista em 1883, foi o primeiro movimento institucional, isto é, que ultrapassava iniciativas individuais em favor da abolição (MOURA, 2004, p. 279).

No dia 25 de março de 1884, o Ceará tornou-se a primeira província brasileira a abolir a escravidão. A GN fez uma edição especial dedicada a essa abolição. O jornal foi demonstrações de apoio que iam de pequenas homenagens, como a de Machado de Assis, que escreveu a singela frase: "O Ceará é uma estrela; é mister que o Brasil seja um sol" (GN, 25/03/1884, p. 1); até poemas e longos textos.

Figura 3: Primeira página da edição especial do jornal Gazeta de Notícias, do dia 25/03/1884, em função da abolição da escravidão no Ceará.



Fonte: Gazeta de Notícias, 25/03/1884.

Uma série de apoiadores, entre os que escreviam regularmente para a *GN* ou não, enviaram contribuições para o jornal nesse dia. As notícias e acontecimentos em função do feito da província do Ceará pulularam nas páginas do periódico ao longo da semana. No dia da edição especial não houve *Bala de estalo*, no dia seguinte, contudo, Confúcio escreverá uma *Bala* (*GN*, 26/03/1884). Começa a crônica em tom de brincadeira, dizendo que não deveria escrever naquele dia porque seu chefe estava de aniversário. Como não havia jeito e precisava ganhar a vida, comenta os eventos no Ceará que buscavam arrecadar dinheiro para os alforriados (como o “Bazar Cearense”), os telegramas que a *Gazeta de Notícias* recebeu em função da abolição e as diversas manifestações sobre o ocorrido, como os festejos na Sociedade abolicionista cearense. Só então chega no que é o principal assunto da crônica: a militarização do Ceará depois de abolida a escravidão nessa província. Confúcio comenta, no tom irônico característico da série *Balas de estalo*, que, enquanto outros enviam pequenos presentes à província do Ceará, Francisco Prisco de Sousa Paraíso, ministro da justiça naquele momento, envia coronéis. O narrador-cronista conta que Prisco pegou a “relação dos municípios libertados e mandou coronelizá-los todos”. “Veja-se”, continua, “até onde vai a prisca bondade deste homem, a quem não escapou a heroicidade da província e o direito que ela fez no seu reconhecimento”. Citando dados do *Diário Oficial* afirma: “são todos os dias 6 coronéis, 12 tenentes-coronéis e 21 majores; às vezes são apenas 123 entre uns e outros” (*GN*, 26/03/1884). Destaque-se que o aumento da repressão é assinalado pelas *Balas de estalo* como marca da crise do império bem antes da instauração dos primeiros regimes militares do Brasil, que viriam com o início da república.

Nas últimas páginas do periódico, passadas as manchetes e as seções que faziam a “linha de frente” (como as *Balas de estalo*), digamos, o jornal veiculava anúncios diversos. Em *O Abolicionismo* (1883), Joaquim Nabuco já destacava a importância dos anúncios sobre a escravidão que circulavam na imprensa brasileira da época:

Quem chega ao Brasil e abre um dos nossos jornais encontra logo uma fotografia da escravidão atual, mais verdadeira do que qualquer pintura. Se o Brasil fosse destruído por um cataclismo, um só número, ao acaso, de qualquer dos grandes órgãos da

Imprensa, bastaria para conservar para sempre as feições e os caracteres da escravidão, tal qual existe em nosso tempo. Não seriam precisos outros documentos para o historiador restaurá-la em toda a sua estrutura e segui-la em todas as suas influências. (...)

Mais de um livro estrangeiro de viagens, em que há impressões do Brasil, trazem a reprodução desses anúncios, como o melhor meio de ilustrar a escravidão local. Realmente não há documento antigo, preservado em hieróglifos nos papiros egípcios ou em caracteres góticos nos pergaminhos da Idade Média, em que se revele uma ordem social mais afastada da civilização moderna que esses tristes anúncios da escravidão, os quais nos parecem efêmeros, e forma, todavia, a principal feição da nossa História (NABUCO, 2002, p.85-86; 87).

Desenvolvido a partir de conferências proferidas por Gilberto Freyre logo depois de ter escrito *Casa-grande e Senzala* (1933), o estudo do sociólogo e historiador pernambucano sobre os anúncios dos escravizados nos periódicos brasileiros imperiais levou adiante o interesse sugerido por Joaquim Nabuco. O *escravo nos anúncios de jornais brasileiros do séc. XIX* (1961) enfatizou os anúncios de escravizados fugidos, pois buscava destacar a violência sofrida por eles. Em tais anúncios, a descrição física era detalhada e as marcas das agressões sofridas auxiliavam na identificação do escravizado em fuga, assim como as deformações e enfermidades decorrentes do excesso de trabalho e da ausência de condições para cuidados higiênicos básicos. O autor também estudou os anúncios de venda, aluguel e troca de escravizados para detectar o que os senhores mais valorizavam nos escravizados, pois nesse tipo de anúncio as qualidades oferecidas ou pretendidas ganhavam destaque. Alguns desses elementos, junto com outros anúncios encontrados em sua pesquisa, antes da publicação de *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do séc. XIX* foram analisados por Gilberto Freyre em *Sobrados e mucambos* (1936) com o intuito de demonstrar os modos de vida nos meios urbanos brasileiros, em meados do séc. XIX, perdendo sua aparência africana e tornando-se mais europeizados (FREYRE, 2012, 2002a e 2002b).

Com uma ênfase maior na própria materialidade do jornal, Lilia Moritz Schwarcz (1987) também estuda, no seu *Retrato em branco e negro*, as marcas de violência nos corpos dos escravos referidas nos anúncios dos periódicos, marcando sua objetificação como mercadoria. Detendo-se na imprensa paulista das últimas três décadas do séc. XIX, a historiadora enfatiza em sua análise os

periódicos *A província de São Paulo* e o *Correio Paulistano*. Ela se detém tanto no modo como os escravizados apareciam nas diversas seções desses periódicos quanto nas alterações que tais representações vão sofrendo ao longo desse período.

Nenhum dos estudos citados, contudo, detém-se a analisar os anúncios do jornal *Gazeta de Notícias*. Como era comum aos jornais não vinculados diretamente a nenhum partido político, a *Gazeta* mantinha-se principalmente por assinaturas, vendas e anúncios, tendo como fonte de renda subsidiária a oferta de serviços de impressão e tipografia, como observa-se nos próprios anúncios do periódico. Quem quisesse escrever na seção dos “a pedidos” do jornal, por exemplo, deveria pagar uma quantia que variava de acordo com o número de linhas e até com o espaço entre elas. Da mesma forma os anúncios, que chegavam a ocupar mais da metade da área do jornal. No mínimo, uma edição de seis páginas da *Gazeta* tinha duas delas inteiramente dedicadas aos anúncios, sendo que muitas vezes eram três. Em um lugar específico, em que não havia destaque individual para cada anúncio, a não ser pelo uso de capitular na primeira letra de cada um, ofereciam-se produtos e serviços variados, com um enorme destaque, no caso da *GN*, para os anúncios imobiliários, que iam de vendas de imóveis caros até aluguel de pequenos cômodos de uma casa. Em caixa alta, o título dessa parte do periódico era “ANNUNCIOS”. Misturados aos anúncios imobiliários e outros (como aluguéis e vendas de utensílios, que iam de pianos e roupas a arames farpados – novidade na época (*GN*, 30/09/1880, p. 4) – escravizados eram anunciados. Na *Gazeta* não encontrei anúncios de escravizados fugidos, com as características marcas de violência em seu corpo estudadas por Gilberto Freyre e Lília Moritz Schwarcz, mas muitos anúncios de aluguel de escravizados. O mais surpreendente foi que esses anúncios não cessaram com a abolição. Percorrendo as páginas de anúncios do periódico, que eram as últimas, desde sua fundação, em 1875 até 1888, verifica-se (com espanto) que a *Gazeta* publicou até o dia 13 de junho de 1888 (um mês, portanto, após a abolição oficial no Brasil) anúncios de escravizados. Estes anúncios conviviam, inclusive, com anúncios de vagas de trabalho exclusivas para crianças.

serviço contratado um mês antes. A *GN*, em meio a suas matérias defendendo a abolição, lucrou até o último momento com a escravidão.

Joaquim Nabuco observou, ao comentar genericamente os grandes jornais brasileiros do período, a linguagem de tais anúncios:

Em qualquer número de um grande jornal brasileiro - exceto, tanto quanto sei, na Bahia, onde a imprensa da capital deixou de inserir anúncios sobre escravos - encontram-se, com efeito, as seguintes classes de informações que definem completamente a condição presente dos escravos: anúncios, de compra, venda e aluguel de escravos, em que sempre figuram as palavras *mucama, moleque, bonita peça, rapaz, pardinho, rapariga de casa de família* (as mulheres livres anunciam-se como *senhoras* a fim de melhor se diferenciarem das escravas) (NABUCO, 2002, p.86, grifos do autor).

Percebe-se de fato isso nas páginas da *GN*. Pelo observado na pesquisa dos anúncios desse periódico no que diz respeito à escravidão, 1885 é um ano de alterações na linguagem dos anúncios. Como se viu acima, eles ainda são veiculados na *GN* nesse período e para além dele, mas a linguagem apresenta modificações. Os adjetivos “preto”, “negrinha”, “pardinho” ou “de cor”, por exemplo, vão sendo substituídos pelas funções, como “cozinheira” e “ama”. É bem marcada a diferença entre escravizados que eram alugados por seus proprietários e os não escravizados oferecendo seus trabalhos. Como no anúncio em que “uma senhora livre” oferecia seus serviços para passar e engomar roupas (*GN*, 04/01/1885, p. 5). Só localizei anúncios semelhantes vindos de ex-escravizados que ofereciam seus serviços a partir da edição de 16 de junho de 1888 em que “uma criada de cor” alugava-se para passar e cozinhar (*GN*, 16/06/1888, p. 3). Na linguagem, nesse caso tanto para negros quanto para brancos, ficaram as marcas que indicavam não a venda da força de trabalho, como, a princípio, ocorre nas relações capitalistas de trabalho, mas algo ainda pior que é o aluguel de si mesmo⁴¹.

⁴¹ Foge ao escopo e ao recorte temporal a que nos propusemos no presente trabalho, mas cabe destacar que o cotidiano dos trabalhadores brasileiros no Rio de Janeiro logo após a abolição foi estudado por Sidney Chalhoub (2001). Buscando demonstrar a precariedade na qual foram lançados os ex-escravizados, junto com aqueles que já eram “homens livres”, o autor analisa a tentativa da classe dominante de “elaborar uma nova ética de trabalho” (CHALHOUB, 2001, p. 63) nesse período, bem como entender a competição entre os trabalhadores separados por questões de raça e nacionalidade.

Em conhecido estudo, Roberto Schwarz (2006a, p. 12; 22) mostra a justaposição de elementos díspares na poesia modernista de Oswald de Andrade, que colocaria lado a lado traços do “Brasil-Colônia” e do “Brasil burguês”. Numa boa síntese, o crítico defende que a modernidade que transparece no caso que analisa “não consiste em romper com o passado ou dissolvê-lo”, mas antes “em depurar seus elementos e arranjá-los dentro de uma visão atualizada”. O estudo do tema da modernização em contexto bem diverso que é o das *Balas de estalo* mostra não só que de fato a modernização anunciada não romperia com o passado, mas leva também a questionar que a cada rearranjo dos elementos do passado o que se renova é antes de tudo o modo de parecer atualizado. As contradições da própria *Gazeta* têm esse significado. O primarismo da diagramação, a evidência do trabalho infantil e as páginas de anúncio de escravizados foram trazidos no presente trabalho como exemplos. Sem dúvida os dois últimos itens refletem melhor essa contradição. Seriam necessários para sobrevivência do periódico, já que anúncios e a pedidos eram pagos pelos leitores? São fissuras do projeto modernizador do jornal? Ponto-cego? Realismo econômico? Contradição em que a defesa de ser liberal obrigaria a aceitar qualquer anúncio? Essa ambivalência aparece nas crônicas e, segundo nossa hipótese, é traço constitutivo da modernização nacional conforme captada pelas *Balas de estalo* e pela *Gazeta de Notícias* que não passaram incólumes a ela.

2. LENDO A CRÔNICA DE 31/12/1883 – ZIG-ZAG: TRABALHO LIVRE, UM OXÍMORO

Cabe-me o dever de encerrar esta seção no corrente ano.

Isto parece o princípio de um discurso no *Instituto Histórico*: mas não é. É apenas o princípio de umas *Balas*, feitas por quem não sabe por onde há de entrar nem sair.

Os meus companheiros, pérfidos e velhacos atiraram-me para o último dia do ano, dando a entender que almejavam que esta seção fosse encerrada com chave de ouro.

A minha modéstia, — uma das poucas virtudes que ainda conservo em bom estado — obrigou-me a recusar a honra que me era conferida.

Meio lisonjeado, aceitei o encargo de pôr o ponto final nestas balas, durante o corrente ano; mas, depois que vi diante de mim o grande encargo que tão maliciosamente me foi confiado, é que compreendi que os meus companheiros abusaram mais uma vez da minha boa-fé, colocando-me na dura situação de fazer por eles e por mim as nossas despedidas ao ano que vai desaparecer e as nossas saudações ao ano que vai surgir.

Vejo-me seriamente embaraçado para me desembaraçar desta tarefa, e por isso tratarei de outra coisa.

Um ano que sai e outro que entra, é a coisa mais vulgar deste mundo. Todos os anos se repete esse fato, causando uma certa estranheza ao Sr. Montaury⁴².

Para uns, o ano foi bom, por isso mesmo que para outros foi mau. Poderá parecer isto um pensamento do *retrospecto* do *Jornal do Commercio*, mas afianço que não o copiei e que o tenho por originalíssimo desde o ano passado.

Não quero, porém, desviar-me do meu assunto. O fim do ano é a época do ajuste de contas. Tudo se liquida e é por isso que sinto que não esteja adotado o sistema financeiro do Sr. Castro Lopes⁴³, para eu saldar todas as minhas contas e ainda ficar com mais dinheiro do que tinha antes de as pagar.

Não se trata, porém, de saldarem-se as minhas contas, mas as que Lulú Senior contraiu nos últimos quartéis deste ano, para com todas as sogras deste mundo.

Minhas senhoras, respeitáveis sogras:

Lulú Senior está disposto a inaugurar no novo ano, um método diverso de crítica acerca das damas que na sociedade representam o papel augusto ou antes o augusto papel de sogras.

Era essa uma confissão que ele devia fazer pelo seu próprio punho, manifestando assim todo o seu arrependimento

⁴² Provavelmente seja Affonso Montaury, que para Raimundo Magalhães Jr., é o autor empírico do pseudônimo Décio, contrariando a maioria dos estudos que apontam Demerval da Fonseca como autor empírico do referido pseudônimo (Cf. ASSIS, 1958 e a introdução ao presente trabalho).

⁴³ Antônio de Castro Lopes, filólogo, professor e ensaísta. Publicou livros em diversas áreas, entre as quais, astrologia, espiritismo e homeopatia. Fundou o primeiro banco hipotecário do Brasil, o “Banco Predial” (Cf. DE LUCA, 1998)

pelo modo por que até agora tem encarado a venerável instituição de que trato.

O meu amigo não era um obstinado, era apenas um alucinado.

Façamos-lhe todos essa justiça. Ele falava convencido e desvairado por umas teorias revolucionárias e contrárias à boa organização da família.

Confessa-se arrependido; mas tem pejo de o confessar por escrito. (...)

Lulú Senior, ao entrar o ano 1884, não é mais o perseguidor daqueles entes de certa idade ou antes de idade incerta, vulgarmente conhecidos pelo nome genérico de — sogras.

O ano que está com o pé no estribo para nos desaparecer de uma vez para sempre, leva nos seus alforjes tradicionais, de embrulho com vários coronéis da guarda nacional, a ojeriza que o meu convertido amigo exprimia frequentemente, em forma de *balas*, contra as sogras do universo. (...)

Não quer ele dizer-o; mas basta que nós saibamos: a sua conversão é completa. (...)

Ele agora é outro, o Lulú. Vi-o a comprar *marrons glaces* para a sogra, com a alegria que dá a satisfação de um dever. Tanto bastou para compreender a profunda transformação que (...) no seu espírito, e para que eu, anunciando a conversão, peça para ele o perdão de todas as sogras e as bênçãos de S. Silvestre.

2.1 COMENTÁRIOS INTRODUTÓRIOS

Última crônica do primeiro ano de funcionamento da série *Balas de estalo*, Zig-Zag a inicia declarando que está cumprindo um dever. Situação de tal modo sisuda que nem parece o início de uma adocicada *Bala*. Antes, remete a um contexto bem mais formal, embora também marcado pela oralidade, mas não a oralidade da crônica, e sim a das cerimônias e discursos prontos. A dualidade se alicerça nas possibilidades de sentido da palavra “seção”. Contudo, revela ele, é sim o começo de uma *Bala de estalo*, mas o começo de alguém que não sabe por onde começar, mas tem a obrigação de fazê-lo.

Na sequência, a ironia toma à frente e ficamos sabendo que a escrita da última crônica do ano, véspera de feriado, passou por uma disputa, um empurra-empurra, pois ninguém quer trabalhar a essas alturas. Zig-Zag foi voto vencido, pelo jeito, os colegas se uniram contra ele nessa contenda. Por fim, acabou ficando “meio lisonjeado” e aceitou o “encargo” até perceber que se tratava, na

verdade, de um “grande encargo”, pois a última crônica do ano é um trabalho em várias frentes: tem que falar por aquele que escreve e pelos outros, falar pelo ano que passou e pelo que virá. A solução para se “desembaraçar” da tarefa, na qual Zig-Zag se vê “seriamente embaraçado”, é dar um *jeitinho* e realizá-la sem realizá-la, ou seja, ele escreve a crônica, mas fala de outra coisa que não a longa matéria das despedidas e das saudações.

Passa então a aparentes trivialidades dizendo: “um ano que sai e outro que entra” e “para uns, o ano foi bom, por isso mesmo que para outros foi mau”. Este último trecho indica que o sofrimento de uns leva à felicidade de outros. Descamba então na crítica ao rival *Jornal do Comércio*. Tendo desviado do assunto desde o princípio, afirma não querer desviar-se do assunto. Volta então às trivialidades, mas agora em chave econômica e refere ao compromisso de saldar as contas no final do ano. Contudo, ele não salda as suas contas, mas a do patrão, Lulu Sênior. Ao contrário do que poderíamos pensar, o assunto não envereda para o debate direto sobre pagamento e lucro, mas para a relação de Lulu Sênior com as sogras, as quais referiu em suas *Balas* das últimas semanas. Aproveitando-se que o outro não escreveu a última crônica do ano, Zig-Zag coloca na boca dele as palavras que quer. E diz que Lulu Sênior iria escrever de “próprio punho” que mudaria sua postura em relação às sogras no próximo ano, mas “tem pejo de confessar por escrito”. A verdade, contudo, é que abandonou suas “teorias revolucionárias e contrárias à boa organização da família”.

Ao final, Zig-Zag, que cumpre obliquamente “o dever” da escrita da crônica, imputa ao patrão Lulu Sênior o “dever” que afirma tê-lo visto cumprir: “a comprar *marrons glaces* para a sogra, com a alegria que dá a satisfação de um dever”. E a paga do cronista que trabalhou na véspera do ano novo parece ter sido a possibilidade de brincar de xingar o chefe e lhe atribuir também uma demanda, mesmo que de ordem familiar.

2.2 SITUANDO O PROBLEMA E VERIFICANDO DESDOBRAMENTOS

A discussão sobre a possibilidade e o modo da literatura representar a sociedade é assunto de largo lastro. Na crítica literária brasileira, alguns dos

pontos altos nessa seara foram marcados pelas análises de Antonio Candido e Roberto Schwarz. Nessa parte do presente trabalho, levantarei dois momentos em que tal problemática foi tratada explicitamente. Os dois correspondem a estudos de Candido analisados por Schwarz. “De cortiço a cortiço” e “Dialética da malandragem”, de Antonio de Candido, foram comentados por Roberto Schwarz em “Adequação nacional e originalidade crítica” e “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’”⁴⁴, respectivamente. Pensando nos desdobramentos que ambos debates tiveram, darei mais ênfase para o segundo caso, recorrendo à sequência da discussão empreendida por Edu Teruki Otsuka (2007 e 2016)⁴⁵. Para tanto, inverterei a ordem cronológica em que os referidos debates entre Candido e Schwarz ocorreram, pois comentarei primeiro o que se deu em torno da análise de *O Cortiço* (1890) e depois o que se deu em torno das *Memórias de um sargento de milícias* (1854). Feito isso, procurarei demonstrar a produtividade crítica dos argumentos levantados para o estudo da crônica.

⁴⁴ O ensaio “Dialética da malandragem” foi publicado pela primeira vez na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* (Universidade de São Paulo), n. 8, 1970, com o subtítulo: “Caracterização das *Memórias de um sargento de milícias*” (Cf. SCHWARZ, 2006; CANDIDO, 2010, p. 284). Já o ensaio “De cortiço a cortiço” teve sua primeira publicação em *Novos Estudos-Cebrap*, n. 30, em São Paulo no ano de 1991, e corresponde à continuação e síntese de dois estudos precedentes de Candido: “A passagem do dois ao três (contribuição para o estudo das mediações na análise literária)”, *Revista de História*, n. 100, São Paulo, 1974 e “Literatura-sociologia: a análise de *O Cortiço* de Aluísio Azevedo”. In.: *Prática de Interpretação textual*, série Letras e Artes, caderno 28, PUC, Rio de Janeiro, 1976. Ambos ensaios de Candido foram recolhidos em livro pela primeira vez em *O discurso e a cidade*, São Paulo, Duas Cidades, em 1993 (Cf. SCHWARZ, 1999 e CANDIDO, 2010, p. 284). Já os estudos de Schwarz tiveram o seguinte percurso: “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’”, foi a público pela primeira vez como contribuição ao livro em homenagem a Antonio Candido, organizado por Celso Lafer, *Esboço de Figura*. São Paulo: Duas Cidades, 1979. Posteriormente (em 1987) recolhido no livro *Que horas são?: Ensaio* (Cf. SCHWARZ, 2006). “Adequação nacional e originalidade crítica” corresponde a um trabalho apresentado no colóquio sobre “La crítica literária en Latino-américa”, em 1991, e no ano seguinte foi publicado em *Novos Estudos-Cebrap*, n. 32, São Paulo. Saiu em livro pela primeira vez em 1999, no livro *Sequências Brasileiras* (Cf. SCHWARZ, 1999, p. 247).

⁴⁵ Em 2005, o autor publicou sua tese de doutoramento sobre as *Memórias de um sargento de milícias* (1854), sob orientação do prof. José Antonio Pasta Jr., mas a qual não tive acesso e que ganhou versão em livro mais de dez anos depois (Cf. OTSUKA, Edu Teruki. *Era no tempo do rei: Atualidade das Memórias de um Sargento de Milícias*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2016). Nesse meio-tempo, a síntese da referida tese foi publicada em forma de artigo com enorme repercussão na crítica literária materialista brasileira: “Espírito rixoso”: para uma reinterpretação das *Memórias de um sargento de milícias*. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 44, p. 105-124, 2007.

2.3 FORMA LITERÁRIA E PROCESSO SOCIAL: UMA TRAJETÓRIA ATÉ A CRÔNICA

Candido (2010, p. 107) comenta, no seu estudo sobre *O Cortiço* (1890), que “para o Naturalismo a obra era essencialmente uma transposição direta da realidade”, refletindo “a utopia do sujeito puro diante do objeto puro” e da “originalidade absoluta pela experiência imediata”. Ele contesta em seguida tal perspectiva afirmando que “embora filha do mundo, a obra é um mundo”. Entre o entendimento de que a obra é “duplicação da realidade” (CANDIDO, 2010, p. 108) e seu extremo oposto, de que ela “nada tem a ver com a realidade” (CANDIDO, 2010, p. 108), o crítico define como uma “melhor visão” o caminho intermediário, que consiste em “rastrear na obra o mundo como material, para surpreender no processo vivo da montagem a singularidade da fórmula segundo a qual é transformado no mundo novo, que dá ilusão de bastar a si mesmo” (CANDIDO, 2010, p. 108). Em seguida, faz a conhecida afirmação de que seu interesse no estudo sobre *O Cortiço* (1890) “se volta para um problema de filiação de textos e de fidelidade aos contextos” (CANDIDO, 2010, p. 108). Isso porque a obra de Aluísio Azevedo se “inspirou livremente” (CANDIDO, 2010, p. 108) na obra *L’Assommoir* (1877), de Émile Zola, em que o autor francês também trata de “trabalhadores pobres, alguns miseráveis, amontoados em uma habitação coletiva (...) [tendo como um elemento central da narrativa] a degradação motivada pela promiscuidade” (CANDIDO, 2010, p. 109). Daí a filiação de textos. Em contrapartida, Zola escreveu um conjunto de romances para tratar de diversos problemas da sociedade francesa, dispersando-os ao longo das obras, enquanto Aluísio concentrou em um único livro. Essa diferença corresponde para Antonio Candido (2010, p. 108) à referida “fidelidade aos contextos” e o crítico a explica da seguinte forma:

O Cortiço é tematicamente mais variado, porque Aluísio concentrou no mesmo livro uma série de problemas e ousadias que Zola dispersou entre os vários romances da sua obra cíclica. Na sociedade francesa, a diferenciação sendo mais acentuada requeria maior especialização no tratamento literário e quase sugeria ao escritor a divisão de assuntos como núcleos de cada romance: vida política, alto comércio, comércio miúdo, bolsa, burocracia, clero, especulação imobiliária, prostituição, vida

militar, lavoura, mineração, ferrovias, alcoolismo etc. Nos países pouco desenvolvidos, como o Brasil, esta especialização equivaleria talvez a uma diluição (CANDIDO, 2010, p. 109).

As diferenças centrais dos contextos referem-se ao modo de desenvolvimento do capitalismo em cada um dos seus países, tendo a França diversificação mais nítida dos setores da economia, colocando “o capitalista longe do trabalhador”; já no Brasil, imperaria o “primitivismo econômico” no qual “a vida do trabalhador” estava associada à “presença direta do explorador econômico” (CANDIDO, 2010, p. 110). Como consequência, “a consciência das condições próprias do meio brasileiro interferiu na influência literária” (CANDIDO, 2010, p. 111). Na linha das comparações com Zola, Candido (2010, p. 116-117) destaca que enquanto o edifício de *L’Assommoir* é “segregado da natureza e sobe verticalmente com seus seis andares na paisagem espremida pela falta de espaço”, o “cortiço brasileiro [“ligado à natureza”] é horizontal ao modo de uma senzala”, e em que se “cria frangos e porcos”, numa área com hortas invadida por árvores e capins. A relação com a horizontalidade e com a verticalidade chega a marcar dois momentos na obra. Antes e depois do segundo incêndio, a partir do qual o predomínio do “espontâneo” vai perdendo espaço para o “dirigido” com a construção da Vila São Romão, que com suas construções de dois andares substitui o antigo cortiço Carapicu, nunca, porém, se erguendo à urbanização dos seis andares da construção enfocada no livro francês.

Antonio Candido toma um “dito humorístico” comum no Rio de Janeiro do séc. XIX, que dizia que havia “três pês” para “português, negro e burro”: “pão para comer, pano para vestir e pau para trabalhar”. Arriscando uma recriação ao estilo poema Pau-Brasil, Candido (2010, p. 111) o nomeia “Mais-valia crioula”. Tal dito servirá como um elemento comparativo entre a obra e o Brasil da época para Candido aprofundar a análise das relações sociais expostas em *O Cortiço* (1890). O ditado, o livro e o contexto encerram “uma feroz equiparação do homem ao animal”, mas a equiparação se dá não em relação a qualquer homem, mas tão somente ao homem “trabalhador” (CANDIDO, 2010, p. 112). Daí a serventia do dito como “introdução ao universo das relações humanas d’*O Cortiço*” (CANDIDO, 2010, p. 112). O “brasileiro livre daquele tempo”, que não faz parte do trio apresentado no dito (português, negro e burro) seria seu

potencial enunciador, o “emissor latente”⁴⁶, conforme expressão do crítico (CANDIDO, 2010, p. 112). Na tríade (dito, contexto e obra) há, entre português e escravo, semelhança, que é o trabalho, e diferença: o português ascende socialmente. E é justamente “o mecanismo de formação da riqueza individual” (CANDIDO, 2010, p. 113) de um português (João Romão) que Aluísio descreve minuciosamente e cujo ritmo é ajustado ao ritmo da própria narrativa. Visto por esse ângulo, Candido (2010, p. 116) ressignifica os personagens do pequeno dito humorístico: o português é “o explorador capitalista”, o negro é “o trabalhador reduzido a escravo” e o burro “não é burro”, mas “o homem socialmente alienado, rebaixado ao nível do animal”. A combinação entre os três elementos garante a acumulação do capital: “Aquilo que é condição de esmagamento para o brasileiro seria condição de realização para o explorador de fora, pois sempre a pobreza e a privação foram as melhores e mais seguras fontes de riqueza” (CANDIDO, 2010, p. 121). De tal modo que o crítico considera o cortiço, espaço destacado da narrativa, como “alegoria” do próprio Brasil, “visto como “matéria-prima de lucro para o capitalista” (CANDIDO, 2010, p. 130-131).

Deste estudo de Candido, Roberto Schwarz (1999, p. 25) destacou o modo como o crítico articulou na sua leitura de *O Cortiço* (1890) a relação entre o contexto local e a intertextualidade com o livro francês de Zola, referindo a “filtragem reordenada a que a experiência local submete os esquemas europeus”. Junto a isso, foi enfatizado no estudo de Schwarz (1999, p. 25-26) o procedimento adotado por Candido que possibilita compreender as diferenças entre a formas do romance de Zola, em especial *L’Assommoir* (1877), e a de *O Cortiço* (1890). Como vimos, as diferentes constituições formais se dão em função de se articularem a modos de organização social diversas:

Antonio Candido observa que a diferenciação alcançada pela sociedade francesa apartava os mundos do trabalho e da riqueza, de sorte que um romancista como Zola, com ambição de obra cíclica, os trataria em livros separados; ao passo que o estágio primitivo da acumulação brasileira [uma “sociedade menos diferenciada”] sugeria a um naturalista local, mesmo

⁴⁶ O “emissor latente” é identificado ao brasileiro livre, que não se identifica com o negro escravizado e se ressentido com o português, que trabalha e enriquece. Por esse modo, Candido particulariza o narrador externo, dando-lhe uma caracterização material a partir das marcas discursivas.

inspirado em *L'Assommoir*, um enredo em que explorador e explorados convivem estreitamente (SCHWARZ, 1999, p. 25).

Nessa perspectiva, não poderia passar sem ser comentado por Schwarz que o estudo de Candido (2010) sobre *O Cortiço* (1890) está no campo da “sondagem de correspondências estruturais entre literatura e vida social”, sem que isso indique qualquer tipo de “redução de uma estrutura à outra, mas a reflexão histórica sobre a constelação [em sentido benjaminiano] que elas formam” (SCHWARZ, 1999, p. 28). Também não passaria despercebido pelo crítico o “dito dos três pés” analisado por Candido (2010), por meio do qual se entrevê a “noção pejorativa de trabalho que a sociedade escravista desenvolvia” (SCHWARZ, 1999, p. 27) e “um nacionalismo feito de desprezo pelo trabalho, pelo negro, pela animalidade e pelo português” (SCHWARZ, 1999, p. 28).

A partir de então, Schwarz (1999) passa a enfatizar que o ensaio de Candido (2010) demonstra que a referida “vida social” se materializa na obra por meio de sua “forma”, que atua como “mediadora” das relações sociais e estéticas (SCHWARZ, 1999, p. 30). “Do ângulo dos estudos literários, o forte dessa noção está no compacto heterogêneo de relações histórico-sociais que a forma sempre articula” (SCHWARZ, 1999, p. 31). Assim, presentificada na forma, a sociedade não se mostra como algo externo à obra, “mas como elemento interno ativo, sob a forma de um dinamismo especificamente seu, resultado consistente dela e potência interior ao romance, onde atritará com outras forças e revelará algo de si” (SCHWARZ, 1999, p. 35). Desse modo, “o dinamismo literário” produz “conhecimento sobre a realidade externa” (SCHWARZ, 1999, p. 38). No caso de *O Cortiço* (1890), a obra apreende “o ritmo de acumulação do capital, nas condições peculiares do país” nas ações de um dos seus protagonistas, e a mimetização de tal ritmo constitui a “unidade do livro” (SCHWARZ, 1999, p. 37).

Antes de avançarmos para os comentários de Candido (2010), Schwarz (2006b) e Edu Otsuka (2007) sobre as *Memórias de um sargento de milícias* (1854) e o modo como ela apreende a sociedade ao seu redor e a mimetiza em seu andamento formal, cabe um comentário justamente sobre a perspectiva, que apareceu nos estudos sobre *O Cortiço* (1890) e que reaparecerá na sequência

sobre as *Memórias*⁴⁷. Trata-se de destacar que o principal nisso tudo reside no fato de que a obra internaliza na sua forma os aspectos gerais da sociedade a que representa, não constituindo mera documentação do real. Em todas as análises aqui levantadas, ressoa a perspectiva de abordagem adorniana das obras. Como demonstra Antônio Sanseverino (2008a), ao estudar como a categoria de mediação é entendida na obra teórica de Theodor W. Adorno, para o crítico alemão “a forma traz em si os condicionantes sociais” (SANSEVERINO, 2008a, p. 100), sendo ela a mediadora entre estes e a obra. Tal mediação deve ser compreendida “no sentido hegeliano”, isto é, ela “está na própria coisa” (ADORNO, 1994, p.112). Isso só é possível pelo entendimento de que por intermédio da sociologia da literatura que se detém no estudo social das formas, forma e conteúdo são considerados interdependentes.

Nessa linha, Roberto Schwarz (2006b), em estudo bastante conhecido, analisa o também bastante conhecido ensaio “Dialética da malandragem”, de Antonio Candido, em que o crítico literário e sociólogo demonstra como o livro *Memórias de um sargento de milícias* (1854), de Manuel Antônio de Almeida, formaliza esteticamente o que há de “sociologicamente essencial” (CANDIDO, 2010, p. 39) na sociedade brasileira a qual o livro representa. Schwarz faz questão de situar historicamente o trabalho de Antonio Candido, saído pela primeira vez em 1970, pois se colocava na contramão de duas fortes contingências (para dizer o mínimo), o estruturalismo e a ditadura civil-militar brasileira.

A “Dialética da malandragem” foi, na avaliação de Schwarz (2006b, p. 129), o “primeiro estudo literário propriamente dialético” publicado no Brasil, conseguindo realizar “o básico da crítica marxista”, que consiste na análise “dialética de forma literária e processo social”. Nas palavras do crítico vienense, tal procedimento “básico” constitui “uma palavra de ordem fácil de lançar e difícil de cumprir” (SCHWARZ, 2006b, p. 129). A reflexão de Candido (2010) sobre as *Memórias de um sargento de milícias* (1854) estabeleceu, “atrás dos altos e baixos do acabamento [do romance analisado por ele], uma organização de

⁴⁷ Lembrando, como dito anteriormente, inverte a ordem cronológica dos debates para uma exposição mais organizada, de tal modo que, em verdade, essa discussão sobre forma literária e processo social apareceu primeiro nos estudos de Candido e Schwarz sobre as *Memórias*.

entrecho complexa e de muito alcance”, pois “evocava um aspecto geral da sociedade brasileira, de que seria a transposição artística” (SCHWARZ, 2006b, p. 129-130). Esse procedimento de Candido (2010), demonstrando que a organização formal das *Memórias* corresponde a uma “transposição artística” de um “aspecto geral da sociedade brasileira”, processou-se a partir da “conjunção de análise formal e localização sociológica enquanto complementares” e abriu “uma perspectiva que permitia identificar, denominar e colocar em análise uma linha de força inédita até então para a teoria, a linha da ‘mandragem’” (SCHWARZ, 2006b, p. 130). A consistência das *Memórias de um sargento de milícias* (1854) é indício da relevância do “aspecto geral da sociedade brasileira” (SCHWARZ, 2006b, p. 130) evocada pela obra, isto é, da “mandragem”.

Para chegar à hipótese da “Dialética da mandragem”, Antonio Candido (2010) realizou o levantamento das análises feitas sobre o romance *Memórias de um sargento de milícias* (1854) e sistematicamente as refutou. Embora elas tenham proveito, não podem explicar o cerne do procedimento de Manuel Antônio de Almeida. Explorando a repercussão da obra ao longo do tempo, o crítico invocou a leitura de 1894, em que José Veríssimo considera as *Memórias* um romance de costumes e, por isso, um precursor do realismo; e a de 1941, em que Mário de Andrade define a obra como um romance picaresco. Por fim, em 1956, Darcy Damasceno havia discordado de ambos, estudando as *Memórias* por um viés estilístico (CANDIDO, 2010, p. 17).

A força representativa das *Memórias* não permite a Candido (2010) refutá-lo como realista em sentido amplo, mas autoriza a refutação de tal classificação se ela se referir “especificamente ao conceito usual das classificações literárias”, pois o “intuito” de Antonio Candido nesse seu estudo é o de “caracterizar uma modalidade bastante peculiar, que se manifesta no livro de Manuel Antônio de Almeida” (CANDIDO, 2010, p. 18). Essa peculiaridade consiste em representar a sociedade brasileira da época não apenas como um “romance documentário” (CANDIDO, 2010, p. 27). Mesmo que no romance a presença de uma sociedade que associamos ao Rio de Janeiro do século XIX seja inegável, o panorama não é amplo nem do ponto de vista geográfico, pois só enfatiza as áreas centrais do Rio de Janeiro, nem do ponto de vista social, pois focaliza apenas o estrato médio da sociedade, secundarizando escravizados e “camadas dirigentes”

(CANDIDO, 2010, p. 28) propriamente ditas, com aparições discretas na narrativa. Responder como, então, se dá a “formalização ou redução estrutural dos dados externos” (CANDIDO, 2010, p. 28) é o objetivo do autor.

Nesse percurso, Candido (2010) defenderá que o protagonista da história é um “malandro” e não um pícaro, conforme Mário de Andrade havia definido. As *Memórias* não são um romance picaresco por dois motivos centrais. Primeiramente, não são narradas pelo protagonista (mas na chamada “terceira pessoa”), enquanto na picaresca o procedimento comum é de que o próprio pícaro conte sua história. No caso das *Memórias*, a narração em terceira pessoa vai ser favorável à representação da sociedade brasileira que o livro internaliza na sua forma, pois a variação de ângulos que tal procedimento permite estabelece nessa obra “uma visão dinâmica da matéria narrada” (CANDIDO, 2010, p. 19). Isso acontece mesmo que ela não abranja “o conjunto da sociedade” e “seu campo” seja “restrito” (CANDIDO, 2010, p. 22).

A outra diferença diz respeito à trajetória do protagonista. Lembremos antes, com Candido (2010, p. 19), que há afinidades entre Leonardinho e o pícaro. Ele é pobre e filho de uma relação sexual anterior ao casamento, talvez irregular pela suspeita não comprovada, mas insinuada nas *Memórias*, de que o protagonista não seja filho de Leonardo Pataca. A diferença central reside no fato de, ao contrário do pícaro, que é “abandonado” no mundo, Leonardinho é “largado” e instantaneamente acolhido pelo seu padrinho (CANDIDO, 2010, p. 19). Fica, assim, o protagonista das *Memórias* abrigado da “adversidade material” e sem o “choque áspero com a realidade” (CANDIDO, 2010, p. 19-20). Para o pícaro, é justamente esse choque e a necessidade que o levará a mentir, a roubar e a se dissimular. Já Leonardo “nasce malandro feito” (CANDIDO, 2010, p. 20). Não se trata de não trabalhar nunca, já que Leonardo acaba trabalhando na ucharia (tipo de despensa) do rei (D. João VI, no contexto da obra), mas tal trabalho é conseguido por sua madrinha para que o Major Vidigal pare de importuná-lo, de modo que “nunca aparece seriamente o problema da subsistência”. Leonardinho não compartilha, portanto, “a condição servil” do pícaro tradicional (CANDIDO, 2010, p. 20).

Deixando de lado alguns detalhes dos comentários de Candido (2010), destaca-se por fim nessa comparação que, ao contrário do pícaro, Leonardinho

não aprende com a experiência. Embora guardem a semelhança de uma espécie de destino, uma “*sina*” (CANDIDO, 2010, p. 20, grifo do autor) a guiar a conduta de ambos, não há aprendizagem no caso de Leonardo. Se fôssemos invocar aqui a conceituação benjaminiana (o que Candido não faz nesse passo), diríamos que o pícaro passa por “experiências”, enquanto para Leonardinho tudo é simples “vivência” que não consegue elevar-se à experiência (BENJAMIN, 2015; 1994). Diz Antonio Candido (2010, p. 21):

De fato, um elemento importante da picaresca é essa espécie de aprendizagem que amadurece e faz o protagonista recapitular a vida à luz de uma filosofia desencantada. Mais coerente com a vocação de fantoche, Leonardo nada conclui, nada aprende; e o fato de ser o livro narrado na terceira pessoa facilita esta inconsciência, pois cabe ao narrador fazer as poucas reflexões morais, no geral levemente cínicas e em todo caso otimistas, ao contrário do que ocorre com o sarcasmo ácido e o relativo pessimismo dos romances picarescos.

O que foi levantado pela crítica que o precedeu é importante, mas Candido (2010) quer dar um passo adiante, já que demonstrar “*dados*” que a obra traz não basta, pois “estes precisam ser encarados como elementos de composição” (CANDIDO, 2010, p. 30, grifo do autor). Estamos novamente no campo de estudo que busca na forma da obra literária a representação da sociedade, e não apenas em seu conteúdo

Candido (2010) demonstra que as *Memórias* são um “romance representativo”, pois seu autor conseguiu “intuir, além dos fragmentos descritos, certos princípios constitutivos da sociedade –, elemento oculto que age como totalizador dos aspectos parciais [os “dados” que referimos anteriormente] (CANDIDO, 2010, p. 31). Junto a isso, o romance é formado por um “estrato universalizador” de cunho arquetípico (CANDIDO, 2010, p. 31) que remonta, por exemplo, aos contos de fada com a oposição entre o bem e o mal. No caso do romance, o bem representado por aqueles que protegem o protagonista e o mal por aqueles que se opõem à sua felicidade. Em síntese, o “malandro” delimitado por Antonio Candido (2010) constitui “uma figura historicamente original que sintetiza” três elementos: “uma dimensão folclórica e pré-moderna”, que seria um trapaceiro (um *trickster*, conforme sua denominação corrente); “um clima cômico datado – a produção satírica do período regencial” e “*uma intuição profunda do movimento da sociedade brasileira*” (SCHWARZ, 2006b, p. 131, grifos do autor).

O que interessa mais aqui e que foi enfatizado por Schwarz (2006b) em sua análise é a compreensão desse terceiro elemento que diz respeito à representação da sociedade brasileira na composição formal das *Memórias*. Esse estrato é “constituído pela dialética da ordem e da desordem, que manifesta concretamente as relações humanas no plano do livro, do qual forma o sistema de referência” (CANDIDO, 2010, p. 31). A oscilação entre os polos da ordem e da desordem é terreno fértil para o “malandro” Leonardinho, mas, como princípio, marca a trajetória de todos os personagens relevantes do livro. Isso se dá de tal modo que a própria noção de “polo” é dissolvida pela oscilação entre eles, de forma que, num processo dialético, ambas, ordem e desordem, suprimem-se e absorvem-se mutuamente. A expressão formal dessa representação se dá em função de “a dialética da ordem e da desordem” ser “um princípio válido de generalização, que organiza tanto” os fatos particulares do livro quanto os fatos particulares da sociedade joanina (CANDIDO, 2010, p. 39). Mesmo “suprimindo o escravo” (e com ele “quase totalmente o trabalho”) e as “classes dirigentes” (e com elas “os controles de mando”), Manuel Antônio de Almeida compôs um “romance profundamente social”, não por ser “documentário, mas por ser construído segundo o ritmo geral da sociedade, vista através de um dos seus setores”, no caso, predominantemente os chamados “homens livres”, nem escravizados nem classe dirigente. A obra atinge esse patamar de representação, “sobretudo porque dissolve o que há de sociologicamente essencial nos meandros da construção literária”(CANDIDO, 2010, p. 39). Completando aí a referida “dialética” entre “forma literária” e “processo social”, anunciada por Schwarz (2006b, p. 129). Na superação da crítica que o precedeu, Candido mostrou que o romance em análise é antes de malandragem do que picaresco e antes representativo do que documentário ou de costumes.

O ato crítico de Antonio Candido (2010), conforme comentário de Roberto Schwarz (2006b, p. 130), reúne:

Uma análise de composição, que renova a leitura do romance e o valoriza extraordinariamente; uma síntese original de conhecimentos dispersos a respeito do Brasil, obtida à luz heurística da unidade do livro; a descoberta, isto é, a identificação de uma grande linha que não figurava na historiografia literária do país, cujo mapa este ensaio modifica; e a sondagem da cena contemporânea, a partir do modo de ser social delineado nas *Memórias*.

Isso tudo em função da capacidade de apreender a “intuição e figuração de uma dinâmica histórica profunda” que o romance apresenta e, junto a isso, demonstrar como tal intuição é evocada na “forma literária, sobretudo no balanço do entrecho”, isto é, na “circulação dos personagens (...) entre esferas sociais da ordem e da desordem” (SCHWARZ, 2006b, p. 131), conforme comentado acima. A relação dialética entre ordem e desordem é “tanto o esqueleto de sustentação do romance quanto *redução estrutural* de um dado social externo à literatura e pertencente à história”. O procedimento configura, “noutras palavras”, a *formalização estética* de um ritmo geral da sociedade brasileira da primeira metade do século XIX” (SCHWARZ, 2006b, p. 132, grifos do autor marcando expressões utilizadas por Candido (2010)).

São modos de existência da camada social intermediária, nem escravizada nem classe dirigente, do Brasil da primeira metade do século XIX que tal procedimento estético formaliza. Nesse setor, a ordem raramente conseguia se impor e se manter. “É esta a realidade histórica de que a dialética de ordem e desordem é correlativo formal” (SCHWARZ, 2006b, p. 133). O método de Candido (2010), flagrado por Schwarz (2006b), consiste em perceber na obra um modo de organização da realidade histórica na sua própria forma, que aí passa à mediadora da dinâmica da vida social. Percebe-se, então, que não há oposição entre o estético e o social, pelo contrário:

(...) não se trata de opor *estético* a *social*. Pelo contrário, pois a forma é considerada como síntese profunda do movimento histórico, em oposição à relativa superficialidade da reprodução documentária. Neste sentido, note-se que a ênfase no valor mimético da *composição*, em detrimento do valor de retrato das partes, chama uma consideração mais complexa *também do real*, que não pode estar visado em seus eventos brutos. Uma composição só é imitação se for de algo organizado... o que aliás indica, seja dito de passagem, que a leitura estética tem mais afinidade com a interpretação social abrangente do que as leituras presas à autenticidade do pormenor. Leitura estética e globalização histórica são parentes. As duas suspendem o dado num todo complexo, sem suprimi-lo (SCHWARZ, 2006b, p. 135, grifos do autor).

Candido (2010), ao refutar a análise que via em Leonardinho um continuador do pícaro espanhol, acentua o “*caráter nacional* da originalidade literária” das *Memórias*. Contudo, de forma alguma isso se dá com algum “amor-próprio nacional”. Antes, “corresponde a uma *constatação*, ligada aliás, no caso,

a aspectos da realidade relativamente originais eles também, mas dos quais não há porque se orgulhar, tais como a anomalia social que acompanha a escravatura”. Para Schwarz (2006b, p. 140), “trata-se de ler o romance sobre fundo real e de estudar a realidade sobre fundo de romance, no plano das formas mais do que dos conteúdos, e isto criativamente”.

O estudo de Antonio Candido assinala que “a singularidade nacional é agora um fato da vida, e pede espírito crítico” (SCHWARZ, 2006b, p. 134-135, grifos do autor):

(...) trata-se da passagem da crítica de edificação nacional à crítica estética; da crítica de função puramente local à crítica de sondagem do mundo contemporâneo; da crítica em que o nacional é comemorado à crítica em que ele é historicizado. Contrariamente ao que sustentam os nacionalistas, a reflexão dialética depende da análise formal, cujo referente não é o país do coração, mas o país verdadeiro (o das classes sociais) (SCHWARZ, 2006b, p. 136).

Trata-se, em mais um traço potente da crítica de Candido assinalado por Schwarz, de realizar no ensaio sobre as *Memórias* “versões das duas linhas formativas da literatura brasileira, o universalismo e o particularismo” que corresponde à “síntese para a qual a originalidade nacional a) existe, e b) existe como processo e parte da cena contemporânea” (SCHWARZ, 2006b, p. 137) – procedimento de Antonio Candido do qual Roberto Schwarz vê como precursor o “Instinto de nacionalidade”, conhecido estudo de Machado de Assis.

Ao seu ver [no de Antonio Candido], a noção de forma não se aplica somente à esfera literária, pois também o real é visto sob o signo dela, que, sem forçar a nota, no caso está em acepção marxista: a forma social é objetiva, isto é posta pelo processo de reprodução social e independentemente das consciências individuais. Por exemplo, a reprodução da ordem escravista cria na esfera dos homens livres, que não são proprietários e têm de viver no parasitismo, a mencionada dialética de ordem e desordem (SCHWARZ, 2006b, p. 141-142).

Ou seja, a realidade, para que lhe possamos atribuir significação, também é compreendida por sua forma. Então, na “Dialética da malandragem”, Candido (2010) apreendeu “o momento em que uma forma real, isto é, posta pela vida prática, é transformada em forma literária”. Trata-se de capturar “o modo e o ponto em que a dinâmica estética se aprende à dinâmica social, à exclusão de outros modos e pontos” (SCHWARZ, 2006b, p. 142). Logo, não se trata de

defender a existência de uma representação total da realidade, mas de fragmentos seus que permitam o estabelecimento de nexos que a expliquem em profundidade, já que reorganizada, e em relação dialética com a explicação da própria obra.

Feito todo esse apanhado que recupera os méritos de Antonio Candido, Roberto Schwarz (2006b) passa a apontar os limites do estudo “Dialética da malandragem”:

Ora, enquanto denominador comum das indicações sociais a dialética de ordem e desordem se torna uma constante cultural, e por este lado estamos próximos dos clássicos de Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre nos anos 30. Somando, digamos que os argumentos ora puxam em direção do histórico, ora em direção do ethos cultural, termos que não são inimigos, mas que se referem a dimensões diferentes da realidade. Assim, a dialética de ordem e desordem é construída inicialmente enquanto experiência e perspectiva de um setor social, num quadro de antagonismo de classes historicamente determinado. Ao passo que noutro momento ela é o modo de ser brasileiro, isto é, um traço cultural através do qual nos comparamos a outros países e que em circunstâncias históricas favoráveis pode nos ajudar.

A transformação de um modo de ser de classe em modo de ser nacional é a operação de base da ideologia. Com a particularidade, no caso, de que não se trata de generalizar a ideologia da classe dominante, como é hábito, mas a de uma classe oprimida. Com efeito, Antonio Candido identifica a dialética de ordem e desordem como um modo de ser popular. Mais adiante ele a generaliza para o país, sublinha os inconvenientes de racismo e fanatismo religioso que ela nos poupou, e especula sobre as suas afinidades com uma ordem mundial mais favorável, que pelo contexto seria pós-burguesa. Assim, a matriz de alguns dos melhores aspectos da sociabilidade desenvolvida pelos homens pobres, à qual o futuro talvez reserve uma oportunidade (SCHWARZ, 2006b, p. 150-151, grifos do autor).

Schwarz (2006b, p. 151) vê na análise de Candido a ausência de uma pergunta sobre as *Memórias*. Conforme análise do crítico paulista (CANDIDO, 2010, p. 31), o romance é formado pela dimensão folclórica (que remete aos contos de fadas e sua oposição entre o bem e o mal) e pela dimensão histórica (que remete a todos os traços da sociedade brasileira da época amplamente expostos anteriormente). Por que, então, essa relação, essa dualidade diríamos nós hoje, à luz de outros estudos de Schwarz (2000a; 2000b), não é questionada por Candido? “Não é feita”, continua Schwarz (2006b, p. 151), “a pergunta pelo

sentido, no caso, da cunhagem folclórica do mundo moderno”. Nesse passo, Antonio Candido teria abdicado da abordagem marxista e sucumbido à culturalista (SCHWARZ, 2006b, p. 154), isto é, passado a analisar como traço cultural o que é fruto da historicidade, e, portanto, da luta de classes. Tal perspectiva culturalista se manifesta sobremaneira na última parte do ensaio de Antonio Candido (2010, p. 40-47), “O mundo sem culpa”, em que o modo de sociabilidade analisado nas *Memórias* é visto como algo positivo e bem “brasileiro”, em oposição a modos de existência dos Estados Unidos, na comparação de Candido. Esse “nosso” modo de ser se opõe aos modos de ser dos “puritanos de que se nutrem as sociedades capitalistas” e é muito mais “aberto” do que o deles (SCHWARZ, 2006b, p. 152). Tais paralelos passam a ser feitos sem a devida consideração dos espaços históricos que os circundam, contrariando a tônica do próprio estudo de Candido.

“O mundo sem culpa” recebe análise detalhada de Edu Otsuka que levou adiante as ressalvas de Schwarz (2006b) ao estudo de Antonio Candido (2010) e aprofundou as consequências que a abordagem culturalista tiveram, nos momentos que despontaram, para o ensaio de Antonio Candido.

Entendida exclusivamente como traço cultural brasileiro, a malandragem tende a ser desvinculada do quadro determinado da organização econômico-social. Desse modo, contudo, a relação entre as *Memórias* e a sociedade brasileira, tal como apresentada por Candido, fica atenuada (ou talvez mesmo neutralizada). Isso porque a relação entre a obra e a sociedade passa a restringir-se à simples correspondência entre a malandragem literariamente figurada no romance e o comportamento malandro existente na realidade, sem que, no entanto, a própria malandragem real seja entendida em seus fundamentos histórico-sociais (apenas se constata a sua existência no plano da realidade, como um fato auto-evidente que parece não exigir outra explicação para além do impalpável ethos nacional). Nesse movimento, perde-se uma parte importante da interpretação de Antonio Candido, pois as clivagens internas à sociedade brasileira, com suas desigualdades brutais, que explicam historicamente o predomínio da “dialética de ordem e desordem” tanto na ficção quanto na realidade, bem como os modos de reprodução das fraturas sociais, que explicam a persistência da malandragem, acabam sendo deixados na sombra (OTSUKA, 2007, p. 107-108).

O “modo de ser brasileiro”, que aparece com toda força no trecho final do ensaio de Candido (2010), é o exemplo máximo do problema que a abordagem

culturalista relegou à interpretação da obra e, por consequência, à interpretação da realidade histórica que ela representa. Otsuka (2007, p. 105) especifica que a própria oscilação entre um polo e outro, definida por Candido como a dialética da ordem e da desordem, está atrelada ao problema da desavença pessoal. Esta consiste numa faceta “não explorada” da obra e encobre “o núcleo de violência que, no plano das relações entre as personagens, se manifesta sob a feição de rixas e vinganças”. Com isso em vista, Otsuka demonstra que “a estrutura de rixas determina a organização formal do romance, sendo, ao mesmo tempo, resultante de práticas sociais mais amplas, próprias ao país periférico de economia escravista”. A demonstração se dá pela exposição do rol de personagens dominados pelo “espírito rixoso”, com o crítico define. A rixa percorre os extremos dos estrados sociais representados na obra, de Vidinha, moça pobre com quem Leonardo tem um relacionamento, à D. Maria, com sua paixão pelas demandas judiciais. Nas disputas vigentes encetadas nas *Memórias*, “o objeto disputado parece menos importante do que o dano moral infligido ao oponente, de tal modo que a satisfação não decorre tanto da eficácia em alcançar o objetivo, mas sim da capacidade de humilhar o adversário” (OTSUKA, 2007, p. 118). Ou seja, a rixa tem valor por si só na obra, sendo que acaba dirigindo ela mesma a conduta dos personagens, não importando se eles vão ou não angariar algum fruto palpável disso, mas apenas a desforra em si. “À diferença do antagonismo absoluto do romance burguês” (OTSUKA, 2007, p. 115), não se trata de uma vingança colocada como passo para uma ascensão, é picuinha mesmo, uma forma de conseguir vantagem sobre o outro. Levando adiante o método de Candido (2010), detalhado por Schwarz (2006b), Otsuka (2007, p. 115) pontua:

Essa divergência na magnitude dos conflitos, evidenciada nas figurações da vingança, deve-se aos diferentes pressupostos histórico-sociais de cada forma. A estruturação dominante no romance burguês – com seu desenvolvimento dramático amplo, governado pela busca consciente de uma finalidade última – está enraizada no processo específico da consolidação da ordem burguesa, em que a troca mercantil se erige como o nexo fundamental que molda a sociedade no conjunto. Como veremos mais detalhadamente a seguir, o domínio das rixas vingativas no romance de Manuel Antônio funda-se em um processo que, embora articulado ao outro, destoa dele, pois no Brasil oitocentista a prevalência do escravismo produzia

particularidades na organização social, que definem a feição específica da matéria social brasileira.

O detalhamento anunciado por Edu Otsuka consiste em compreender a especificidade histórica da camada social a qual pertence a maior parte dos personagens das *Memórias*, isto é, os homens livres, nem proprietários nem escravizados vivendo na “ordem escravocrata”⁴⁸. Tal posição impunha um mercado de trabalho muito pouco desenvolvido e, ao mesmo tempo, a necessidade de buscar subsistência nos bens de mercado, já que precisavam pagar por eles:

Nessas condições, os homens livres pobres só encontravam maiores chances de obter os meios de sobrevivência através de mecanismos específicos, diferentes do trabalho assalariado, já que não encontravam lugar na esfera da produção, ocupada pelo trabalho escravo; daí a vigência do favor e da malandragem (OTSUKA, 2007, p. 118).

Além disso, a sociedade escravocrata na qual estavam inseridos, “estabelecia distinções hierárquicas rígidas, em que a afirmação da desigualdade se tornava um imperativo para a definição das posições sociais” (OTSUKA, 2007, p. 118). As relações, sobretudo com os poderosos, e qualquer forma de superioridade aos demais tornavam-se uma forma de *compensação imaginária*⁴⁹ (OTSUKA, 2007, p. 118, grifo do autor). Justamente esses “poderosos”, a classe dirigente, não figuram, nem de modo recorrente e muito menos como protagonistas das *Memórias*, daí a situação propícia à rixa a que estavam sujeitos os homens livres, tanto na sociedade brasileira da época quanto no livro:

De certo modo, na falta de proteção de um poderoso, a rixa apresenta-se para os pobres como o único lugar em que é possível afirmar uma supremacia (um pouco na realidade e muito na imaginação), em vista da obtenção do sentimento de

⁴⁸ Conforme expressão de Maria Sylvania de C. Franco: *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1976.

⁴⁹ Como lembra Otsuka (2007, p. 118), tal forma de compensação ganhou representação também com o criado de Brás Cubas, nas *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), que se exhibe na janela do palacete de seu patrão para “mostrar que não é criado de *qualquer*”, episódio que mereceu análise de Roberto Schwarz (2000a).

superioridade e de certo prestígio em relação aos demais (OTSUKA, 2007, p. 121).

Completando o quadro, Otsuka (2007, p. 122) observa que na *Memórias* “proliferam as rixas entre pares, que acabam se sobrepondo ao antagonismo de classes”.

Análises assim acabam marcando nossa forma de estudar literatura, demonstram possibilidades antes insuspeitas e nos fazem questionar o que se perde quando a perspectiva materialista é deixada de lado. Faz-se a ressalva, contudo, que fazer o oposto, isto é, deixar de lado a dimensão cultural dos objetos em estudo também seria um erro. Sendo, portanto, necessário tentar uma análise materialista da cultura, o que no caso do presente trabalho quer dizer realizar esse procedimento para avançar no entendimento da crônica como gênero. Nesse sentido, por muito tempo me dedicando à crônica, cheguei, como anunciado na introdução deste trabalho, a seguir seu estudo como gênero, algo que não tinha aparecido de forma satisfatória quando defendi minha dissertação. Num estudo posterior, realizei mais uma tentativa de abordagem desse problema⁵⁰, no caso, embora tenha avançado um pouco, ainda deixei transparecer o enfoque culturalista em detrimento do materialista. Acredito que muito disso se deve ao fato de que, nos dois momentos, associei às características da crônica o conceito de “cordialidade”, conforme definido por Sérgio Buarque de Holanda (2002, p. 1044-1055) sem questionar o próprio conceito. Também, como apontado na introdução, foi decisivo para a percepção de que havia algo de capenga nisso tudo a leitura do artigo “Jeitinho e Jeitão: uma tentativa de interpretação do caráter brasileiro”, de Francisco de Oliveira⁵¹, pois ele explora o papel ideológico presente na concepção culturalista que consiste, em verdade, em expandir um traço de classe para toda a sociedade. Um estudo ainda não publicado de Edu Otsuka (mimeo) sobre a crônica também muito contribuiu para o ajuste de direcionamento nesse sentido. Com esses

⁵⁰ Respectivamente: BOENAVIDES, William Moreno. *As formas da intervenção: política nas Balas de Estalo* de Machado de Assis. 176 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012 e BOENAVIDES, William Moreno. *A cordialidade de Lúlio: Machado de Assis nas Balas de estalo*. Porto Alegre: Organon, n. 28, v. 55, p. 55-71, jul./dez. 2013.

⁵¹ Publicado em: *Revista Piauí*, nº 73, out. 2012. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/jeitinho-e-jeitao/>. Acesso: 05 de dezembro de 2012.

elementos, pretendo agora tentar superar um pouco esse modo de estudar a crônica, chamando mais atenção para a materialidade de sua constituição, o que levará a rever também o modo de entender o conceito de “cordialidade”.

2.4 A CRÔNICA: ALGUMAS TENTATIVAS DE DEFINIÇÃO

Interessa nesse momento propor a discussão sobre a crônica como gênero literário entendido em perspectiva materialista. Tal debate se faz importante na medida em que a perspectiva culturalista, referida no debate em torno das *Memórias de um sargento de milícias* (1854), tem imperado nas tentativas de estabelecimento dos traços constitutivos da crônica, inclusive nos comentários de Antonio Candido, que pode ser considerado um pioneiro no tratamento desse assunto. Num texto de 1980, que serviu de introdução a uma coletânea de crônicas destinadas ao público escolar, e que foi republicado em outros momentos pelo autor⁵², Candido (1992, p. 13) situa a condição da crônica como “gênero menor”, no sentido de que a literatura de uma dada nacionalidade não teria, só com cronistas, o “brilho universal dos grandes romancistas, dramaturgos e poetas”, da mesma forma, não “se pensaria em atribuir o Prêmio Nobel a um cronista, por melhor que fosse”. Note-se que o que é referido por Candido, nesse primeiro momento, para definir ou não a grandeza de um gênero são categorias abstratas, como “brilho universal” e os mecanismos institucionalizados de consagração, como o Prêmio Nobel. Contudo, o que

⁵² A primeira publicação desse texto de Candido serviu de introdução ao livro *Para gostar de ler: crônicas*. São Paulo: Ática, 1980 (Vol. 5). O livro reuniu crônicas de Carlos Drummond de Andrade, Rubem Braga, Fernando Sabino e Paulo Mendes Campos. Posteriormente, ele foi recolhido em um volume com textos de vários autores, todos voltados ao estudo da crônica.: *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. O texto de Candido nesse livro também cumpriu o papel de introdução (“À guisa de introdução” dizia a inscrição que acompanhava o título do seu artigo). No ano seguinte a essa publicação, integrou o livro de ensaios de Antonio Candido: *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Em todos os casos, o texto permaneceu rigorosamente o mesmo, incluindo apenas indicações em nota de rodapé sobre a coletânea da série “Para gostar de ler” que originou a primeira publicação (Cf. CANDIDO, 1980; 1992; 1993 e DANTAS, 2002, p. 28). Assim, se por um lado devemos considerar o fato de o texto ter sido produzido como introdução a uma coletânea escolar, não tendo, portanto, o caráter de estudo mais aprofundado que outros trabalhos do autor possuem, por outro lado podemos considerá-lo uma visão pronta de Candido sobre o gênero, haja vista suas republicações e a ausência de comentários seus em contrário.

imperava no texto do autor não é uma visão pejorativa do gênero; ao contrário, ele comemora essa não grandiosidade da crônica, que possibilita que ela fique “perto de nós”. Mesmo assim, num primeiro momento, o autor (CANDIDO, 1992, p. 13-14) parece não a considerar propriamente literatura, já que vê na crônica um “caminho não apenas para vida, que ela serve de perto, mas para a literatura”, mas essa visão vai se alterando no andamento do texto:

Por meio dos assuntos, da composição aparentemente solta, do ar de coisa sem necessidade que costuma assumir, ela se ajusta à sensibilidade de todo o dia. Principalmente porque elabora uma linguagem que fala de perto ao nosso modo de ser mais natural. Na sua despreensão, humaniza; e esta humanização lhe permite, como compensação sorrateira, recuperar com a outra mão uma certa profundidade de significado e um certo acabamento de forma, que de repente podem fazer dela uma inesperada embora discreta candidata à perfeição.

Essas aparentes despreensão e proximidade vão marcar o entendimento de Candido sobre a crônica em sentido mais geral. Diz ele: “vamos pensar um pouco na própria crônica como gênero. Lembrar, por exemplo, que o fato de ficar tão perto do dia a dia age como quebra do monumental e da ênfase” (CANDIDO, 1992, p. 14). O que seria bom, já que há “um problema” na “magnitude do assunto” e na “pompa da linguagem”, pois “eles podem atuar como disfarce da realidade e até mesmo da verdade”. Para o autor (CANDIDO, 1992, p. 14), “a literatura corre com frequência este risco, cujo resultado é quebrar no leitor a possibilidade de ver as coisas com retidão e pensar em consequência disto”. Já a “crônica está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas”. Ela não oferece “um cenário excelso, numa revoada de adjetivos e períodos candentes, pega o miúdo e mostra nele uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitadas”.

Para Candido, esses traços positivos da crônica se devem a suas condições de produção, já que não foram feitas para o livro, mas para o jornal, sendo sua filha “e da era da máquina, onde tudo acaba tão depressa” (CANDIDO, 1992, p. 14), acabam incorporando o caráter transitório do veículo e não são produzidas com o intuito de permanecerem “na lembrança e na admiração da posteridade; e a sua perspectiva não é a dos que escrevem do alto da montanha, mas do simples rés-do-chão” (CANDIDO, 1992, p. 14). Existe uma oposição no pensamento de Candido entre tratar de assuntos cotidianos e

ter vigência para além desse cotidiano. Mesmo que sua visão se refine na continuação do texto em relação ao contexto de surgimento da crônica: “retificando o que ficou dito atrás, ela não nasceu propriamente com o jornal, mas só quando este se tomou quotidiano, de tiragem relativamente grande e teor acessível, isto é, há uns cento e cinquenta anos mais ou menos [o que daria em torno de 1830]” (CANDIDO, 1992, p. 15); o mesmo não vai acontecer em relação à constituição do gênero que se forma nesse contexto complexo, tendo sua constituição sempre marcada por um olhar benévolo e pouco problematizador. Isso se revela numa dimensão que irá marcar o tratamento culturalista que a constituição desse gênero receberá por parte do autor. Ainda se referindo à crônica como gênero, vai dizer ele:

No Brasil ela tem uma boa história, e até se poderia dizer que sob vários aspectos é um gênero brasileiro, pela naturalidade com que se aclimatou aqui e a originalidade com que aqui se desenvolveu. Antes de ser crônica propriamente dita foi “folhetim”, ou seja, um artigo de rodapé sobre as questões do dia, - políticas, sociais, artísticas, literárias. Assim eram os da secção “Ao correr da pena”⁵³, título significativo a cuja sombra José de Alencar escrevia semanalmente para o *Correio Mercantil*, de 1854 a 1855. Aos poucos o “folhetim” foi encurtando e ganhando certa gratuidade, certo ar de quem está escrevendo à toa, sem dar muita importância. Depois, entrou francamente pelo tom ligeiro e encolheu de tamanho, até chegar ao que é hoje.

Ao longo deste percurso, foi largando cada vez mais a intenção de informar e comentar (deixada a outros tipos de jornalismo), para ficar sobretudo com a de divertir. A linguagem se tomou mais leve, mais descompromissada e (fato decisivo) se afastou da lógica argumentativa ou da crítica política, para penetrar poesia adentro. Creio que a fórmula moderna, onde entra um fato miúdo e um toque humorístico, com seu *quantum satis* de poesia, representa o amadurecimento e o encontro mais puro da crônica consigo mesma (CANDIDO, 1992, p. 15).

Fato miúdo, humor e poesia, elementos da modernidade incorporados pela crônica marcam sua identidade como gênero. Nesse processo de constituição da crônica, no século XIX, mesmo com variações entre os autores, nela “ainda se notava mais o corte de artigo leve”, que foi sendo acompanhado

⁵³ A série “Ao correr da pena” constituiu-se de folhetins de José de Alencar publicados no *Correio Mercantil* nos anos 1854-1855 e reunidos em livro em 1874.

de uma crescente “dose poética”⁵⁴. Para Candido (1992, p. 16), o fato é que a crônica, como gênero, é, pela contribuição de muitos autores, um “produto *sui generis* do jornalismo literário brasileiro” (CANDIDO, 1992, p. 16).

Contrastando as crônicas de Olavo Bilac com outros textos do mesmo autor, Antonio Candido verifica que na escrita delas a linguagem de Bilac é modificada, adotando uma simplicidade ausente em suas outras produções. “É que nelas parece não caber a sintaxe rebuscada, com inversões frequentes; nem o vocabulário “opulento”, a crônica operou milagres de simplificação e naturalidade, que atingiram o ponto máximo nos nossos dias [1980]” (CANDIDO, 1992, p. 16). Para o autor, o grande prestígio da crônica na época da escrita de seu texto “é um bom sintoma do processo de busca de oralidade na escrita, isto é, de quebra do artifício e aproximação com o que há de mais natural no modo de ser do nosso tempo. E isto é humanização da melhor” (CANDIDO, 1992, p. 16). Ele destaca, a partir disso, a importância da crônica como “agente de uma visão mais moderna na sua simplicidade reveladora e penetrante” (CANDIDO, 1992, p.16).

De forma genérica, ele diz que as crônicas têm um “tom menor de coisa familiar” (CANDIDO, 1992, p. 17). Contudo, ao se referir especificamente às crônicas selecionadas na coletânea cuja introdução está escrevendo, o autor considera que, mesmo mantendo um “ar despreocupado, de quem está falando coisas sem maior consequência” elas “não apenas entram fundo no significado dos atos e sentimentos do homem, mas podem levar longe a crítica social” (CANDIDO, 1992, p. 17-18). Em passagens assim, fica exposto nesse texto que a eleição das características que serão consideradas inerentes ao do gênero e

⁵⁴ Essa visão de Candido será retomada por Arrigucci Júnior (2001) e revela a proximidade de ambos que enxergam uma suposta evolução do gênero que teria como ponto de chegada Rubem Braga, cujas crônicas são carregadas de lirismo. Para ambos os críticos, mais ainda no caso de Arrigucci, Rubem Braga é um modelo de cronista, que serve de baliza para a avaliação dos demais. Nesse sentido, Antonio Candido (1992, p. 17) vai dizer o seguinte: “Acho que foi no decênio de 1930 que a crônica moderna se definiu e consolidou no Brasil, como gênero bem nosso, cultivado por um número crescente de escritores e jornalistas, com os seus rotineiros e os seus mestres.” Entre estes, aquele estará “voltado de maneira praticamente exclusiva para este gênero: Rubem Braga”. Já Arrigucci (2001, p. 55) afirmará: “Braga, embora poeta bissexto e contista eventual, escreve crônicas desde a década de 30 e foi decerto quem deu o maior grau de autonomia estética a esse gênero entre nós [brasileiros], tornando-se, por isso, um modelo de cronista”.

as que serão destinadas a um conjunto específico, considerado superior, obedece a critérios de seletividade não muito explicitados.

Dá como exemplos dessa crítica social uma crônica de Drummond e outra de Fernando Sabino, ambas recolhidas na coletânea de crônicas a que o texto serviu de introdução em sua primeira publicação. Na primeira das duas, é narrada a história de uma menina que, sem dinheiro para presentear sua mãe pelo dia das mães, “faz desfilarm na imaginação os presentes que desejaria” (CANDIDO, 1992, p. 18), que são bens de consumo como secadores de cabelo, liquidificador com três velocidades e máquina de tricô. Por trás dessa crônica, “está todo o drama da sociedade chamada de consumo, muito mais iníqua num país como o nosso, cheio de pobres e miseráveis que ficam alijados da sua miragem sedutora e inacessível” (CANDIDO, 1992, p. 18). Ele citará ainda a “Última crônica”, de Fernando Sabino, em que o autor refere a história de uma “família de pretos que vai ao botequim celebrar o aniversário da menina, com um pedaço de bolo onde o pai finca e acende três velinhas trazidas no bolso” (CANDIDO, 1992, p. 18), situação a qual Candido compara com a vivida pela menina da crônica de Drummond citada anteriormente. Aqui, então, Candido (1992, p. 19) refere a forma de construção do texto de Sabino o qual está comentando:

as suas reflexões, a maestria com que constrói a cena e todo o ritmo emocionado sob a superfície do humor lírico constituem ao mesmo tempo uma pequena e despretensiosa teoria da crônica, deixando ver o que sugeri, isto é, que por baixo delas há sempre muita riqueza para o leitor explorar. Dizendo isto, não quero transformar em tratados sisudos essas peças leves. Ao contrário, quero dizer que por serem leves e acessíveis talvez elas comuniquem mais do que um estudo intencional a visão humana do homem na sua vida de todo o dia.

Na sequência, Candido (1992, p. 19) vai dizer diretamente que “simplicidade, brevidade e graça” são “próprias da crônica”, são “traços constitutivos da crônica” e “são um veículo privilegiado para mostrar de modo persuasivo muita coisa que divertindo, atrai, inspira e faz amadurecer a nossa visão das coisas”. Diz isso e refuta a “ideia falsa” de que a “leveza é superficial”.

Para Candido (1992, p. 20), são poucos os exemplos de utilização das crônicas como “militância, isto é, participação decidida na realidade com o intuito de mudá-la”. Como exemplo dessa possibilidade ele refere a crônica “Luto da

família Silva”, de Rubem Braga, em que se narra o enterro em vala comum de mais um Silva (metonímia de classe trabalhadora ocupante de postos precários de trabalho): “este é um bom exemplo de como a crônica pode dizer as coisas mais sérias e mais empenhadas por meio do zigzagueando de uma aparente conversa fiada” (CANDIDO, 1992, p. 18). Contudo, não só crônicas desse feitio serão valorizadas na visão do autor. Diz ele que:

igualmente sérias são as descrições alegres da vida o relato caprichoso dos fatos, o desenho de certos tipos humanos, o mero registro daquele inesperado que surge de repente. (...) Tudo é vida, tudo é motivo de experiência e reflexão, ou simplesmente de divertimento, de esquecimento momentâneo de nós mesmos a troco do sonho ou da piada que nos transporta ao mundo da imaginação. Para voltarmos mais maduros à vida, conforme o sábio (CANDIDO, 1992, p. 20).

Se lembrarmos que em seu conhecido estudo, “O direito à literatura”, ele concebe literatura da “maneira mais ampla possível”, compreendendo desde o folclore e a lenda até as formas mais “complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações” (CANDIDO, 2004, p. 174), percebemos que, embora oscile em alguns momentos, mesmo no limite com o jornalismo, a crônica ocupa para Candido um lugar dentro da literatura, possuindo as três faces que ele atribui a ela: construção de objetos autônomos como estrutura e significado; forma de expressão, ou seja, ressignifica a experiência humana no plano simbólico e, por fim, forma de conhecimento, mesmo que de modo difuso e inconsciente. Enfatizando o papel da forma nesse processo, o autor afirma que ao ordenar um mundo, a literatura, mesmo que não percebamos conscientemente, torna-se um fator que nos deixa mais capazes de ordenar nossa experiência e a visão que temos do mundo. Na relação com o conteúdo, de modo lapidar, ele destaca: “o conteúdo só atua por causa da forma, e a forma traz em si, virtualmente, uma capacidade de humanizar devido à coerência mental que pressupõe e que sugere” (CANDIDO, 2004, p. 178).

Para atingir os efeitos de transportar o leitor “ao mundo da imaginação” e fazê-lo voltar “mais maduros à vida” (CANDIDO, 1992, p. 20), o cronista se utiliza de vários meios. Então, o autor comenta a maleabilidade formal das crônicas, que podem assumir a forma de “diálogos”, “marchar rumo ao conto, à narrativa mais espriada com certa estrutura de ficção”, parecer “anedotas desdobradas”,

aproximar-se “da exposição poética ou certo tipo de biografia lírica” (CANDIDO, 1992, p. 21). Comentando a crônica “Ser brotinho”, de Paulo Mendes Campos, Candido vê proximidades entre a descrição do “ser brotinho” e a própria atividade do cronista, pois ambos dão “aos objetos e aos sentimentos um arranjo tão aparentemente desarranjado e na verdade tão expressivo, tirando significados do que parece insignificante.”(...) dar sentido de repente ao vácuo absoluto” é “a magia da crônica” (CANDIDO, 1992, p. 22). Então arremata:

Parece às vezes que escrever crônica obriga a uma certa comunhão, produz um ar de família que aproxima os autores acima da sua singularidade e das suas diferenças. É que a crônica brasileira bem realizada participa de uma língua geral lírica, irônica, casual, ora precisa e ora vaga, amparada por um diálogo rápido e certo ou por uma espécie de monólogo comunicativo (CANDIDO, 1992, p. 22).

A maior parte do pontuado por Candido (1992) sobre o gênero tornou-se uma espécie de lugar-comum sobre a crônica: leveza, assunto miúdo, humor, diversidade formal e vínculo com o dia a dia pelo jornal. Essa é a visão recorrente que reaparecerá, por exemplo, em Sá (1987), Arrigucci Jr. (2001). Como lembra Chalhoub *et alli* (2005, p. 9-10), tais características haviam sido esboçadas em duas crônicas de Machado de Assis: uma em 1º de agosto de 1876 e outra em 1º de novembro do ano seguinte, ambas publicadas na *Ilustração Brasileira*⁵⁵. Mesmo que:

apenas esboçadas na pena de Machado, acabaram, com os anos, por servir de base às tentativas de definição de uma essência para o gênero. Embora tenha por tempos garantido simpatia e condescendência à crônica, essa definição acabou por transformá-la em uma espécie de filha bastarda da arte literária (CHALHOUB *et alli*, 2005, p. 9).

De fato, esse modo de entender a crônica perpassa o texto de Candido (1992) que acrescentou a ela essa dimensão de gênero nacional. Como temos

⁵⁵ Hoje contamos com duas boas edições que reúnem as crônicas de Machado de Assis nessa série: ASSIS, Machado de. *História de quinze dias / Machado de Assis*; organização, introdução e notas: Leonardo Affonso de Miranda Pereira. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009. E ASSIS, Machado de. *História de quinze dias, história de trinta dias*: crônicas de Machado de Assis, Manassés; Sílvia Maria Azevedo (org.). – São Paulo: Editora Unesp, 2010. Como indica essa última referência, Machado escrevia a referida série com o pseudônimo de Manassés. A série mudou de nome quando a publicação da revista deixou de ser quinzenal e passou a ser mensal.

visto, a análise que Candido faz da formação da crônica não é levado a cabo pelo método dialético que consolidou outros de seus estudos, como o “Dialética da Malandragem” (CANDIDO, 2010, p. 17-47), mesmo que até ele tenha merecido ressalvas no tocante a isso, como o faz Schwarz (2006, p. 153-154). A perspectiva adotada por Candido (1992) para estudar a crônica é antes culturalista, ou seja, toma um dado que é histórico e material e o transforma em característica, genericamente posta, da cultura brasileira. Veja-se que a materialidade da produção e da circulação da crônica (profissionais pagos, produto a ser vendido, presença de anúncios, periodicidade...) impõe limites a uma abordagem desse tipo e indica a necessidade de que o estudo disponha de maior rigor histórico e social.

Outro estudo sobre a crônica que, apesar dos méritos, sucumbiu a tal perspectiva, foi o de Arrigucci Jr. (2001, p. 51). Para ele: “Esse gênero de literatura ligado ao jornal está entre nós há mais de um século e se aclimatou com tal naturalidade, que parece nosso”. Mesmo que “na origem” tenha dependido “da influência europeia”, logo alcançou “porém, um desenvolvimento próprio extremamente significativo” (ARRIGUCCI JR., p. 53). Assim como Candido (1992), Arrigucci Jr. (2001) faz agudas observações sobre a complexidade do surgimento da crônica e seu contexto de produção e leitura, que exigiam um considerável desenvolvimento social. Nenhum dos dois críticos, contudo, busca averiguar os traços inscritos no gênero que tenham advindo desse contexto. Fica-se numa situação de consideração da crônica como um “gênero menor” e a tentativa de valorizá-la, apesar disso, como que pedindo desculpas⁵⁶. Nesse processo, muitos elementos importantes acabam sendo levantados, mas o problema de uma análise mais materialista para o estudo de constituição do gênero continua em aberto.

⁵⁶ Arrigucci Jr. (2001, p. 57-58) chega a dizer que ao escrever crônicas no jornal, os autores estavam “experimentando a mão” para a escrita do romance: “E de fato os escritores como que se preparavam, por esse meio, para um gênero maior e na aparência mais seguro por seu próprio inacabamento – o romance”. Assim, ele retoma uma velha e unilateral fórmula que define a escrita da crônica como um “laboratório ficcional” (BRAYNER, 1982). Esse ponto será comentado no item 3.4 do presente trabalho.

2.4.1 Crônica: trajetória e materialidade

Antes de assumir o sentido modernamente atribuído a ela, “crônica” era sinônimo de “crônica histórica”. Segundo Afrânio Coutinho (2008, p. 121), de todos os idiomas europeus modernos, o português é o único no qual a palavra “crônica” não designa mais apenas “crônica histórica”. Até hoje nesses outros idiomas, “cronista” é aquele que narra os eventos históricos sem procurar estudá-los e interpretá-los (COUTINHO, 2008, p. 120). O sentido atual, designando “um gênero específico, estritamente ligado ao jornalismo”, possivelmente foi sendo construído no século XIX, “não havendo certeza se em Portugal ou no Brasil” (COUTINHO, 2008, p. 121). Espacialmente no jornal, a crônica situava-se inicialmente ao pé da primeira página – daí, por exemplo, a designação de “vida ao rés-do-chão” que, como vimos, ganhou com Antonio Candido (1992). Esse espaço, antes dela, costumava ser ocupado pelo chamado “folhetim”, lugar de publicação de muitos romances seriados e também de contos, mas que, antes de virar crônica, abrigava artigos variados do dia a dia, muito comum na França e que era “um espaço vazio destinado ao entretenimento” (MEYER, 1998, p. 113). Ou seja, era mais uma função e um espaço do que propriamente uma seção:

Aquele espaço vale-tudo suscita todas as formas e modalidades de diversão escrita: nele se contam piadas, se fala de crimes e de monstros, se propõem charadas, se oferecem receitas de cozinha ou de beleza; aberto às novidades, nele se criticam as últimas peças, os livros recém-saídos (...) (MEYER, 1998, p. 114).

Ao especificar-se, o folhetim acrescentava ao seu título a área que, naquele dia, seria comentada naquele espaço. No folhetim dramático, fazia-se a crítica teatral, no folhetim literário, as resenhas de livros, quando os assuntos eram diversos demais para serem acolhidos em uma categoria, eram os folhetins sobre variedades e coisas da vida. Por seu tremendo apelo comercial (a variedade de assuntos chamava atenção de um público bastante diversificado), os folhetins tiveram lugar de destaque no jornalismo francês e se expandiram para o brasileiro (MEYER, 1998, p. 114).

A transição desse folhetim originário do jornalismo francês para a crônica jornalística costuma causar polêmica, e a tendência de demarcar a crônica como “brasileira” em oposição ao folhetim vem daí. O fato é que há uma zona de indeterminação entre os dois tipos de escrito, o que não quer dizer que não possam ser discerníveis. Em meados do século XIX no Brasil, contudo, esse discernimento não era possível. Os escritos de José de Alencar, “Ao correr da pena”, por exemplo, publicados de 1854 a 1855, tratados hoje sem discussão como crônicas, ainda eram chamados de folhetim, conforme título da seção que ocupou no *Correio Mercantil* e no *Diário do Rio de Janeiro* (cf. ALENCAR, [s.d.], p. 1 e 137). Do mesmo modo, Machado de Assis (2009, p. 55-58), em 1859, ao delimitar o perfil do “Folhetinista” – título do seu texto de 30 de outubro no jornal *O Espelho* – descreveu as mesmas características com as quais ele mesmo mais tarde⁵⁷ (como apontamos anteriormente) definiria o cronista. O folhetinista, diz ele, como o “colibri” (ASSIS, 2009, p. 56), vai para um lado e para o outro em busca de assunto. Também com outros gêneros o folhetim se confundiu: “Folhetim era a crônica, mas também a novela ou romance, quando publicado em jornal” (COUTINHO, 2008, p. 124). Passado o período em que, em língua portuguesa, os termos crônica e folhetim designavam o mesmo produto jornalístico, “venceu e generalizou-se afinal o termo “crônica”, ficando “folhetim” para designar mais a seção, na qual se publicavam não só crônicas senão também ficção e todas as formas literárias” (COUTINHO, 2008, p. 122). “Crônica”, então, passou a “indicar relato e comentário dos fatos em pequena seção de jornais” para, por fim:

estender-se à definição da própria seção e do tipo de literatura que nela se produzia. Assim, “crônica” passou a significar outra coisa: um gênero literário de prosa, ao qual menos importa o assunto, em geral efêmero, do que as qualidades de estilo, a variedade, a finura e argúcia na apreciação, a graça na análise de fatos miúdos e sem importância, ou na crítica de pessoas. “Crônicas” são pequenas produções em prosa, com essas características, aparecidas em jornais e revistas (COUTINHO, 2008, p. 121).

⁵⁷ Num texto de 1º de agosto de 1876 e em outro de 1º de novembro de 1877, ambos publicados na *Ilustração Brasileira*, na seção *Histórias de quinze dias*.

Francisco Otaviano de Almeida Rosa (1825-1889), que escrevia no *Jornal do Comércio* desde 02 de dezembro de 1852, e também no *Correio Mercantil*, pouco depois, é visto por Afrânio Coutinho (2008, p. 124) como o iniciador da “crônica brasileira propriamente dita”. Segundo o crítico, logo em seguida, em 1854, José de Alencar o substituiu no *Correio Mercantil*. As crônicas de Alencar, intituladas “Ao correr da pena”, alternavam-se no mesmo jornal com as de Manuel Antônio de Almeida, cujas crônicas intitulavam-se “Páginas Menores”. Nota-se com facilidade que a ideia de gênero menor está marcada desde o início da prática cronística no Brasil. Como vimos, essa designação acompanha as definições do gênero até hoje. Como questiona Coutinho (2008, p. 124) “Por que “menores” (...) ? Por serem circunstanciais? Por estarem destinadas a produzir efeito transitório? Por serem escritas apressadamente?”. O crítico lembra que muitas vezes era o cronista que abria “caminho ao romancista”, não no sentido de ser um exercício de escrita, como assinalam Arrigucci Jr. (2001) e Sônia Brayner (1982), mas por iniciarem o diálogo com o público.

Como observa Chalhoub *et alli* (2005, p. 10), a perspectiva que considera a crônica dotada do “caráter desprezioso e datado de uma notícia de jornal” e “produzida por força das circunstâncias, sem obedecer a nenhum impulso criativo mais elevado” é a mesma que afirma “o caráter passageiro dessa literatura com data de validade, cujo brilho se esgotava com a edição seguinte da folha”. Contudo, essa perspectiva só existe se não atentarmos “para o fato de que muitos romances e contos escritos na segunda metade do século XIX foram publicados originalmente em jornais, muitas vezes com pressão de prazos idêntica àquela que inibiria a qualidade das crônicas” (CHALHOUB *et alli* 2005, p. 10).

A título de ilustração, lembremos o que disse Ferreira de Araújo (ARAÚJO, 1899, posição Kindle 11005) sobre a produção nas páginas da *Gazeta de Notícias*: quando havia um debate em aberto em relação a alguma causa em que o jornal estava envolvido, ela era discutida imediatamente, seja em verso, em conto, em anedota ou qualquer seção do jornal, sem distinção de gênero para acolher a demanda. Não custa lembrar também que um livro como *O Ateneu* (crônicas de saudades), de 1888, foi “escrito dia a dia, no correr de três meses, para a *Gazeta de Notícias*” (COUTINHO, 2008, p. 127). Está posto, por

tudo que foi dito, que aos poucos a crônica foi ganhando contornos próprios e se tornando independente do folhetim, mas que também guarda afinidades com ele, assim como com outros gêneros que se desenvolveram no transcurso de sua consolidação.

2.4.2 *Balas de estalo*: pressupostos e características da crônica

Não parece exagero apontar que na década de 1880 e nas *Balas de estalo* propriamente ditas, a crônica apresenta alguns de seus traços já cristalizados, pois eram recorrentes na produção daqueles que ocupavam a posição de cronista de jornal no Brasil desde a metade do século XIX. Consideradas as experiências de autores como Francisco Otaviano, José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo, Manuel Antônio de Almeida, além do próprio Machado de Assis, entre outros (cf. COUTINHO, 2013, p. 124; CANO, 2004, p. 7-11), podemos inferir que os traços constitutivos do gênero já haviam se tornado convencionais. Quanto a isso, Franco Moretti (2007, p. 25 grifo do autor) destaca que o conceito de “*convenção*” é “essencial para a análise da cultura”, isso “por que indica quando uma forma assumiu uma raiz social definitiva, penetrando na vida cotidiana, animando e organizando-a de maneira cada vez mais imperceptível e regular e, portanto, eficaz”. A prática do gênero crônica no Brasil ao longo das décadas, ao mesmo tempo que reduziu a possível indeterminação em que cairia, regulamentou os seus modos de escrita.

Nesse sentido, as *Balas de estalo* trazem a possibilidade de estudo da crônica como gênero em formação, permitem o entendimento da constituição da desse gênero, já que nelas é possível observar a sedimentação e os limites da referida prática convencional do gênero. Isso em função da diversidade de seus autores, que permite a observação do contraste entre os diferentes usos do mesmo espaço num mesmo jornal, jornal esse bastante reconhecido e com linha editorial definida (por um dos cronistas – Ferreira de Araújo – inclusive). Com Benjamin (2011, p. 33), vemos que “uma obra importante, ou funda um gênero ou se destaca dele, e nas mais perfeitas encontra-se as duas coisas”. As *Balas de estalo* corresponderam à cristalização e exploração dos limites da crônica

enquanto gênero, práticas, aliás, que tendem a andar juntas. Por isso, os usos comuns de seus autores sob essa rubrica nos servem para analisar a constituição do gênero crônica.

A brevidade, o humor, a informalidade, a busca por assuntos variados que recebem tratamento aparentemente simples, a coloquialidade da linguagem, seu vínculo com o cotidiano e com o jornalismo estão postos nessas primeiras décadas de prática do gênero no Brasil e são facilmente perceptíveis nas *Balas de estalo*. Ela é um “gênero de fronteira” (AGUIAR, 1997), por isso, em condição limítrofe absorve características diversas, da literatura, mas também de outras áreas. Talvez justamente por ocupar essa posição, ela

tem a capacidade de penetrar agudamente na matéria íntima de seu tempo e esquivar-se da corrosão dos anos, como se nela se pudesse sempre renovar, aos olhos de um leitor atual, um teor de verdade íntima, humana e histórica, impresso na massa passageira dos fatos esfarelado-se na direção do passado (ARRIGUCCI JR. (2001, p. 53).

De semelhança com sua ancestral, a crônica histórica, podemos dizer que a crônica moderna guarda a relação com o tempo. Entre os “vários significados da palavra *crônica*”, Arrigucci Jr. (2001, p. 51) observa que todos “implicam a noção de tempo, presente no próprio termo que procede do grego *chronos*”. Por fixar a continuidade do gesto humano na tela do tempo”, pode-se dizer que sua “matéria principal” é “o que fica do vivido”. Ela, então, luta contra o tempo, buscando eternizar o efêmero.

2.4.3 Crônica e vida social brasileira

Como temos visto, a crônica proporciona por suas características o tratamento mais íntimo dos temas que aborda. Seja pelo assunto geralmente ao alcance de todos, pois colhido no cotidiano, seja pela linguagem coloquial (o que não quer dizer que seja uma linguagem simples de analisar), pela aparente leveza, mesmo que possa esconder um humor cortante, ela é facilmente vista como algo próximo. Além de tudo, está presente nos jornais e revistas, que tendem a circular de forma mais ampla do que o livro. A crônica é, em suma,

propensa à informalidade. Contudo, ao ser publicada em periódicos, penetra na esfera pública. Entre os vários limites nos quais esse gênero se encontra, o limite entre a formalidade e a informalidade é um deles, afinal, trata-se, em verdade, de encenação dessa informalidade, já que o narrador-cronista não é amigo do leitor nem vice-versa. Também ele não está conversando com o outro, mas escreveu um texto pelo qual foi pago e para cuja construção teve que cumprir alguns protocolos de escrita.

Esse limite entre a formalidade e a informalidade encena a imbricação entre o público e o privado. Edu Otsuka (mimeo, p. 4) oferece elementos para o estudo da crônica em perspectiva de sua “simbiose com elementos centrais da vida social e cultural do país” (OTSUKA, mimeo, p. 1). O mesmo autor questiona a caracterização do gênero como algo “brasileiro” e se pergunta de onde viria um certo “orgulho” ao se pensar assim. Aqui não desacreditei e não pretendo desacreditar os traços e as análises que dão tal caracterização à crônica. Contudo, procuro compreender esse “ser brasileira” não como um traço de cultura, mas como um dado material. Otsuka (mimeo) entende que existe uma seletividade na escolha dos assuntos e do tom com que eram trazidos à tona nas crônicas e que essa seletividade está relacionada “com os efeitos particulares da organização econômico-social brasileira – historicamente fundada no sistema escravista” (OTSUKA, mimeo, p. 4). De modo que esse jeito ameno e familiar da crônica assinala um contexto em que se abdica da “sua potencial função pública, conformando-se antes aos padrões mais estreitos da esfera doméstica”. Entre todos os gêneros, diz ainda Otsuka (mimeo, p. 4), a crônica é, “justamente, o lugar em que se elabora de modo mais acentuado o estilo que se molda pela atmosfera familiar”. Assim, ela mantém “características provenientes do modelo europeu”, como “a leveza da expressão e o ziguezaguear na associação de ideias (...)”, mas essas se mostraram “também convenções adequadas para a estilização da informalidade e da arbitrariedade próprias às relações familistas”.

Nessa seara, tanto Otsuka (mimeo, p. 2) quanto Rodrigo Dias (2015, p. 12, 16, 18 e 54) e Janaína Tatim (2014, p. 14 e 68) valem-se do estudo de Jürgen Habermas (2003) para debater a constituição da “esfera pública burguesa”, conforme desenvolvida pelo teórico, e seus limites na sociedade brasileira. Ela

corresponderia a uma espécie de intermediação entre os indivíduos privados organizados na sociedade civil e o poder público, sobre cujos assuntos esses mesmos indivíduos debatem ao mesmo tempo que questionam esse poder. Habermas (2003, p. 13-17) faz um histórico do que seria essa esfera pública ao longo do tempo, partindo da Grécia antiga e chegando à sociedade burguesa, dita moderna. Também traz elementos etimológicos da palavra “público” e destaca seu vínculo, talvez não tão óbvio para nós hoje, com a publicidade. Da mesma forma, nem tudo que é considerado “público” está ao alcance de qualquer um. Focando no que nos interessa mais, Habermas (2003) faz o recorte histórico classicamente materialista⁵⁸, delimitando as transformações do seu objeto de estudo e o que seria sua versão “burguesa” com a desintegração da sociedade feudal, a partir da qual delineou-se a esfera da sociedade burguesa que, dizendo-se representante da autonomia privada, contrapõe-se ao Estado. Sem podermos nos dedicar aqui às contradições próprias dessa esfera pública burguesa, “que nunca existiu de fato com a universalidade que seus membros pretendiam” (OTSUKA, mimeo, p. 2), ou diziam pretender, destacamos que a tradição familista comentada por Otsuka (mimeo) para entender as características da crônica estava alicerçada no clientelismo e na economia rural explorada pela elite brasileira. Essa tradição se afasta da forma como o processo se desenvolveu em países europeus que ocupavam o centro do capitalismo ocidental no século XIX.

Somos levados a considerar essa especificidade ao tratar da esfera pública brasileira em relação ao modo como pretensamente essa esfera assumiu em contexto burguês. Mesmo com diferença de base material, no Brasil vimos a apropriação de ideias estrangeiras pelas elites letradas locais. Para Schwarz (2000a), essa importação de ideias era predominantemente ornamental. Já Ângela Alonso (2002) entende que essa apropriação se destinava a disputas concretas entre os grupos que se formavam (como vimos no primeiro capítulo desse trabalho). A autora comenta que o Império não contou com um texto de fundação, os “valores compartilhados estavam cristalizados como *tradição*. Tradição essa construída “a partir de duas balizas: a experiência nacional e o

⁵⁸ Veja-se Marx e Engels (2012) e Engels (2008).

repertório europeu” (ALONSO, 2002, p. 52, 53, grifo da autora). A ideia de esfera pública burguesa, falsamente universalizante, “tinha apoio na expansão da imprensa periódica, sobretudo o jornal, que incitava o público a participar e podia então ser plausivelmente concebido como o principal veículo para a formação da opinião pública” (OTSUKA, mimeo, p. 2). No cotidiano e no jornal esses valores compartilhados eram, respectivamente, vividos e representados. A crônica, por sua vez, traz em si as marcas de seu contexto, incorporando a matéria cotidiana como tema, mas ao mesmo tempo apresenta esse nexos com o jornal e com a notícia, fundindo as vozes locais ao processo específico de internacionalização pelo qual o país passava. Se o modo como o processo se desenvolveu na Europa já era marcadamente seletivo, aqui essa desigualdade se acentuou em função da maior desigualdade social e do contexto contraditório em que o vocabulário científico e a pretensão de cópia de modelos estrangeiros conviviam com práticas que lembram mais sociedades ditas primitivas, com permanência de alguns valores comunitários, mas também baseados na “rixa” (para falarmos com Edu Otsuka, 2007), que incluía a violência física. Em um universo em que a defesa da honra era feita com a retaliação pessoal, em função da falta de regulamentação da vida social, os valores compartilhados pela cultura letrada diziam mais respeito ao repertório europeu, desligado da experiência brasileira, mas ao mesmo tempo utilizado para suas disputas internas.

Assim, o desenvolvimento da crônica vai despontar no contexto do século XIX, momento de grande evidência das contradições próprias da situação periférica brasileira, em que a perspectiva pretensamente modernizante entrava em contraste com a matéria local. Elas, portanto, “afloram em meio ao material do passado, herança persistente da sociedade tradicional, as novidades burguesas trazidas pelo processo de modernização do país, de que o jornal era um dos instrumentos” (ARRIGUCCI JR., 2001, p. 57).

Se enfatizarmos o contexto mais imediato de publicação da *Balas de estalo*, isto é, a década de 1880, período final do império, o tratamento íntimo e familiar dado aos temas e sua relação com a precariedade da esfera pública por aqui ganha nova dimensão. Segundo Starling (2008, p. 31), “durante a década de 1880, na cidade do Rio de Janeiro, a rua transformou-se no locus capaz de fazer convergir acontecimentos e temas da vida política do país e o homem

comum”, tratava-se do “fenômeno de reconfiguração política do espaço urbano”. Nesse sentido, a condição específica de produção das *Balas de estalo* no tocante a isso, indica que há um esforço para construção dessa esfera pública, restrita à elite letrada, do qual a alternância entre os narradores-cronistas é indicativo formal. Contudo, esse suposto momento em que a política parecia mais próxima de cada um é ilusório. Como demonstra Heloísa Starling (2008, p. 33), naquele momento projetava-se um sistema político cujo “centro de equilíbrio sustentava-se num sistema constitucional rigidamente oligárquico, que estava longe de conter uma preocupação com a ampliação da participação política dos grupos sociais existentes na condução dos negócios públicos”. Juntemos a isso a reforma eleitoral da lei Saraiva, de 1881, com a qual o número de eleitores caiu drasticamente: 0,8% da população total tinha efetivamente votado (HOLANDA, 2008, p. 284-5). Sendo que cerca dez anos antes, em 1872, esse percentual era de 13% da população total (CARVALHO, 2001, p. 39). Para Edu Otsuka (2007, p. 1-2; 5), “a crônica foi se tornando o que veio a ser à medida que se desprendia do comentário sobre os fatos políticos, sociais, teatrais, literários etc. e se libertava do andamento argumentativo” e neste “registro não argumentativo, o leitor não é incitado ao debate racional, não é convocado como sujeito esclarecido e independente, mas é antes engolido pela subjetividade do cronista ou, pelo menos, levado a mergulhar nela voluntariamente”.

Conforme Otsuka (mimeo, p. 4) e Boenavides (2012, p. 111 e 2013, p. 64), essa dimensão da crônica pode ser aproximada do que Sérgio Buarque de Holanda (2002, p. 1044-1055) definiu como comportamento cordial presente na sociedade brasileira. Ele seria uma espécie de herança maldita proveniente da síntese da colonização e do domínio do patriarcado rural. Tal comportamento adviria da falta de limites entre o público e o privado e estaria relacionado ao modo como o Estado se constituiu por aqui em contraste com sua suposta formação clássica nos principais países do capitalismo ocidental:

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. [Estado e família] pertencem a ordens diferentes em essência. Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte,

eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade. Há nesse fato um triunfo do geral sobre o particular, do intelectual sobre o material, do abstrato sobre o corpóreo (...). A ordem familiar, em sua forma pura, é abolida por uma transcendência (HOLANDA, 2002, p. 1044).

Pelo modo como se desenvolveram as relações entre o rural e o urbano, entre o público e o familiar no Brasil, esse suposto modelo de superação do interesse individual pelo coletivo não vigorou.

No Brasil, onde imperou, desde tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização – que não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também do crescimento dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera das cidades – ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos ainda hoje. Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público. Assim, eles se caracterizam justamente pelo que separa o funcionário “patrimonial” do puro burocrata conforme a definição de Max Weber. Para funcionário “patrimonial”, a própria gestão política apresenta-se como assunto de seu interesse particular; as funções, os empregos e os benefícios que deles auferem, relacionam-se a direitos pessoais do funcionário e não a interesses objetivos, como sucede no verdadeiro estado burocrático, em que prevalecem a especialidade das funções e o esforço para se especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos. A escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com suas capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida do Estado burocrático (HOLANDA, 2002, p. 1048-1049).

Essa é a dimensão pública da “cordialidade” à brasileira, que, de acordo com o historiador, deve ser tomada em seu sentido etimológico, aquilo que é tão íntimo que provém do coração e, por isso, leva a uma “aversão ao ritualismo social”, de onde pode emergir tanto a amizade quanto a inimizade. Linguisticamente, tal característica manifesta-se em um “pendor acentuado para o emprego dos diminutivos” que “serve para nos familiarizar mais com as pessoas ou os objetos e, ao mesmo tempo, para lhes dar relevo” (HOLANDA, 2002, p. 1051). No discurso do cronista, ao dar tratamento íntimo aos temas públicos, como quem conversa com seu leitor, está inscrito essa expansão da vida familiar sobre a pública. A informalidade no tratamento dos assuntos, a

aparente despreensão e a linguagem coloquial aparecem como formalização da cordialidade, conforme definido.

Cabe evitar que tal caracterização seja abordada por um viés culturalista, o que traria prejuízos tanto para o entendimento da crônica quanto para o da sociedade na qual ela está inserida. Para tentar não cometer esse equívoco, retomo aqui o que Francisco de Oliveira (2012) escreveu sobre o “jeitinho brasileiro”. Este seria um “peculiar modo nacional de livrar-se de problemas, ou de falsificá-los” (OLIVEIRA, 2012, p. 3) e teria no “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda sua “própria encarnação” (OLIVEIRA, 2012, p. 4). O autor, para fazer suas considerações, refere-se ao estudo que comentamos anteriormente aqui, de Antonio Candido (2010), sobre as *Memórias de um sargento de milícias* (1854). Para Oliveira (2012, p. 4), o olhar benevolente de Candido sobre a malandragem por ele estudada – e, dizemos nós, de certo modo criticada, embora também enaltecida, tanto por Schwarz (2006b) quanto por Otsuka (2007) – se deve ao fato de o crítico respeitar “tanto o brasileiro pobre que aborda as figuras populares com uma reverência quase mística”, isso porque “nossa sociedade é tão obscenamente desigual que qualquer crítica às classes dominadas não passa de preconceito – mais um – dos ricos”.

Contudo, Francisco de Oliveira é direto e nesse seu corte nos apoiaremos. Diz ele: “busco desenvolver uma investida mais nitidamente materialista” (OLIVEIRA, 2012, p. 4). E depois expõe sem rodeios a sua tese: “o jeitinho é um atributo das classes dominantes brasileiras que se transmitiu às classes dominadas” (OLIVEIRA, 2012, p. 4). Ele indica um caminho precioso para debater o problema: a concepção de ideologia provinda do marxismo, especificamente *A ideologia alemã*⁵⁹, de Marx e Engels. Para sustentar a tese de que o jeitinho (e, portanto, a cordialidade) correspondem a “atributos das classes dominantes brasileiras” transmitidos “às classes dominadas” (OLIVEIRA, 2012, p. 4). Vejamos a concepção de Marx e Engels sobre o assunto:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção

⁵⁹ Livro escrito por Marx e Engels em 1845, mas que só seria publicado em 1932. A edição que utilizo é a tradução brasileira de 2007, saída pela Boitempo Editorial.

material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais apreendidas como ideias (MARX e ENGELS, 2007, p. 47, grifos dos autores).

A análise de Francisco de Oliveira (2012) mostra como um “jeitão” da elite, de classe, foi universalizado como caráter nacional brasileiro. Trata-se de um atributo transmitido pela elite. O modo de apropriação pode trazer os índices de resistência, de desvio ou de transgressão desse atributo, mesmo que aparentemente o afirme. Em síntese, o fato de o Brasil ter uma elite cordial não quer dizer que “o brasileiro” o seja. Contudo, como a elite dispõe de meios de difusão e reprodução de sua ideologia, tal característica, definida em base material e com corte de classe, expande-se e falsamente se transforma em traço cultural, englobando todas as classes, aparentemente sem distingui-las. Na prática, contudo, as manifestações da cordialidade variam conforme o pertencimento de classe. É o “jeitão” da elite e o “jeitinho” dos pobres⁶⁰. Os materialmente dominados – isto é, os não detentores dos meios de produção – passam, então, a ser também ideologicamente dominados e sua consciência se volta contra eles mesmos. De acordo com Leandro Konder (2002, p. 40 - 41):

Marx concluiu que a possibilidade de que a consciência se iludisse a respeito da sua própria natureza tinha surgido no processo em que os seres conscientes promoveram a dilaceração do tecido social. Mais precisamente, tinha surgido a divisão social do trabalho, com o aparecimento das classes sociais em colisão.

Ou seja, a falsa produção da consciência é trabalho da burguesia. A consciência se desliga da própria existência concreta, que passa a ser enxergada com os olhos da classe dominante. “No Brasil”, diz Oliveira (2012, p. 4), a classe dominante burlou de maneira permanente e recorrente as leis vigentes” e o “drible constante nas soluções formais propicia a arrancada rumo

⁶⁰ Para uma mediação bem construída de um conceito cuja aplicação deve variar conforme a classe em questão, mas que também passou e passa por um processo de generalização que pretende desconsiderar justamente as especificidades de classe, veja-se Araújo e Reis (2015), em que a prática do “favor” é analisada em *Os Ratos* (1935), de Dyonélio Machado. O artigo mostra que o favor na relação entre Naziazeno e o diretor é de um tipo diferente do favor entre aquele e Duque.

à informalidade generalizada. E se transforma, ao longo da perpétua formação e deformação nacionais, em predicado dos dominados”.

De modo nenhum tenho a pretensão de invalidar a obra, sequer o conceito de cordialidade elaborado por Sérgio Buarque de Holanda. Essa generalização, que hegemoniza um dado de classe e o torna nacional, precisa, contudo, ser eliminada. Não vejo forma mais lapidar de entender a cordialidade em base materialista do que essa indicada por Francisco de Oliveira (2012).

Para o maior aproveitamento desse debate para o estudo da crônica, é necessário ainda tocar em dois pontos: a questão do Estado e da família. Isso porque os principais elementos levantados aqui para definir esse perfil cordial que teria migrado como traço esteticamente formalizado para a crônica dizem respeito diretamente a isso. A primeira questão refere-se à maneira como o Estado aparece no estudo de Sérgio Buarque de Holanda. Grosso modo, fica dito que o Estado é uma instituição objetiva, oposta em tudo aos interesses privados. Lênin (2010, p. 27), contudo, ao estudar a concepção marxista de Estado, é taxativo: “O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classe não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis”. O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. Mais adiante ele complementa: “O Estado é a organização especial de uma força, da força destinada a subjugar determinada classe” (LÊNIN, 2010, p. 45). A concepção de Estado que transparece em “O homem cordial” está mais próxima das concepções que Lênin (2010, p. 27) atribui aos “ideólogos burguesas”, que estabelecem que “Estado é o órgão de conciliação das classes”. A descrição do Estado burguês clássico como objetivo e imparcial é fruto da própria dominação da classe cujos interesses esse Estado defende.

Por fim, a questão da família que aparece nas referências à cordialidade e sua tradição familista de tratar como próprios o que é público. Assim como Lênin fez em relação ao Estado, podemos fazer em relação a essa família e perguntar: família de quem? Ou melhor, família de que classe pode, na formação histórica deste país, apropriar-se e fazer uso privado do que é público? Conforme Marx e Engels (2007, p. 33-34), cada família “no início constitui a única relação

social”, mas “torna-se mais tarde (...) uma relação secundária”, que é a relação com as instituições sociais. O desenvolvimento desse caminho deve-se dar “segundo os dados empíricos existentes e não segundo o “conceito de família””. Conforme Chalhoub (2001, p. 174, grifo do autor):

Concretamente, isto significa reconhecer a impossibilidade de discorrer sobre a família brasileira, enquanto modelo ideal pairando sobre nossas cabeças e determinando as ações dos agentes históricos independentemente das situações de classe vivenciadas por esses agentes na prática cotidiana da vida.

Da mesma forma que há um conceito de Estado não pensado em termos de classe no capítulo “O homem cordial”, há também um conceito de família, que é a família burguesa, que faz uso privado do Estado. A própria designação de “Homem cordial”, embora não aprofundemos aqui a discussão de gênero, indica uma visão patriarcal e de elite sobre o assunto. Com igual efeito ao tratamento dado ao Estado, a concepção de família acaba reproduzindo e estendendo a todos o caráter da elite brasileira, em cuja sociedade não houve passagem da família patriarcal para a burguesa, mas a conservação de valores patriarcais na aparente afirmação da família nuclear. Trata-se de um modelo burguês, que existe mais como ideologia do que na realidade. Tendo como efeito real causado pela ideologia a propagação de seu suposto modelo como modelo geral para a sociedade.

Agora, como as *Balas de estalo* incorporam isso tudo? Primeiro, é preciso defender que os traços formais da crônica, amplamente caracterizada como gênero moderno, pelo seu surgimento atrelado ao desenvolvimento de uma imprensa já avançada, podem ser entendidas como parte do processo de modernização conforme se deu no Brasil. Depois, é necessário atentar para o fato de que ela, em função das suas condições materiais de produção, circulação e leitura, absorve características várias, tanto da literatura quanto de fora dela, e esse “fora dela” corresponde à vida social, no caso, a brasileira, da qual não escapa, já que seu conteúdo é a matéria local e envolve também seu contexto de recepção. No que diz respeito à leitura e ao ensino em geral no país àquela época, o analfabetismo e a ausência de educação universal laica em tudo contrasta com a França, no qual o quadro oposto (alfabetização ampla e

laicização do ensino) implicou o aumento do público leitor e no fortalecimento dos folhetins. No Brasil, conforme Hélio de Seixas Guimarães (2004, p. 65-66):

Ao longo de todo o século XIX, os alfabetizados não ultrapassaram os 30% da população brasileira, e não se verificaram alterações de perfil e dimensão do leitorado (...). Em 1872, apenas 18,6% da população livre e 15,7% da população total, incluindo escravos, sabiam ler e escrever, segundo dados do recenseamento; entre a população em idade escolar (6 a 15 anos), que somava 1.902.454 meninos e meninas, apenas 320.749 frequentavam escolas, ou seja, 16,9%. Já em 1890, a porcentagem diminuiu: apenas 14,8% sabiam ler e escrever. Ainda segundo o censo de 1872, que apurou uma população de quase 10 milhões de habitantes, apenas 12 mil frequentavam a educação secundária e havia 8 mil bacharéis no país⁶¹.

A restrição de público talvez enfatizasse o privilégio da posição do cronista, aproximando-o, por esse aspecto, da elite local, cuja “homogeneidade ideológica” e distinção advinha muito do fato de formarem uma “ilha de letrados num mar de analfabetos” (CARVALHO, 2010, p. 21; 65).

Para não cairmos no reducionismo e não objetificarmos os escravizados, à maneira dos escravocratas, lembremos, nessa questão do universo letrado do período, um caso trazido por Marialva Barbosa (2010). Ela relembra a história, transcorrida em 1886, de uma criança escravizada, de nome Eduarda, que, após ser espancada por sua proprietária, saiu pelas ruas com hematomas e várias marcas visíveis da tortura sofrida. A menina tencionava ir à Chefia de polícia, mas foi convencida por uma senhora na rua de, em vez disso, ir e à redação do jornal *Gazeta da tarde*, que pertencia ao abolicionista José do Patrocínio. Da redação desse jornal, ela foi encaminhada a uma vara de justiça, de onde, junto com outra escravizada do mesmo cativo, foi levada ao médico para ser tratada. Simultaneamente, Patrocínio divulgou o caso para diversos outros órgãos de imprensa. A partir disso, “Forma-se um cortejo com líderes abolicionistas e alguns jornalistas conduzindo as tortuadas e que se dirige às redações dos principais jornais da cidade: *Vanguarda*, *Diário de Notícias*, *O Paiz*, *O Apóstolo*, *Gazeta de notícias* e *Jornal do Comércio*” (BARBOSA, 2010, p. 86-

⁶¹ O autor contrasta esses dados com o de países como Inglaterra, França e Estados Unidos, nos quais, em meados da década de 1870, o percentual de alfabetização variava de 70 a 90% (GUIMARÃES, 2004, p. 64).

87). Mesmo os periódicos que não eram antiescravagistas, no dia seguinte estamparam a notícia em suas páginas, criticando a violência cometida. Note-se que a Eduarda, embora alijada da possibilidade de leitura, fez uso do prestígio e da repercussão potencial dos órgãos de imprensa.

Quando à incorporação da matéria local como tema das crônicas, Otsuka (mimeo, p. 2) salienta: a “crônica também obrigava a certa desmonumentalização dos assuntos, mostrando ser um tipo de escrita adequado ao tamanho aparentemente diminuído da matéria local, o que talvez não seja dos motivos menos importantes para entender sua aclimatação no Brasil”. A perspectiva do gênero menor que se volta para os assuntos menores, mostra a dimensão reduzida com que tanto o gênero quanto a matéria local são avaliadas na comparação desigual com os países de capitalismo avançado e suas mentiras para colonizados verem e tentarem se espelhar. Por fim, é preciso compreender que, na altura da produção das *Balas*, a crônica já tinha suas características regulares sedimentadas pelo uso e pela convenção. Mais que isso, percebemos na leitura dos diferentes pseudônimos das *Balas de estalo* que eles compartilhavam mais do que o mesmo espaço no jornal, mas também traços recorrentes que ajudam a caracterizar essa convenção, já sedimentada como padrão regular. Esses traços compartilhados precisavam dialogar com a diversidade de autores e de pseudônimos e nesse embate formava-se a identidade de cada narrador-cronista. Eles faziam uso de uma grande especificidade da crônica em relação a outros textos que povoavam as páginas do jornal, como as notícias: a eles é dado um espaço maior de subjetividade. De fato, o “viés” do cronista é tão “ostensivamente subjetivo do discurso, que ilumina e transfigura o cotidiano cinzento” (OTSUKA, mimeo, p. 5). É, então, por essa espécie peculiar e precária (se tivermos como modelo contos, novelas e sobretudo romances) voz narrativa que tentaremos compreender a realização formal dessa complexa vida social nas *Balas de estalo*.

De fato, a função de cronista esteve no centro do processo o tempo todo nessa discussão. Ela surge, junto com a crônica, claro, num período de “sucessão cada vez mais acelerada dos fatos” e de um mundo cada vez mais complexo que traz imposições mais exigentes ao entendimento humano” e dele “espera-se (...) uma espécie de “intervenção” no cotidiano, orientando o leitor na

compreensão desse mundo (CHALHOUB, *et alli*, 2005, p.11-15). A mesma imersão do cronista no seu tempo é assinalada por (ARRIGUCCI JR., 2001, p. 57):

O próprio cronista estava assim metido num processo histórico cuja dimensão geral era extremamente complexa e difícil de apreender, tendendo a escapar-lhe, mas cujos resultados muitas vezes discordantes se impunham à sua observação, pedindo tratamento artístico novo. Chamado a se situar diante de fatos tão discrepantes, dá de início a impressão de tateio sobre a matéria moderna no jornal, feita de novidades fugitivas, como se estivesse experimentando a mão (ARRIGUCCI JR., 2001, p. 57).

Importantes esses comentários sobre a posição histórica do cronista, pois não nos deixam esquecer que a falta de especialização de mão de obra intelectual no início de nossa formação cultural obrigava que uma mesma pessoa atuasse na imprensa, na política, na literatura, no funcionalismo público e, às vezes, no ensino. Trata-se de uma posição flexível por si, que ia na contramão da especialização intelectual. O cronista é comentador e transformador do cotidiano, “matéria-prima do vivido” (ARRIGUCCI JR., 2001, p. 52) a partir da crônica, um “fato moderno”, o que significa estar submetida “aos choques da novidade, ao consumo imediato, às inquietações de um desejo sempre insatisfeito, à rápida transformação e à fugacidade da vida moderna” (ARRIGUCCI JR., 2001, p. 53). Como nota Edu Otsuka (mimeo, p. 5):

Acresce que não é irrelevante, para a caracterização da crônica moderna, o fato de o cronista frequentemente narrar experiências pessoais ou que pelo menos criam a ilusão de trazer o leitor para dentro do âmbito de sua intimidade, partilhando com ele suas impressões e opiniões pessoais. Despida da intenção de persuadir racionalmente por meio do encadeamento lógico de argumentos, a crônica convence antes pela afabilidade do cronista, pelo inusitado dos juízos e pelo modo espirituoso com que os expressa.

A falta da existência de uma tradição teórica para o estudo da crônica faz falta, mas aqui vamos arriscar uma adaptação⁶². Moretti (2000, p. 178-179), ao estudar a expansão do romance, propõe a construção do objeto por um triângulo: “forma estrangeira, material local e forma social. Simplificando um pouco: enredo

⁶² A ideia de tal adaptação consta no projeto de pesquisa sobre as *Balas de estalo* do qual fiz parte e foi construída por Antônio Sanseverino (2008b, p. 16).

estrangeiro, personagens locais e ainda voz local”, então ele assinala que “é precisamente nessa terceira dimensão que esses romances parecem ser mais instáveis – mais incômodos”, para o crítico. Isso é coerente, já que “o narrador é o polo de comentário, de explicação, de avaliação quando os “modelos formais” estrangeiros (ou a efetiva presença estrangeira, nesse particular) fazem os personagens agir de maneira estranha”. Portanto, sua hipótese é a de que a voz narrativa local é uma intermediária entre a forma europeia (no caso dele o romance, no do presente estudo seria o folhetim) e a matéria local. Buscamos adaptar aqui esse procedimento para o estudo da posição do narrador-cronista.

Segundo Schwarz (2006b, p. 148):

O trabalho do escritor não é, em primeiro lugar, a transformação de formas literárias prévias (embora esta dimensão exista). Pelo contrário, trata-se da formalização do não-literário, o que naturalmente leva a transformações da série literária também, criando a aparência de uma evolução autônoma.

Se assim for, no triângulo de Moretti a matéria exerce mais pressão do que o indicado por ele e na crônica isso se torna mais evidente, já que sua matéria-prima básica é o cotidiano. Talvez, outra necessária adaptação sobre o exposto por Moretti (2000) no tocante ao estudo do romance seja o maior peso do suporte. Muito forte também no caso dos romances-folhetins, para a crônica o periódico era no século XIX suporte inicial obrigatório. O jornal na imprensa comercial, como o livro em geral, é uma mercadoria. Seus trabalhadores estão sujeitos a um ritmo de produção já dito moderno, com prazos que precisam ser cumpridos para que as vendas aconteçam e o dinheiro entre. Como vimos (item 1.4 do primeiro capítulo), nesse aspecto a *Gazeta de Notícias* era um sucesso, tendo chegado ao início da década de 1890 a gerar lucro anual que passava dos duzentos contos de réis (CRESTANI, 2014, p. 80), resultado da venda de mais de 35 mil exemplares diários, além dos anúncios e a pedidos que também eram comercializados. Também como visto, essa distribuição e esses anúncios valiam-se do trabalho infantil e aproveitavam-se da escravidão. Agora, para analisarmos essa posição do narrador-cronista que, pela hipótese levantada, nos dará indícios da construção dessa voz local (MORETTI, 2000) que constitui os pseudônimos da série *Balas de estalo*, levantaremos crônicas em que as relações de trabalho e de produção dessas crônicas são comentadas.

2.5 RELAÇÕES DE TRABALHO NAS *BALAS DE ESTALO* E A CRÔNICA COMO MERCADORIA

Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho (item 1.1.2), a consolidação das *Balas de estalo* junto ao público passou pela explicitação aos leitores das funções e dos assuntos predominantemente abordados pelos narradores-cronistas, ou seja, pela demarcação de suas identidades. Além disso, a identificação dos autores empíricos responsáveis pelos mais recorrentes pseudônimos era facultada por indícios deixados ao longo das crônicas e consolidou-se no balanço do primeiro ano de funcionamento da série feito por Décio (GN, 01/01/1884). Assim, Mercúcio e Blick eram o “historiador míope” (Capistrano de Abreu); Zig-Zag e João Tesourinha eram aquele que “taquigrafa na câmara dos deputados, instituiu o Dizia-se Ontem e traduz dramas para o teatro” (Henrique Chaves); Lulu Sênior era “Médico retirado” e “patrão” (Ferreira de Araújo); Lélío era o “literato chefe, poeta, dramaturgo e romancista” e também funcionário da “burocracia da agricultura” (Machado de Assis); José do Egito “faz hoje as suas notas à margem. Escreveu balas sobre [refere vários assuntos] (...) “é advogado” (Valentim Magalhães); Confúcio “respondeu ao poeta Rozendo republicano o triolet do Raimundo” (sem autoria reconhecida). Décio, por sua vez, que assina a referida crônica e possivelmente valia-se também do pseudônimo Publicola, é referido ao final do texto como aquele que “pôs em pratos limpos os preços dos barões, a saber o da terra 750\$ e do estrangeiro 2:000\$; ambos são um e o mesmo indivíduo. Depende da ocasião” (Demerval da Fonseca)⁶³.

Ao referir-se a Lulu Sênior nessa crônica, Décio toca em assunto central: as relações de trabalho que envolviam os pseudônimos. Lulu é o patrão, com quem Décio brinca, insinuando um pedido de aumento e de adiantamento. Quando “não tem assunto”, Lulu fala da “junta de higiene”. Ter ou não assunto é assunto (com o perdão da redundância) nas crônicas em geral e nas da série de

⁶³ Para rever as informações sobre a caracterização dos autores empíricos e a discussão sobre os respectivos pseudônimos, veja-se a introdução a este trabalho.

modo específico. Essa crônica mesmo começa com um comentário de Décio sobre o fato de Zig-Zag ter reclamado de ter que escrever a última crônica do ano (tal crônica foi transcrita e brevemente comentada na abertura do presente capítulo deste trabalho). Rodrigo Dias (2015), buscando como referência uma conhecida crônica de José de Alencar (sd, p. 8⁶⁴), publicada em 24 de setembro de 1854 no *Correio Mercantil*, analisa as condições de produção do cronista. Nessa crônica, Alencar compara o folhetinista ao colibri pela necessidade de ter que ir de um lado para o outro (no caso dos escritores, em busca de assunto).

A crônica, tal como o romance, desenvolve um comportamento onívoro, apropriando-se das mais variadas formas para atingir o seu leitor. Desse modo, ela já se afigura como um gênero voltado para o consumo, publicado em um suporte também consumível, efêmero; podemos observar a implicação desse estatuto na crônica de Alencar supracitada. O comportamento-colibri do folhetinista não é traço estilístico desenvolvido por sua vontade, por seu “gênio”: descontando alguma retórica vitimista empregada no texto, o autor se vê obrigado a “percorrer todos os acontecimentos” e fazem dele uma “espécie de colibri a esvoaçar em ziguezague, e a sugar, como o mel das flores, a graça, o sal e o espírito que deve necessariamente descobrir no fato o mais comezinho”. Em outras palavras, esse “ofício ingrato” está subordinado às relações de produção, a um mercado e a um público leitor em constante formação e transformação, prenunciando uma profissionalização do escritor na imprensa que, no Brasil, virá a se consolidar no início do século XX (DIAS, 2015, p. 30).

No caso dos narradores-cronistas das *Balas*, o fato de não ter assunto também aparece, como vimos no próprio comentário de Décio sobre Lulu. Além de falar da junta de higiene nessas situações, ficamos sabendo com Décio (GN, 01/01/1884) que o chefe Lulu Sênior “descompõe os colegas e os companheiros quando não tem assunto”. Levantar falsas polêmicas, portanto, é artifício para inventar assunto nas *Balas de estalo*. Uma dessa polêmicas surgiu quando o chefe Lulu Sênior deixou um bilhete para Zig-Zag pedindo que ele assumisse a escrita da *bala* do dia seguinte em seu lugar. O objetivo do pedido, segundo Zig-Zag (GN, 24/07/1883) era traiçoeiro, pois revelaria “ao público um escritor sem assunto” (DIAS, 2015, p. 34). A contenda se desdobra nas crônicas seguintes dos dois pseudônimos e chega a uma crônica de Lélío da semana seguinte (GN,

⁶⁴ Os trechos assinalados por aspas na citação que segue foram retiradas por Rodrigo Dias (2015) da referida crônica.

01/08/1883). Nela, o narrador-cronista construído por Machado de Assis diz que os dois outros pseudônimos marcaram um duelo que quase aconteceu, mas terminou em reconciliação.

Busco evidenciar que para a escrita da crônica, embora o cotidiano seja a fonte básica em busca de assunto, essa busca obedecia a critérios de seletividade impostos pelas condições de produção que poderiam até mesmo fazer o cronista abandoná-lo para criar situações mais inventivas (como as polêmicas). O processo, pautado pela necessidade de produção, muitas vezes revelava simulacros dos bastidores dos pseudônimos. Numa outra crônica (GN, 18/07/1883), Lulu Sênior comenta a recepção que seria dada pelo imperador em função do aniversário do conde d'Aquila (membro da família imperial brasileira por ter se casado como a filha de D. Pedro I):

Tenho uma boa notícia a dar aos meus leitores. Amanhã, S. M. o Imperador *restera chez lui* para receber as pessoas que o forem cumprimentar por ser o aniversário natalício do Sr. conde d'Aquila.

Isto parece-me modesto demais. Cumprimentar assim em família pelo fausto motivo do aniversário natalício do nosso mais caro príncipe, é preciso confessar que é ridiculamente pouco. Salvo se todo o Rio de Janeiro, ou mesmo todo o Brasil for amanhã a S. Cristóvão regozijar-se. Nós cá de casa vamos todos de súcia. Publicola já mandou deitar uma gola nova na casaca velha; Lélio resolveu deitar abaixo a barba para ficar mais elegante; eu vou deitar colete para disfarçar a proeminência abdominal; Zig-Zag há já três dias que não arranca o bigode; José do Egito toma gemadas, porque quer falar grosso ao rei; Blinck comprou uns óculos, para ver melhor os esplendores da realeza; e Décio mandou fazer uns sapatos de tacão alto, para fazer crer que já foi declarado maior.

E vamos abrir subscrição para luminárias e um *Te-Deum* na Capela Imperial, com sermão do Sr. bispo Lacerda.

Em se tratando do Sr. conde d'Aquila, nada nos parece demasiado.

Por conseguinte Sua Majestade o Imperador há de fazer o favor de contar conosco, e mandar deitar mais água na canja.

Note-se aqui um duplo movimento: por um lado há a imitação do gesto elitizado, perceptível no aprumo da vestimenta e da aparência como um todo para a recepção imperial (a qual o narrador-cronista, em corte irônico, considera “modesto demais”) e no uso do francês para referir-se à ocasião. Por outro lado, contudo, ao final do texto, Lulu Sênior, como se falasse diretamente com o “Sua Majestade o Imperador”, diz para deitarem “mais água na canja”, pois os

narradores-cronistas das *Balas* iriam à recepção. A marcação coloquial da fala contrasta com a pompa da cerimônia e revela uma dualidade.

Os narradores-cronistas parecem ocupar sempre posições ambíguas, divididas, precárias, duais. Talvez incompletas como a própria instauração da modernização brasileira conforme transcorria no período. Eles oscilam entre autor empírico e pseudônimo (o que nos tem levado a referi-los até aqui como “narradores-cronistas”), entre o colega ou amigo e o funcionário ou patrão, entre a elite letrada e a busca do público leitor num universo com analfabetismo gritante, entre o membro da elite e o trabalhador assalariado. Essas oscilações assinalam o fato de que o narrador-cronista não constitui um narrador ficcional propriamente dito, já que de um jeito ou de outro estava vinculado ao seu autor empírico, que trabalha por dinheiro e obedece ao ritmo de produção que o mercado impõe. As várias oscilações encenadas pelos pseudônimos são marcas dessa ambivalência entre ser empírico e ser ficcional e juntas constituem a materialização formal da incompletude da modernização brasileira. Além disso, assinalam a impossibilidade de constituição de um sujeito pretensamente moderno e pretensamente autônomo (conforme parâmetros burgueses falsamente cumpridos e concretamente divulgados) no contexto do mandonismo local. Note-se que a base dos estudos que nos permitiram chegar até aqui vem do romance, nas leituras de *Candido* (2010), comentado por Schwarz (1999; 2006b) e, depois, Otsuka (2007), além de Moretti (2000; 2007). Portanto, vindo do romance, estávamos um universo ficcional, e nos dois casos enfocados – *Memórias de um sargento de milícias* (1854) e *O Cortiço* (1890) – o narrador em terceira pessoa tem sua objetividade (e confiabilidade) posta em questão. No caso da crônica, há uma oscilação entre estatuto ficcional e não ficcional, entre estético e jornalístico-cronístico, entre permanência da obra de arte ou dissolução cotidiana do prosaico.

Das diversas posições assumidas pelos pseudônimos, ficarei, para finalizar, com a condição de trabalhador assalariado. Note-se que as marcas de tal caracterização dos pseudônimos são disfarçadas, mesmo que não por muito tempo, quando incorporam o gesto da elite. Ocultar as marcas do trabalho é traço de classe em país escravocrata, já que, na ânsia de pertencer a uma classe mais alta, os membros dessa sociedade afastam-se dos escravizados, sobre o quais

recaía o fardo dos trabalhos mais pesados. Contudo, os autores que produziram as *Balas* de estalo são assalariados e produzem, como tais, mercadorias.

Quando fizemos o apanhado inicial dos pseudônimos que circularam no primeiro ano de publicação das *Balas de estalo* (item 1.1.2), destacamos o uso do pseudônimo de Aluísio Azevedo (GN, 10/12/1883), que na crônica de 10/12/1883 dirigiu-se a Lulu Sênior e falou de Filomena Borges, que seria, como dissemos, o nome do romance de Aluísio que passaria a ser publicado na *Gazeta*. Trago o caso aqui como exemplo de uso da série e dos pseudônimos como mecanismo de publicidade. Essa crônica foi parte de alguns falsos casos que foram criados na *Gazeta* envolvendo uma suposta figura “real” chamada Filomena Borges. Desde de 07/10/1883 comentava-se nas *Balas de estalo* sobre uma senhora que teria deixado cartões de visita para vários homens da cidade, incluindo alguns pseudônimos das *Balas*, como Lulu Sênior, que encabeça a divulgação dessa história. Provavelmente foi Ferreira de Araújo quem encomendou os folhetins de Aluísio que dariam origem ao livro, este foi, inclusive, dedicado a Araújo por Aluísio⁶⁵. O episódio expõe um traço do jornal incorporado pela série e potencialmente incorporado pelas crônicas em geral, que é seu caráter de mercadoria. No fim, o sucesso e a continuação da série dependiam do desempenho da *Gazeta* como empreendimento comercial, expondo o caráter de mercadoria das próprias crônicas. Assim, sua escrita segue o ritmo de produção, levando os narradores-cronistas a pularem de assunto em assunto e a inventá-los quando não o tinham, não para atender qualquer impulso criativo, mas para obedecer ao prazo de entrega estabelecido por relação de trabalho. Talvez isso permita que leiamos em nova chave a dimensão da matéria da crônica. Do mesmo modo, essa condição de produção e a busca por assuntos variados impunha a busca por formas variadas de trazer esse assunto a público. Assim, vemos simulações de diálogo (26/04/1883, Lulu Sênior), transcrições, parciais ou integrais, e paródias de discursos do *Instituto Histórico* (31/12/1883, Zig-Zag), de receitas médicas e de quadras populares (08/05/1883, José do Egito) de cartas (23/10/1883, Lélio), de “a pedidos” e de bilhetes (23 e 27/07/1883, respectivamente, Zig-Zag)... A *Gazeta* e as *Balas* caracterizaram-se

⁶⁵ Sobre as aparições de Filomena na *Gazeta* e a constituição da obra, cf. Lamonica (2015).

por um estilo jovial, bem-humorado, embora crítico e corrosivo, o que dava o tom irônico a este estilo. Machado de Assis (2008, v.3, p. 1328), afirmou que o critério de contratação utilizado por Ferreira de Araújo, além de que se escrevesse “bem”, era o uso do humor. Assim, ao ritmo das publicações, à diversidade de formas e ao uso de determinado pseudônimo, junta-se o estilo de escrita e o próprio projeto das *Gazeta* e das *Balas* como mecanismos que buscavam atender a um público, o mais amplo possível para facultar mais vendas. Desse modo, experimentação formal e características estéticas se confundem com estratégias comerciais.

O caráter brasileiro da crônica pode reaparecer aqui em nova perspectiva. Talvez ela seja índice da forma como a elite brasileira (por intermédio da imprensa) se apropriou dos modos de produção moderno. No caso, o jornal (produção em série, comercial, segundo meios modernos etc.) é uma forma internacional atravessada não apenas pela matéria local, como pelo modo de ser local. Assim, o artigo de opinião e o debate da esfera pública burguesa ganham feição ou da crônica ou da polêmica. Em outros termos, o debate público vira rixa (polêmica) ou vira bate-papo-de-bar (crônica). Moderno e periférico, o debate se realiza, sem realizar, bloqueado.

Do mesmo modo, a crônica não se autonomiza como forma literária, já que marcada como mercadoria, associada à venda de jornais, sendo mais um produto deles. Temos visto que é importante que não a tratemos como um “ser estranho” enquanto produção cultural na sua relação com outros gêneros. Ela guarda fortes semelhanças com a criação de outros tipos de obras em circulação no séc. XIX. No seu caráter de mercadoria, do mesmo modo, a crônica revela mais diretamente uma contradição de toda construção cultural da sociedade burguesa, que é a centralidade das condições materiais de produção e revela também a falsidade da suposta autonomia absoluta da obra de arte nesse contexto. Contudo, não podemos entendê-la sem seu traço local, como se fosse uma mercadoria genérica. Sérgio Buarque de Holanda (2002, p. 1052), no “Homem cordial”, refere-se ao negociante da Filadélfia que se espantou “ao verificar que, no Brasil como na Argentina, para conquistar um freguês tinha necessidade de fazer dele um amigo” (HOLANDA, 2002, p. 1052). Lembremos o tom íntimo, de coisa menor e próxima e do nosso dia a dia, de conversa

despretensiosa e caseira da crônica. Afinal, por aqui, até para vender tem que ser “amigo”.

3 LENDO A CRÔNICA DE 05/04/1883 – DÉCIO: O SABRE DO URBANO E A VIOLÊNCIA FUNDANTE

Referem os jornais, que o guarda urbano Francisco José da Silva, tomando o seu sabre, enfiou-o convictamente na virilha esquerda do preto Luiz, do que resultou o referido preto Luiz ter que mudar-se de casa, transportando-se sem demora da rua da Gamboa para o necrotério.

Ora, este fato, à primeira vista, tão simples é daqueles que despertam considerações filosóficas de maior importância, que o decompõem e o formam, de fato simples em fato complexo.

Trata-se de um guarda urbano, de um sabre e de um preto Luiz.

Há quem tenha a má fé de julgar o guarda urbano criminoso, pelo fato de despachar o preto Luiz para o Cajú, com escala pelo necrotério; e ninguém, entretanto, se lembra de uma circunstância, que o ponto capital do incidente, e circunstância tal, que chega de passar de circunstância à autoria, de atributo à sujeito, de coisa a pessoa. Essa circunstância, que ficou muito bem escondidinha dentro da bainha onde se abriga a esta hora. Esta circunstância denunciemos corajosamente: – é o sabre.

Quem matou o preto Luiz? O urbano Silva, talvez. Em tal caso não foi o sabre, não foi o traidor, o insidioso, o maléfico, o tirano, o bárbaro, o sanguinário, o assassino sabre!

Todas as culpas sobre o pobre urbano: toda a proteção – para o desumano sabre!

E esta é a injustiça, o sentimento da equidade, o prêmio da virtude e o castigo do crime!

Relacionemos.

Francisco José da Silva – ou o Silva só, que é mais característico – não é (...) urbano, é o urbano. Ele é um tipo, é uma classe, uma instituição. Tem, como membro da sociedade, uma (...) definida, e como função ele representa um aparelho importante do complicado organismo social.

Silva, isto é o urbano, nasceu com o sabre na cintura. Tem a noção do apito e a repugnância à leitura. Quando leva a mão à testa, não executa o gesto próprio de quem procura apreender uma ideia rebelde, que escapa e foge – ele procura simplesmente – endireitar a pastinha.

Tem uma preocupação – a integridade da dobra exterior de sua larga calça branca, engomada, integridade que ele supõe ser aquela que jurou manter ileso, e a golpes de rifle, no dia em que se engajou urbano.

O seu ofício é de uma dificuldade exorbitante, ele tem de aplicar convincentes pontapés e dedutivas pranchadas ao lombo dos cidadãos que embriagados pensam em resistir estirados pelo álcool no meio da rua. Nos lazeres desta honrosa ocupação ele tem ainda de empregar-se em guardar a esquina, namorando as Frynéas, com garbo que lhes imprime a fisionomia o boné facilmente cabido sobre a orelha direita.

Em religião ele conhece os princípios... do mês, quando tem de receber o salário insignificante. Afirma o caráter todas as vezes que é forçado a correr diante de um marinheiro inglês, e

de sua educação familiar dá provas bastantes quando responde à senhora que lhe pergunta se aquela rua é a do Carmo. – Se não sabe ler o letreiro da esquina, vá para a escola (...).

Assim organizados, os Silvas não têm a consciência do dever, nem o sentimento de honra, nem a coragem do cidadão, nem a ideia do bem, nem a noção de justiça. Eles não vivem por si – mas pelo sabre que orgulhosamente se dependura na cinta deles (...) espartilhada. Não são eles que governam o sabre, é o sabre que os impele e dirige. O sabre reúne em si as faculdades pensantes, nas concepções do espírito, o raciocínio e o juízo, a ideia e a resolução. Ele atrofiou o cérebro que é seu possuidor, amalgamou-o e deu-lhe nova forma, achatou-o, fez comprido, e depois ensinou-se e instalou-se dentro dele como dentro de sua casa – a bainha.

Por isso, quando ouve-se um apito ao longe e imediatamente passa a correr um urbano, vê-se o tirar de caminho, maquinalmente, espontaneamente, o rifle coruscante e feroz. É o rifle-ideia, é o rifle-pessoa, o rifle-classe. Desde esse momento, o rifle passa a exercer as funções do homem, e este limita-se a ser o instrumento do rifle.

Trata-se de uma questiúncula, de um carregador que disputou com um outro; de um devoto de Baccho, que se passou com armas e bagagens para os domínios de Morpheu. Mas o rifle não vê questiúncula, vê a questão: o homem resistiu, isso a priori quer haja resistido, quer não haja resistido.

Dormiu vocífero o sabre, deixando-se cair sobre as costas do ébrio, pois não dormisse. Lutou (...) terrível e ameaçador (...) em cheio à face do carregador – pois não lutasse.

E as tontas, abre no rosto, na cabeça, nos braços, nas costas, nas pernas do homem que resistiu grandes lanhos sangrentos, vermelhos, extensos, alguns mais ou menos profundos, outros mais ou menos perigosos.

A tudo isto saíste impassível o instrumento do rifle – o urbano. Ele tem a passividade do objeto, da coisa possuída, ao passo que o rifle tem a opção, é a pessoa que possui. Se o rifle procedeu com prudência, abrindo pequenas brechas na cabeça do paciente, insignificantes arranhaduras nos braços, pequenas soluções de continuidade nas suas pernas, algumas gotas d'água pura e fresca, alguns centímetros de esparadrapo - e está tudo restaurado: o corpinho do cidadão e a consciência, se a tivesse, do urbano.

Imagine-se, porém, que o sabre vai além do que é permitido às suas funções, tornando o cidadão incompatível com a vida. O resultado é conhecido: mais um cidadão vai para o necrotério e dali segue para o Cajú, sem que lhe possa servir de nada a boa vontade do instrumento possuído pelo sabre – o guarda.

No caso vertente foi o que se viu.

O urbano Silva, como de costume, acordou o rifle no momento psicológico, se é que o rifle já não o esperava impaciente, e entrou a fazer o que é o seu dever e o que lhe incumbia exclusivamente como cidadão encarregado de guardar... o sabre policial.

O bom do rifle, em vez de atirar-se ao couro cabeludo do preto Luiz, a pele dos seus braços, nos músculos das suas pernas, não senhor. Atraído infamemente o urbano foi manter-se onde não devia – na virilha esquerda do outro. Também não foi além, o sabre é forçoso confessar. Arranjou as coisas de maneira a despachar o outro e despachar-se a si, com a maior rapidez possível.

De quem a culpa? Do urbano? Mas a sua educação militar, os seus princípios como cidadão, e seu preparo como policial, onde estão eles?

Adstrito e escravizado ao rifle a que consignaram, o urbano entre nós alienou de si toda a faculdade de pensar e todo o direito de agir: não tem, pois, a responsabilidade a que o querem submeter.

No incidente do preto Luiz há um fato concludente.

Silva, o urbano atraído pelo sabre, é um pai de família carinhoso, e é um homem de bem, segundo afirmam os que conhecem. Quando chega à casa, despe a farda e atira longe a arma que o possui, transfigura-se, e longe do domínio do sabre ele é um esposo dedicado e um pai afetuoso. Ele ama os seus filhos, magoa-se e sofre vendo-os, aos três, enfermos no mesmo leito. Chama o médico e ao sair para o serviço reza em voz baixa uma oração fervorosa, pedindo a Deus que ao voltar venha encontrar livres de perigo os pequenos, as flores de sua alma, a vida do seu coração, a fortuna única que possui...

Na rua, porém, ele torna a ser o urbano, não é mais um bom pai. Dá dois passos, chamam-no, vai (...) numa questão, pensa em tomar a defesa da parte fraca, uma mulher, mas – fatal tendência e funesta solução! – pela (...) lhe ao seu rifle, e este resolve os (...) – penetrando o hipogástrio do preto Luiz, e convertendo o misérrimo urbano e adorável pai num assassino cruel.

O preto Luiz, é certo, foi instalar-se definitivamente no retiro poético da praia do Cajú, mas por sua parte, o urbano Silva foi conduzido para a merencória chácara de Catumby, onde ele curte as dores da (...), sentindo de longe o sofrimento dos três filhinhos que deixou enfermos, que esperava ver em breve e que não verá tão cedo talvez... Nem sequer o remorso o possui, porque a consciência obcecada pelo poder do rifle cedeu lugar ao coração purificado pelos sentimentos afetivos de pai.

Foi o Silva o assassino?

Talvez o afirmem ainda e o afirmarão sempre, enquanto não cuidarem da educação dos Silvas; enquanto não os iniciarem nos princípios sãos; e principalmente enquanto não os libertarem do terrível jogo do rifle a que estão ligados pelo mais indissolúvel de todos os laços – o hábito.

3.1 COMENTÁRIOS INTRODUTÓRIOS

Referindo desde o início que comentará o caso noticiado nos jornais, Décio assume já no primeiro parágrafo da *Bala* uma postura irônica. Adjetivos e advérbios, como o “preto” e o “convictamente”, em todo o texto terão esse caráter. A expressão “mudar-se de casa” eufemisticamente também contribui para tal postura. Contrariando a aparente simplicidade que o caso teria à primeira vista, o narrador-cronista reduz o episódio a três elementos básicos: o guarda, o sabre e o preto. Na sequência desse trabalho, comentaremos a notícia veiculada na própria *Gazeta* e que serviu de mote para esta crônica. Mas já adiantamos que o episódio em si tinha outros envolvidos e que a redução de Décio tem finalidade crítica e irônica. A própria ordem dos termos (colocando Luiz depois do sabre) indica isso.

Diferentemente do que alguém com “má fé” poderia dizer, o julgamento não deve recair sobre o guarda, antes a culpa foi do sabre. Este, de forma gradativa, vai tendo sua posição mudada no caso, de mero instrumento a culpado. O sabre não é só uma circunstância, mas sim responsável pela autoria, é sujeito e pessoa, não apenas coisa. Este, sendo o ponto de maior ironia em todo o texto, é construído pela atribuição de traços ao sabre que o tiram da condição de objeto e o colocam na de sujeito, exatamente o contrário do que o sistema escravocrata impunha aos escravizados. O “desumano sabre” está sendo, conforme a ironia do narrador-cronista, protegido enquanto o “pobre urbano” é culpabilizado.

Nem o próprio guarda escapa, contudo, a uma certa desumanização. Francisco José da Silva, ou apenas “Silva”, como é destacado pelo narrador cronista, é um “tipo”, uma “classe”, uma “instituição”. Claro que essas três coisas não são sinônimas, convergem, porém, para a representação de algo supra individual, que está para além do indivíduo e se sobrepõe a ele. Tendo nascido com o “sabre na cintura” e “repugnância à leitura”, seu trabalho é puramente físico, violentamente físico. Consiste em “aplicar convincentes pontapés e dedutivas pranchadas”. A aparência de guarda, com a dobra da calça e sua “integridade” e com o boné e sua faceirice recebe traços humanizados, assim como o sabre, mas diferentemente do Luiz, o preto, e do Silva, o urbano.

Sem noção de religião nem de educação, os Silvas não têm também “consciência do dever, nem o sentimento de honra, nem a coragem do cidadão, nem a ideia do bem, nem a noção de justiça”. Definição negativa do guarda urbano que culmina com a substituição do seu cérebro pelo sabre e, conseqüentemente, da sua cabeça pela bainha. A violência metonimizada no sabre se ergue como instituição fundante: é o “rifle-ideia, é o rifle-pessoa, o rifle-classe”. A partir desse momento, “o rifle passa a exercer as funções do homem, e este limita-se a ser o instrumento do rifle”. Nessa altura da crônica, o tom está mais sério, com teor argumentativo e, de certo modo, ela passa a explicar o que ficou insinuado pela ironia precedente: a responsabilidade não recai necessariamente sobre o indivíduo Francisco José da Silva, mas sobre a formação social alicerçada na violência que reifica os sujeitos tornando-os instrumentos das práticas violentas que dominam as consciências. A culpa é do sabre.

O urbano, em casa, distante de suas funções como guarda, é um pai de família afetuoso e religioso. “Na rua”, no exercício de suas atribuições, no entanto, fica “adstrito e escravizado” ao rifle, desse modo, “alienou de si toda forma de pensar e toda forma de agir”. Temos aí mais uma versão do problema público-privado comentado no capítulo anterior. A face pública, de guarda, é violenta. Nenhuma forma não fatal de resolver o caso do preto Luiz ocorre a ele, que se converte em assassino. Luiz foi morto, e o guarda foi preso. Este ficará longe de seus filhos, mas nem isso lhe causará “remorso (...), porque a consciência obcecada pelo poder do rifle cedeu lugar ao coração purificado pelos sentimentos afetivos de pai”.

A crônica é pontuada por múltiplos aspectos de interesse, com insinuações que lembram diversos casos representados na literatura brasileira do período. Seja a substituição da “alma interior” pela “exterior”, no conto machadiano “O espelho”, em que a farda se apossa da alma de Jacobina; seja na configuração do personagem Alexandre, o militar de *O Cortiço*, que quando trajado com seu uniforme muda de aspecto e de comportamento. Sem alongar muito, recorde-se também um contraponto: Leonardinho, nas *Memórias de um sargento de milícias* (1854), não se deixa tomar pela farda e, mesmo com ela, segue sendo principalmente um “malandro” ao supostamente exercer sua

função. Como semelhança, contudo, com o livro de Manuel Antônio de Almeida, temos “a força policial” como “meio de disciplinamento” (OTSUKA, 2016, p. 46). O “preto Luiz” tem sua identidade trazida a público por ser vítima de um ato violento. Complementando o que comentamos no primeiro capítulo da presente tese, percebemos que a nomeação dos escravizados só acontece nas páginas de jornal em dois casos: como mercadoria extraviada (anúncios de fuga) ou como parte de um crime.

Além da forma irônica do início do texto que vai sendo paulatinamente substituída por um teor mais sisudo, destaco o princípio mais geral que parece reger a interpretação do caso. As instituições violentas, centralmente aqui a escravidão (implícita na crônica e explícita na notícia que a originou, como se verá na sequência), disseminam essa violência que acaba se tornando um princípio generalizador, uma categoria fundamente a qual os indivíduos são subordinados. Para fazer mais uma relação, lembre-se o conto “O pai contra a mãe”, também de Machado de Assis. Pai e mãe são postos em confronto na luta pela sobrevivência de seus filhos, mas só o fim da escravidão e do sistema que a formou poria fim ao conflito. De forma análoga, o problema efetivo por trás do caso de assassinado trazido por esta crônica não se encontraria nem no guarda nem no preto Luiz, mas de fato no sabre, na instituição-sabre, no Brasil-sabre.

3.2 VIOLÊNCIA NA GAZETA DE NOTÍCIAS E NAS PRÁTICAS COTIDIANAS: A SOCIALIZAÇÃO ÀS AVESSAS

Era comum a publicação de casos de polícia nas páginas da *Gazeta*, como dos jornais em geral até hoje. Havia pouca regularidade e bastante diversidade nas seções que veiculavam notícias com esse teor na *Gazeta*. A variedade é tanta que muitas delas nem se configuravam como seção (com a regularidade e identidade que isso pressupõe)⁶⁶, sendo melhor referidas como títulos de notícias. “Ferimento e morte”, “Morte”, “Conflicto” são alguns exemplos.

⁶⁶ Conforme Thérénty (2007), a poética do jornal conforme conhecemos hoje ainda estava em formação no século XIX, inclusive em países como a França. De fato, percebemos que, no aspecto que estamos abordando agora, por exemplo, não havia na *Gazeta de Notícias* a hoje tão popular página policial.

De modo um pouco mais sistemático são as seções “Occorrencias das ruas” (por vezes grafada como “Occurrencias”) e “Chronica da policia”.

Ocupando geralmente a página inicial do jornal, a primeira aparição da seção “Occorrencias das ruas” na *Gazeta* data de 19 de maio de 1877. Nesse primeiro ano terá vida curta, irá até 13 de julho. Reaparecerá somente em 04 de fevereiro de 1883 indo até 28 de setembro. Depois, suas aparições serão esparsas, uma em 31 de dezembro de 1885 e nove vezes ao longo de 1886. Noticiando casos de violência, disputas várias e atritos entre pessoas, a seção era veiculada em qualquer dia da semana, sendo bem diversificado nesse aspecto, mas com uma pequena preferência de aparições aos finais de semana. Já a seção “Chronica da policia” parece ter surgido para substituir as “Occorrencias nas ruas”, pois começará a aparecer na *Gazeta* no final de 1886 e tem certa frequência até o início de 1888, quando passa a ser menos frequente até desaparecer.

No período de circulação do primeiro ano da série *Balas de estalo*, as “Occorrencias das ruas” eram o local mais comum para veicular esse tipo de notícia. No dia em que saiu a primeira edição das *Balas de estalo*, 03 de abril de 1883, as “Occorrencias das ruas” traziam várias notícias sem detalhá-las: prisão de um homem que portava uma navalha para assassinar outro; agressão cometida por um capoeirista; uma prisão por furto; múltiplas prisões por embriaguez, desordem e vagabundagem; início de um incêndio; prisão de um homem que portava um revólver e ameaçava os demais e movimentação dos hospitais e consultórios públicos. Uma notícia mais grave que essas, por referir uma vítima fatal, ganhou destaque nesse dia e ocupou espaço próprio no periódico. “Ferimento e morte” era o título da notícia que vinha destacada dos casos mais comuns relatados na seção “Ocorrência das ruas”. Foi essa notícia justamente que deu ensejo para a publicação da *Bala* de Décio, dois dias depois sobre o “preto Luiz”.

Figura 6: “Destaque do texto “Occurrencias das ruas”, sexta coluna.

compatriota Francisco José Teixeira de Matto.

Demetrio Quirino da Costa, ao passar ante-hontem, ás 8 1/2 horas da noite, pela praça da Aclamação, foi agredido pelo celebre capoteira Liberato Gomes de Oliveira, o qual ficou com a cabeça quebrada, por ter recedido de Liberato uma cabeçada que o atirou por terra.

O ferido foi medicado na pharmacia n. 27 da rua do Visconde do Rio Branco.

Hontem, ás 3 horas da madrugada, foi preso na rua do Marquez de Abrantes o portuguez Francisco Pereira, por ter sido encontrado conduzindo uma cesta na qual trazia roupas de senhora e uma gallinha.

Nada menos de 23 individuos pernoitaram ante-hontem em diversas estações da guarda urbana, por ebrios, desordeiros, vagabundos e ratoneiros.

Auto-hontem, ás 7 1/2 horas da noite, manifestou-se um principio de incendio no sótão do sobrado n. 26 da rua do General Camara, o qual é occupado por Vicente do Castro & C. com negocio de roupas feitas.

O fogo teve começo em um bocado de madeira de uma obra que se está fazendo no referido prédio, tendo sido logo extinto por algumas pessoas da vizinhança.

O corpo de bombeiros compareceu com muita pressa, porém não chegou a fazer o caso.

Não houve prejuizo algum a lamentar-se.

A's 8 horas da noite de hontem, foi apresentado á 6ª estação de urbanos o portuguez Manuel Joaquim Eiras, que se achava em estado de embriaguez e armado com um revolver carregado, ameaçando com elle os transeuntes.

Em poder de Eiras foi encontrada a quantia de 12\$010.

O movimento do Hospital Geral da Santa Casa da Misericórdia, dos Hospícios do Pedro II, de Nossa Senhora da Saúde, de S. João Baptista e de Nossa Senhora do Socorro, foi, no dia 1 do corrente o seguinte:

Existiam 1.883, entraram 33 sahiram 55, falleceram 7 e existem 1.879.

O movimento da sala do Banho e dos consultorios publicos foi, no mesmo dia, de 210 consultantes, para os quizes se aviaram 317 receitas.

Figura 7: Destaque do texto “Ferimento e morte”, terceira coluna.

FERIMENTO E MORTE

No hospicio da Saude, falleceu ante-hontem, ás 8 horas da noite, o preto Luiz, escravo, dos Srs. Sá & Faria, o qual alli fora recolhido quatro horas antes, offendido mortalmente com um ferimento penetrante na região inguinal esquerda.

O facto que deu logar a ser ferido por semelhante modo aquelle preto, é o seguinte:

Seriam 2 horas da tarde, quando o guarda urbano do 9º districto, Francisco José da Silva, sahindo do serviço, encontrou em caminho a preta Theodora, escrava de Antonio José da Cunha, a qual se lhe queixou que tendo toda a sua roupa no quarto em que residia o preto Luiz, na estalagem n. 213 da rua da Gamboa, recusava-se elle entregar-a.

Entendeu o guarda urbano que, por si só, podia resolver a questão e acompanhado pela preta Theodora, dirigiu-se para a referida estalagem.

Alli chegando, e ao intimar o preto Luiz para fazer entrega da roupa reclamada, apresentou-se Henrique Antonio da Graça, que estranhou ao guarda o seu procedimento.

N'essa occasião o guarda Silva, julgando menoscabada sua auctoridade, desembainhou o rifle e agrediu a Graça, contundindo-o na cabeça.

Em seguida, e no momento em que o preto Luiz apanhava um canivete, que cahira do bolso de Graça quando este puxava o lenço para limpar-se, o guarda, julgando que aquelle procurava assim armar-se para agredil-o, atirou o golpe que lhe causou a morte, pouco depois.

O guarda Silva foi preso em flagrante pelo Sr. subdelegado do 2º districto da freguezia de Sant'Anna, sendo contra elle lavrado o competente inquerito.

O cadaver do preto Luiz foi removido para o Necroterio, onde o Sr. Dr. Thomaz Coelho procedeu á autopsia.

Fonte: *Gazeta de Notícias*, 03/04/1883, p. 1.

A notícia sobre o “preto Luiz” indica o falecimento da vítima no hospício da Saúde, quatro horas após ter sido atingido na virilha, “região inguinal esquerda” (GN, 03/04/1883, p. 1). Aponta também – o que não estava explícito na *Bala* de Décio – que o “preto” era escravizado. Seus proprietários eram os “Srs. Sá & Faria” (GN, 03/04/1883, p. 1). Segue-se então a narração do episódio.

Às 14h o guarda urbano Francisco José da Silva encontrou a “preta Theodora” (GN, 03/04/1883, p. 1), também escravizada, mas de outro senhor, de “Antônio José da Cunha”. Ela se queixou ao guarda de que Luiz não a deixava pegar sua roupa, que estava toda num quarto na rua da Gamboa, onde ele residia. O guarda não formalizou a queixa, “entendeu (...) que por si só, podia

resolver a questão” (GN, 03/04/1883, p. 1). Ao chegar na estalagem, o guarda urbano Francisco José da Silva não foi recebido por Luiz, mas por Henrique Antônio da Graça, “que estranhou o guarda e o seu procedimento” (GN, 03/04/1883, p. 1). Foi o suficiente para o guarda Silva julgar “menoscabada sua autoridade” (GN, 03/04/1883, p. 1) e atingir com o rifle a cabeça de Henrique Antônio da Graça (sem chegar a matá-lo). Já o preto Luiz, enquanto juntava do chão um canivete que havia caído do bolso de Antônio da Graça quando este tirava um lenço do bolso para limpar seu próprio ferimento, foi atingido mortalmente pelo guarda Silva. Seguiu-se a isso a prisão em flagrante do guarda Silva (e a conseqüente abertura de inquérito) e o transporte de preto Luiz ao hospício da Saúde (referido no começo do texto) e depois ao necrotério.

A notícia traz o início do desentendimento que causou a reclamação. No centro está uma questão envolvendo o relacionamento de dois escravizados, Theodora e Luiz. O historiador Sidney Chalhoub (2001), pesquisando ocorrências policiais da primeira década do séc. XX, mostrou que muitas dessas ocorrências se davam em função de desentendimentos pessoais, com as disputas entre homens por mulheres sendo preponderante. Um dos elementos relacionados a isso era o desequilíbrio numérico entre os sexos, pois a “intensificação do fluxo migratório na década de 1880” (CHALHOUB, 2001, p. 44) trouxe no seu bojo um número enorme de estrangeiros homens jovens e solteiros para o país⁶⁷. Mesmo sem a referência direta das questões de nacionalidade e também sem que o tipo de relação que os escravizados mantinham não fique clara, é algo semelhante que temos aqui, duas décadas antes do período estudado pelo historiador. Com informações apagadas na crônica, mas trazidas pela notícia, sabemos que Luiz não deixou Theodora retirar as roupas dela que estavam no quarto no qual ele residia. São múltiplas as formas de relacionamento entre os escravizados. Theodora poderia, por exemplo, ter no quarto de Luiz um local de esconderijo eventual (pagando de alguma forma ou não por isso) ou poderia ser sua amante.

⁶⁷ Alguns dos dados trazidos no referido trabalho (que se baseia em censos realizados na época estudada) mostram que em 1890, por exemplo, havia na cidade do Rio de Janeiro 293.657 homens e 228.994 mulheres, representando 56% e 44%, respectivamente. No caso dos imigrantes homens, o percentual era bem maior, chegando a 71% do total de imigrados. Em sua maioria jovens, contribuíram decisivamente para a formação de uma população em que quase 1/3 dos indivíduos tinham entre 15 e 30 anos de idade (CHALHOUB, 2001, p. 45).

Na versão do fato representado na crônica de Décio, há uma ironia forte sobre os espaços nos quais os fatos se desenrolaram. Diz a crônica que o urbano despachou “o preto Luiz para o Cajú, com escala pelo necrotério” (GN, 03/04/1883, p. 1). Embora não estando diretamente no cerne do caso do preto Luiz conforme contato na notícia, a questão das habitações é importante, como sugere a ironia da crônica de Décio. Diretamente vinculadas às políticas higienistas de meados do século XIX, essas habitações eram ocupadas por “classes perigosas” (CHALHOUB, 2001, p. 76)⁶⁸, conforme julgamento da elite da época e, conseqüentemente, dos mecanismos oficiais de repressão. Tal visão sobre essas habitações pode ter facilitado a postura violenta do guarda em relação aos indivíduos ali presentes, já que o guarda pobre não se identifica com a população pobre, muito menos com a escravizada, aspecto esse que é central para entendermos as dificuldades e os limites que recaem nesse momento e no futuro próximo (pós-abolição) sobre a formação de movimentos coletivos de resistência de classe no Brasil (CHALHOUB, 2001, p. 59-60).

A questão das habitações está relacionada a políticas higienistas e “modernizadoras” do período de tal modo que, com Chalhoub (2001, p. 168, nota 88), podemos dizer que as “picaretas” da demolição que viria no início do século XX no Rio de Janeiro, estavam garantidas pelos “sabres policiais”. Lembremos que janeiro de 1893 é marcado pela destruição do Cabeça de Porco, mais conhecido cortiço do Rio de Janeiro da época (rival do cortiço São Romão no livro *O Cortiço*, (1890), de Aluísio Azevedo). O prefeito, no cargo desde 1892, era Barata Ribeiro, médico defensor, como ficou marcado já em sua tese de doutorado em 1877, de teorias higienistas que pregavam a destruição dos cortiços. Sua ascensão política, pelo apadrinhamento (por isso chegou a ser deposto ainda em 1893) de Floriano Peixoto, demonstra o crescimento dessa ideologia higienista no período (CHALHOUB, 1996, p. 15-52; 191). A grande imprensa da época, incorporando tal ideologia, louvava decisões como esta da destruição.

⁶⁸ Chalhoub (2001, p. 76 e 164, nota 20) aponta a referência do estudo desse conceito em A. P. Guimarães, *As classes perigosas: banditismo urbano e rural*. Rio de Janeiro: Graal, 1982. Livro que não consegui consultar para o presente trabalho.

No transcurso do crescimento da ideologia higienista, foi-se dando a construção da pobreza como perigo de *irradiação* da insalubridade (não como um problema de insalubridade para os mais pobres...). Calcada também na perspectiva de que uma administração técnica e imparcial seria possível, realizando-se acima dos conflitos e interesses sociais, a política incorporou a pretensão de neutralidade das correntes higienistas. Como comentaremos na sequência, note-se que caso do preto Luiz a postura absolutamente e rixosa do guarda desconstrói essa pretensão.

Potencializada com o fim da escravidão oficial, a preocupação por parte da elite em controlar as camadas pobres para que fornecessem mão-de-obra sem causar problemas à “ordem”, vai gerar um entrelaçamento nítido entre Ciência e Capital (CHALHOUB, 1996, p. 56). As habitações populares, centralmente os cortiços, cuja definição era bastante imprecisa e subjetiva (CHALHOUB, 1996, p. 39; 42), estiveram no centro disso tudo. Nas décadas de 1850 e 1860, tais habitações proliferaram no Rio de Janeiro com o aumento da imigração portuguesa e das alforrias. Tornando-se também um refúgio para aqueles que ainda eram mantidos na escravidão, “o tempo dos cortiços no Rio também foi o tempo da intensificação das lutas dos negros pela liberdade (CHALHOUB, 1996, p. 29).

Já na década de 1850 as formas de regulação foram se transformando. Documentos como Regulamento dos estalajadeiros (1853) estabeleciam normas e davam autoridade aos proprietários de cortiços para agirem contra seus inquilinos na busca de seguir as tais normas de higiene (número de latrinas, despejos fecais, fiscalização da polícia etc.).

É possível discernir com clareza o eixo fundamental de toda essa primeira década de discussão sobre os cortiços: era necessário melhorar as condições higiênicas das habitações coletivas existentes. Tratava-se, primordialmente, de uma preocupação com a *qualidade* da habitação popular, de legislar no sentido de obrigar os proprietários a construir residências que zelassem minimamente pela saúde dos moradores – deveria haver coleta regular de lixo, latrinas limpas e em número suficiente, alçamento, janelas amplas etc. A maneira de encarar o problema, todavia, iria mudar radicalmente nas décadas seguintes: na formulação de Maurício de Abreu, a ênfase deixaria de ser prioritariamente a forma, as condições da moradia, e passaria a ser o espaço, o local da habitação (CHALHOUB, 1996, p. 33, grifos do autor).

Os marcos de tal mudança se deram em meados das décadas de 1860 e 1870. Em 1866, o vereador e higienista José Pereira Rego criou um projeto de proibia a construção de novos cortiços em algumas áreas (mais valorizadas) da cidade. A introdução/justificativa de tal documento expõe diversos elementos pertencentes ao ideário modernizador:

O aperfeiçoamento e progresso da higiene pública em qualquer país simboliza o aperfeiçoamento moral e material do povo, que o habita; é o espelho, onde se refletem as conquistas, que tem ele alcançado no caminho da civilização.

Tão verdadeiro é o princípio, que enunciamos, que em todos os países mais cultos os homens, que estão à frente da administração pública, procuram, na órbita de suas atribuições, melhorar o estado da higiene pública debaixo de todas as relações, como um elemento de grandeza e prosperidade desses países...

Entre nós, porém, força é confessar que as municipalidades [...] têm-se esquecido um pouco dos melhoramentos materiais do município e do bem-estar, que deles pode resultar a seus concidadãos, tanto que sobre alguns pontos essenciais e indispensáveis ao estado higiênico, parece que ainda nos conservamos muito próximos aos tempos coloniais (REGO, 1866 *apud* CHALHOUB, 1996, p. 34).

Como se vê, pressupunha-se a existência de um caminho a ser seguido rumo à civilização. As condições materiais locais, contudo, apareciam como entraves a tal processo, atrapalhando que se fizesse a “civilização europeia nos trópicos” (CHALHOUB, 1996, p. 35). Nesse momento a postura proposta pelo então vereador não foi adotada pela Câmara, dez anos depois, no entanto (com Pereira Rego já tornado barão de Lavradio), a proibição (a partir da criação de uma nova postura com o mesmo teor) foi efetivada. No período de formação de dos grupos que compõem a geração de 1870 já era proibido construir cortiços em extensas áreas do centro da cidade.

De meados de 1870 à proclamação da República, o poder do setor higienista foi crescendo. O órgão regulador passou de Junta Central de Higiene para Inspeção de Higiene e o regulamento sanitário de 1890, se seguido à risca, previa que sequer o Ministro do Interior, a quem a Inspeção era subordinada, poderia revogar uma decisão de fechamento de alguma habitação ordenada por um funcionário da Inspeção. Com uma ordem dessas, não havia a quem

recorrer e, em caso de resistência, o órgão poderia acionar a polícia para efetivá-la.

Com as linhas de bonde, expandia-se o acesso a outras áreas da cidade para onde a população mais pobre ia se mudando, caso não parassem nas favelas que se formavam como uma das consequências em tal processo. Do ponto de vista das habitações e da circulação, a modernização era pautada pela ideologia higienista. Sua vinculação com o Capital se dava a partir de mecanismos bastante conhecidos para os empresários do ramo: “incentivo aos construtores”, “adiantamento pecuniário”, “concessão de isenção de impostos”, “direito de desapropriação de prédios e terrenos, cessão gratuita de terrenos públicos, privilégio para a exploração de uma linha de carris nas ruas adjacentes (...) e mais direito de cobrança de pedágio por trinta anos” (CHALHOUB, 1996, p. 33; 55). De forma detalhada, pode-se dizer que

Desenha-se assim um padrão de expansão urbana que quiçá se repetiu em outras cidades brasileiras: primeiro, alguns empresários conseguem o monopólio na exploração de serviços públicos - no caso, concessões para a operação de linhas de bonde; paralelamente, outros grupo empresariais, ou até os mesmos, adquirem terras pouco valorizadas na periferia da cidade; finalmente, concluídas as linhas de bonde e feito o loteamento dos terrenos, os investidores conseguem uma remuneração astronômica para o seu capital. O sucesso da operação é às vezes garantido pela presença desses empresários na Câmara, como vereadores eleitos – e, portanto, encarregados de votar as diretrizes da política de expansão urbana. Tudo muito dentro dos conformes, e qualquer semelhança com processos de crescimento mais recentes de cidades brasileiras não terá sido mera coincidência (CHALHOUB, 1996, p. 52-53).

Nos anos de 1880, os empresários foram incentivados a construir moradias baratas para operários. A ideologia pretensamente modernizadora higienista era apropriada por eles para condenarem a concorrência que cortiços e outras formas de habitação popular representavam, principalmente se ocupavam terrenos bem localizados. Não estranha, portanto, que a demolição de cortiços como o Cabeça de Porco contasse com a presença de empresários que lucrariam com a manobra (CHALHOUB, 1996, p. 16; 55).

Ao chegar no cerne da relação entre ideologia higienista e medidas habitacionais, entende-se com clareza porque todas as iniciativas a esse

respeito tenham deixado de considerar “outros aspectos relevantes para a saúde da população, como a nutrição, as condições de salubridade e segurança nos locais de trabalho, a extensão da jornada de trabalho etc.” (CHALHOUB, 1996, p. 42; 54).

Na década de 1850, defendeu-se a ideia de que a febre amarela era trazida pelos negros escravizados, que, suspeitavam os desnorteados representantes da saúde pública, poderiam transmitir a doença sem serem gravemente atacados por seus efeitos. Esse pode ter sido esse um fator para o fim do tráfico negreiro (CHALHOUB, 1996, p. 73). Como nesse período havia abundância de mão-de-obra, advinda dos tráficos da década anterior, e como essa mão-de-obra não era abatida em larga escala pela doença, pouco se fez para eliminá-la. Já na década de 1870, medidas enérgicas contra a febre amarela foram tomadas. Mesmo a tuberculose fazendo mais vítimas, a febre amarela era mais combatida (CHALHOUB, 1996, p. 94). Uma desculpa notável para isso – e que revela mais uma vez um dos traços perversos na nossa modernização – é que não seria possível combater a tuberculose, já que era “extremamente grave até mesmo em Paris” (CHALHOUB, 1996, p. 57). Central, no entanto, para essa mudança de ênfase nessas duas décadas é que a febre amarela atacava mortalmente aqueles que começavam a crescer em importância para o fornecimento de mão-de-obra: os imigrantes europeus (CHALHOUB, 1996, p. 76-78; 91-95). Nesse contexto, ao fortalecer o combate à doença que fazia suas principais vítimas entre os brancos, os órgãos sanitários deixavam a população negra à mercê de outras doenças (sobretudo tuberculose, varíola e cólera), usando os surtos como método de embranquecimento da população (CHALHOUB, 1996, p. 57; 62; 94-95; 133-134)⁶⁹. Em síntese:

As controvérsias no interior do pensamento e das práticas higienistas eram constitutivas do processo histórico de falência das ideologias de dominação senhorial – escravidão, paternalismo, dependência pessoal – e da conseqüente tentativa de reorganização do mundo do trabalho no Brasil nas últimas décadas do século passado (CHALHOUB, 1996, p. 167).

⁶⁹ Fiz um comentário bastante sintético sobre isso no item 1.1.2 deste trabalho em função da forte presença do tema da febre amarela nas crônicas da série *Balas de estalo* no ano de 1883.

Esse percurso infelizmente contará com a vitória da postura ideológica defendida por gente como José Pereira Rego, Barata Ribeiro e Rui Barbosa, que lamentava que a febre amarela poupasse os negros e matasse os brancos (CHALHOUB, 1996, p. 57; 95-96). Abre-se o caminho para outros como eles, tais como Pereira Passos e seu “bota-abaixo” dos primeiros anos do séc. XX, bem como para iniciativas que levarão à Revolta da Vacina, maior revolta popular contra os métodos dos órgãos de saúde. A geração de 1870 viveu a emergência de tal ascensão ideológica que fará com que o século seguinte inicie de forma tão catastrófica. “As estalagens e as casas de cômodos”, nesse contexto, eram cenários bastante comuns dessas desavenças típicas de situações em que diversos casais conviviam sob o mesmo teto” (CHALHOUB, 2001, p. 243, nota 21).

O desentendimento entre os escravizados no caso da morte do “preto Luiz”, ao que tudo indica, não havia gerado nenhuma agressão física, o que foi acontecer só com o desenrolar dos fatos e com o envolvimento do guarda ao se aproximar do local em que Luiz residia. Theodora encontrou o guarda “saindo do serviço” (GN, 03/04/1883, p. 1), ou seja, é possível que Silva nem estivesse mais no seu horário de trabalho. Assim como a queixa que ela dirige a ele, o atendimento do guarda é informal, já que, em vez de voltar à sua delegacia para proceder ao atendimento do caso, decide que pode “por si só” (GN, 03/04/1883, p. 1) resolveria a questão, pessoalizando o caso, como ficará mais evidente na sequência, já que o motivo da agressão que gerou todo o resto (a Henrique Antônio da Graça) se deu porque o guarda sentiu sua autoridade menosprezada por Henrique. A partir disso segue-se uma violência, ao que tudo indica, desproporcional, tanto no tocante ao golpe de rifle em Henrique quanto no ferimento fatal em Luiz que se abaixava para pegar um canivete caído acidentalmente do bolso de Henrique, quando este buscava lenço para limpar o ferimento. Conjecturando um pouco a partir do intrigante caso levantado aqui, é possível que Luiz usasse o canivete para atacar o guarda ou para se defender, já que o outro trazia uma arma mais poderosa e que já havia usado para atacar Henrique.

O exercício de poder das forças policiais também incide, já no período, sobre o próprio jornalismo. Crestani (2014, p. 83-84) destaca o episódio em que

a *Gazeta de Notícias* saiu em defesa de um jornal italiano diante da tentativa de repressão policial. No de 28/02/1886, em artigo intitulado “A polícia e a imprensa”, lê-se o seguinte:

O Sr. Chefe de polícia mandou chamar ontem o Sr. Giovanni Luglio, proprietário redator da *Voce del Popolo*, periódico italiano que se publica nesta corte, e convidou-o a moderar a linguagem de que se serva contra o Brasil, sob pena de ser compelido a deixar o país.

O Sr. Luglio tem em seu jornal aconselhado os seus patrícios a que não emigrem para o Brasil; muitos dos seus artigos são transcritos na Itália, principalmente no sul, e nos são prejudiciais, porque pintam com cores carregadas os nossos erros, e esquecem-se as mais das vezes de assinalar o que por aqui há de bom.

Não é, pois, para causar completa estranheza o procedimento da polícia; ainda assim, porém, não permitiremos, sem protesto, que tal procedimento estabeleça um precedente. É sabida a tendência que tem a autoridade para exorbitar; é conhecida a elasticidade com que se interpreta a lei e como um fato é torcido para autorizar um abuso (*GN*, 28/02/1886 *apud* CRESTANI, 2014, p. 84).

Esse artigo é fascinante por suas contradições. Em destaque, a defesa da liberdade de expressão, a oposição à repressão policial e avaliação do arbítrio da autoridade⁷⁰. Em contraste com isso, o fundo nacionalista que se incomoda com as críticas do italiano. Como dado silenciado, a motivação para tal gesto da polícia: 1886, já passada inclusive a Lei do Sexagenário do ano anterior, além das especulações do momento, já se sabia que a escravidão estava com os dias contados. Logo, a antipropaganda do país, que afastaria os imigrantes, mais laboriosos do que os brasileiros no imaginário das elites (conforme abordaremos na sequência), é um entrave para o fornecimento de mão-de-obra que seria ainda mais necessário nos anos seguintes.

A imprensa, portanto, não estava protegida contra a violência e a repressão. Se lembrarmos da crônica de Lulu Sênior analisada em detalhe no

⁷⁰ A título de lembrete, recorde-se que no item 1.1.3 do presente trabalho, destacamos a posição ambígua da *Gazeta de Notícias* em relação à República instaurada, que teria início pouco mais de três anos após a publicação do artigo que estamos comentando. O periódico apoiou o início da República, defendeu até mesmo a repressão à Revolta da Armada. Mas em duas oportunidades criticou o novo regime: quando Floriano Peixoto não convocar as eleições livres no prazo estipulado pela constituição de 1891 e quando a vacinação passou a ser obrigatória. Nos dois momentos (o primeiro em 1893 e o segundo em 1904) a *Gazeta* foi temporariamente fechada (SODRÉ, 1999, p. 373).

primeiro capítulo deste trabalho, veremos que ela trata de modo irônico, entre outros assuntos, a ordem do ministério da marinha de chibatear a tripulação do navio Trajano. Ela refere também o fato, noticiado inclusive em um jornal parisiense, de que o redator de um jornal brasileiro foi assassinado pelo produtor de um vinho criticado pelo redator nas páginas de seu jornal: “Aqui, até segunda ordem, a regra, nestes casos, em vez do duelo à pistola, é o belo tabefe, prisão em flagrante, fiança e publicação a pedido” (GN, 11/04/1883).

Um dos casos mais emblemáticos dessa violência incidente sobre os órgãos de imprensa se deu com Apulco de Castro, proprietário e diretor de *O Corsário*. O periódico existiu durante três anos, de 1880 a 1883 (depois reapareceria como *Novo Corsário*). Tinha uma linha extremamente polêmica. Criticava a tudo e a todos, Machado de Assis, Ferreira de Araújo (o próprio surgimento das *Balas de estalo* foi criticado como um empreendimento demasiadamente comercial), Joaquim Nabuco e até José do Patrocínio. Apulco era negro, ex-escravizado e abolicionista, mas criticava até mesmo outros abolicionistas (como os citados acima) por, segundo ele, valerem-se da bandeira abolicionista para angariar fama própria. Seu lema era se manter na dianteira da “artilharia do pensamento”, conforme publicado no editorial de sua quarta edição. Em 25 de outubro de 1883, Apulco de Castro foi assassinado em um linchamento promovido por membros do exército brasileiro após a publicação de uma crítica ao Primeiro Regimento de Cavalaria da Corte. Antes disso, em função de outras críticas do jornalista aos militares, oficiais do exército já tinham destruído a gráfica do jornal. Sua morte se deu na escadaria da própria delegacia de polícia, onde Apulco foi buscar proteção. Um dos envolvidos em sua morte foi Antônio Moreira César⁷¹.

⁷¹ Cf. Schulz (1994), Santos (1996), Araújo (2009), Crestani (2013) e Tatim (2014). O caso é aterrorizante e fascinante ao mesmo tempo. Euclides da Cunha, ao comentar a trajetória e a personalidade de Moreira César, em *Os Sertões* (1902), faz o seguinte relato: “À parte, porém, todos os casos duvidosos, definidos sempre pelo traço preponderante de vias de fato violentíssimas — aqui o ultraje, a rebencadas, de um médico militar, além a arremetida a faca, felizmente tolhida em tempo, contra um oficial argentino, por certa palavra mal compreendida — , apontamos, de relance, os mais geralmente conhecidos.

Um, sobretudo, dera relevo à sua energia selvagem.

Foi em 1884 [a considerar todas as outras fontes consultadas, Euclides errou a informação do ano trazida aqui], no Rio de Janeiro. Um jornalista, ou melhor, um alucinado, criara, agindo libérrimo graças à frouxidão das leis repressivas, escândalo permanente de insultos intoleráveis na corte do antigo Império; e tendo respingado sobre o Exército parte das alusões indecorosas, que por igual abrangiam todas as classes, do último cidadão ao monarca,

A posição da *Gazeta de Notícias* diante desse crime absurdo foi cautelosa e relativamente covarde. Schulz (1994, p. 99) assinala que “durante toda a crise, a *Gazeta* atacou violentamente o governo, mas evitou sempre qualquer conflito com a classe militar”. Lulu Sênior, pseudônimo, como sabemos, de Ferreira de Araújo, editor e um dos proprietários da *Gazeta*, dedicou uma crônica ao caso: “do que a gente se queixa não é do assassinato, é justamente de que nada se tenha feito para o impedir, e a prova é que a coisa aconteceu ali, às barbas da polícia, que se tinham prudentemente posto de molho, por ver as do vizinho a arder” (GN, 09/11/1883). Como se vê, a avaliação de Schulz (1994) parece se comprovar: a crítica de Lulu Sênior até recai sobre a polícia, por ter sido incompetente em proteger Apulco⁷², mas não sobre o exército que incitou o linchamento.

Como vimos anteriormente (capítulo 2 do presente trabalho), Edu Otsuka (2007) analisa a forma como as rixas são inerentes à sociabilidade brasileira e um elemento formal no livro *Memórias de um sargento de milícias* (1854). Para o autor “a formação histórico-social brasileira engendrou um padrão de comportamento fundado na violência” (OTSUKA, 2016, p. 69). Pensando nos chamados “homens livres”, o crítico defende que

O comportamento violento tem base na precariedade da situação econômico-social da camada de pobres livres no interior da ordem escravista. A situação instável dos pobres os leva a um modo de vida caracterizado pela mobilidade, estabelecendo contatos transitórios, em que os vínculos de

foi infelizmente resolvido por alguns oficiais, como supremo recurso, a justiça fulminante e desesperadora do linchamento.

Assim se fez. E entre os subalternos encarregados de executar a sentença — em plena rua, em pleno dia, diante da justiça armada pelos *Comblains* de toda a força policial em armas — figurava, mais graduado, o capitão Moreira César, ainda moço, à volta dos trinta anos, e tendo já em seus assentamentos, averbados, merecidos elogios por várias comissões exemplarmente cumpridas. E foi o mais afoito, o mais impiedoso, o primeiro talvez no esfaquear pelas costas a vítima, exatamente na ocasião em que ela, num carro, sentado ao lado de autoridade superior do próprio Exército, se acolhera ao patrocínio imediato das leis...

O crime acarretou-lhe a transferência para Mato Grosso, e dessa Sibéria canicular do nosso Exército tornou somente após a proclamação da República.

Vimo-lo nessa época.

Era ainda capitão e embora nunca houvesse arrancado da espada em combate, recordava um triunfador” (Da CUNHA, 2002, p. 385-386).

⁷² Uma última nota sobre o jornalista: existe discordância sobre seu nome exato. Conforme Araújo (2009, p. 51, nota 76), ele sempre assinava seus textos como “Apulcho de Castro”, seus adversários, no entanto, referiam-se a ele, para ironizá-lo, como “Apulchro de Castro”, ou seja, não pulcro (não belo, não gentil, não formoso...): “diante desta confusão muitos autores caíram no erro de chamá-lo de “Apulcro””, como se fosse de fato seu nome.

interação entre as partes se atam e se rompem com imensa facilidade, uma vez que não há interesses comuns que assegurem sua coesão: as relações apresentam caráter efêmero, sendo apoiada na afetividade pessoal, mas sem que haja um conjunto de valores sedimentado, capaz de agrupar as pessoas com base em algo do interesse imediato (OTSUKA, 2016, p. 70).

O caso do “preto Luiz” levantado pela *Bala* de Décio e os diversos elementos advindos daí permitem defender a validade da tese de que a violência constitui esse nexos social, erigindo-se como categoria fundamente do país. Note-se que, assim como Otsuka (2007; 2016) mostra em seus estudos, a causa da violência geradora do caso focado na crônica de Décio (como sabemos pela notícia que o divulgou antes mesmo da publicação da *Bala de estalo* correspondente) é preponderantemente uma afronta pessoal, já que foi por sentir “menoscabada sua autoridade” (GN, 03/04/1883, p. 1), ainda mais dentro de uma habitação popular, é que o guarda parte para a agressão de um terceiro (Henrique Antônio), que nem era o acusado por Theodora. Como vimos, o projeto de higienização urbana impunha condições específicas de existência para as habitações populares, sob pretexto técnico-científico, pretexto este irradiado para questões de administração e de segurança. A informalidade do tratamento dado ao caso por parte do guarda e a violência desproporcional iniciada por suas ações desmentem a pretensão imparcial e técnica na resolução dos conflitos, ou seja, mostram mais uma fratura no fajuto projeto modernizador que se queria incutir no país daquele período.

Muitas vezes, o âmbito da violência como elemento básico de socialização no Brasil do século XIX ao ser incorporado aos estudos literários na linha da sociologia da literatura aqui defendida é trazido com base no clássico estudo *Homens livres na ordem escravocrata*, de Maria Sylvia de Carvalho Franco. No referido estudo (FRANCO, 1997), a ênfase recai sobre as práticas de violência no meio rural brasileiro, haja vista que o objetivo da autora é mostrar a gênese violenta do Estado brasileiro a partir da análise do ciclo cafeeiro nas regiões do Rio de Janeiro e de São Paulo. Para tanto, a autora centraliza a função que a precariedade e a escassez das possibilidades de trabalho exerciam em tal contexto, levando a modos de vida instáveis, em que as relações e os laços comunitários básicos não se constituíam, tampouco se consolidavam. A

partir disso, a autora estabelece o quadro geral das manifestações de violência, que se davam, muitas vezes, entre vizinhos e parentes, ocorrendo nos espaços destinados às escassas possibilidades de trabalho e de lazer. Até mesmo as boas práticas coletivas, como a de mutirões para construção de casas, que demonstravam a necessidade de cooperação entre os envolvidos, tendiam a terminar em conflito, muitas vezes fatais (FRANCO, 1997, p. 30-42). Com um viés teórico-metodológico diferente (buscando enfatizar não só a violência, mas também a importância dos laços de solidariedade e a complexidade das relações entre os trabalhadores de forma mais ampla), Sidney Chalhoub (2001, p. 194-197) relata o caso em que o fato de um amigo e concunhado não ter chamado o outro, com o qual dividia um terreno, para jantar serve de pretexto para o desenlace de uma rixa entre ambos em função da diferença das casinhas que construíram no terreno. O amigo que se sentiu desprezado deu uma facada no outro. Acompanhando Edu Otsuka (2016, p. 43; 69), pode-se dizer, a partir da síntese feita pelo autor sobre alguns estudos sobre o tema, que a “camada de os homens livres pobres não encontrava lugar na organização econômica do país” e que sua sociabilidade “não se manifesta somente em relações comunitárias de vizinhança, ajuda mútua e cooperação”, mas também “era igualmente marcada por desavenças, rivalidades e agressões”.

No caso de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997, p. 28), ao estudar a região do Vale do Paraíba, a autora observa que a “pobreza das técnicas de exploração da Natureza, os limites estreitos das possibilidades de aproveitamento do trabalho e a conseqüente escassez dos recursos de sobrevivência” aumentavam a competitividade e ocasionavam muitas das brigas. Contudo, não o fato dos processos serem rudimentares, mas a escassez de trabalho e de perspectiva é que está no cerne delas. Isso fica comprovado pela autora ao mostrar que a incorporação de práticas de negociação capitalista não alterará esse quadro, pois, por exemplo, numa fazenda de café que produz para a exportação, as sobras das colheitas que ficavam nos ramos ou pelo chão podiam acabar sendo disputadas a faca (FRANCO, 1997, p. 29).

Como dito acima, em geral, os trabalhos na área de literatura que incidem sobre esse assunto da violência e da socialização no período aqui estudado tomam o estudo de Maria Sylvia sobre o mundo rural como modelo e o

generalizam para a refletir sobre a representação sobre isso na literatura de temática urbana. O procedimento não me parece que leve a erros de interpretação, haja visto que a análise da autora permite tal generalização por abordar em profundidade elementos centrais para a formação do país como um todo (as consequências da escravidão para a constituição específica do mundo do trabalho para os não escravizados). Além disso, muitas vezes não se configura no contexto urbano uma ruptura entre o mundo rural e o urbano, havendo próximo ao Rio de Janeiro, por exemplo, empreendimentos agrícolas em freguesias rurais e de pequenos negócios “nas freguesias mais urbanizadas da cidade” que, “em muitos aspectos” é “semelhante à descrita nos casos rurais” no que tange à “relação patrão-empregado” (CHALHOUB, 2001, p. 115; 119-120).

Contudo, pela diversidade de situações advindas das múltiplas atividades econômicas encontradas pela classe trabalhadora para sobreviver nos contextos mais urbanizados (como se verá logo abaixo), pode-se dizer que há especificidades nos seus modos de vida que incidem sobre as formas e possibilidades de concretização das práticas de violência. Aproveitando o fato de hoje termos trabalhos que dão destaque para o tema da violência diretamente no mundo urbano, que é o preferencialmente abordado pelas crônicas das *Balas*, comentarei casos oriundos desse contexto.

Em *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*, Sidney Chalhoub (2001, p. 110) mostra que “as rivalidades nacionais e raciais (...) eram a principal expressão dos conflitos que envolviam a luta pela reprodução da vida material” nos casos que estuda. Focalizando a cidade do Rio de Janeiro, a diversidade das ocupações dos envolvidos nos processos criminais que analisa é considerável⁷³. Muitas dessas atividades eram exercidas por “trabalhadores que não se viam circunscritos a um

⁷³ O autor refere, entre outras profissões: carvoeiros, estivadores, carroceiros, ambulantes, trabalhadores do comércio e da companhia de bondes, marinheiros, pedreiros e serventes de pedreiro, barbeiros, serralheiros, sapateiros, padeiros, jornaleiros, cavoqueiros, carpinteiros, pintores, guarda-freios da estrada de ferro, pescadores, condutores e recebedores de bonde, picadores, cozinheiros, sargentos, caixeiros, bombeiros hidráulicos, cocheiros, comandantes de guarda noturna, ferreiros, lavradores, funileiros, canteiros e calceteiros. Além dessas todas, havia também as atividades realizadas tradicionalmente pelas mulheres: eram fabricantes e vendedoras de cocadas e outros comestíveis, domésticas, costureiras, cozinheiras e lavadeiras (CHALHOUB, 2001, p. 96 – 239).

espaço fechado rigidamente disciplinado” (CHALHOUB, 2001, p. 96), mas também, considerando que o autor estuda o início do séc. XX, já se observam ambientes como os da olaria, embrião de proletariado de fábrica (CHALHOUB, 2001, p. 89-90). Os casos de violência muitas vezes eram causados pela penúria, “atitudes desesperadas de indivíduos desempregados” (CHALHOUB, 2001, p. 102). Enfatizando a categoria dos estivadores, observa-se que entre eles havia um grau maior de organização coletiva, o que não impedia, contudo, que rivalidades nacionais e raciais e as disputas entre as associações nas quais os trabalhadores se organizavam gerassem conflitos que terminassem em sérias agressões (CHALHOUB, 2001, p.158 – 162).

Os casos de violência poderiam eclodir seja no ambiente de trabalho, seja nas casas – a necessidade de morar junto com estranhos levava a muitos desses conflitos, assim como a postura machista em choque com a insubmissão e conduta independente das mulheres (CHALHOUB, 2001, p.171-241) – ou nos momentos de lazer, como no botequim, espaço geralmente disciplinado pelo pequeno proprietário ou por um encarregado deste. A relação entre os indivíduos é complexa, pois as rivalidades conviviam com a necessidade de solidariedade para sobreviver em contexto tão desprovido de oportunidades. Muitas vezes os nexos dessa solidariedade se davam entre imigrantes de uma mesma nacionalidade (o mesmo motivo que levava a rivalidades nacionais e raciais com os membros de outras nacionalidades) ou entre a população que se unia contra a polícia (CHALHOUB, 2001, p. 94; 281). Boris Fausto (1986, p. 124; 233-235) irá destacar a centralidade das atividades urbanas em termos de repressão policial em função das organizações de classe que irão se constituir no início do século XX (enfatizando ainda o papel dos portos nesse sentido, por facilitarem o contato entre trabalhadores de países diferentes). No meio urbano, pelo desenvolvimento de uma maior diversidade de atividades, a influência da reconfiguração da mão-de-obra pela tentativa de disciplinar a classe trabalhadora, seja a de ex-escravizados, seja a de imigrantes é mais visível.

O caso do “preto Luiz” trazido no início deste capítulo incorpora diversos elementos apontados acima. Começou com uma desavença entre Luiz e Theodora em função das roupas que esta deixava no quarto de cômodos daquele, isto é, envolve a relação entre um homem e mulher diretamente

atrelada às formas de habitação precárias dos meios urbanos em que a população pobre sobrevivia, o que se agrava com a postura policial ao chegar no local previamente considerado como perigoso. “Preto Luiz” foi morto por um policial, não por um proprietário, o que vincula o caso aos aparelhos repressivos do Estado. Temos também o envolvimento de um terceiro, Henrique, que sequer havia sido denunciado, foi o primeiro a entrar em conflito com o guarda. Este, por sua vez, age de forma a pessoalizar a rixa ao sentir sua autoridade desrespeitada.

Os casos estudados por Chalhoub (2001, p. 104) revelam que a mesma situação de penúria que reforçava estas redes de solidariedade entre patrícios impunha também certos limites a essas práticas de ajuda mútua, pois a necessidade de competir pela obtenção dos meios de sobrevivência obscurecia algumas vezes os laços de solidariedade nacional. Nas palavras do historiador,

(...) as rivalidades nacionais e raciais (...) eram a principal expressão dos conflitos que envolviam a luta pela reprodução da vida material entre nossos personagens. (...) A característica essencial destas tensões e rixas associadas aos problemas de reprodução da vida material de nossos personagens era o fato de que elas se exprimiam principalmente através de conflitos entre imigrantes e brasileiros pobres, especialmente os de cor (CHALHOUB, 2001, p. 110-111).

Em especial na cidade do Rio de Janeiro esses conflitos eram visíveis, pois, além do fluxo migratório dos estrangeiros, com destaque para os portugueses, havia os “brasileiros pobres de cor que já aí se encontravam e continuavam a afluir do interior do país”. Assim, “cria-se assim uma situação altamente competitiva para os membros da classe trabalhadora, pois o mercado de trabalho assalariado em formação na cidade não tem condições de absorver esta mão-de-obra abundante” (CHALHOUB, 2001, p. 111-112). Em síntese:

na prática cotidiana da vida, tal como se manifesta nos conflitos microssociais recuperados por nós, a competição pela sobrevivência e pela ascensão social entre os populares tendia a colocar em campos opostos de luta imigrantes e brasileiros pobres, especialmente os de cor. Que estas tensões tivessem que se exprimir desta forma precisa, e não de qualquer outra, parece ser em grande parte o resultado das tradicionais contradições senhor-patrão branco *versus* escravo-empregado negro, e colonizador-explorador português *versus* colonizado-explorado brasileiro que vinham dando a tônica do processo histórico da cidade do Rio de Janeiro havia séculos. Deste

confronto, reativado no período pós-Abolição através da chegada maciça de imigrantes, especialmente portugueses, à cidade, resultou a recriação ou a continuação em um novo contexto da subordinação social do negro brasileiro. (...)

Há o fato óbvio de que havia uma clara predisposição por parte dos membros das classes dominantes em pensar o negro como um mau trabalhador e em reconhecer no imigrante um agente capaz de acelerar a transição para a ordem capitalista. (...) O forte preconceito contra o negro se combinava na época com a obsessão das elites em promover o “progresso” do país. Uma das formas de promover esse progresso era tentar “branquear” a população nacional (CHALHOUB, 2001, p. 112-113).

As rixas e as práticas violentas estavam ligadas ao processo de reprodução do Capital, mesmo quando isso não aparecia de forma imediata nos conflitos ou tampouco era evidente para os contendores. Como pretendo demonstrar na sequência, o caso levantado na crônica de Décio, mesmo passando-se antes da abolição, faz parte desse processo.

3.2.1. Violência e escravidão

O caso do “preto Luiz” traz uma ambiguidade que só é desfeita com a leitura da notícia que antecedeu a publicação da crônica. Trata-se de saber se ele era ou não escravizado. A notícia informa que sim. A ambiguidade da crônica, contudo, é bastante interessante, pois joga com uma possibilidade que hoje pode nos passar despercebida: os negros não escravizados ao longo do século XIX brasileiro corriam constantemente o risco de serem escravizados. As inúmeras formas de resistência de negros e negras em geral e dos escravizados e escravizadas em particular, que passavam por disputas judiciais, pelo assassinato de proprietários, pela formação dos quilombos e pelos esconderijos no próprio meio urbano (AZEVEDO, 1987; CHALHOUB, 1990) conviviam com a constante possibilidade de ampliação do escopo de escravização por parte dos proprietários. Medidas como o fim efetivo do tráfico negreiro, por exemplo, levaram a revoltas por parte de negros não escravizados para evitar que passassem eles a compensar o déficit de mão-de-obra escravizada, caso os estrangeiros que chegassem não fossem suficientes (CHALHOUB, 2012). Em síntese, as “visões da liberdade” conviviam com a “força da escravidão” numa

batalha constante que não se encerrou sequer com a abolição. Como lembra Ângela Alonso (2002, p. 59-60), havia uma relação ambígua do Império com os escravizados, a eles não foi conferido o caráter de cidadãos, mas também não eram formalmente uma mercadoria. Justamente para não haver um “código negreiro”, não se fez um código civil no Império. Note-se com isso que mesmo medidas contrárias à escravidão não podem ser vistas como um processo progressista linear.

Vale lembrar aqui o relato que Joaquim Nabuco (2002, p. 86) faz em *Abolicionismo* (1883) sobre violência relacionada aos escravizados (incluindo a praticada por eles, mas principalmente a que sofriam) que percorria as páginas dos jornais da época:

(...) editais para praças de escravos, espécie curiosa e da qual o último espécime de Valença é um dos mais completos; anúncios de negros fugidos acompanhados em muitos jornais da conhecida vinheta do negro descalço com a trouxa ao ombro, nos quais os escravos são descritos muitas vezes pelos sinais de castigos que sofreram, e se oferece uma gratificação, não raro de um conto de réis, a quem o apreender e o levar a seu dono – o que é um estímulo à profissão de capitães-do-mato; notícias de manumissões, bastante numerosas; narrações de crimes cometidos por escravos contra os senhores, mas sobretudo contra os agentes dos senhores, e de crimes cometidos por estes contra aqueles, castigos bárbaros e fatais, que formam, entretanto, uma insignificantíssima parte dos abusos do poder dominical, porque estes raro chegam ao conhecimento das autoridades, ou da imprensa, não havendo testemunhas nem denunciante nesse gênero de crime.

Nabuco destaca isso para comentar o absurdo que é qualquer visão suavizada da escravidão:

Encontram-se, por fim, declarações repetidas de que a escravidão entre nós é um estado muito brando e suave para o escravo, de fato melhor para este do que para o senhor, tão feliz pela descrição, que se chega a supor que os escravos, se fossem consultados, prefeririam o cativeiro à liberdade; o que tudo prova, apenas, que os jornais e os artigos não são escritos por escravos, nem por pessoas que se hajam mentalmente colocado, por um segundo, na posição deles (NABUCO, 2002, p. 86-87).

As condições materiais da escravidão no Brasil excluem qualquer viés ingênuo sobre as formas do progresso brasileiro, ou, nos nossos termos, da

modernização à brasileira, pois ela é constantemente acompanhada pela possibilidade concreta de retrocesso.

Talvez um pouco do que foi trazido no subitem anterior possa ter causado estranheza, pois tratei de temas como violência, moradia e trabalho em contextos pré e pós abolição sem enfatizar suas diferenças. A concepção por traz disso é a de que, no fundo, os elementos centrais envolvidos nesse processo sempre dizem respeito à formação, ao disciplinamento e à manutenção da mão-de-obra. A violência que incide sobre o escravizado preto Luiz tem a mesma função da que incidiria sobre outros negros, mesmo não escravizados. Aliás, pelo que foi trazido pela crônica e pela notícia, ao que tudo indica, o guarda que matou Luiz não sabia se este era escravizado ou não.

O controle dessa mão-de-obra faz parte dos processos de modernização que estamos estudando aqui, pois foi é calcada no mecanismo de conservação e mudança:

Desde a década de 1850, então, quando a questão da transição do trabalho escravo para o trabalho livre já se colocava de forma incontornável para os diversos setores da classe dominante, delineia-se uma política clara de condicionar esta transição a um projeto mais amplo de continuação da dominação social dos proprietários dos meios de produção (CHALHOUN, 2001, p. 47).

Nessa continuidade de dominação social, a violência era elemento essencial. Sua função, contudo, vai além do controle físico. Sobretudo com a possibilidade do chamado “trabalho livre”, ela precisava combinar-se com o controle e com a reprodução dos valores que interessavam à classe dominante:

Era necessário que o conceito de trabalho ganhasse uma valorização positiva, articulando-se então com conceitos vizinhos como os de “ordem” e “progresso” para impulsionar o país no sentido do “novo”, da “civilização”, isto é, no sentido da constituição de uma ordem social burguesa. O conceito de trabalho se erige, então, no princípio regulador da sociedade, conceito este que aos poucos se reveste de uma roupagem dignificadora e civilizadora, valor supremo de uma sociedade que se queria ver assentada na expropriação absoluta do trabalhador direto, agente social este que, assim destituído, deveria prazerosamente mercantilizar sua força de trabalho – o único bem que lhe restava, ou que, no caso do liberto, lhe havia sido “concedido” por ogra da lei de 13 de maio de 1888. Era este princípio supremo, o trabalho, que iria, até mesmo, despertar o nosso sentimento de “nacionalidade”, superar a “preguiça” e a “rotina” associada a uma sociedade colonial e abrir desta forma as portas do país à livre entrada dos costumes civilizados – e do capital – das nações europeias mais avançadas. [Nota-se com isso] a articulação existente entre a noção de trabalho e o projeto dos donos do poder e do capital de fazer a jovem

República um prolongamento tropical da civilização e da economia europeia.

A transformação do liberto em trabalhador não podia se dar apenas através da repressão, da violência explícita. (...) Era necessário educar os libertos. Educar significa inculcar no indivíduo “essas grandes qualidades” que tornam um cidadão útil e fazem compreender os seus deveres e os seus direitos (CHALHOUB, 2001, p. 48-49; 69-70).

A violência num país escravocrata mostra-se como categoria fundante e, como tal, é incontornável do ponto de vista econômico ao cultural. A dupla escravidão e violência formaram uma constante na construção da mão-de-obra no mercado capitalista brasileiro. O caráter modernizador que o fim da escravidão teve foi levada a cabo sem por em risco o processo maior que estava por traz da escravidão: a imposição da ordem social capitalista seguiu plenamente seu rumo no Brasil. Seguindo a dinâmica de mudança e conservação, a modernização das mão-de-obra teve no “homem livre” seu nexos fundamental com a escravidão, já que com a abolição era nessa categoria que os ex-escravizados passaram a ser incluídos:

a emancipação dos escravos e os movimentos migratórios foram os dois processos que, ao longo de várias décadas, forjaram o homem livre – trabalhador expropriado que deveria se submeter ao assalariamento – ao longo da segunda metade do século XIX. É este homem livre – leia-se, “livre” da propriedade dos meios de produção, isto é, despossuído – que será a figura essencial da formação do mercado capitalista de trabalho assalariado.

É, portanto, sobre o antagonismo trabalho assalariado *versus* capital que se erguerá o regime republicano fundado em 1889, regime este que tinha como seu projeto político mais urgente e importante a transformação do homem livre – fosse ele o imigrante pobre ou o ex-escravo – em trabalhador assalariado. Na verdade, o regime republicano não é o detonador deste projeto de transformação do homem livre em trabalhador assalariado, pois tal projeto já se desenha nitidamente desde pelo menos meados do século XIX, quando a supressão definitiva do tráfico de escravos é acompanhada quase que simultaneamente por leis que regulamentam o acesso à propriedade da terra – leis estas que, na prática, vedam ao homem livre pobre a possibilidade de se tornar um pequeno proprietário (CHALHOUB, 2001, p. 46-47).

Em síntese,

a imposição de uma ordem social capitalista na cidade do Rio de Janeiro (...) [estava intimamente articulada ao] processo de expropriação do homem livre e o esforço de enquadrá-lo na ordem social capitalista emergente, processo esse que (...) equivale,

historicamente, à formação da classe trabalhadora na cidade do Rio de Janeiro no meio século compreendido aproximadamente entre 1870 – início do período terminante de crise do escravismo – e a conjuntura 1917-1920 – marco fundamental da história do movimento operário na Primeira República (CHALHOUB, 2001, p. 50-51).

A violência está diretamente atrelada a esse processo. Contudo, escravidão não era a única forma de legitimar a violência. Junto com a escravidão formou-se uma sociedade paternalista e, ao contrário do que uma primeira leitura poderia sugerir, o paternalismo não é o oposto da violência, mas seu complemento e, como tal, traz consigo a própria prática violenta.

na prática cotidiana da vida, o controle social do escravo era obtido por um equilíbrio dinâmico entre a aplicação do castigo exemplar e a adoção de medidas paternalistas por parte do senhor. (...)

O paternalismo é o elemento fundamental neste contexto: a autoridade do patrão é enfatizada e considerada essencial para que o trabalhador se veja obrigado a desempenhar suas tarefas com a eficiência exigida, mas os possíveis excessos na autoridade patronal são dissimulados sob a forma de proteção, da orientação de que o bom patrão devia a seus trabalhadores passivos e abnegados (CHALHOUB, 2001, p. 48; 73).

Nesse passo, Chalhoub (2001) cita o deputado Rodrigues Peixoto:

O patrão, depois de celebrado o contrato, se constitui uma espécie de juiz doméstico e tem ação incontestável sobre o trabalhador, para guia-lo e aconselhá-lo. Se alguma vez esse indivíduo sai das órbitas legais e pratica alguma falta ou delito ligeiro, que não precisa ser punido pela lei, o próprio patrão, em virtude do regulamento que ali existe, e que estabelece direitos e deveres entre locatário e locador, **lhe aflige castigos moderados como aqueles que infligem os pais aos filhos** (PEIXOTO, Rodrigues *apud* Chalhoub, 2001, p. 73, grifo meu).

O controle social que garantiu a “perpetuação de relações capitalistas de produção” (CHALHOUB, 2001, p. 149) fez com que mesmo a maior mudança do Brasil oitocentista (fim da escravidão oficial) tivesse traços conservadores. O controle social, conforme se constitui numa sociedade capitalista, procura abarcar as mais diversas esferas da vida. Das horas de lazer (não tinha o guarda urbano que matou o preto Luiz já encerrado se expediente?), à moradia (como vimos, os locais habitados pela população pobre no Rio de Janeiro – como aquele em que ficava o quarto do Preto Luiz – passaram a ser considerados perigosos pelos fluminenses no processo de marginalização geográfica dessa

população), chegando, claro, ao trabalho em si, esse controle assume diversas formas. Construindo essas amarras, com passe livre para a prática da violência, o amplo projeto de construção, disciplinamento e manutenção da mão-de-obra no Brasil imperial teve na passagem do Brasil escravocrata para o assalariado mais uma faceta da modernização conservadora. Entre os elementos conservados, como se vê pela permanência do paternalismo escravocrata, foi a aceitação, mesmo que em outras bases, de práticas violentas.

3.3. ALEGORIA E ESCRAVIDÃO

Lukács (1969, v. 3, p. 199-201) estabelece a distinção entre singularidade e particularidade. Para o filósofo húngaro, a segunda dessas categorias permite a mediação entre o específico (singular) e o geral. Para Lukács essa visão de totalidade é valorizada e associada ao conceito de “símbolo”, em contraposição ao de “alegoria”, que é apenas um fragmento dessa totalidade, por isso menos representativa no seu entendimento. Também Benjamin (2011) teoriza sobre as relações entre símbolo e alegoria. Dialogando e questionando com uma longa tradição que o precedeu, Walter Benjamin faz o caminho inverso ao de Lukács, pois valoriza justamente o caráter fragmentário da alegoria. No símbolo está presente a tentativa de apreensão da totalidade de um conceito, haja vista seu vínculo com o cristianismo e a representação de Deus uno (a um só tempo pai, filho e Espírito Santo); já na “construção alegórica as coisas olham para nós sob a forma de fragmentos” (BENJAMIN, 2011, p. 198), pois representam o mundano, histórico e profano, em oposição ao divino, eterno e sagrado do símbolo.

Sanseverino (1999, p. 61) estudou detalhadamente a construção e as mudanças pelos quais conceito de alegoria passou ao longo do tempo:

A alegoria é nesse ponto [na retórica da Antiguidade Clássica] uma parte menor, uma figura, do sistema retórico. Ela serve, como se viu, para representar o tema, através de uma imagem que lhe seja semelhante, de modo coerente. Alegoria (parábola, apólogo, personificação, fábula) é uma forma desenvolvida tanto do exemplo quanto da metáfora. É, em outros termos, uma sucessão de metáforas que servem para

exemplificar e particularizar uma abstração a fim de torná-la palpável; de certo modo, torna o pensamento uma figura sensível. Por mais arbitrária que seja a imagem alegórica, ela deve estar submetida à ordem geral do discurso, ao qual serve de ilustração.

Há um potencial crítico na alegoria que foi desentranhado por Benjamin. Ela é uma forma narrativa que “necessariamente (...) constrói um sentido não literal [que] se confronta com o sentido literal, naturalizado como o verdadeiro pela comunidade, encenando uma luta política e cultural através da interpretação cultural do passado” (SANSEVERINO, 1999, p. 74). Nesse sentido, Benjamin (2011, p. 167-253) estabelece a morte com a chave para a entender a dimensão alegórica barroca e a mercadoria para a compreensão da dimensão alegórica da modernidade. Diz ele: “A fisionomia alegórica da história natural, que o drama trágico coloca em cena, está realmente presente sob a forma da ruína. (...) Assim configurada, a história não se revela como processo de uma vida eterna, mas antes como progredir de um inevitável declínio” (BENJAMIN, 2011, p. 189). Nesse tipo de representação, a natureza imitada não é a “criada por Deus. Mas aquela natureza que recebe a impressão da imagem do processo histórico é a natureza caída” (BENJAMIN, 2011, p. 191). Só como “cadáver”, as “personagens do drama trágico (...) podem entrar no reino da alegoria”. Assim, “Para o drama trágico do século XVII, o cadáver torna-se o adereço emblemático por excelência” (BENJAMIN, 2011, p. 235-236).

Como é sabido, Benjamin encontra em Charles Baudelaire a figura essencial para elaborar sua crítica à modernidade (BENJAMIN, 2015). Em combinação dialética com a obra do poeta na construção do entendimento benjaminiano sobre a modernidade está a redefinição do espaço público, simbolizada pelas passagens (espécies de grandes galerias construídas sobretudo com vidro, mármore e ferro) que compõem o cenário da Paris remodelada pelas reformas do urbanista Georges-Eugène Haussmann (mais conhecido como Barão Haussmann) que foi prefeito do antigo departamento (subdivisão administrativa e territorial oficial na França até 1964) do Sena de 1853 a 1870. Para Benjamin (2009, p. 40), tais passagens constituíam

uma recente invenção do luxo industrial, são galerias cobertas de vidro e com paredes revestidas de mármore, que atravessam quarteirões inteiros, cujos proprietários se uniram para esse tipo

de especulação. Em ambos os lados dessas galerias, que recebem a luz do alto, alinham-se as lojas mais elegantes, de modo que tal passagem é uma cidade, um mundo em miniatura.

As vitrines das passagens expõem mercadorias, símbolo da modernidade para Benjamin. Tais mercadorias têm o poder de tornarem-se “imagens do desejo e nelas o coletivo procura tanto superar quanto transfigurar as imperfeições do produto social, bem como as deficiências da ordem social de produção” (BENJAMIN, 2009, p. 41). Ou seja, expostas na vitrine, as mercadorias são objetos de desejo vendidas com facilidade por trazerem implícita a promessa de solucionar os problemas dos indivíduos. As mercadorias são na verdade formas, cortinas de fumaça que escondem as relações de produção e a luta de classes que constituem seu verdadeiro conteúdo (MARX, 2013, p. 113-158). O crescimento da sua força na sociedade é inversamente proporcional ao desenvolvimento humano. Como assalariados, os seres são reduzidos a meros produtores e consumidores de mercadorias, passando a ser mais supérfluos do que elas, pois sua mão-de-obra é substituível, ao passo que as mercadorias são vistas como indispensáveis (supostamente saciam desejos e resolvem problemas).

Essa modernidade pautada pela mercadoria é modelada pela poesia de Baudelaire. E é a partir da interpretação das alegorias presentes na poesia dele que Benjamin elabora sua teoria da modernidade como um processo que encontra seu significado último na mercadoria. O poeta não tem lugar na sociedade moderna que se configurou a partir do modo capitalista de produção. Ele é desvalorizado assim como sua lírica. Então, como uma espécie de vingança, o alegorista Baudelaire “violenta os objetos e os desvaloriza; ao desconstruir a relação imediata entre significado e significante, o poeta exige a interpretação das suas imagens poéticas, fazendo jus à definição da alegoria” (FREITAS, 2014, p. 22). Com isso, ele busca aniquilar o sentido aparente e levar o leitor a um esforço interpretativo que, se bem-sucedido, o capacita para desvendar também o sentido oculto da mercadoria, por trás de seu fetichismo reluzente.

Portanto, a mediação do alegorista moderno é a mercadoria, na proporção em que no drama barroco é a morte. Essa mediação sempre precisa ser historicizada. No caso brasileiro, percebe-se que o elemento fundamental para

a compreensão da dimensão alegórica, ou seja, para a construção historicizada do sentido a partir das imagens a serem interpretadas, é a escravidão. As tentativas de modernização acabam em assunto conexo à presença da escravidão, tendo a luta abolicionista em seu centro. Veja-se que nas diversas posições delineadas por Ângela Alonso (2002), referidas no início deste trabalho, uma das linhas de corte central para a delimitação dos grupos em disputa era a posição que assumiam em relação à escravidão, tanto no sentido de posicionarem-se contrária ou favoravelmente a ela, quanto nas interpretações sobre as marcas que deixava na formação do país.

Figura 8: Foto de senhor de escravos rodeado por seus escravizados em 1870.



Fonte: MILITÃO, 1870 *apud* ALENCASTRO, 1997, p. 19.

Veja-se a análise de Luiz Felipe de Alencastro (1997, p. 18) sobre a foto acima:

O homem branco é o senhor, dono, proprietário dos cinco outros homens negros e mulatos. Está na frente, na posição de autoridade e domínio. Os outros se encontram atrás. O primeiro à esquerda do senhor é mulato, está bem vestido. Ao contrário dos outros, deixou o cabelo meio liso crescer, penteou-o, fez uma risca no lado esquerdo, como o seu, senhor. Mas não pode usar sapatos, privilégio e marca distintiva dos livres e libertos. Tirar fotografia era uma operação demorada. Ninguém podia se mexer durante quase dois minutos. Outras tentativas já podiam ter falhado. O fotógrafo Militão, que fez essa foto em São Paulo, deve ter reclamado. Por isso ou por outras razões mais secretas, o senhor está zangado, de cara amarrada. O escravo situado à sua direita, assustado, encolheu-se. Na extrema, esquerda, o homem com a varinha na mão - pastor de cabras ou de vaca leiteira na cidade - tem um olhar altivo, talvez porque traga nas mãos o objeto de seu ofício, que o distingue dos outros cativos, paus para toda obra. Na extrema direita, o homem de branco se mexeu: estragou a foto da ordem escravista programada pelo seu senhor. Vai apanhar. No seu rosto fora de foco vislumbra-se o medo. Vai apanhar.

Em contexto escravocrata, o elemento pretensamente modernizante (no caso, a fotografia) mais uma vez se choca com o arcaísmo da violência. A síntese alegórica brasileira incorpora e absorve as alegorias barroca e capitalista. O escravizado é reificado (coisificado), tratado como uma forma particular de mercadoria (mediação elementar do alegorista moderno), da qual faz parte o cálculo da sua própria morte (mediação elementar do alegorista barroco). Como resgata Joaquim Nabuco, referindo-se a um depoimento de Cristiano Ottoni (senador tanto do Império quanto da República brasileira), enquanto o preço do escravo foi baixo, raramente os proprietários deixavam os recém-nascidos sobreviverem:

Por contrato uma parte dos que vingavam pertenciam ao administrador: sempre o interesse. Em todas as palestras entre os fazendeiros se ouvia este cálculo: “Compra-se um negro por 300\$000: colhe no ano 100 arrobas de café que produzem líquido pelo menos o seu custo; daí em diante tudo é lucro. Não vale a pena aturar as crias que só depois de dezesseis anos darão igual serviço. E em consequência as negras pejudadas e as que amamentavam não eram dispensadas da enxada: duras fadigas impediram em umas o regular desenvolvimento do feto, em quase todas geravam o desmazelo pelo tratamento dos filhos

e daí as doenças e morte às pobres crianças. Quantos cresciam? Não há estatísticas que o digam, mas, se dos expostos da Corte só vingavam 9 a 10%, como então provou no Senado o visconde de Abaeté, dos nascidos na escravidão não escapavam certamente mais de 5% (*A Emancipação dos Escravos*. Parecer de C. B. Ottoni, 1871, p. 66-68 *apud* NABUCO, 2002, p. 76).

Como categoria econômica mediadora do processo está a violência. Em sociedades capitalistas do centro da Europa já se havia criado mecanismos para mediar as práticas violentas, mesmo que essas práticas também fossem inerentes a essas sociedades. Nos países colonizados de sua periferia, no entanto, essa face do processo econômico era explícita. A violência é apenas uma particularidade qualquer do funcionamento capitalista, mas uma peça central de suas engrenagens. A escravidão faz com que seja impossível não enxergar isso.

O estudo da representação da modernização à brasileira nas *Balas de estalo* acabou se revelando o estudo de como esta série e a geração a qual se integra representou e comentou o esforço de implementação do capitalismo industrial no Brasil. A posição dos cronistas mostrou-se análoga a do alegorista: ele olha para o cotidiano e estabelece o nexos interpretativo e arbitrário, construindo o sentido do observado. Nesse sentido, vale lembrar aqui o andamento da crônica de Décio. Ele constrói uma alegoria ao reduzir a narrativa sobre o assassinato do “preto Luiz” ao essencial e faz do sabre a própria imagem da violência e do arbítrio da violência brasileira produzida pela escravidão. Já no princípio, como vimos ao reler a notícia, o cronista isola apenas o ataque de Silva, com o sabre, ao “preto Luiz”. As circunstâncias particulares são deixadas de lados para enfatizar “considerações filosóficas de maior importância” (GN, 05/04/1883). Aos poucos, “Francisco José da Silva” é absorvido por uma categoria maior, “os Silvas não têm consciência do dever, nem o sentimento de honra, nem a coragem do cidadão” (GN, 05/04/1883). Pelo olhar do cronista, os Silvas são rebaixados satiricamente a instrumentos inconscientes, de tal modo com eles se tornam extensão do instrumento, do sabre. O olhar do alegorista-cronista parece não apenas desqualificar o policial, mas transformá-lo em uma ridícula alegoria da violência estatal, transformá-lo em sabre. Seria expressão de um olhar modernizador que denuncia no fato cotidiano o princípio estrutural de

um estado atrasado. No avesso disso, o gesto soberbo e autoritário (como dos republicanos que se regozizaram com a derrubada do Cabeça de Porco) revela o quanto o suposto humor crítico se volta apenas para o outro, sem questionar seu próprio lugar social. Isso parece ficar evidente não apenas pelo fato de a violência e a morte virarem piadas, mas também pelo modo como o “preto Luiz” é tratado. Nem é preciso dizer que é escravo, nem é preciso se dar ao trabalho de atentar para aqueles que são vítimas dos Silvas. Luiz e o guarda são portanto, desumanizados, transformados em imagens alegóricas de um impasse histórico, um impasse tragicamente sem solução, no qual a violência dos pólos em contraste não supera o conflito, não promove transformação; ao contrário, serve para conservar um estado de coisas. É uma síntese possível da modernização à brasileira.

3.4 O ESTILO DAS *BALAS*: HUMOR, IRONIA E IMPASSE TRÁGICO

Em *Raízes do riso*, Elias Thomé Saliba (2002) busca compreender a representação humorística na história brasileira, enfatizando o período que vai da *Belle Époque* aos primórdios do rádio no Brasil. Para tanto, ele reconstitui a produção humorística nacional ao longo do século XIX, que passou pela publicação de folhetos cômicos do período regencial, pasquins, rodapés dos pequenos jornais até o surgimento das primeiras revistas ilustradas, que começaram a proliferar graças ao desenvolvimento da impressão e da reprodução de periódicos diversos.

Alicerçando-se em Bergson, Saliba (2002, p. 22) defende que a compreensão do riso depende do significado social que ele tem em determinado contexto. O autor defende que se deve partir em busca do significado social do riso. Assim, ele aprofunda-se na reconstrução da produção do riso no Brasil e demarca as “fortes relações entre o humor e a imprensa periódica” (SALIBA, 2002, p. 43) ao longo do século XIX brasileiro. Diz ele:

É necessário considerar primeiramente que uma parte não desprezível da grande produção humorística brasileira não nasce com a República, ela já existe disseminada na produção literária rotulada, nem sempre de maneira apropriada, de “romântica” e “realista”. Já no formato mais

leve e fácil do folhetim, que ocupava o rodapé dos jornais semanais, a tendência era francamente para produção de histórias cômicas que jogavam com o burlesco, com a surpresa e com o suspense. Mas esta produção de cunho humorístico aparecia sempre nas margens das obras dos próprios autores e, por fim, nas margens da própria produção escrita. (...)

No período imperial chegaram a circular cerca de sessenta revistas ilustradas no Rio de Janeiro, que misturavam, de forma peculiar, a charge com uma espécie primitiva de história em quadrinhos, numa produção extremamente rica e fértil (SALIBA, 2002, p. 38).

A questão do humor, então, durante o Império brasileiro, convive com essa dicotomia: há uma crescente produção humorística que não corresponde à crescente valorização desse estilo. Ao contrário, nos decênios finais do Império, “havia um mal disfarçado desprezo da cultura em geral pela produção humorística, a não ser quando esta se mostrava suscetível de ser incluída — ou classificada — nos moldes estéticos consagrados do romance, do drama ou da epopeia (SALIBA, 2002, p. 43). O que era admitido, no máximo, era o chamado bom riso, que não contivesse teor crítico. Assim, a produção satírica dos autores acabava por ser marginalizada dentro de sua própria obra, como ocorreu com Bernardo de Guimarães e Olavo Bilac, por exemplo, que até hoje são ensinados e lidos com uma certa sombra em seus traços humorísticos e críticos.

Voltando-nos para o apanhado que fizemos no primeiro capítulo deste trabalho, lembremos que a geração de 1870 foi responsável por um “movimento intelectual que escavou a história brasileira, resgatando o mundo político e cultural anterior à dominação saquarema” (ALONSO, 2002, p. 243). Com variações, Ângela Alonso afirma que:

O mesmo se passou no plano do estilo. O movimento intelectual preservou certos traços românticos na oratória. O próprio estilo de seus opúsculos se inspira no tom jacobino inflamado e na retórica clássica do panfletismo político do Primeiro Reinado e da Regência. Com o classicismo saquarema, o movimento comunga as referências ao universo político romano. O romantismo, traço comum entre todos os grupos, ganha, contudo, sentido novo. Aliás, o fim do século XIX sofreu uma espécie de *revival* da grande Roma. Positivistas abolicionistas incorporaram o romantismo diretamente de Comte, achando aí um princípio de estratificação social (patrícios e plebeus), a liturgia e a forma do regime político: república com executivo forte e centralizado, condensada na figura do ditador romano. Os federalistas científicos e liberais republicanos foram pelo mesmo caminho: o que admiraram em Roma foi a república. Os

novos liberais beberam o romantismo em outra fonte, na versão do Império romano de Oliveira Martins e Mommsen. E se impregnaram de admiração por seu apogeu cultural e por suas soluções políticas, passando, pois, ao largo da Roma republicana.

Assim, a geração de 1870 brasileira mediu-se baseada no próprio metro nacional, diferenciando-se da tradição saquarema (ALONSO, 2002, p. 243-244).

Como dado já óbvio a essa altura do trabalho, sabemos que a geração de 70 tentou resolver ou pelo menos tratar dos problemas propostos pelo seu tempo. Pode-se dizer, a partir do exposto por Ângela Alonso (2002), que às diferentes posições que os agentes dessa geração representavam correspondiam diferentes formas, estilos e gêneros produzidos. A partir disso, destaque-se que, de certa forma, trata-se de entender o entrelaçamento entre o ético e o estético e, no nosso caso, de vermos a consequência desse entrelaçamento para o entendimento da série de crônicas estudada no presente trabalho.

Lukács (1969), ao analisar como a arte e a ciência tratam de problemas propostos pelo cotidiano, postula que tais problemas são originadas pelas necessidades sociais. Depois de tratadas pela ciência e pela arte, as questões retornam ao cotidiano que é “a fonte e a desembocadura do conhecimento na ação humana” (LUKÁCS, 1969, p. 72). Especificamente no caso da ciência, o meio mais comum que ela encontra para se aproximar do cotidiano é através das formas de produção. No Brasil do séc. XIX, tanto o campo da arte quanto o da ciência eram incipientes. Ainda com Lukács (1969), vemos que a ação dos homens no cotidiano é caracterizada pela imediaticidade. Quando os problemas propostos pelo cotidiano retornam a esse cotidiano passam a ser mediados, porém se apresentam como imediatos. Isso acontece graças à “vinculação imediata de teoria e prática” do ser e do pensar cotidianos (LUKÁCS, 1969, p.44). A arte e a ciência devem agir auxiliando o homem a superar – no sentido hegeliano, aniquilar, preservar e elevar a um nível superior (LUKÁCS, 1969, p.80) – essa imediaticidade. Daí a ambiguidade do pensamento cotidiano, pois, se, por um lado traz a vantagem de partir sempre da relação imediata com a realidade, por outro pode faltar a esse pensamento a referida superação da imediaticidade para que se perceba toda a mediação, via ciência, arte, religião, tradição presentes no cotidiano. Entre a realidade objetiva e seu reflexo na vida

cotidiana existe, então, uma série de mediações. A crônica como construção literária que tem como tema privilegiado o cotidiano acaba por tornar-se uma das introdutoras dessas mediações e pode ser valorizada pela capacidade interpretativa do cotidiano para além do imediato, não sendo somente introdutora das mediações, mas também responsável por explicitar essas mediações, ou seja, mostrar as tensões históricas e sociais presentes nesse cotidiano.

O estilo de escrita das crônicas revela um entendimento específico sobre os temas tratados, levando a cabo o referido entrelaçamento entre o procedimento ético e o tratamento estético. Com Lukács, procuremos entender que significado pode ter esse entrelaçamento entre os planos ético e estético:

Cuando esa aspiración [aspiración humana a una conducta ética] lucha por una expresión conceptual adecuada – especialmente en épocas en las cuales los ideales éticos aparezcan problemáticos en si mismos o, al menos, socialmente vistos -, es muy natural, y a menudo casi inevitable, que toda esa tensión [entre o mundo externo e interno] se exprese también mediante categorías estéticas. Pues el reflejo estético de la realidad da siempre forma a una unidad sensible, significativa y manifiesta de lo interno y lo externo, del contenido y la forma (LUKÁCS, 1969, p. 266-7).

Ao debatermos aqui, a partir do comentário de Ângela Alonso (2002), o estilo das diferentes posições dos agentes da década de 1870, propomos, em diálogo com Lukács (1969), que o entendimento da posição ideológica que seus autores ocupavam no período diz respeito também a suas opções estéticas. Quanto a isso, tomemos as reflexões de Machado de Assis no artigo “A nova geração”, publicado na *Revista Brasileira* (RJ) em 1/ 12/1879 (alguns meses de iniciar a publicação em folhetim do romance *Memórias póstumas de Brás Cubas*, que foi publicado na mesma *Revista Brasileira* de 15/3 a 15/12/1880). No artigo, o autor tenta encontrar a “teoria e o ideal da poesia nova”. Comenta que, entre os integrantes da nova geração, “Não falta quem conjugue o ideal poético e o ideal político, e faça de ambos um só intuito, a saber, a nova musa terá de cantar o Estado republicano. Não é isso, porém, uma definição, nem implica um corpo de doutrina literária” (ASSIS, 2008c, p.1.260). Esse artigo, que se propõe a aconselhar os novos escritores, evidencia a relação da “doutrina literária” como o ideal político. E deixa claro que ter um ideal político não basta, é necessário o

investimento literário, pois “entre uma aspiração social e um conceito estético vai diferença; o que se precisa é uma definição estética” (ASSIS, 2008c, p. 1.261).

Retomando os autores que destacamos na reconstrução da geração de 1870 no primeiro capítulo do presente trabalho, temos em Sílvio Romero o crítico sisudo e sem graça, poeta sem sucesso e raivoso debatedor; em Nabuco, vimos o ensaísta cosmopolita e cultivador de uma escrita bem mais fluida; Luiz Gama é o ex-escravizado e poeta engajado, que busca tratar de forma direta a escravidão; Ferreira de Araújo e o grupo da *Gazeta* valorizam o humor, a busca por formas mais populares de tratar temas sérios, recorrendo constantemente à ironia.

Nesse ponto, é importante destacar a diferenciação entre cômico e humorístico que Elias Saliba (2002) vai buscar em Pirandello. O cômico corresponde a uma percepção simplista do jogo de contrários (o exemplo dado por Saliba é o de uma idosa que se maquia e veste-se “como uma moça”). O riso aí partiria da “ruptura das expectativas, mas sobretudo do sentimento de superioridade” (SALIBA, 2002, p. 24). Já o humorismo consistiria em uma percepção mais complexa dos contrários (aqui o exemplo dado é Dom Quixote, em que o riso, mesmo partindo de um jogo de contrários – realidade imaginada *versus* realidade vivida – não descamba em um sentimento de superioridade, mas na identificação com o personagem). “O humorismo consistiria, então, no sentimento do contrário, provocado pela reflexão” (SALIBA, 2002, p. 25). O autor ainda diferencia o chamado “bom riso, o riso positivo, expressão da alegria lícita, e o mau riso, o riso negativo, expressão do “rir de...” ou “rir contra...”” (SALIBA, 2002, p. 19).

Ana Flávia Cernic Ramos (2005) destacou o uso do humor na série *Balas de estalo* como estratégia de popularizar a crítica política. A própria ambiguidade do título da série (um confeito e um elemento de artilharia) incorporara essa estratégia. Como vimos no começo deste trabalho, o estilo humorístico adotado para escrever as crônicas também eram traço fundamental para o sucesso comercial da série. Nas *Balas* percebe-se de fato o uso abundante do humor (não necessariamente do cômico, conforme diferenciação vista acima). Contudo, os elementos mais críticos e mordazes da série advêm do uso não só do humor, mas da ironia.

No dia 18 de dezembro de 1881, Machado de Assis publicou na *Gazeta de Notícias* o conto “Teoria do medalhão”, que dará início à colaboração regular do autor neste periódico. No ano seguinte, o conto integrará a coletânea *Papéis avulsos* (1882), tido como o livro que marca dentro da produção contística de Machado uma virada semelhante a promovida nos romances pelo seu *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881). Como é sabido, o “Teoria do medalhão” traz o subtítulo “Diálogo” e apresenta-se de fato na forma de uma conversa entre pai (não nomeado) e filho (Janjão), não tendo, narrador. É a noite em que o filho completou vinte e um anos e o pai se põe a aconselhá-lo sobre como se tornar um medalhão. Segundo o pai, o “ofício” de medalhão é o melhor “para a hipótese de que outros falhem, ou não indenizem suficientemente o esforço da nossa ambição” (ASSIS, 2008b, p. 270). Para que o filho atinja a meta de tornar-se um medalhão, será necessário ter a aparência de gravidade (mas não a gravidade de verdade, apenas a aparência, apenas a gravidade do corpo, não a do espírito) e, o principal, a falta de ideias. O filho parece ao pai bastante apto a não ter ideias, “dotado da perfeita inópia mental” (ASSIS, 2008b, p. 271).

Quanto à linguagem e ao estilo, o pai instrui o seguinte: o vocabulário do medalhão deve ser reduzido à inépcia na mesma proporção das ideias, devendo-se, no entanto, adornar o estilo com figuras expressivas, versos célebres, termos jurídicos, expressões latinas, terminologia científica... O uso de frases feitas é muito recomendável. Se entrar na política, o medalhão deve usar bastante a tribuna, sempre com discursos superficiais e genéricos.

No conto de Machado, o pai indica a Janjão que frequente livrarias apenas para ser visto nesse ambiente, mas que não deveria ler para não correr o risco de ter ideias próprias. Numa crônica de 25 de abril de 1883, Mercúcio, ao comentar a mudança do Clube Beethoven, da rua do Catete para a rua da Glória, o que indicaria uma elitização do clube, comenta que a mudança teria como consequência a presença de medalhões no local. Estes não apreciariam verdadeiramente a arte, apenas iriam ao clube por vaidade, para mostrarem-se no meio artístico:

Na rua do Catete havia como que um santuário, uma cripta venerável, a que iam em peregrinação os romeiros da arte. Na rua da Glória temos um templo magnífico: a sala de leitura é tão

coquete, tão *cheerful*, que atrai; a sala de concertos é mais grave, porém a gravidade só é percebida por um ato refletido.

A consequência será que os concorrentes não hão de ir mais aos concertos por simples amor à arte: mas por vaidade, por desejo de mostrar-se, como se vai a uma missa de meio-dia (GN, 25/04/1883).

Na “Teoria do medalhão” machadiana fica dito que o medalhão deve ser sério, mas sem evitar o riso solto, a chalaça. Nunca pode, no entanto, empregar a ironia. Quanto a isso, o pai ainda recomenda ao filho:

não transcendas nunca os limites de uma invejável vulgaridade.

- Farei o que puder. Nenhuma imaginação?
- Nenhuma; antes fazes correr o boato de que um tal dom é ínfimo.
- Nenhuma filosofia?
- Entendamo-nos: no papel e na língua alguma, na realidade nada. “Filosofia da história”, por exemplo, é uma locução que deves empregar com freqüência, mas proíbo-te que chegues a outras conclusões que não sejam as já achadas por outros. Foge a tudo que possa cheirar a reflexão, originalidade, etc., etc.
- Também ao riso?
- Como ao riso?
- Ficar sério, muito sério...
- Conforme. Tens um gênio folgazão, prazenteiro, não hás de sofrea-lo nem eliminá-lo; podes brincar e rir alguma vez. Medalhão não quer dizer melancólico. Um grave pode ter seus momentos de expansão alegre. Somente, - e este ponto é melindroso...
- Diga...
- Somente não deves empregar a ironia, esse movimento ao canto da boca, cheio de mistérios, inventado por algum grego da decadência, contraído por Luciano, transmitido a Swift e Voltaire, feição própria dos cépticos e desabusados. Não. Usa antes a chalaça, a nossa boa chalaça amiga, gorducha, redonda, franca, sem biocos, nem véus, que se mete pela cara dos outros, estala como uma palmada, faz pular o sangue nas veias, e arrebentar de riso os suspensórios. Usa a chalaça (ASSIS, 2008b, p. 275).

As referências indicam a existência de um humor bobo, um riso largo e sem teor crítico – que seriam o “nossa”, isto é, a brasileira, “boa chalaça” – em oposição à ironia, que viria de outra tradição. Em estudo conhecido, Enylton de Sá Rego (1989) vinculou a sátira menipeia e Machado de Assis. O pesquisador definiu os principais procedimentos da sátira luciânica: mistura de gêneros, uso da paródia, extrema liberdade de imaginação, caráter não moralizante e ponto de vista distanciado fazem parte do repertório satírico incorporado por Machado que terminam por misturar o sério e o cômico, com teor crítico intenso. Conforme

o autor, a sátira menipeia vem de uma tradição grega, dos diálogos socráticos, e mistura “temas especificamente filosóficos com assuntos de retórica e dialética, salpicados de hilaridade, para que os leitores menos informados pudessem ser atraídos à sua leitura por seu caráter jocoso” (SÁ REGO, 1989, p. 32). Diferente da tradição satírica romana, fundamentada na religião e na moral e que pretendia se contrapor e exterminar os vícios humanos, a menipeia não tem caráter moralizante; de caráter sério e cômico, mistura o popular, o erudito e o burlesco.

Se entendermos que com as posições diante das transformações vividas pela geração de 1870, temos diferentes estilos de representar essas transformações e que, junto com o estilo, temos o indício da própria posição tomada, podemos lançar algumas hipóteses sobre o significado do estilo irônico das *Balas de estalo*. Machado de Assis, inclusive, considerava que o critério fundamental de Ferreira de Araújo para congregar seus colaboradores era o estilo. Em 21 de setembro de 1900, Machado envia uma carta a Henrique Chaves, um dos redatores da *GN* desde sua fundação e que também colaborava com as *Balas de estalo*, sob o pseudônimo de Zig-Zag, e que assumiu a posição de Araújo em função da morte deste. Nela, Machado diz o seguinte sobre Araújo:

Nem se contentou de si e dos companheiros da primeira hora. Foi chamando a todos os que podiam construir alguma coisa, os nomes feitos e as vocações novas. Bastava falar a língua do espírito para vir a esta assembleia, ocupar um lugar e discretear com outros. A condição era ter o alento da vida e a nota do interesse. Que poetasse, que contasse, que dissesse do passado, do presente ou do futuro, da política ou da literatura, da ciência ou das artes, que maldissesse também, contanto que dissesse bem ou com humor, a todos aceitava e buscava, para tornar a *Gazeta* um centro comum de atividade (ASSIS, 2008, v.3, p. 1328).

Araújo tinha, portanto, como um de seus critérios, o estilístico. A maneira como se escrevia (“contanto que dissesse bem ou com humor”), junto com o engajamento e a experiência vivida (que não precisava ser longa) eram fundamentais (“a condição era ter o alento da vida e a nota do interesse”).

O conjunto de pseudônimos utilizados pelos autores das *Balas* usam variadas formas de humor, tendendo ora para o lado menos agressivo do cômico, ora para o lado crítico da ironia. Interessante apontar que, em contexto, a *Gazeta* e as *Balas* contrastavam com a postura séria e conservadora de outros

expoentes da geração de 70, como o *Jornal do Comércio*, ou os inúmeros representantes das diferentes posições em disputa no período (conforme detalhamento apresentado no primeiro capítulo deste trabalho). Veja-se, por exemplo, a crônica de 23/07/1884 (assinada por Zig-Zag):

Como não sou de arcas encouradas, nem tenho papas na língua, e muito menos na pena ou no tinteiro, vou declarando já ao leitor, que, se não quiser ser roubado, não leia estas balas, e fuja delas como os escravocratas fogem do projeto Dantas. Pela minha parte estou disposto a roubar o patrão, contento-me com isso, não quero roubar o leitor. Porque confesso que, se não fosse a obrigação em que me acho, de ganhar magros e chinfrins dez mil réis, com que a sovínice tradicional desta empresa opulenta resolveu pagar a minha prosa nesta seção, eu hoje não escreveria uma linha para ser dada à luz da publicidade (GN, 23/07/1884).

Interessante destacar nesse aspecto a função de Machado de Assis no grupo. Além da referência que fizemos ao conto “Teoria do medalhão”, é importante apontar o estilo empregado pelo autor nas *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881).

Como se sabe, a publicação dessa obra correspondeu na prática do romance de Machado a uma mudança de entendimento do autor sobre os caminhos da sociedade brasileira. Ele havia abandonado a perspectiva de que o trabalho “livre” seria uma superação do paternalismo (com a decisão de Estela, no romance *Iaiá Garcia* (1878), de tornar-se professora para não permanecer dependente do favor de Valéria). O peso da “falta de saída histórica das camadas dependentes” (SCHWARZ, 2000a, p. 186) na visão de Machado fez com que o romance seguinte, justamente as *Memórias póstumas*, muda-se radicalmente o ponto de vista social e narrativo e enfoca-se a elite nacional na figura do protagonista. A essa virada de compreensão correspondeu uma virada estilística (SCHWARZ, 2000b). Numa síntese irreparável, Roberto Schwarz (2000b, p. 182) afirma: “ao novo patamar do enfrentamento de classes respondem novos tipos de forma literária” (SCHWARZ, 2000b, p. 182). A hipótese aqui é a de que no concerto das posições e formas do início da década de 1880 levadas a cabo pela geração formada ao longo da década anterior, a postura das *Balas de estalo* tenha sido influenciada (na falta de melhor termo) pelas *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1880-1881). Em síntese, é possível que a *Gazeta de Notícias*, na

figura de Ferreira de Araújo, tenha visto no Machado de Assis da virada da década de 1870 para a de 1880 o cultivador do estilo que precisavam para comentar as mazelas brasileiras e, a um só tempo, posicionarem-se e diferenciarem-se no contexto de disputas entre os agentes do período em que atuavam. Note-se que são comuns, desde o estudo de Sônia Brayner (1982), propostas de entendimento da escrita da crônica como uma espécie de “laboratório” de escrita, que serve para que o escritor treine e experimente técnicas que, se funcionarem, poderão ser usadas em obras de mais prestígio. Compreendemos tal processo de modo mais dialético, isto é, também as técnicas aprimoradas em outros gêneros podem ser utilizadas para a escrita da crônica, por um mesmo autor ou por outros. O caso que agora analisamos demonstra isso.

A composição do romance *Memórias Póstumas* (1880-1881), com “a pena da galhofa e a tinta da melancolia” (ASSIS, 2008a, p. 625), conforme explicitado pelo autor no “Ao leitor” que abre o livro, não passou despercebida por muitos de seus pares. A respeito disso, vejam-se alguns comentários surgidos não apenas logo após, mas até mesmo durante sua publicação (sua primeira versão foi publicada quinzenalmente entre os dias 15/3 a 15/12/1880 nas páginas da *Revista Brasileira*). Raul Pompeia, publicou artigo na *Revista ilustrada*, em 03/04/1880 comentando o romance que estava sendo publicado quinzenalmente. Diz ele sobre o livro: “É ligeiro, alegre, espirituoso, é mesmo mais alguma coisa: leiam com atenção, com calma; há muita crítica fina e frases tão bem subscritadas que, mesmo pelo nosso correio, hão de chegar ao seu destinatário” (POMPEIA, 1880 *apud* GUIMARÃES, 2004, p. 345). Aproveitando de passagem para criticar a morosidade dos correios, Raul Pompeia percebe e destaca o tom humorístico do romance e a profundidade que este tom encobre. Também na *Revista ilustrada*, em 15/01/1881, saiu um artigo, cujo autor⁷⁴ diz já ter lido e agora relido a obra⁷⁵. Ele afirma que a promessa dos primeiros capítulos foi cumprida e paga por Machado de Assis “com uma generosidade de espírito

⁷⁴ O texto foi assinado por “D. Junio” e, segundo Hélio de Seixas Guimarães (2004, p. 346, nota 577), este é “provavelmente o pseudônimo de José Ribeiro Dantas Júnior, jornalista, redator das *Revista Ilustrada* e colaborador em *A Estação*.”

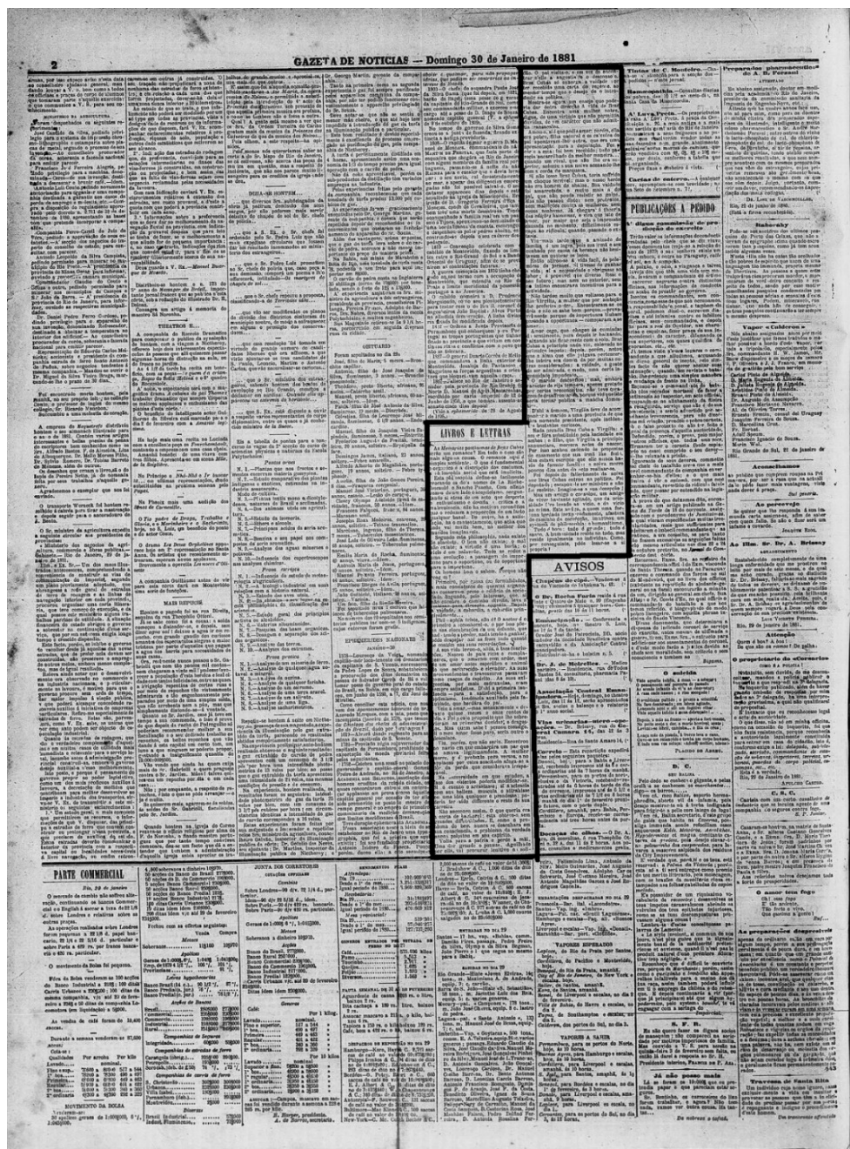
⁷⁵ A essa altura, o romance havia sido publicado integralmente na forma seriada e também em em livro.

e de bom humor inapreciáveis (...) As *Memórias Póstumas*, escritas com a pena da galhofa e a tinta da melancolia, são mais uma prova do interessante do seu engenho e um valioso mimo humorístico” (D. JUNIO 1881 *apud* GUIMARÃES, 2004, p. 346-347). Entre outros, a recepção do romance contou ainda com os seguintes comentários destacando seu peculiar estilo humorístico: “Há no correr da obra, percepções singulares, conceitos de grande agudeza, certa veia cômica que faz rir para não fazer chorar” (DUARTE, 1881 *apud* GUIMARÃES, 2004, p. 351); “narrativa humorística, que se andava então a estampar na *Revista brasileira*. (...) É soberano, límpido, musical, colorido, grave, terno, brincalhão, conceituoso, magistral, o estilo deste livro notável” (ABDIEL, 1881 *apud* GUIMARÃES, 2004, p. 352; 354). Lembre-se ainda que, por parte dos detratores, o estilo machadiano também era invocado nos ataques (ROMERO, 1992, p. 122).

No que diz respeito à receptividade das *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1880-1881) nas páginas da *Gazeta de Notícias*, destaque-se um dos comentários mais conhecidos de todos, feito por Capistrano de Abreu, que questionava se se tratava de fato de um romance⁷⁶. O futuro colega de Machado na escrita da série *Balas de estalo*, autor dos pseudônimos Mercúcio e Blick, dedicou um longo texto a seu já então amigo. O artigo de Capistrano (GN, 30/01/1881) sobre Machado, fazia um detalhado resumo do livro e dizia que a “descrição dos costumes, a filosofia social” trazida pela obra era “fundamental e orgânico” nela. De um lado dessa filosofia, via-se “ceticismo, perguntando se atrás de um ato que desperta entusiasmo e desafia a crítica e a malevolência, não há motivos recôndidos que o reduzem a proporções de um fato qualquer banal”, de outro lado, contudo, “há a satisfação, há o contentamento, que acha que tudo vai muito bem, no melhor dos mundos imagináveis”.

⁷⁶ O debate em torno de tal questionamento, também insinuado por Urbano Duarte, foi incorporado por Machado ao prólogo da terceira edição do romance. Sobre a dialética entre recepção e incorporação estética nas edições da obra durante a vida do autor, veja-se Zilberman (2004).

Figura 9: Segunda página da Gazeta de Notícias do dia 30 de janeiro de 1881.



Fonte: *Gazeta de Notícias*, 30/01/1881, p. 2. Em destaque o artigo “Livros e Letras”, em que Capistrano de Abreu comenta o romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1880-1881).

As *Memórias póstumas* são um ponto alto na forma de lidar com o humor na tradição literária brasileira. O romance pode ser visto como marco de uma tradição irônica, que se diferenciaria da tradição humorística num sentido mais tradicional. Não entra aqui nenhum critério de valor (no sentido de que a tradição humorística é pior ou melhor do que a irônica), apenas busco constatar uma diferença e entendê-la em seu contexto. Exemplo disso seria o de que um dos outros grandes marcos da literatura brasileira, já bastante invocado e valorizado

no presente estudo, pode ser vinculado a essa tradição humorística mas não necessariamente irônica. Trata-se das *Memórias de um sargento de milícias* (1854) que, conforme Candido (2010), incorporou humor popular, de teor mais cômico, e a produção satírica da imprensa do período regencial⁷⁷. O livro de Manuel Antônio de Almeida (como indicamos no item 1.4 do presente trabalho) foi publicado primeiramente no período de junho de 1852 a julho de 1853, numa seção dominical específica do jornal *Correio Mercantil* chamada “Pacotilha” e teria incorporado elementos do humor das publicações desse espaço. Para Jarouche (2001, p. XI), a produção da “Pacotilha” corresponde ao “melhor e mais agudo humor do tempo”. Contudo, esse humor, por algum tempo fortemente satírico, foi abandonado em 1853 quando liberais e conservadores se “conciliaram”, tendo o próprio *Correio Mercantil* servido de moeda de troca no período, passando a ter sua direção política determinada pelo Conselheiro Nabuco de Araújo (pai de Joaquim Nabuco)⁷⁸ (JAROUCHE, 2001, p. XXXIV).

Interessante lembrar que a combinação os mesmos dois elementos apontados por Candido (2010) sobre a composição das *Memórias de um sargento de milícias* (humor popular e produção satírica da imprensa do período regencial) configuraram para Elias Thomé Saliba (2002, p. 39) as bases do humorismo brasileiro ao longo do século XIX:

A tradição da representação humorística que já vinha do jornalismo satírico da Regência e dos folhetins cômicos do Segundo Reinado, ganha maior força e se aprofunda com o desenvolvimento da imprensa e com a proliferação das revistas ilustradas e do *reclame* publicitário no início da República (SALIBA, 2002, p. 39).

⁷⁷ Também Edu Otsuka (2016) faz importantes comentários sobre esse aspecto do livro *Memórias de um sargento de milícias* (1854). Para o crítico, “a comicidade das *Memórias* – muito apreciada pela crítica, mas pouco estudada em seus pressupostos – depende desses movimentos [alternâncias de perspectivas] do narrador. O efeito cômico baseia-se principalmente em certa ironia maliciosa, feita de contrastes e de insinuações” (OTSUKA, 2016, p. 21). Mesmo destacando a presença dessa “ironia maliciosa”, o autor conclui que “o efeito mais saliente da prosa das *Memórias* é a comicidade que se manifesta com nitidez nas descrições e se vincula a um traço estilístico particular” (OTSUKA, 2016, p. 18).

⁷⁸ Acresça-se que Muniz Barreto, o proprietário desse jornal, recebeu da Coroa o direito exclusivo para a construção de uma estrada de ferro na Bahia. Ele teve essa exclusividade por vinte anos, mas fracassou no negócio. Em 1867, o *Correio Mercantil* passou a ser controlado diretamente pelos conservadores, encerrando suas atividades no ano seguinte (JAROUCHE, 2001, p. XXXVII-XXXVIII).

De acordo com Enylton José de Sá Rego (1989), com Machado de Assis temos um novo uso dos modos e formas cômicas que se distanciam da comédia de costumes então em voga e também não se identificam com o humorismo do romance de Manuel Antonio de Almeida. No caso das *Balas de estalo*, além dos temas indicarem as tensões da modernização brasileira, podemos pensar numa dimensão formal do conjunto. Como representativa de seu contexto, esse conjunto é bastante variado, mesmo no caso de diferentes pseudônimos criados por um mesmo autor. Como Mercúcio e Blick, ambos criados por Capistrano de Abreu, sendo o primeiro dotado de um estilo mais humorístico e o segundo mais sisudo (RAMOS, 2005, p. 42).

Segundo a hipótese aqui defendida, como conjunto, a série busca articular humor e tragicidade, tendo na ironia uma espécie de mediadora para aproximar esses extremos. Mercúcio e Lélío, por exemplo, dão uma pista importante. São personagens, respectivamente, de uma tragédia shakespereana (*Romeu e Julieta*) e de uma comédia de Molière (*L'étourdi*)⁷⁹. A partir deles, podemos pensar a dimensão cênica, em que a *Gazeta* cria um espaço de debate e de interlocução. Os diferentes perfis têm em comum a crítica às mazelas brasileiras, mas não se preocupam em uniformizar as vozes, mantêm tensões e diferenças e chegam a brincar com elas, como nessa crônica de João Tesourinha (provável pseudônimo de Henrique Chaves, mesmo autor que compôs o pseudônimo Zig-Zag):

Pacientemente, mesmo resignadamente, temos visto desfilar na fileira dos artilheiros destas *Balas* nomes completamente desconhecidos, e não poucas vezes, propositalmente disfarçados. Aqui, o que escreve hoje, não sabe quem escreveu antes nem quem vai escrever depois. Em todo caso, cada um já sabe que tem a recear a concorrência, e contra ela se previne do melhor modo possível. Um dia é Lulú Sênior, outro dia é Lélío, outro Décio, outro Mercutio, outro José do Egito, outro Zig-Zag, enfim uma caterva de maldizentes em geral corretos e comedidos (GN, 12/07/1883).

Os pseudônimos formam uma espécie de *ágora* paródica pois nem a imprensa é um poder considerado forte suficiente para intervir na vida pública, nem esses homens oriundos da nova geração estão incorporados ao Estado.

⁷⁹ Sobre as fontes de todas as informações referidas aqui no que diz respeito aos pseudônimos, rever a introdução e o item 1.1.2 do presente trabalho.

Em outros termos, esses homens ganham visibilidade na dimensão cômica e apenas tem voz porque somente pelo humor são escutados. Ao conseguirem audiência, aproveitam e inserem sua visão crítica sobre o Império decadente e que se materializa pelo uso mordaz da ironia⁸⁰.

Para Kierkegaard (2001), não há ironia sem ambiguidade, sem diversidade de sentidos e a conseqüente possibilidade de múltiplas interpretações. Assim como também não há como percebê-la sem considerar-se a ideologia e o capital cultural dos interlocutores. Por isso, o filósofo dinamarquês entende a ironia como uma “determinação da subjetividade” (KIERKEGAARD, 2001, p. 212). Tal concepção lembra Lukács (2000, p. 75), para quem a ironia ao mesmo tempo “significa (...) uma cisão interna do sujeito” e representa uma subjetividade que “empenha-se em impregnar o mundo alheio com os conteúdos de sua aspiração”. O irônico é sincero sem ser simplista. Seu fascínio vem do fato de ser possível esconder a seriedade com o humor, ou esconder o humor com tons de seriedade.

A ironia, por não se deixar confundir com o cômico e por trazer a possibilidade de múltiplas interpretações, tem um aspecto crítico e corrosivo que a afasta de visões de mundo conservadoras. Sua criticidade é potencializada ao verificarmos a seriedade do problema veiculado em suas entrelinhas. Também a perspectiva trágica reside na coexistência de dois polos, conforme Vernant e Vidal-Naquet (1988). Sobre o Édipo sofocleano recai a culpa dos hediondos crimes de parricídio e incesto. Ao mesmo tempo, contudo, Édipo é inocente, já

⁸⁰ Importante fazer uma observação sobre uma ausência nesse trecho do presente trabalho. Seria o debate em torno da volubilidade (SCHWARZ, 2000b). Possivelmente, o estudo aprofundado entre esse conceito articulado à noção de ironia renderia uma tese própria. Preciso, contudo, fazer um comentário quanto a isso. Em minha dissertação de mestrado (BOENAVIDES, 2012), na qual estudei exclusivamente Lélío, o pseudônimo utilizado por Machado de Assis na série *Balas de estalo*, defendi a hipótese de que nessa série o pseudônimo vale-se do recurso hoje conhecido da volubilidade para comentar em especial os temas políticos do período. Mais do que isso, procurei mostrar que a própria percepção de Machado sobre essa volubilidade estaria ligada à observação empreendida pelo autor em relação ao estilo dos discursos políticos os quais presenciou na sua longa carreira no jornal. Não localizei *Bala de estalo* produzida por outro pseudônimo além do Lélío machadiano que se valesse da volubilidade. Pelo que tudo indica, a noção de volubilidade realmente não era percebida pelo grupo. Diferentemente da ironia, portanto, que foi percebida – presente em inúmeras das crônicas referidas ao longo de todo o presente trabalho – e chegou a ser explicitada pelo próprio Machado de Assis, como vimos, no conto “Teoria do Medalhão”. Esse é o motivo de optarmos, para falar da série *Balas de estalo* como conjunto, destacar a presença da ironia e não da volubilidade, que, até o presente momento, pode ser atribuída de forma particular à escrita machadiana.

que não sabia que havia matado seu pai e desposado sua mãe. A partir do personagem de Sófocles, os estudiosos franceses delimitam a referida coexistência de contrários: a inocência e culpabilidade, lucidez e cegueira estão sintetizados em Édipo. Trata-se de uma contradição inconciliável que se expressa através de uma “consciência dilacerada”, pois “o sentimento das contradições” divide “o homem contra si mesmo” (VERNANT e VIDAL-NAQUET, 1988, p. 3). O herói trágico não resiste a essas forças contraditórias e cai em desdita e compreende sua impotência diante do seu destino. Temos aí o sacrifício de um herói derrotado por uma ordem de coisas que ele não tem meios de modificar. Já o ironista, ao perceber a impossibilidade de resolução do problema que se coloca, posta-se acima daquilo que comenta como que para resistir à situação e não sucumbir a ela. Abdica de ser herói, mas não é destruído pelas forças em confronto.

A partir da leitura das crônicas vemos que estagnação e inércia são traços recorrentemente representados nas *Balas de estalo*. Em 07 de maio de 1883, por exemplo, Décio comenta que diante de um incêndio na repartição de telégrafos da Gamboa, um policial, “urbano”, foi enviado aos bombeiros para avisá-los, já que os fios que faziam o contato entre a repartição e o corpo de bombeiros estavam rompidos há tempos. Como o cronista sentencia, buscando no ditado popular o elemento da ironia: “A repartição dos telégrafos, como a casa do ferreiro usa espeto de pau” (GN, 07/05/1883).

A precariedade de qualquer tipo de serviço chega aos marcos da insalubridade pública com traços de comicidade, como na crônica 18 de abril de 1883 em que Zig-Zag, entre comentários da recusa do Barão de Cotegipe para ser Conselheiro de Estado (era presidente do senado), refere o caso de uma reclamação feita pela população de que um capinzal estava exalando um cheiro forte. O guarda-fiscal que foi até lá resolver, quando chegou “ao princípio do capinzal levou a mão ao nariz e fugiu aos sete pés”. A justificativa que deu depois foi a de que tinha medo de cobra e que no outro dia traria o fiscal. Mas, “o cheiro lá ficou, até que os cães deram com um *bode* apodrecido, que era a única *cobra* que aterrorizava o bravo guarda-fiscal”. Tais problemas urbanos eram comuns no Rio de Janeiro. Sidney Chalhoub (1996, p. 36) lembra episódios em que terrenos baldios, virando depósito de lixos dos moradores e podendo acolher

“malfeitores”, eram, de fato, caso de polícia. Recorria-se à Câmara Municipal que, por meio de um fiscal, deveria zelar pela limpeza do local. Invariavelmente nada era feito e a responsabilidade sobre o terreno se perdia na burocracia. A própria *Gazeta* tinha uma seção, cuja localização variava entre a primeira e a segunda página do jornal, denominada *Providências e Reclamações* em que, entre outros assuntos, problemas do tipo eram relatados. Em uma ocorrência, por exemplo, reclamava-se que na rua dos Coqueiros, em Catumbi, havia “barro e lama, que para ali foram levados na grande chuva do mês passado”. Com ênfase é destacado: “Desde o mês passado! É caso para só acreditarem na notícia os que têm por obrigação remover essa lama, e que sabem que o não fizeram” (*GN*, 14/04/1883).

Não custa lembrar que décadas antes, Álvares de Azevedo ironizaria a precariedade desse cotidiano em poema bastante conhecido, “Namoro a cavalo”, no qual um namorado, morador também de Catumbi, vai visitar a namorada, mas como no dia anterior havia chovido, acaba chegando lá todo sujo, já que suas roupas francesas ficaram cheias de lama. Ele ia “a trote inglês” em um cavalo de raça inferior que havia alugado até que uma carroça passou por ele fazendo saltar a lama do solo (AZEVEDO, 2005, p. 303-304). Note-se o descompasso entre o anseio cosmopolita (trote inglês, roupas francesas, “tafuis”) e a precariedade do chão histórico (literal e metaforicamente). Cosmopolitismo esse elevado à condição de modelo e, ao mesmo tempo, limitado, marcado como insuficiente para solucionar os problemas que atravancam o dia a dia.

No primeiro capítulo desta tese, vimos Lulu Sênior ironizando o modo como o governo imperial “resolve” o problema da febre amarela: não melhorando a salubridade pública, doa dinheiro para a Igreja para que cuidem bem dos mortos (*GN*, 11/04/1883). Em outro momento (analisado em detalhe no segundo capítulo deste trabalho), Zig-Zag ironiza o fato dele ter sido incumbido, em função da articulação entre os demais cronistas, de escrever a última crônica do ano, na véspera do feriado, o que ninguém queria fazer. Já na crônica sobre o “preto Luiz” a qual estamos destacando no presente capítulo, sua relação com a ironia e com a tragicidade é sobremaneira interessante. Como destacado nos comentários introdutórios a esta crônica, ela transita do tom irônico para o sério.

Passa do comentário irônico sobre a relevância do episódio para o também irônico comentário sobre o possível culpado pelo crime, com ênfase para o jogo de palavras quanto à nova “moradia” do “preto Luiz”, que será o necrotério. Numa reviravolta, a conclusão que parecia brincadeira no começo, de que a culpa pelo crime tinha sido do sabre, ganha ares de revelação interpretativa, quando entendemos que o sabre é usado como metonímia da sociedade brasileira profundamente violenta e que não oferece saída para o “preto Luiz” (GN, 05/04/1883).

Ao comentar o cotidiano, portanto, os autores da série *Balas de estalo* apontam uma formação problemática em que a elevação típica da tragédia se apresenta como um dilema em função da própria matéria representada que tende ao risível. Ao longo do primeiro capítulo, destaquei como a precariedade dessa matéria se apresentou para os autores da série como fruto das contradições inerentes ao processo de modernização específico ao qual estavam imersos. Em contrapartida ao risível da matéria, o destino trágico da sociedade escravocrata brasileira requeria tratamento sério. A ironia nesse contexto representa esse impasse, o choque entre a matéria histórica e sua representação pela cultura letrada.

3.4.1 O punhal de Lucrecia e o sabre do urbano: a propósito do “destino” do preto Luiz ou uma tentativa de síntese

No estudo “Leituras em competição” sobre a recepção internacional da obra machadiana – como representante da produção literária nacional –, Roberto Schwarz (2012, p. 9-43) propõe um debate sobre a dialética entre o local e o universal a partir da análise da crônica “O punhal de Martinha”, publicada por Machado de Assis na *Gazeta de Notícias* em 05 de agosto de 1894 e que faz parte da série *A Semana*⁸¹. No estudo, Schwarz debate o fato de o renome de autores periféricos se construírem internacionalmente a partir do apagamento dos traços locais que constituem suas obras. Esse fenômeno aconteceu com o

⁸¹ Trata-se da última e mais longa série de crônicas entre as escritas por Machado, foi de 1892 a 1897.

argentino Jorge Luís Borges e está em curso, hoje, com Machado de Assis. O crítico defende posição diferente: a internacionalização da obra, seu cosmopolitismo, precisa advir da dialética entre local e universal, e não do apagamento do primeiro termo⁸²:

Por que supor, mesmo tacitamente, que a experiência brasileira tenha interesse apenas local, ao passo que a língua inglesa, Shakespeare, o New Criticism, a tradição ocidental e *tutti quanti* seriam universais? Se a pergunta se destina a mascarar os nossos déficits de ex-colônia, não vale a pena comentá-la. Se o propósito é duvidar da universalidade do universal, ou do localismo do local, ela é um bom ponto de partida (SCHWARZ, 2012, p. 29).

Nos termos no presente trabalho, trata-se de elaborar uma proposta de entendimento de que a percepção dos cronistas das *Balas de estalo*, de que a matéria nacional era precária, em função do atraso do processo de modernização em relação a alguns países europeus (em especial França e Inglaterra) e aos Estados Unidos, entrava em choque com a complexidade dos dramas humanos e da sociedade brasileira como um todo. Processo ocasionado pela “vizinhança imediata e metódica entre (...), para tudo resumir, ex-colônia e países-paradigma” (SCHWARZ, 2012, p. 43). O Brasil visto em comparação não chegaria a ser uma nação no sentido moderno. A caracterização do país, portanto, se dá pela negação da modernidade. Seus traços socioeconômicos centrais são vistos por este signo: escravidão, latifúndio monocultor, rígida hierarquia, partidos em degeneração, abismo entre elite erudita e país atrasado, entre ignorância e bacharelismo e entre lei nacional e poder local. Isso expressará a contradição entre liberalismo e escravidão, inexistente do ponto de vista do antigo liberalismo imperial, mas que passa a ser salientada por diversos agentes da geração de 1870. A incompletude da formação brasileira reside fundamentalment na escravidão. Isso é central para pensar a crônica e as

⁸² O levantamento da recepção da obra do autor brasileiro levada a cabo por Schwarz (2012) é em parte uma continuidade do estudo de Antonio Candido (2004), “Esquema de Machado de Assis”. Não relatarei em detalhes os procedimentos de ambos estudos aqui, mas destaque-se que o citado apagamento da “realidade imediata” (SCHWARZ, 2012, p. 13) deu-se também na recepção crítica da obra machadiana pela crítica nacional. Destaque-se ainda que o referido estudo de Schwarz (2012) dialoga com *Formação da literatura brasileira*, também de Candido (2009), pois nessa obra candidiana o autor defende a tese de que a dialética entre o localismo e o cosmopolitismo é constitutiva da formação da literatura nacional.

mudanças na literatura brasileira do período. O redimensionamento da contradição entre liberalismo e escravidão era algo latente, real, mas cotidiano e não formulado como problema até então. É passagem da contradição à análise e ao problema, que faz com que a escravidão passe a ser vista como aberrante, criminosa, atrasada.

De um lado teríamos o rebaixamento da matéria, percepção colonizada a que nossos cronistas teriam sucumbido, de outro, a elevação do drama humano e social do conjunto. Prevalendo, na percepção do cronista, o primeiro elemento, o teor trágico que a ironia guarda, conforme comentado no subitem anterior, não teria validade – já que a elevação trágica estaria descartada; prevalecendo o segundo, o tom sério e elevado da representação trágica daria conta do recado – mas soaria artificial no contexto da *Gazeta* e sobretudo das *Balas de estalo*. O que se destacou, ao que parece, foi a tentativa de síntese (matéria histórica rebaixada, conflito humano e social complexo e elevado), o que permitiu a combinação entre algumas feições do humor, com destaque para a ironia (não do cômico, que penderia a balança para o lado depreciativo e conservador) com uma perspectiva trágica no sentido apontado anteriormente. Ou seja, a análise da modernização brasileira conforme percebida pelos cronistas das *Balas de estalo*, indica que percebiam tal processo como uma contradição insolúvel, já que não há a indicação de que os polos em oposição levariam a alguma síntese que, no caso, seria a superação das contradições da modernização brasileira conforme tal processo se apresentava na decadência do Segundo Reinado. Tal percepção adviria da observação de que as mudanças presenciadas no final do Império brasileiro eram profundamente conservadoras, repaginando o atraso e combinando processos que, esperava-se, seriam excludentes. A ironia com fundo trágico, no sentido de trazer à cena problemas históricos sem solução apreciável no horizonte, estaria a serviço da representação desse contexto.

Martinha, personagem da crônica machadiana comentada no estudo “Leituras em competição”, de Roberto Schwarz (2012), é uma moradora da cidade de Cachoeira, na Bahia. Ela foi assediada por morador local chamado João Limeira e acabou matando o assediador com um punhal. Essas são informações trazidas por Machado a partir da leitura de uma notícia do jornal

baiano *A Ordem*. O cronista compara a história da moça com a de Lucrecia, que se suicidou com um punhal após ser violentada por Sexto Tarquínio (em meados do séc. V a.C.). Machado, sempre em tom irônico, inicia comparação pontuando as inferioridades do caso de Martinha em comparação ao de Lucrecia. O jogo de contrastes vai desde a posição histórica de ambas aos veículos que narraram os casos. Ao jornal baiano contrapõe-se a *História Romana*, de Tito Lívio. Contudo, a ironia é invertida, e o cronista passa a apontar a superioridade de Martinha em relação à Lucrecia: em vez de se matar, delegando a vingança para seu marido e seu pai (como fez Lucrecia), Martinha mesma vingou-se. Além disso, a baiana “pune a mera intenção, e não o ultraje consumado. A nota cafaeste dessa segunda distinção, destinada a botar defeito na honestidade de Lucrecia, não deixa de ser um achado memorável” (SCHWARZ, 2012, p. 30). Construída a inversão, “por um momento é Lucrecia quem se deve mirar no exemplo de Martinha, e não vice-versa, uma viravolta de alcance quase inconcebível” (SCHWARZ, 2012, p. 30). Temos, portanto, dois casos que são aproximados pelo cronista, que num procedimento quase socrático, leva o leitor a crer na inferioridade de Martinha para depois acreditar no contrário. Contudo,

É claro que essas superioridades, tanto quanto as inferioridades, não são para levar a sério. Elas resultam do cotejo abstrato de vícios e virtudes, termo a termo, perfil contra perfil, que prefere o exercício retórico ao tino para a história – uma opção que o tempo havia tornado obsoleta e burlesca. Assim, a comparação leva a rir da Cachoeira, porque ela não se compara a Roma, e a rir de Roma, que talvez não passe de uma Cachoeira revestida de belas palavras (SCHWARZ, 2012, p. 30-31).

Nesta crônica, o “leitor é tratado na empolada segunda pessoa do plural, com subjuntivos e condicionais difíceis” (SCHWARZ, 2012, p. 30). O que contrata com o tom de familiaridade empregado em relação à Martinha, referida como “a Cachoeira”, especificada pelo artigo definido, e também pelo “diminutivo afetoso” agregado a seu nome, “incluindo-a na esfera da cordialidade brasileira, ou do sentimento nacional”. Tal procedimento artístico, “dá forma a feições importantes da desigualdade moderna” (SCHWARZ, 2012, p. 31). No cerne temos o acontecimento local e o debate de sua validade como objeto de representação que passa, irremediavelmente, pelo debate da forma de sua representação:

As boas letras não funcionam apenas como trunfo, mas também como obstáculo, ao passo que a experiência local, sendo um núcleo de identidade, mas de uma identidade pouco prestigiosa, tanto fortifica como desmerece e empareda o seu portador. A mescla das dicções – da dicção engomada e da dicção familiar – interioriza e encena a crise, que se resolve nas linhas finais, pela derrota da aspiração nacional: depois de indignar-se com a “desigualdade dos destinos”, que só recolhe e transmite o que está nos livros canônicos, ignorando o que existe a realidade – leia-se o Brasil –, o escritor joga a toalha e toma o partido do opositor, o beletrista amestrado que ele traz dentro de si. “Mas não falemos mais em Martinha”, quer dizer, não falemos do Brasil.

A conclusão não é para ser acatada, ou melhor, é para ser desobedecida. Trata-se de mais uma versão do refinado procedimento machadiano (...) que manda reexaminar criticamente a *persona* que está com a palavra. (...)

Por baixo da engrenagem retórica, lógica e estética do particular e do universal, pressionando-a e dando-lhe verdade, como um imenso subentendido, há luta de classes, luta entre nações, patamares desiguais de acumulação cultural, além de luta artística e crítica.

O referente remoto, que valida ou desqualifica a composição artística – se estivermos certos –, é a ordem mundial desequilibrada e em litígio, de que o país faz parte. A última palavra não pertence à nação, nem à cultura hegemônica internacional, mas ao presente conflituado que as atravessa e desdiz (SCHWARZ, 2012, p. 32-33; 42).

Assim como Martinha, o “preto Luiz” também tende a ser relegado ao esquecimento, a não ser para uma meia-dúzia de intelectuais letrados do final do século XIX. Seu “destino” histórico faz parte de um processo que engloba os escravizados, ex-escravizados e todos os sujeitos que compuseram as camadas pobres e que foram transformados em objetos da construção e da reconfiguração da formação da mão-de-obra de obra barata nacional. Ao incorporar tal dilema à cultura escrita, o impasse é inevitável:

Estamos diante de um *material* com fisionomia própria, compósito, desarmônico e rebaixado, que é produto histórico e pode ser ponto de partida artístico. Esses quiproquós, *que são depositários da transformação periférica da cultura europeia*, põem de pé uma problemática inédita, difícil, de classes e de inserção internacional, de que a oposição corrente entre localismo e universalismo oferece uma visão distorcida e característica. O processo de fundo é a formação da nacionalidade nas condições herdadas da colonização, inevitavelmente fora de esquadro, se o esquadro forem as autoidealizações da Europa adiantada (SCHWARZ, 2012, p. 40-41, grifos do autor).

Num esboço sobre a relação da civilização ocidental com o corpo, Adorno (1985) defende que é possível contar a história a partir da história do corpo. O crítico frankfurtiano pontua que nas formas de dominação do corpo, o Ocidente transitou da coerção física para o controle da liberdade (tremendo paradoxo). Ele destaca o momento em que

a dominação assume completamente a forma burguesa mediatizada pelo comércio e pelas comunicações e, sobretudo, quando surge a indústria, começa a se delinear uma mutação formal. A humanidade deixa-se escravizar, não mais pela espada, mas pela gigantesca aparelhagem que acaba, é verdade, por forjar de novo a espada (ADORNO, 1985, p. 217).

Podemos adaptar o trecho para pensar a transição da mão-de-obra escravizada brasileira para a mão-de-obra assalariada, que se manteve, como vimos, pautada pela violência das vias paternalistas que subsistem em nossa sociedade. Em síntese, pode-se dizer, a partir da perspectiva adorniana, que a civilização produz a anticivilização. É necessário reconhecer a “inominável estupidez que é o resultado do progresso” (ADORNO, 1985, p. 217-218).

Segundo o que estamos defendendo neste capítulo do trabalho, a violência produzida pela escravidão é a característica mais marcante do projeto “anticivilizatório” imposto ao Brasil pela civilização ocidental capitalista. Demonstração concreta de que se trata de uma “civilização malograda” (ADORNO, 1985, p. 219). Nos termos da dialética entre local e cosmopolita, “o universal é falso, e o local participaria do universal se não estivesse isolado e posto à parte, um degrau abaixo” (SCHWARZ, 2012, p. 41). Dentro dessa lógica de procurar compreender o funcionamento e o significado da violência na sociedade brasileira, Chalhoub (2001, p. 310-311) propõe uma diferenciação interessantes entre rixa, desafio, conflito e violência a partir do que observou nos processos judiciais que estudou na virada do século XIX para o XX:

(...) não é necessário definir a rixa como o motivo fútil que serve de causa imediata para a precipitação de um conflito (...). Na documentação coligida e analisada, a rixa seria bem definida como a situação de tensão mais ou menos prolongada no tempo que levará ao desafio e, finalmente, ao conflito direto entre os contendores. Há uma distinção relevante a fazer, portanto, entre os conceitos de rixa e de desafio: o desafio pode ser visto como o último estágio de uma escalada contínua de tensões

específicas ativadas a partir do surgimento da rixa. O desafio precede imediatamente o conflito e anuncia aos membros de um determinado meio sociocultural; a rixa surge da própria dinâmica de funcionamento e ajuste de tensões dentro do microgrupo sociocultural estudado. Nesse contexto, a violência não é algo gerado espontaneamente num dado momento, mas sim o resultado de um processo discernível e até previsível pelos membros de uma cultura ou sociedade. (...)

Há de se enquadrar a rixa dentro de uma perspectiva teórica que a aprenda enquanto expressão da própria dinâmica do inter-relacionamento entre membros de um microgrupo social dado. (...) É necessário perceber a rixa como um acontecimento político no interior de um determinado microgrupo sociocultural.

Vimos (capítulo 2 do presente estudo, ao analisarmos a implicação do conceito de cordialidade para entender a constituição da crônica como gênero) que a ideologia da classe materialmente dominante tende a se tornar também dominante (MARX e ENGELS, 2007). Do mesmo modo, a prática da violência impingida pela classe proprietária aos escravizados era reproduzida, embora sob outras formas, entre os chamados homens livres, entre si e entre estes e os escravizados, como no caso do “preto Luiz”. Curioso notar que, nos estudos analisados no presente trabalho, não encontrei referência a casos de agressões entre escravizados. De todo modo, a violência se mostrou como o traço mais arcaico (entre tantos outros também importantes) que teve continuidade, embora sob novas bases, no processo de modernização brasileira em fins do século XIX conforme observado nas crônicas da série *Balas de estalo*. Essa violência tem caráter peculiar de não estar a serviço efetivo da resolução de nenhum conflito. Antes, ela, mesmo quando praticada pelos outros agentes da sociedade que não a classe proprietária, serve para manter o estado de coisas, da mesma forma que serviu para dar continuidade às relações básicas entre proprietários e pobres. Em vez de mudança, ela gera permanência. Eis o “destino” trágico da modernização conservadora brasileira. Situação trágica essa tratada entre o humor e a ironia pelos nossos bem-intencionados cronistas, que eram impotentes para modificá-la e ainda acreditavam que seguir modelos de outros países seria uma solução. Na decadência do Império, a força da escravidão já apontava que as mudanças visíveis no horizonte não proporcionariam, nem com a abolição da escravidão, uma transformação efetiva da sociedade brasileira. Para quem bem olhasse, no período estava em curso o projeto vencedor de abolir a escravidão sem abolir o sistema que a formou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para procurar entender o arrojado projeto das *Balas de estalo*, que, como foi explicitado ao longo do trabalho, envolvia intelectuais letrados altamente qualificados, sobretudo se considerarmos seu contexto, parti da recuperação crítica que Ângela Alonso (2002) faz dos agentes intelectuais da Geração de 1870. Junto a isso, o debate de Schwarz (2000b) foi incorporado, numa tentativa de sintetizar as “ideias fora de lugar” e as “ideias em movimento” num contexto bem específico da produção cultural brasileira. O potente achado de Schwarz (2000a e 2000b) comprova que as ideias modernas funcionam como ideologia em segundo grau, revelam a violência local (brasileira) e mostram o quanto a pretensão de liberal de universalidade é uma farsa para esconder a exploração do trabalho. Já Ângela Alonso (2002) estuda no detalhe como isso funciona quando jovens letrados acreditam nessa ideologia modernizante, mas não têm lugar no Império. Ou ainda, o quanto esse universo letrado é realmente uma esfera risível e mínima num vasto contingente de analfabetos.

A aversão às mudanças e a opção pelas “vias lentas” (ALONSO, 2002, p. 56) era congênita ao Segundo Reinado, pois este surgiu ameaçado pela “desordem” do Período Regencial, considerada “revolucionária” pelas elites imperiais (ALONSO, 2002, p. 56). Estruturalmente, tal postura levou adiante a monarquia, em oposição à república, a escravidão, em oposição ao trabalho assalariado. Levou adiante também o domínio dos proprietários de terras mesmo com o crescimento da urbanização e com o desenvolvimento de novas atividades econômicas. A despeito disso, a geração de 70 acompanhou uma série de modificações no panorama social econômico e político, que estavam entrelaçados. A partir da Lei do Ventre Livre, de 1871, levada a cabo pelo conservador Visconde de Rio Branco, diversas outras medidas foram tomadas nesse sentido. Uma espécie de censo dos escravizados foi realizada, um imposto de importação interprovincial sobre eles foi criado, desestimulando o tráfico interno, além de um imposto sobre transmissões de propriedade, uma forma de incentivar a alforria em testamentos. Junto com isso, Rio Branco promoveu uma modernização da infraestrutura do país:

(...) fez aprovar várias pequenas medidas legislativas de incentivo ao comércio e alterou as relações com os países vizinhos ao reformar o código comercial (...) e efetivar uma reforma aduaneira (...). Expandiu as comunicações internas, vitalizando o transporte de cargas e de pessoas. Duplicou a rede ferroviária, financiadas por grandes empréstimos ingleses. (...) Estabeleceu um cabo telegráfico submarino que conectou o Brasil com a Europa, a América e até mesmo as capitais provinciais entre si. Em 1873 o correio da Corte a São Paulo levava cinco dias a chegar; as notícias estrangeiras vinhas em vapores com atrasos de semanas. No ano seguinte, o país passou a receber notícias diárias da Europa e dos Estados Unidos (ALONSO, 2002, p. 85).

Medidas para regularizar o trabalho livre e de naturalização dos estrangeiros que residiam no país há mais de dois anos deram conta de incorporar os homens livres pobres na economia e de atrair novos imigrantes. O ensino, em uma reforma de 1874, enfatizou as formações técnicas, haja vista que havia muitos bacharéis em direito (movimento esse fruto em boa medida da antiga mudança ocorrida na economia da mineração para o café, o que havia tirado o peso do ensino técnico). No plano do sistema repressivo, ampliou o *habeas corpus*, regulamentou a prisão preventiva e transferiu o poder da polícia para os juízes, além de mudar o sistema de recrutamento, que deixou de ser forçado e passou a ser por sorteio. Nesse bojo, avançou-se na “laicização das instituições imperiais que os liberais requeriam: propôs-se o registro civil de nascimentos, casamentos e óbitos” (ALONSO, 2002, p. 84). Também Alencastro (1998, p. 31; 54) destaca que enquanto perdurou o comércio continental de escravos, a imigração era ilusória. Contudo, com a supressão do tráfico negreiro, em 1850, isso muda totalmente, refletindo no contingente populacional do Rio de Janeiro dos anos de 1850 a 1870. Para que se tenha uma ideia, de 1849 para 1872, a população escrava no Rio de Janeiro caiu de 41,5% para 17,7%.

Esse inventário de modificações serve para mostrar o caráter reformista do período. A base dessas reformas era reivindicada há décadas pelos liberais ou pelo menos por alguns de seus setores. O conjunto de alterações sociais as quais o Império não podia ignorar forçava à tomada de medidas que as acompanhassem. E essas medidas foram tomadas justamente pelos conservadores, que, aproveitando um momento de falta de unidade dos liberais, colocaram-nas em prática da forma mais segura possível para garantir o manutenção das instituições imperiais e os benefícios dos proprietários. Nesse

contexto, o caráter da modernização conservadora (FERNANDES, 2002) se deu sob a forma de uma “reforma controlada, (...) “sob tutela estamental” (ALONSO, 2002, p. 78). O maior bloco de reformas do Segundo Reinado é realizado sem colocar em risco a monarquia, afastando, temporariamente, o perigo republicano. Esse pode ser considerado o traço fundamental da derradeira crise do Segundo Reinado brasileiro, representado pelas crônicas das *Balas de estalo* sob a forma de crítica ao modo como essas mudanças contraditórias se plasmavam no cotidiano brasileiro do período.

A proibição do tráfico negreiro havia produzido mudanças socioeconômicas que somadas à formação de atividades urbanas catalisadas pelas reformas de Rio Branco formaram um “espaço público em miniatura” (ALONSO, 2002, p. 98). Ampliaram-se as possibilidades de manifestações públicas de opinião. Da década de 1870 até o fim do Império emergiram diversas formas de manifestações públicas de protesto, de associações de proprietários a manifestações populares. As *Balas de Estalo* representam uma faceta letrada dessas manifestações, podendo ser entendidas como parte do movimento intelectual emergente, não representando “exclusivamente nem a nova sociedade nem grupos decadentes”, mas alimentando-se de ambos (ALONSO, 2002, p. 99).

Como se viu, a unidade do grupo que formou a chamada geração de 1870 encontra-se em algo que eles não tinham: eram todos alijados do poder político pela dominação saquarema. A experiência de marginalização política era sua identificação. Eram condenados a essa marginalização pelo “bloqueio às instituições fundamentais, fruto de longa dominação conservadora” (ALONSO, 2002, p. 100). É claro que é uma marginalização relativa, já que “um movimento intelectual é, por definição, um movimento de elite” (ALONSO, 2002, p. 101). Também não estavam completamente alijados dos canais de poder político, embora no caso dos cronistas das *Balas* não houvesse nenhum que, durante a vigência da série, exercesse atividade direta nesse setor. Sua forma de interação com a política se dava pelo jornalismo e pela literatura.

Destaque-se ainda que

A modernização no Brasil que se preparava para o século XX não se deu apenas sob a tutela de sua elite agrária retrógrada, mas sob a tutela dessa elite em combinação com os interesses

imperialistas da época, aprofundando a aparente disjunção entre o arcaico e o moderno, entre o local e o cosmopolita (CHALHOUB, 2001, p. 248-249).

A partir de constatações dessa ordem, a combinação entre Alonso (2002) e um diversificado conjunto de estudiosos da sociologia da literatura, que promovem, ora implícita, ora explicitamente o debate sobre a dialética entre o local e o cosmopolita mostrou-se adequada para analisar o complexo processo de modernização em andamento no período e sua relação com a produção cultural nacional. Assim, figuras como Joaquim Nabuco e Ferreira de Araújo, exemplificam, apesar das suas excepcionalidades, por sua imersão nesse contexto contraditório, o processo intelectual e cultural em curso no período. Junto a isso, o próprio projeto das *Balas de estalo*, dentro das práticas editoriais da *Gazeta de Notícias* foram entendidas como parte de uma etapa específica da modernização conservadora (FERNANDES, 2002) no Brasil.

Na sequência do trabalho, fez-se necessário abordar um tema ainda não resolvido pela crítica literária nacional: o que é afinal a crônica em sentido moderno? O fato de não haver uma teoria da crônica nos levou a propor uma discussão ainda incipiente quanto a isso, adaptando elementos da crítica e da teoria do romance, em combinação com alguns estudos curtos, embora qualificados, sobre o problema. O motivo essencial da necessidade de abordarmos isso foi, além do fato óbvio e academicamente recomendável que a especificidade do gênero em análise seja estudada, o fato de que o gênero crônica, em seu sentido moderno, mostrou-se ele mesmo, ligado ao processo de constituição da modernização ocidental, com imensa repercussão para se pensar sua prática no Brasil do século XIX. Trata-se de um gênero entre o literário e o jornalístico pouco valorizado ainda hoje, como sabemos. Contudo, para quem parte do entendimento de que a escrita é sempre uma prática social e que toda produção artística é produto do trabalho humano, tal gênero, imerso nas condições de mercado e nas inúmeras nuances que a produção cultural daí advinda apresenta, mostra-se de enorme interesse. Procurei analisar o gênero por um viés materialista em duplo sentido: descrição minuciosa das materialidade que envolve sua produção e como produtor cultural submetido à dialética entre a criação artística e o mercado.

Algo difícil de se lidar ao abordar em grande quantidade estes “pequenos grandes textos” é o modo de exposição e desenvolvimento das ideias, hipóteses e análises. Avaliei alguns métodos a esse respeito e a tentativa aqui foi de, sem me furtar ao comentário extensivo de exemplos variados de crônicas, buscar não abusar de tal procedimento e mostrar como as análises particulares iluminam os movimentos internos do conjunto. Daí a escolha de iniciar cada um dos três capítulos do presente trabalho pelo comentário detalhado de uma única crônica e procurar desenvolver os assuntos que ela suscitava. O projeto das *Balas de estalo* é produtivo, como procurei mostrar, para pensar a constituição do gênero, pois a prática colectiva, em idos da década de 1880 (já se tendo algumas décadas da prática cronística no Brasil) permitiu a observação de um conjunto de traços sedimentados na escrita do gênero.

Por fim, a escravidão e a violência mostraram-se incontornáveis para se pensar os entraves da modernização à brasileira. No microcosmo da geração de 1870 representado pelo grupo que formou as *Balas de estalo*, a construção de diferentes pseudônimos, com traços recorrentes e oscilantes, configura composicionalmente a diversidade de agentes atuantes na decadência do Segundo Reinado brasileiro. A relação entre esses pseudônimos, por sua vez, encenada em diversas oportunidades de forma agressiva, se mostra um elemento da fatura que expõe as tensões violentas presentes nesse contexto, tanto no cotidiano quanto nas disputas entre os grupos em contenda. A própria permanência do “espírito rixoso” (OTSUKA, 2007; 2016) do rés-do-chão às páginas (do jornal, dos livros, dos discursos...) mostra a violência como expressão e síntese das relações travadas no período. Como essa violência jamais se volta decisivamente contra o *status quo* imperial, este, apesar das mudanças que alguns de seus membros foram obrigados a proceder, jamais corre risco real de ser superado. Vai lançar, então, suas marcas para qualquer regime que o sucedesse. As crônicas das *Balas* expressam a partir da visão irônica e trágica essa violência sem resolução efetiva do conflito. A forma alegórica também aparece como modo de representar essa falta de transformação das estruturas, o impasse sem solução, como se revelou o cotidiano brasileiro conforme plasmado em mais uma etapa de sua modernização conservadora.

Como principal possibilidade de continuidade do estudo está o desafio de elaborar uma edição completa e anotada da série, com suas mais de 1.200 crônicas ainda nas páginas da *Gazeta de Notícias*. O projeto que está sendo elaborado prevê a publicação, ainda no ano de 2019, das crônicas do primeiro ano de circulação da série (1883), que foi o recorte estabelecido aqui, para depois seguir o trabalho ano a ano. Quem sabe, o resgate minucioso das velhas estratégias do conservadorismo brasileiro possa nos ajudar a superá-lo efetivamente.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor Wiesengrund. Teses sobre sociologia da arte. In: COHN, Gabriel (org.) *Theodor W. Adorno*. São Paulo: Ática, 1994. (Grandes Cientistas Sociais, 54)

_____. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

AGUIAR, F. (org.). *Gêneros de fronteira: cruzamento entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997.

ALENCAR, José de. *Ao correr da pena*. [s.d.] Domínio público. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do>. Acessado em 07 de ago. 2013.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (v.2).

_____. Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872. *Novos estudos*, nº 21, julho de 1988, p. 30-56.

ALONSO, Ângela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil- Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARAÚJO, Ferreira de. Press. In.: SANTA-ANNA NERY, Frederico José de. (org.) *Le Brésil en 1889: avec une carte de l'empire en chromolithographie, des tableaux statistiques, des graphiques et des cartes*. Paris: Charles Delagrave, 1889.

ARAÚJO, H. J. V.; REIS, O. A. L. Favor, dívida impagável e forma literária em 'Os ratos'. *Revista Cerrados* (Brasília. Online), v. 1, p. 39-53, 2015.

ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares de. *Pasquins: submundo da imprensa na Corte Imperial (1880 – 1883)*. 188 f. Dissertação de mestrado (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

ARRIGUCCI JUNIOR, Davi. *Enigma e comentário: ensaios sobre literatura e experiência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. *O Espelho*. Organização, introdução e notas: João Roberto Faria. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

_____. *Obras Completas*. Volume 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008a.

_____. *Obras Completas*. Volume 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008b.

_____. *Obras Completas*. Volume 3. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008c.

_____. *Obras Completas*. Volume 4. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008d.

_____; MAGALHÃES JÚNIOR, R. (Org.) *Crônicas de Lélío*. Rio de Janeiro: *Civilização Brasileira*, 1958.

AZEVEDO, Álvares de. *Lira dos vinte anos e poesias diversas*. Apresentação e notas José Emílio Major Neto; ilustrações Ricardo Amadeo. – 3. Ed. Cotia, SP: Atelier Editorial, 2005.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARBOSA, Marialva. *Histórica cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BENJAMIN, Walter. *Baudelaire e a modernidade*. Edição e tradução João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

_____. *Origem do drama trágico alemão*. Edição e tradução João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

_____. Paris, a capital do século XIX. In.: *Passagens*. Trad. Irene Aron e Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

_____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ed. – Trad. Sérgio Paulo Ruanet. Obras escolhidas vol. 1 – São Paulo: Brasiliense, 1994.

BILAC, Olavo. *Vossa insolência: Crônicas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOENAVIDES, William Moreno. A cordialidade de Lélío: Machado de Assis nas Balas de estalo. *Organon*, n. 28, v. 55, Porto Alegre, p. 55-71, jul./dez. 2013.

_____. *As formas da intervenção: política nas Balas de Estalo de Machado de Assis*. 176 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

BRAYNER, Sonia. Metamorfoses machadianas: laboratório ficcional. In: BOSI, Alfredo *et alli*. *Machado de Assis*. São Paulo: Ática, 1982. (Grandes escritores, 1)

CALLIPO, Daniela Mantarro. Canção de Piratas: Antônio Conselheiro e Victor Hugo na Crônica de Machado de Assis. *Eutomia: Revista Online de Literatura e Linguística*. Ano I, n. 1. Pernambuco: UFPE, 2008, p. 202-214.

_____. As 'Balas de Estalo' de Machado de Assis. *Todas as Letras*; Revista de língua e literatura. V. 10, n. 2 (2008). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008, p. 19-24.

CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem. In.: *O discurso e a cidade*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010.

_____. De cortiço a cortiço. In.: *O discurso e a cidade*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

_____. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo | Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2009.

_____. *Vários escritos*. 4ª ed. reorganizada pelo autor. São Paulo | Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

_____. "A vida ao rés do chão". In.: *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. "A vida ao rés do chão". In.: Setor de filologia da Fundação Casa de Rio Barbosa (org.). *A crônica*. O Gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1992.

_____. A vida ao rés do chão. In.: *Para gostar de ler: crônicas*. São Paulo: Ática, 1980 (Vol. 5).

CANO, Jéferson. Introdução. In: MACEDO, Joaquim Manuel de. *Labirinto*. Campinas: Mercado de Letras, Cecult; São Paulo: Fapesp, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. *Cidadania no Brasil*. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____; NEVES; Margarida S.; PEREIRA, Leonardo A. M. (orgs.) *História em cousas miúdas: capítulos de História Social da crônica no Brasil*. Campinas, Ed. da Unicamp, 2005.

_____. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

_____. *Cidade febril: Cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COUTINHO, Afrânio. Ensaio e crônica. In.: *A literatura no Brasil (vol. VI): relações e perspectivas*. São Paulo: Global, 2008.

CRESTANI, Jaison Luís. *Machado de Assis e o processo de criação literária: estudo comparativo das narrativas publicadas n'A Estação (1879-1884), na Gazeta de Notícias (1881-1884) e nas coletâneas Papéis Avulsos (1882) e Histórias sem Data (1884)*. São Paulo: Nankin: Edusp, 2014.

_____. Sob o signo da rivalidade: o perfil editorial do jornal O cruzeiro. *Miscelânea*, Assis, v. 14, p.141-162, jul-dez. 2013.

Da CUNHA, Euclides. Os sertões. In.:SANTIAGO, Silviano (org.). *Intérpretes do Brasil*, volume 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

DANTAS, Vinícius. *Bibliografia de Antonio Candido*. São Paulo: Duas Cidades. Ed. 34, 2002. (Coleção Espírito Crítico)

DE LUCA, Heloísa Helena Paiva (org.). *Balas de Estalo*. São Paulo: Annablume, 1998.

Diário online. Mesmo após rejeição, Temer defende reforma”, publicado em 30 de setembro de 2016. Disponível em: <http://m.diarioonline.com.br/noticias/brasil/noticia-381603-mesmo-apos-rejeicao-temer-defende-reforma.html#!>. Acesso: 1º de outubro de 2016.

DIAS, Rodrigo César. *Beletrismo belicoso: uma polêmica literária no espelho paródico das “Balas de estalo”*. 65 f. Porto Alegre, 2016. Monografia de conclusão de curso (Graduação em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

_____. O jornal como tribuna: uma polêmica literária nas “Balas de estalo”. *Travessias interativas*. Ribeirão Preto, v. 10, n. 2, p. 1-17, jul./dez. 2015. Disponível em: http://www.travessiasinterativas.com/_notes/vol10/rodrigo.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2018.

ENGELS, Friedrich. *Do Socialismo utópico ao socialismo científico*. 2.ed. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sandermann, 2008.

FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. *Estudos avançados*, v. 6, n. 14, p. 7-22, 1992.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1986.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil. In.: SANTIAGO, Silviano (org.). *Intérpretes do Brasil*, volume 3. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ática, 1976.

FREITAS, Jorge. A alegoria moderna de Walter Benjamin: Passagens, Baudelaire e a mercadoria. *Revista investigações*, v. 27, n. 1, 2014.

FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do séc. XIX*. São Paulo: Global, 2012.

_____. Casa-grande e Senzala. In.:SANTIAGO, Silviano (org.). *Intérpretes do Brasil*, volume 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002a.

_____. Sobrados e Mucambos. In.:SANTIAGO, Silviano (org.). *Intérpretes do Brasil*, volume 2. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002b.

_____. Introdução. In.: NABUCO, Joaquim. *Minha formação*. Brasília: Senado Federal, 1998. (Coleção biblioteca básica brasileira; 2)

GLEDSON, John (org.) *A semana*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. A política na crônica de Machado de Assis. In: AGUIAR, Flávio; MEIHY, José Carlos Sebe Bom; VASCONCELOS, Sandra Guardini T. (Orgs.). *Gêneros de fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997, p. 23-28.

_____. (org.) *Machado de Assis: Bons dias!* São Paulo: Editora da Unicamp, 2008.

_____. GRANJA, Lúcia (orgs.) *Notas Semanais*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2008.

GRANJA, Lúcia, CANO, Jefferson (orgs.) *Comentários da Semana*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2008.

GUIMARÃES, Hélio de Seixas. *Os Leitores de Machado de Assis: o romance machadiano e o público de literatura no século 19*. São Paulo: Nankin: EDUSP, 2004.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HOLANDA, Sergio Buarque de (org.). *Historia Geral da Civilização Brasileira*. 7ª edição. 5 vol. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. Raízes do Brasil. In.:SANTIAGO, Silviano (org.). *Intérpretes do Brasil*, volume 3. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

IGLÉSIAS, Francisco. Introdução. In.: NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. In: *Intérpretes do Brasil*, volume 1. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

JAROUICHE, Mamede Mustafa. Introdução. In.: ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2006.

_____. Introdução. In.: *Poesias da pacotilha*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KIERKGAARD, Sören A. *O conceito de ironia*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

KONDER, Leandro. A questão da ideologia em Marx. In.: *A questão da ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LAMONICA, Lucas de Castro. *Filomena Borges: romance, imprensa e política*. 177f. Campinas, 2015. Mestrado em Teoria e História da Literatura – Unicamp.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O estado e a revolução: O que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

LUKÁCS, Georg. Introdução a uma estética marxista: sobre a categoria da particularidade. In.: COUTINHO, Carlos Nelson; NETTO, José Paulo (orgs.). *Arte e sociedade: escritos estéticos 1932-1967*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

_____. *Teoria do Romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

_____. Los problemas del reflejo en la vida cotidiana. In.: MANUEL, Sacristán (org.). *Estética, volumen I: La peculiaridad de lo estético*. Barcelona; México D.F.: Ediciones Grijalbo S.A., 1969.

_____. Entre la ética y la estética. In.: MANUEL, Sacristán (org.). *Estética, volumen III: Categorías psicológicas y filosóficas básicas de lo estético*. Barcelona - México D.F.: Ediciones Grijalbo S.A., 1967.

MACHADO, Ubiratan. *Dicionário de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: ABL, 2008.

MARX, Karl. A mercadoria. In.: *O Capital: crítica da economia política (Livro I – Processo de produção do capital)*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

_____. e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Fierbach, B. Bauer e Stimer, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MERQUIOR, José Guilherme. *Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.

MEYER, Marlyse. Voláteis e versáteis: de variedades e folhetins se faz a chronica. In.: MEYER, Marlyse. *As mil faces de um herói canalha*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998.

MICELI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

MORETTI, Franco. *Signos da modernidade: ensaios sobre a sociologia das formas literárias*. Rio de Janeiro: Civilizacao Brasileira, 2007.

_____. Conjeturas sobre a literatura mundial. *Novos Estudos*, CEBRAP, n. 58, nov. 2000, p.173-181.

MOURA, Clóvis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. Jeitinho e jeitão: uma tentativa de interpretação do caráter brasileiro. In .: *Revista Piauí*, nº 73, out. 2012. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/jeitinho-e-jeitao/>. Acesso: 05 de dezembro de 2012.

OTSUKA, Edu Teruki. *Era no tempo do rei: Atualidade das Memórias de um Sargento de Milícias*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2016. – (Coleção Estudos Literários)

_____. *Divagação sobre a crônica* (mimeo).

_____. Espírito rixoso: para uma reinterpretação das *Memórias de um sargento de milícias*. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 44, p. 105-124, 2007.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e política públicas. In.: PRIORE, Mary Del (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

PRIORE, Mary Del. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In.: PRIORE, Mary Del (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. *As máscaras de Lélío: ficção e realidade nas “Balas de estalo de Machado de Assis*. 410 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2010. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000473160>>. Acesso em: 23 ago. 2012.

_____. *Política e humor nos últimos anos da monarquia: a série “Balas de Estalo” (1883-1884)*. 168 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2005. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=vtls000350_300>.
Acesso em: 23 ago. 2012.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In.: PRIORE, Mary Del (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

ROMERO, Sílvio, *Machado de Assis: estudo comparativo de literatura brasileira*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

SÁ, Jorge de. *A crônica*. São Paulo: Ática, 1987.

SÁ REGO, Enylton José de. *O calundu e a panacéia: Machado de Assis, a sátira menipéia e a tradição luciânica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do riso: representação humorística na história brasileira da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANSEVERINO, Antonio Marcos Vieira. Sobre a categoria da mediação em Adorno. *Via Atlântica* (USP), v. 13, p. 99-112, 2008a.

_____. SANSEVERINO, Antônio. *Crônica e cotidiano no final do império: Machado de Assis e a série "Balas de estalo"*. Projeto apresentado para fins de avaliação e de registro no Sistema de Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenador do Projeto Prof. Dr. Antônio Marcos Vieira Sanseverino Porto Alegre, agosto de 2008b.

_____. *Realismo e alegoria em Machado de Assis*. Porto Alegre, 1999. 295 f. Doutorado em Literatura Brasileira e Teoria da literatura – PUCRS.

SANTA-ANNA NERY, Frederico José de. (org.) *Le Brésil en 1889: avec une carte de l'empire en chromolithographie, des tableaux statistiques, des graphiques et des cartes*. Paris: Charles Delagrave, 1889.

SANTIAGO, Maria Luísa Taborda. *Joaquim Nabuco: leitor de Camões e Renan*. 39 f. Porto Alegre, 2015. Monografia de conclusão de curso (Graduação em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

SANTOS, Joel Rufino dos. O caso do jornalista Apulco de Castro. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, 1996, vol. 116.

SCHULZ, John. *Exército na política: origens da intervenção militar: 1850-1894*. São Paulo: Edusp, 1994.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1887.

- SCHWARZ, Roberto. Leituras em competição. In.: SCHWARZ, Roberto. *Martinha versus Lucrecia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____. A carroça, o bonde e poeta modernista. In.: SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?* Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2006a.
- _____. Pressupostos, salvo engano, da “Dialética da malandragem”. In.: SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?* Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2006b.
- _____. *Ao vencedor as batatas*: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2000a. (Coleção Espírito Crítico)
- _____. *Um mestre na periferia do capitalismo*: Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2000b. (Coleção Espírito Crítico)
- _____. Adequação nacional e originalidade crítica”. In.: SCHWARZ, Roberto. *Seqüências brasileiras*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- SILVA, Juremir Machado da. *Raízes do conservadorismo brasileiro*: a abolição na imprensa e no imaginário social. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 3ª ed., 1999.
- SOUZA PIERES, José Murilo de e RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. *Revista econômica do Nordeste*, v. 40, n. 3, jul/set, p. 411-424, 2009.
- STARLING, Heloísa M. Murgel. República das ruas: imaginação literária e republicanismo no Brasil. In.: ZILBERMAN, Regina (org.). *Guimarães Rosa e Machado de Assis*: da criação artística à interpretação literária. 1ed. Erechim: Edelbra, 2008, v. 1.
- TATIM, Janaína. *De que são estas “balas”?* Um estudo sobre a seção “Balas de estalo” da Gazeta de Notícias. 79 f. Monografia de conclusão de curso (Graduação em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Porto Alegre, 2014.
- THÉRENTY, Marie-Ève. *La littérature au quotidien*: poétiques journalistiques au XIX^e siècle. Paris: Éd. Le Seuil, coll. Poétique, 2007.
- VERNANT, J.-P.; VIDAL-NAQUET, P. *Mito e tragédia na Grécia antiga*. 2 Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- ZILBERMAN, Regina. “Minha teoria das edições humanas”. In.: *As pedras e o arco*: fontes primárias, teoria e história da literatura. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

SITES

<http://hemerotecadigital.bn.br>

<http://memoria.bn.br/hdb/periodicos.aspx>

<http://m.diarioonline.com.br/noticias/brasil/noticia-381603-mesmo-apos-rejeicao-temer-defende-reforma.html#!>

<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/jeitinho-e-jeitao/>

**ANEXO – CD-ROM COM PARTE DAS CRÔNICAS DA SÉRIE BALAS DE
ESTALO PUBLICADAS EM 1883**